



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

Planeamento do Turismo: Complexo de uma Praia Fluvial na Ameixiosa, S. Pedro do Sul

Alexander Luis Monteiro Simões

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof^a. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Coorientador: Prof. Doutor Luís Manuel Ferreira Gomes

Covilhã, Janeiro de 2016



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL



Dedico este trabalho aos meus pais, Luís e Idalina Simões.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado é resultado da aprendizagem progressiva que adquiri ao longo de anos e do intenso trabalho nesta reta final, em que depus todo o meu esforço, empenho e dedicação. Mas, nada teria sido possível sem a ajuda e o apoio de algumas pessoas, num ou noutro momento. Revelados em gestos e palavras.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, Luís e Idalina Simões, porque sempre acreditaram em mim e deram, apesar dos muitos esforços, a oportunidade de desenvolver o meu percurso académico. São, sem dúvida, o meu alicerce e sem eles certamente não chegaria até aqui.

Um obrigado muito especial à minha namorada, a Sara, por todos estes anos de companheirismo. Por todo o amor e amizade. Carinho, compreensão e incentivo demonstrados, mesmo nas horas de algum cansaço e desespero.

À minha avó Maria por todos os gestos de amor incondicional. Ao meu irmão e a restantes elementos da família por todas as palavras de conforto e ânimo. E por todas as alegrias.

Aos amigos de sempre que estão longe, mas perto, e aos colegas de curso pela cooperação e momentos de diversão nesta jornada.

Aos meus orientadores, Professora Doutora Cláudia Beato por toda a orientação e por toda partilha de conhecimento e ao Professor Doutor Luís Ferreira Gomes por toda a sua disponibilidade, eficácia e prontidão e por ter incitado a concretização deste projeto.

À Professora Doutora Susana Henriques e ao Professor Rogério Galante pelas suas opiniões e partilha de experiência sobre a área. Mas também a todos os professores e elementos académicos pelos seus ensinamentos. Tão úteis.

Finalmente, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul pela forma como me recebeu, por ter cedido toda informação disponível e pela oportunidade de desenvolver esta proposta.

Um sincero obrigado.

Alex.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Resumo

A dissertação de Mestrado foca-se na construção de uma proposta de equipamento turístico para o Concelho de São Pedro do Sul, como solicitado pela edilidade concelhia, concretamente uma Praia Fluvial, no âmbito de um planeamento turístico integrado.

Para tal, são apresentados um conjunto de estudos e análises que abarcam, não só o local em si, mas também enquadram a região e o turismo como forma de alcançar uma solução que potencie as vantagens do local e da região em que este se insere, procurando em simultâneo, tornar em pontos positivos, alguns dos aspetos menos positivos que o local e a região apresentam.

Assim enquadrada, na obtenção da proposta de Praia Fluvial que se apresenta para o local de Ameixiosa, estiveram sempre presentes princípios de sustentabilidade nas suas diferentes componentes, como sejam a utilização de materiais locais, a manutenção da paisagem, a utilização de energias alternativas, ou o estudo da arquitetura da região, e dos pequenos aglomerados nas suas proximidades, por forma a integrar ensinamentos e práticas antigas e a compreender o funcionamento do moinho, de água, presente no terreno.

A sustentabilidade da proposta advém ainda da sua integração num planeamento do turismo que procura ter em consideração o território, no seu todo, e o turismo de forma consciente e descomplexada. Nesse sentido uma análise das vantagens da região, do concelho (sobretudo da sua cede de Concelho), e das propostas dos Planos de turismo para a região centro foram tidos em consideração, para se posicionar o local estudado no território, procurando dotar a praia de uma série de equipamentos que complementem e tragam inovação à oferta turística do Concelho, da Região, potenciando por esta via a sua sustentabilidade económica ao, nomeadamente, dar-se a possibilidade de dinamizar o local durante todo o ano com elementos que o tornem distinto e assim capaz de atrair visitantes.

Para além da visita a outros equipamentos do tipo, a ida ao local de estudo durante o ano, foi de suma importância para as soluções adotadas, já que permitiu a observação das modificações que o caudal do rio e a paisagem apresentam, o que levou a soluções mais sustentadas procurando enquadrar as dificuldades/potencialidades assim reveladas.

Palavras-chave

São Pedro do Sul, Planeamento, Turismo, Ameixiosa, Praia Fluvial, Sustentabilidade



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Abstract

The following masters dissertation focuses on building a proposal for a tourism product, more specifically a river beach, for the municipality of São Pedro do Sul, as requested by the City Council within the guidelines of integrated tourist planning.

With this said, we present a series of studies and analysis that span, not only the site itself, but also the region and it's tourism, as a way to achieve a solution that enhances aspects of the location and the region in which it occurs, while simultaneously enhancing, some of the less positive aspects of the site and it's region presents.

Thus framed, in getting the proposed river beach that presents itself to the site of Ameixiosa, always present principles of sustainability into its various components, for example, the use of local materials, landscape maintenance, the use of alternative energy sources, or the architectural study of the region, and small settlements in its vicinity, in order to integrate teachings and ancient practices and understand the operations of the mill, water, present in the field.

The sustainability of this proposal also adheres to the integration of tourism planning that takes into account the territory, as a whole, and its tourism in a conscientious and less complex form. In this regard an analysis of the advantages of the region, the county (especially the municipality that it belongs to) and the proposals for Tourism Planning for the central region were taken into consideration, to position the location studied in this area. Thus providing the beach with a series of equipment that complement and innovate the tourism opportunity of the municipality and the region, enhancing in this way, the economic sustainability by allowing the location to be promoted all year round with elements that make it unique and, this way, capable of attracting visitors.

Apart from visiting similar locations, going to the site in question during the year, was of paramount importance for the solutions adopted, as it permitted the observation of changes in the river flow and the landscape features, making the proposed solutions more sustainable while searching for difficulties/potentials thus revealed.

Keywords

São Pedro do Sul, Planning, Tourism, Ameixiosa, River Beach, Sustainability.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Índice

Capítulo 1 - Introdução	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Objetivo.....	2
1.3. Justificação e Motivação na Escolha do Tema.....	2
1.4. Metodologia	3
1.5. Organização do Trabalho	3
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo 2 - S. Pedro do Sul	7
2.1. Localização Geográfica.....	7
2.2. Contexto Histórico	8
2.2.1. Da edificação Religiosa à Administrativa	13
2.3. Contexto Cultural	13
2.3.1. O Legado das Civilizações:.....	13
2.3.2. Património Imaterial: Festividades.....	14
2.3.3. Sabores da Gastronomia:	14
2.3.4. Natureza: Lazer e Desporto	15
2.3.4.1. Roteiro das Serras.....	15
2.3.4.2. Roteiro das Paisagens	15
2.3.4.3. Roteiro Rural	16
2.3.4.4. Roteiro das Aldeias	16
2.3.4.5. Roteiro Arqueológico	16
2.3.4.6. Roteiro Histórico e o Cultural.....	16
2.3.4.7. Roteiro Religioso	16
2.3.4.8. Roteiro das Quintas.....	16
2.3.4.9. Roteiro do Vinho de Lafões.....	17
2.3.4.10. Roteiro Mineiro	17
2.3.4.11. Roteiro Misto	17
2.3.5. Termas de S. Pedro do Sul:.....	17
Capítulo 3 - Turismo e Espaço Rural	21
3.1. Turismo: Perspetivas e Oficialização.....	21
3.1.1. Visitante, Turista e Excursionista: Distinção e Evolução ..	22
3.1.2. Turismo como um Sistema	24
3.1.3. Motivos de Interesse Turístico	25
3.2. Turismo no Contexto Português:.....	27
3.2.1. Plano Estratégico Nacional de Turismo: Região Centro ...	29
3.3. Turismo de Natureza	32
3.4. Turismo em Espaço Rural	35
3.4.1. Modalidades de Hospedagem.....	37
3.4.1.1. Turismo de Habitação	38
3.4.1.2. Turismo Rural.....	38
3.4.1.3. Turismo de Aldeia.....	38
3.4.1.4. Casa de Campo	38
3.4.2. Parques de Campismo em Espaços Rurais ou Naturais.....	38
3.4.2.1. Exemplos de Parques de Campismo:	40
3.4.3. Atividades	42

3.4.3.1. Agroturismo	42
3.4.4. Praias Fluviais	43
3.4.4.1. Exemplos de Praias Fluviais	44
3.4.4.2. Questões Jurídicas	47
3.4.4.3. Posto de Praia	47
3.4.4.4. Material Complementar	48
3.5. Dados de TER e TN	49
Capítulo 4 - Arquitetura Vernacular	55
4.1. O que é o Vernacular?	55
4.2. História dos Castros	56
4.3. Moinhos...	58
4.3.1. ... e o seu Funcionamento	59
4.4. A Evolução das Habitações Rurais	61
4.4.1. O Passado:	61
Recuperação ou Construção de uma Habitação Rural	63
4.5. Arquitetura de Sustentabilidade:	65
4.5.1. Evolução do Sistema Arquitetónico	66
4.6. Arquitetura Vernacular Portuguesa:	67
4.6.1. Implantação	68
4.6.1.1. Condutibilidade Térmica	68
4.6.1.2. Ganhos Solares	69
4.6.1.3. Ventilação	69
4.6.1.4. Materiais	69
4.6.1.5. Recursos Renováveis	70
4.6.1.6. Eficiência	70
4.6.1.7. Reaproveitamento das Águas	70
CASO DE ESTUDO	71
Capítulo 5 - Caracterização do Local	73
5.1. Análise do Local	73
5.1.1. Localização	73
5.1.2. Características Locais	75
5.1.2.1. Geomorfologia	75
5.1.2.2. Geologia	76
5.1.2.3. Sismicidade	77
5.1.2.4. Património Arqueológico	77
5.1.2.5. Recursos Hídricos Superficiais	78
5.1.2.6. Clima	79
5.1.2.7. Ruídos	79
5.1.2.8. Rede Viária e Transporte	79
5.1.2.9. Paisagem	80
5.1.2.9.1. Flora	80
5.1.2.9.2. Fauna	81
5.2. Legislação	81
5.3. Problemáticas do Local	83
5.4. Local de Estudo e as suas Características Físicas	83
Capítulo 6 - Plano de Ação do Projeto	87
6.1. Estrutura do Projeto e Objetivos	87
6.1.1. Parâmetros de Proposta de Intervenção	89
6.2. 1ª Parte da Proposta	90

6.3. 2ª Parte da Proposta.....	93
6.3.1. Infraestruturas de apoio à promoção do Projeto e Região	93
6.3.1.1. Mini Postos de Informação.....	94
6.3.1.2. Passadiço na Natureza	95
6.3.1.3. Formas de Deslocação e Distâncias	97
6.4. Público-Alvo.....	99
6.5. Conceito da Proposta.....	99
6.6. Aspetos Formais e Organização da Proposta	101
6.6.1. Praia Fluvial.....	101
6.6.1.1. Medidas de controle das Águas	102
6.6.1.2. Zona das Praias.....	104
6.6.1.3. Sul da Ilha.....	105
6.6.1.3.1. Zonas e Atividades.....	105
6.6.1.3.2. Edifícios	106
6.6.1.4. A Ilha.....	111
6.6.1.5. Norte da Ilha.....	112
6.6.1.5.1. Zonas e Atividades.....	112
6.6.1.5.2. Edifícios	113
6.6.1.6. Locais de apoio ao Parque	115
6.6.1.7. Entradas e Circulação	116
6.6.1.8. Materiais	116
6.6.2. Parque de Campismo	118
6.6.2.1. Edifícios principais do Parque de Campismo.....	121
6.6.2.2. Entradas e Circulação	128
6.6.2.3. Materiais	129
6.7. Detalhes da Intervenção	129
6.7.1. Equipamentos Urbanos	129
6.7.2. Sinalética.....	130
6.7.2.1. Mapa Turístico	131
6.7.3. Rede de Ciclovias	132
6.7.4. Percursos Pedestres	132
6.7.5. Vegetação e Movimento de Terras	133
6.7.6. Tratamento de Águas e Resíduos	134
6.7.7. Sistemas Elétricos.....	135
6.7.8. Manutenção	135
6.8. Apresentação do Projeto.....	135
Capítulo 7 - Conclusão	159
Referência Bibliográfica.....	165
Páginas WEB	169
ANEXOS	175



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Lista de Figuras

Fig. 1 - Mapa do concelho de S. Pedro do Sul; Fonte: WEB 2; Autor Desconhecido.....	7
Fig. 2 - Distribuição e dimensão dos lugares; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: Santos J.	8
Fig. 3 - Pedra cobra - Estrada Viseu - S. Pedro do Sul; Fonte: WEB 3; Autor Desconhecido.....	9
Fig. 4 - Mapa do cruzamento das vias artificiais e vias naturais, os rios, que definiram a localização da Cidade de S. Pedro do Sul; Fonte: Google Maps....	9
Fig. 5 - Mapa do Concelho de Lafões; Fonte: WEB 5; Autor Desconhecido.....	11
Fig. 6 - Antigas termas romanas e de D. Afonso Henriques; Fonte: WEB 6; Autor Desconhecido.	12
Fig. 7 - Edifício termal de D. Afonso Henriques/ Termas de São Pedro do Sul; Fonte: WEB 7; Autor Desconhecido.	12
Fig. 8 - Visitantes, turistas, residentes e excursionistas; Fonte: WEB 10; Autor: OMT, 1994.	23
Fig. 9 - Turismo como sistema segundo LEIPER; Fonte: WEB 11; Autor Desconhecido.....	24
Fig. 10 - Fatores de motivação segundo FOSTER, 1992 in SAER, 2005.	25
Fig. 11 - Proposta de potenciais ações a aprofundar - Centro; Fonte: TP.	32
Fig. 12 - Prática de Ski; Fonte: WEB 19; Autor Desconhecido.....	33
Fig. 13 - Canoagem no Vale do Rossim; Fonte: WEB 20; Autor Desconhecido.	33
Fig. 14 - Pesca no Rio Paiva; Fonte: WEB 21; Autor Desconhecido.....	33
Fig. 15 - Javalis; Fonte: WEB 23; Autor Desconhecido.	34
Fig. 16 - Cogumelos; Fonte: WEB 24; Autor Desconhecido.	34
Fig. 17 - Cabeça do Velho; Fonte: WEB 25; Autor: Manuel Costa.	35
Fig. 18 - Cabeça da Velha; Fonte: WEB 26; Autor Desconhecido.	35
Fig. 19 - Casa de Carcavelos; Fonte: WEB 29; Autor Desconhecido.	38
Fig. 20 - Glamping em Lima Escape; Fonte: WEB 31; Autor Desconhecido.....	40
Fig. 21 - Parque de campismo de La Tortuga; Fonte: WEB 32; Autor Desconhecido.....	41
Fig. 22 - Vindima; Fonte: WEB 34; Autor Desconhecido.	43
Fig. 23 - Atividade com animais; Fonte: WEB 33; Autor Desconhecido.	43
Fig. 24 - Praia fluvial de Cojã; Fonte: WEB 35; Autor Desconhecido.	44
Fig. 25 - Praia fluvial Ana de Aviz; Fonte: WEB 36; Autor Desconhecido.....	45
Fig. 26 - Praia fluvial do Avô; Fonte: WEB 37; Autor Desconhecido.....	46
Fig. 27 - Posto de praia e o seu material; Fonte: Diário da República. WEB 38.	48
Fig. 28 - Torre de vigia I; Fonte: Diário da República. WEB 38.	49
Fig. 29 - Aldeia histórica de Monsanto; Fonte: WEB 41; Autor Desconhecido.	56
Fig. 30 - Antiga palheira com cobertura vegetal; Fonte: WEB 42; Autor Desconhecido.....	57
Fig. 31 - Alçado de casa antiga em Mirandela; Fonte: WEB 43; Autor Desconhecido.....	57
Fig. 32 - Água a passar num moinho em Marco de Canaveses; Fonte: WEB 45; Autor Desconhecido.	59

Fig. 33 - Corte que mostra o funcionamento de um moinho hidráulico rodízio; Fonte: WEB 46; Autor Desconhecido.	59
Fig. 34 - Sistema de moagem de um moinho; Fonte: WEB 46; Autor Desconhecido.	60
Fig. 35 - Corte tipo de uma habitação rural; Fonte: Lobo e Antunes, 1960. ..	61
Fig. 36 - Planta de uma habitação rural de dois pisos; Fonte: Lobo e Antunes, 1960.	62
Fig. 37 - Imagem lateral da habitação rural finca em Extremadura; Fonte: WEB 47; Autor Desconhecido.	64
Fig. 38 - Imagem interior da habitação rural finca em Extremadura; Fonte: WEB 47; Autor Desconhecido.	64
Fig. 39 - Diagrama de Behling; Fonte: WEB 48; Autor: Abalos, 2009, in Fernandes, Mateus, Bragança, 2012.	67
Fig. 40 - Varanda envidraçada Beirã; Fonte: WEB 49; Autor Desconhecido. ..	69
Fig. 41 - Localização de São Pedro do Sul e Ameixiosa; Fonte: WEB 2; Autor Desconhecido.	73
Fig. 42 - Local de intervenção no concelho; Fonte: Autoria Própria.	74
Fig. 43 - Vista aérea da aldeia de Ameixiosa; Fonte: WEB 50; Autor: Google Maps.	74
Fig. 44 - Rua de Ameixiosa; Fonte: WEB 51; Autor: Google Street Veiw.	75
Fig. 45 - Hipsometria; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: J. Santos.	76
Fig. 46 - Geologia da zona serrana; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: J. Santos.	77
Fig. 47 - Hidrografia principal do concelho; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: J. Santos.	78
Fig. 48 - Passadiço do Geoparque de Arouca; Fonte: WEB 53; Autor: Adriano Miranda.	79
Fig. 49 - Zonas de plantação de matas e agrícola do local de intervenção; Fonte: Autoria Própria.	80
Fig. 50 - Local de intervenção na Ameixiosa; Fonte: Autoria Própria.	84
Fig. 51 - Moinhos do local; Fonte: Autoria Própria.	84
Fig. 52 - Ponte que dá acesso à ilha; Fonte: Autoria Prof. Doutor Luís Manuel Ferreira Gomes.	85
Fig. 53 - Edifícios existentes no local; Fonte: Autoria Própria.	85
Fig. 54 - Rede das várias atividades públicas e particulares; Fonte: Autoria Própria.	94
Fig. 55 - Passadiço proposto; Fonte: Autoria Própria.	95
Fig. 56 - Tipo de passadeira natural proposta; Fonte: Autoria Própria.	96
Fig. 57 - Esquema sobre a forma como o passadiço quebra o contacto físico com o meio natural; Fonte: Autoria Própria.	96
Fig. 58 - Prolongamento do passadiço; Fonte: Autoria Própria.	97
Fig. 59 - Mapa sobre percursos e formas alternativas de os traçar; Fonte: Autoria Própria.	97
Fig. 60 - Distância e formas de deslocação propostas; Fonte: Autoria Própria.	98
Fig. 61 - Resultado final das distâncias e formas de deslocação propostas nos três concelhos; Fonte: Autoria Própria.	98
Fig. 62 - Conceito da proposta de intervenção; Fonte: Autoria Própria.	100
Fig. 63 - Linhas orientadoras do projeto; Fonte: Autoria Própria.	100

Fig. 64 - Planta de implantação final; Fonte: Autoria Própria.	101
Fig. 65 - Barragem por baixo da ponte; Fonte: Autoria Própria.	102
Fig. 66 - Esquema do desvio de água; Fonte: Autoria Própria.	102
Fig. 67 - Sistemas de proteção da praia; Fonte: Autoria Própria.	103
Fig. 68 - Corte da barragem oca/mini-hídrica; Fonte: Autoria Própria.	103
Fig. 69 - As três zonas de praias; Fonte: Autoria Própria.	104
Fig. 70 - Zonas de mergulho; Fonte: Autoria Própria.	104
Fig. 71 - Zonas de atividades da praia sul; Fonte: Autoria Própria.	105
Fig. 72 - Zonas de pesca desportiva; Fonte: Autoria Própria.	105
Fig. 73 - Planta de cobertura dos edifícios principais da praia; Fonte: Autoria Própria.	106
Fig. 74 - Esquema sobre o desenvolvimento da forma dos edifícios principais; Fonte: Autoria Própria.	107
Fig. 75 - Esquema sobre a subtração das entradas dos edifícios; Fonte: Autoria Própria.	107
Fig. 76 - Esquema sobre o recuo dos edifícios da praia; Fonte: Autoria Própria.	108
Fig. 77 - Esquema sobre a forma do bar; Fonte: Autoria Própria.	108
Fig. 78 - Planta do cento de visitantes e local de aluguer; Fonte: Autoria Própria.	109
Fig. 79 - Planta do restaurante; Fonte: Autoria Própria.	110
Fig. 80 - Planta do bar da praia; Fonte: Autoria Própria.	110
Fig. 81 - Planta dos espaços de apoio à praia; Fonte: Autoria Própria.	111
Fig. 82 - Zonas da ilha e respetivas atividades; Fonte: Autoria Própria.	111
Fig. 83 - Percurso dos passadiços pelo parque; Fonte: Autoria Própria.	112
Fig. 84 - Planta de cobertura dos edifícios do lado norte da ilha; Fonte: Autoria Própria.	113
Fig. 85 - Desenvolvimento da forma dos edifícios Sul; Fonte: Autoria Própria.	113
Fig. 86 - Planta dos balneários e apoio à praia Norte; Fonte: Autoria Própria.	114
Fig. 87 - Planta dos balneários e apoio à praia Norte; Fonte: Autoria Própria.	114
Fig. 88 - Estacionamentos, descargas e pontos de viragem; Fonte: Autoria Própria.	115
Fig. 89 - Entradas, circulações e pontos de cruzamento; Fonte: Autoria Própria.	116
Fig. 90 - Imagem dos diferentes pavimentos; Fonte: Autoria própria.	117
Fig. 91 - Planta de cobertura do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	118
Fig. 92 - Locais de apoio ao parque; Fonte: Autoria Própria.	118
Fig. 93 - Zonas de alojamento; Fonte: Autoria Própria.	119
Fig. 94 - Imagem e esquema da estrutura do glamping; Fonte: WEB 54; Autor Desconhecido e Autoria Própria, respetivamente.	119
Fig. 95 - Tenda flutuante; Fonte: WEB 55; Autor Desconhecido.	120
Fig. 96 - Corte das plataformas glamping near the water; Fonte: Autoria Própria.	120
Fig. 97 - Plana dos edifícios principais do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	121

Fig. 98 - Desenvolvimento da forma dos edifícios principais do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.....	121
Fig. 99 - Planta da receção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.....	122
Fig. 100 - Alçado dos edifícios principais 2; Fonte: Autoria Própria.....	122
Fig. 101 - Planta da mercearia, sala de convívio e café do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.....	123
Fig. 102 - Planta de cobertura dos balneários; Fonte: Autoria Própria.	123
Fig. 103 - Desenvolvimento da forma do balneário principal; Fonte: Autoria Própria.....	124
Fig. 104 - Planta do balneário principal; Fonte: Autoria Própria.	124
Fig. 105 - Desenvolvimento da forma do balneário secundário; Fonte: Autoria Própria.....	125
Fig. 106 - Planta do balneário secundário; Fonte: Autoria Própria.....	125
Fig. 107 - Desenvolvimento da forma dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.....	126
Fig. 108 - Planta do piso zero dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.....	126
Fig. 109 - Planta do primeiro piso dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.....	127
Fig. 110 - Esquemas da climatização dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.....	127
Fig. 111 - Planta do piso zero dos bungalows pequenos e alinhamentos; Fonte: Autoria Própria.	128
Fig. 112 - Entradas e circulações do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.....	128
Fig. 113 - Zonas de caixotes de reciclagem e lixo; Fonte: Autoria Própria...	130
Fig. 114 - Sinalética do parque; Fonte: Autoria Própria.....	131
Fig. 115 - Mapa turístico do parque; Fonte: Autoria Própria.	131
Fig. 116 - Ciclovía; Fonte: Autoria Própria.	132
Fig. 117 - Sistema de tratamento de águas; Fonte: WEB 56; Autor Desconhecido.	134
Fig. 118 - Zona urbana em redor do parque; Fonte: Autoria Própria.....	135
Fig. 119 - Ponte pedonal; Fonte: Autoria Própria.	136
Fig. 120 - Rua principal; Fonte: Autoria Própria.	136
Fig. 121 - Edifícios principais do parque vistos da rua principal; Fonte: Autoria Própria.....	136
Fig. 122 - Escadaria entre o restaurante e a zona de aluguer dos automóveis elétricos; Fonte: Autoria Própria.	136
Fig. 123 - O restaurante; Fonte: Autoria Própria.....	137
Fig. 124 - Pátio e passagem para automóveis elétricos; Fonte: Autoria Própria.....	137
Fig. 125 - Zona de aluguer dos automóveis elétricos; Fonte: Autoria Própria.....	137
Fig. 126 - Centro de visitantes do parque; Fonte: Autoria Própria.	137
Fig. 127 - Rua principal vista de cima; Fonte: Autoria Própria.....	138
Fig. 128 - Balneário grande na rua principal; Fonte: Autoria Própria.	138
Fig. 129 - Receção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.....	138

Fig. 130 - Interior da receção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	138
Fig. 131 - Parte de trás da receção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	139
Fig. 132 - Zona de rulotes; Fonte: Autoria Própria.	139
Fig. 133 - Esplanada do café e sala de convívio; Fonte: Autoria Própria.	139
Fig. 134 - Vista lateral da esplanada do café e sala de convívio; Fonte: Autoria Própria.	139
Fig. 135 - mercearia, sala de convívio e café do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	140
Fig. 136 - Escadas para os patamares altos do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	140
Fig. 137 - Café do parque, sala de convívio e mercearia do campismo; Fonte: Autoria Própria.	140
Fig. 138 - Rua dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.	140
Fig. 139 - Zona de leitura, bungalows grandes e plataformas glamping near the water; Fonte: Autoria Própria.	141
Fig. 140 - Plataformas glamping near the water; Fonte: Autoria Própria.	141
Fig. 141 - Zona dos bungalows pequenos; Fonte: Autoria Própria.	141
Fig. 142 - Patamar intermédio para os bungalows pequenos; Fonte: Autoria Própria.	141
Fig. 143 - Patamar superior do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	142
Fig. 144 - Patamar superior das plataformas glamping; Fonte: Autoria Própria.	142
Fig. 145 - Patamar intermédio das plataformas glamping; Fonte: Autoria Própria.	142
Fig. 146 - Vista, a partir das escadas, para o patamar mais alto do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	142
Fig. 147 - Patamar intermedio e superior; Fonte: Autoria Própria.	143
Fig. 148 - Zona de acampamento de tendas; Fonte: Autoria Própria.	143
Fig. 149 - Balneários principais, lavandaria e cozinha, e escadas para o patamar superior; Fonte: Autoria Própria.	143
Fig. 150 - Escadas para o patamar superior; Fonte: Autoria Própria.	143
Fig. 151 - Acesso secundário pedonal para o parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.	144
Fig. 152 - Entrada para os balneários principais; Fonte: Autoria Própria.	144
Fig. 153 - Rua da zona de tendas; Fonte: Autoria Própria.	144
Fig. 154 - Centro de visitantes e zona infantil; Fonte: Autoria Própria.	144
Fig. 155 - Ponte e eixo principal da praia; Fonte: Autoria Própria.	145
Fig. 156 - Passeio para a zona de merendas; Fonte: Autoria Própria.	145
Fig. 157 - Rampa de acesso do eixo principal; Fonte: Autoria Própria.	145
Fig. 158 - Centro de visitantes e parque infantil; Fonte: Autoria Própria.	145
Fig. 159 - Centro de visitantes e parque infantil; Fonte: Autoria Própria.	146
Fig. 160 - Parque infantil; Fonte: Autoria Própria.	146
Fig. 161 - Edifícios principais e parque infantil visto da praia; Fonte: Autoria Própria.	146
Fig. 162 - Passeio entre a praia e o jardim; Fonte: Autoria Própria.	146
Fig. 163 - Passeio que dá acesso ao moinho; Fonte: Autoria Própria.	147

Fig. 164 - Entrada da enfermaria e armazém dos barcos por baixo dos edifícios principais; Fonte: Autoria Própria.	147
Fig. 165 - Rio e doca; Fonte: Autoria Própria.	147
Fig. 166 - Doca e rio; Fonte: Autoria Própria.	147
Fig. 167 - Barragem oca; Fonte: Autoria Própria.	148
Fig. 168 - Praia preparada para pessoas de mobilidade condicionada; Fonte: Autoria Própria.	148
Fig. 169 - Vista para a barragem que separa a praia superior da inferior; Fonte: Autoria Própria.	148
Fig. 170 - Vista para a ilha e esplanadas; Fonte: Autoria Própria.	148
Fig. 171 - Ponte Este que liga a barragem oca ao jardim; Fonte: Autoria Própria.	149
Fig. 172 - Varanda do restaurante; Fonte: Autoria Própria.	149
Fig. 173 - Escorregas naturais que dividem a praia de adultos e crianças; Fonte: Autoria Própria.	149
Fig. 174 - Escadas de acesso à praia; Fonte: Autoria Própria.	149
Fig. 175 - Rampa de acesso aos estacionamento principais e escadas para a praia; Fonte: Autoria Própria.	150
Fig. 176 - Estacionamento principais do parque; Fonte: Autoria Própria.	150
Fig. 177 - Jardim do parque de merendas principal; Fonte: Autoria Própria.	150
Fig. 178 - Jardim do parque de merendas principal visto da praia; Fonte: Autoria Própria.	150
Fig. 179 - Parque de merendas principal visto das plataformas das zonas de pesca; Fonte: Autoria Própria.	151
Fig. 180 - Plataforma das zonas de pesca desportiva; Fonte: Autoria Própria.	151
Fig. 181 - Ponte Oeste da praia; Fonte: Autoria Própria.	151
Fig. 182 - Vista das plataformas das zonas de pesca desportiva; Fonte: Autoria Própria.	151
Fig. 183 - Bancos para espetadores junto ao palco; Fonte: Autoria Própria.	152
Fig. 184 - Anfiteatro visto da ponte principal; Fonte: Autoria Própria.	152
Fig. 185 - Esplanada da ilha; Fonte: Autoria Própria.	152
Fig. 186 - Ponte principal para o lado norte da praia; Fonte: Autoria Própria.	152
Fig. 187 - Pavilhão multiusos; Fonte: Autoria Própria.	153
Fig. 188 - Via dos passadiços; Fonte: Autoria Própria.	153
Fig. 189 - Balneários e zona de merendas do lado norte; Fonte: Autoria Própria.	153
Fig. 190 - Zona de merendas do lado norte; Fonte: Autoria Própria.	153
Fig. 191 - Rampa de acesso ao passadiço que liga a Arouca; Fonte: Autoria Própria.	154
Fig. 192 - Passadiço que liga a Arouca; Fonte: Autoria Própria.	154
Fig. 193 - Via dos passadiços e escadas de acesso ao estacionamento do lado norte; Fonte: Autoria Própria.	154
Fig. 194 - Rampa de acesso ao parque Norte; Fonte: Autoria Própria.	154
Fig. 195 - Rampa de acesso ao parque Norte e ao parque de estacionamento; Fonte: Autoria Própria.	155
Fig. 196 - Parque de estacionamento e miradouro; Fonte: Autoria Própria.	155

Fig. 197 - Parque de estacionamento de autocarros; Fonte: Autoria Própria.	155
Fig. 198 - Grab and go e parque de estacionamento para carros elétricos secundário; Fonte: Autoria Própria.	155
Fig. 199 - Passadiço que liga a Castro Daire; Fonte: Autoria Própria.	156



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evolução demográfica da população do concelho de S. Pedro do Sul de 1849 a 2011; Fonte: Censos 2011.....	8
Tabela 2 e 3 - Chegadas Internacionais do turismo 1980 a 2013; Fonte: TP (WEB 14).	28
Tabela 4 - Quantidade e dormidas dos vários países na região Centro; Fonte: WEB 30.	40
Tabela 5 - Serviços, atividades e equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos TER/TN; Fonte: WEB 39.....	50
Tabela 6 - Nº de estabelecimentos TER/TN, segundo outras ofertas disponíveis; Fonte: WEB 39.....	50
Tabela 7 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN por escalão de nº de dias de estadia; Fonte: WEB 39.....	51
Tabela 8 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN por grupo etário; Fonte: WEB 39.....	51
Tabela 9 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN, segundo as respetivas formas de ocupação; Fonte: WEB 39.....	51
Tabela 10 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN, segundo as habilitações escolares; Fonte: WEB 39.	51
Tabela 11 - Motivações da procura dos hóspedes dos estabelecimentos de TER/TN; Fonte: WEB 39.....	52
Tabela 12 - Razões da escolha pelos hóspedes dos estabelecimentos de TER/TN; Fonte: WEB 39.....	52
Tabela 13 - Valências da estrutura do processo de intervenção.....	87
Tabela 14 - necessidades sociais e psicológicas, ecológicas e estéticas, económicas e tecnológicas.	88
Tabela 15 - Fatores de atração do público-alvo, exigências e necessidades de cada faixa etária.	99
Tabela 16 - Materiais dos pavimentos da Praia e respetivos tamanhos.	117
Tabela 17 - Percursos propostos.	132



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Motivos de visita turística mundial (2012); Fonte: UNWTO 2013 (WEB 12).	26
Gráfico 2 - Viagens, segundo os principais motivos, por destino (2013); Fonte: INE 2013 (WEB 13).	27
Gráfico 3 - Objetivos de crescimento e peso de cada região no Turismo; Fonte: TP.	31
Gráfico 4 - Objetivos para o número de turistas estrangeiros no Centro e respetivas receitas geradas; Fonte: TP.....	31
Gráfico 5 - Taxa de ocupação-cama, por Modalidade; Fonte: WEB 28.	36
Gráfico 6- Estimativa de dormidas, por NUT II- Milhares; Δ % 07/06; quota [2007]; Fonte: WEB 28.	36
Gráfico 7 - Estimativa de dormidas, por NUT II- Milhares (2007); Fonte: WEB 28.	37
Gráfico 8 - Resultados de exploração; Fonte: WEB 30.	39



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Lista de Acrónimos

- BTT - Bicicleta Todo-o-Terreno;
- DL - Decreto-Lei;
- HITT - Tinta de Esmalte Aquoso;
- INE - Instituto Nacional de Estatística;
- I.S. - Instalações Sanitárias;
- ISN - Instituto de Socorro a Náufragos;
- TER - Turismo em Espaço Rural;
- TN - Turismo de Natureza;
- TP - Turismo de Portugal;
- REN - Reserva Ecológica Nacional;
- SAER - Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco;
- NUTS - Nomenclature d'Unités Territoriales Statistiques;
- OMT - Organização Mundial de Turismo;
- ONU - Organização das Nações Unidas;
- PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo;
- PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza;
- p.p. - ponto percentual;
- UNWTO - United Nations World Tourism Organization;
- VFR - Visit Friends and Relatives;
- Wi-Fi - Wireless Fidelity;
- ZAB - Zona de Apoio Balnear;
- EUA - Estados Unidos da América;



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
PLANEAMENTO DO TURISMO: COMPLEXO DE UMA PRAIA FLUVIAL NA AMEIXIOSA, S. PEDRO DO SUL

Capítulo 1 - Introdução

Introdução

Esta Tese é apresentada à Universidade da Beira Interior como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura.

1.1. Contextualização

Atualmente, muitos países, regiões procuram prosperar devido à prática do turismo, explorando o meio e os elementos onde estão inseridas, quer sejam naturais ou construídos pelo Homem. Devido ao progresso, constante, dos meios de comunicação e de transporte, é possível fazer uma divulgação eficiente das valências dos locais, assim como proporcionar viagens para destinos, cada vez mais longínquos, a preços atrativos, o que tem conduzido a uma concorrência global entre locais, por vezes distanciados entre si milhares de Km.

Assim, será pela apresentação de características únicas, de elementos distintos, que as localidades podem atrair e fidelizar visitantes, proporcionando-lhes uma experiência única.

Se bem que Portugal é um país onde o sector nos últimos dois anos tem sido fundamental para o equilíbrio da balança de pagamentos, este, na parte continental do país, encontra-se muito concentrado em duas regiões e em dois produtos: Algarve, sol e mar e cultura em Lisboa e Vale do Tejo.

Contudo, todo o país apresenta possibilidades de desenvolver o sector já que, pesa embora a sua reduzida dimensão, a diversidade de paisagem, a riqueza de património material, imaterial, e natural, bem como o modo “Português” de receber e acolher quem “vem de fora”, são capazes de propiciar uma experiência única e autêntica.

Para tal, e sobretudo para fazer face aos problemas de êxodo rural e de quebra económica e populacional de várias regiões portuguesas, sobretudo no centro e interior do país, em zonas rurais, de grande riqueza e sensibilidade ambiental e ecológica, o turismo pode ser uma forma de sustentar e inverter estas tendências, promovendo a qualidade de vida das populações, atraindo mesmo novos habitantes, desde que devidamente planeado, balizado num quadro de políticas e soluções, que entendam a necessidade de equilibrar o Território, mantendo o que o torna único: as suas gentes, as paisagens, o património, a cultura.

A manutenção da autenticidade implica um entendimento global da realidade, procurando soluções únicas e que se complementem entre si.

Assim, procurando responder a um desafio lançado pela Câmara de São Pedro do Sul, e após a revisão da literatura torna-se evidente que: o turismo na região em estudo, pode assumir um papel fundamental potenciando a manutenção do património natural, material, imaterial, e humano, tão necessários ao desenvolvimento e à evolução das sociedades, sobretudo quando enquadrado por um planeamento que evidencia as potencialidades dos locais, ao mesmo tempo que as preserva e os conduz ao futuro, de forma sustentada.

1.2. Objetivo

Esta dissertação de mestrado procura apresentar resposta ao desafio lançado pela Câmara de São Pedro do Sul, propondo uma Praia Fluvial para o local de Ameixiosa, com características capazes de a distinguir das demais e de a sustentarem no tempo.

Assim sendo, ir-se-á englobar na proposta uma noção de planeamento integrado do turismo, procurando, pelo conhecimento do Concelho de São Pedro do Sul, da Região, do seu património, bem como de boas práticas e do conhecimento do local, utilizar os recursos e as infraestruturas existentes tendo como objetivo a promoção de uma ação de turismo enquadrada nas potencialidades, figuras de plano e apetências do Concelho.

1.3. Justificação e Motivação na Escolha do Tema

A temática do turismo, em particular do turismo de natureza, tem sido uma área que se procurou explorar, sobretudo depois de ter entrado em contacto com ela através das unidades curriculares de Habitat Rural e de Ordenamento e Ambiente, juntamente com vários dos Projetos do currículo do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade da Beira Interior. A vivência entre a natureza é algo que me é particularmente atraente, devido a razões afetivas, e pelo facto de morar num Concelho como o de Gouveia, onde tenho desenvolvido, ao longo dos anos, uma particular sensibilidade para encarar os problemas dos concelhos do Interior onde a diminuição da economia e da população, bem como a incapacidade de fixar população mais qualificada, se fazem sentir.

Assim, e com os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação superior, tenho procurado uma prática arquitetónica/urbana reflexiva, em busca de propostas/soluções que proporcionem melhores condições de vida às populações, sem descuidar a autenticidade e as mais-valias patrimoniais, e humanas destas áreas do país.

Com efeito, as áreas de conhecimento abordadas durante o curso de Arquitetura e os meus conhecimentos da região centro, fizeram-me querer trabalhar em algo que pudesse ser aplicado na prática, que pudesse contribuir para potenciar as qualidades de um Concelho interior, capacitando-o para sustentar e captar população, investimento, mantendo e até potenciando o seu património único.

Atendendo às potencialidades do local do caso de estudo, sobretudo ao nível do ambiente, localização, às suas características rurais, uma proposta de Praia Fluvial, enquadrada num planeamento integrado do turismo do Concelho, pareceu ser algo capaz de ser apresentado à idealidade camarária.

1.4. Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, procurou-se utilizar um método de pesquisa constante/integrado: a análise documental e Estatística, sobre o turismo e sobre o Concelho/Região de São Pedro do Sul; a análise do local durante o ano, recorrendo a todos os sentidos; recolha de material *in loco*; conversas com os técnicos da Câmara de São Pedro do Sul e material de suporte fornecido; visita e análise de boas práticas (outras praias), noutros locais; conceitos teóricos vários recolhidos em fontes secundárias sobre arquitetura vernacular, sustentabilidade, energia, soluções construtivas, entre outros.

A utilização deste método, de forma contínua ao longo do processo de criação de conhecimento irá possibilitar que a proposta de praia fluvial apresentada inclua equipamentos, soluções, até a possibilidade de faseamento dos mesmos, que sejam inovadores e capazes de permitirem a fruição deste espaço durante todo o ano, integrado com as demais valências turístico/lúdicas do Concelho.

A reflexão, e a visão integrada do território foi algo que se procurou ter em consideração ao longo de toda a elaboração da proposta, tendo para tal sido elaborada uma análise das forças, fraquezas do local, face às potencialidades do Concelho e da região, bem como a algumas ameaças/carências, que a solução procura transformar em mais-valias para o local.

1.5. Organização do Trabalho

O presente Trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

- . No primeiro capítulo apresenta-se o trabalho e a metodologia presente aquando a sua elaboração;
- . No segundo capítulo caracterizou-se a Região e São Pedro do Sul, para no terceiro se estudar o Turismo, com especial relevo para as características dos produtos apontados pelo PENT para a Região Centro onde se integra o local de intervenção. Procurou-se também, no terceiro capítulo, informações sobre praias e sobre outros equipamentos associados ao turismo de natureza nomeadamente parques de campismo;
- . O quarto capítulo centra-se no estudo e exposição da arquitetura vernacular, predominante na região onde o local de intervenção se insere, e a sua evolução histórica, nomeadamente ao nível da habitação rural;

. Os capítulos seguintes, cinco e seis, referem-se especificamente ao local de intervenção, a Ameixiosa, procuram estudá-lo, conhecer as suas características, de forma a conceber a proposta de praia fluvial, englobando e refletindo sobre os conhecimentos adquiridos ao longo dos capítulos anteriores.

. Por fim apresentam-se algumas conclusões fruto da reflexão da prática refletiva que a proposta encerra.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO



Capítulo 2 - S. Pedro do Sul

Introdução

Distrito de Viseu, concelho de S. Pedro do Sul, freguesia de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio, na aldeia da Ameixiosa. É onde o projeto se desenvolve. Por esse motivo torna-se necessário o enquadramento do local, desde a localização geográfica ao contexto histórico-cultural. Desde a ênfase da natureza e das termas, reflexo de grande potencial para a região.

2.1. Localização Geográfica

No antigo concelho de Lafões é onde se encontra São Pedro do Sul, um lugar elevado a cidade em 2009 (12 de Junho). Hoje em dia pertence ao distrito de Viseu e à sub-região de Dão-Lafões na região Centro. Em termos populacionais contém cerca de 3 600 habitantes. A sua sede faz fronteira com Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Frades, Vouzela, Viseu e Castro Daire. Já o município, que percorre uma área de 348,68 km² e está subdividido em 14 freguesias, conta com uma população total de 16 851 habitantes. (Censos 2011) (WEB 1).

Concelho de S. Pedro do Sul

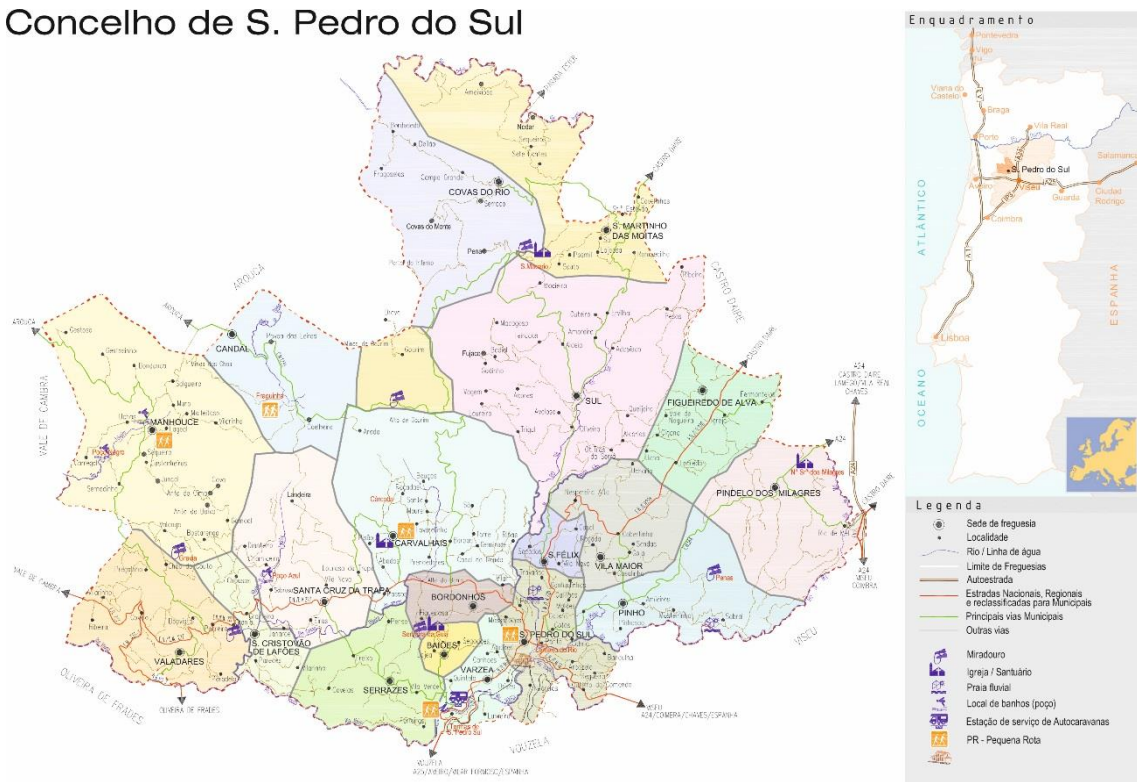


Fig. 1 - Mapa do concelho de S. Pedro do Sul; Fonte: WEB 2; Autor Desconhecido.

Tal como foi acontecendo com todos os concelhos pertencentes à região centro, também os registos demográficos de S. Pedro do Sul têm vindo a decrescer. A busca por melhores condições

de vida são o principal motivo. O ano em que houve mais acréscimo de população foi a partir do Séc. XX, após a criação do novo edifício termal - Termas Rainha D. Amélia, em 1895.

Tabela 1 - Evolução demográfica da população do concelho de S. Pedro do Sul de 1849 a 2011; Fonte: Censos 2011.

Evolução demográfica da população de S. Pedro do Sul (1849 - 2011)								
Ano	1849	1900	1930	1960	1981	1991	2001	2011
Nº Habitantes	13 844	22 051	23 426	24 273	21 220	19 085	19 083	16 851

Distribuição e dimensão dos lugares
Concelho de S.P.S
Sem Escala

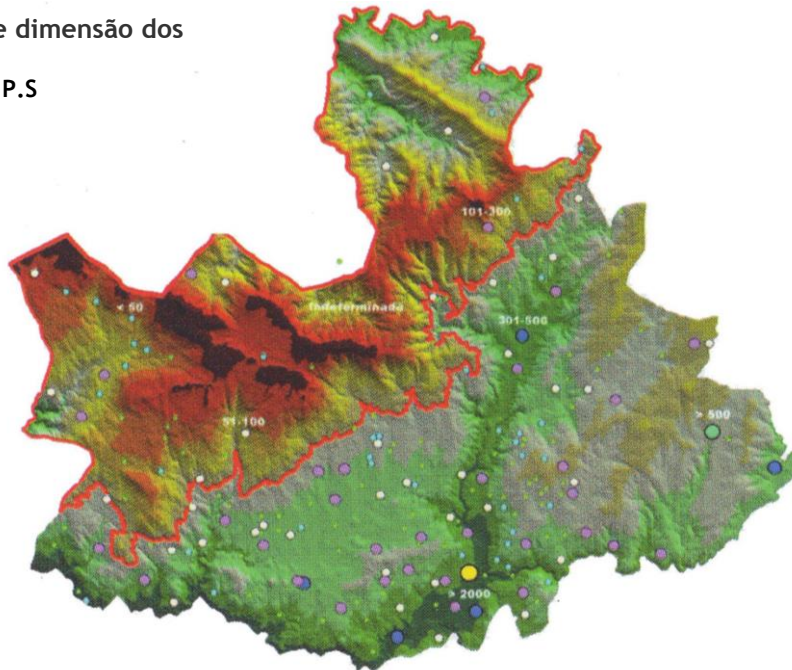


Fig. 2 - Distribuição e dimensão dos lugares; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: Santos J.

2.2. Contexto Histórico

As primeiras ocupações da região de Lafões apontam para a época pré-histórica. Espalhadas por esta região encontram-se vestígios da população neolítica que nela habitava. E era, sobretudo nos pontos mais altos, que construíam as suas habitações, dolmens e mamoa para aí sepultarem os seus mortos, e onde gravavam imagens nas pedras das encostas dos montes. O primeiro levantamento dos monumentos pré-históricos da região foi realizado pelo Professor Amorim Girão em 1921. Ele registou os seguintes monumentos: 3 cavernas, 5 grutas, 18 antas, 10 antelas, 74 mamoa, 2 menires, 20 castros e 5 lajes. (Oliveira, 2001).



Fig. 3 - Pedra cobra - Estrada Viseu - S. Pedro do Sul; Fonte: WEB 3; Autor Desconhecido.

Os únicos vestígios do povo lafonense estão nos castros junto das zonas mais elevadas, e guardados também nos nomes das terras. Muitos deles, os mais antigos, foram abandonados quando a maioria da população desceu para os vales situados junto dos rios. Outros acabaram por sofrer influências romanas tornando-se castros romanizados. A ocupação romana também trouxe consigo vastas redes de estradas e pontes, e revelou enorme importância quanto à distribuição do concelho. Um olhar atento sobre a cidade de São Pedro do Sul nota que esta se encontra num ponto em que dois eixos principais se cruzam. Há uma das vias que liga Vouzela e as termas do Sul com o interior do distrito de Viseu, como Castro Daire, e outra que liga a cidade de Viseu com o litoral noroeste do país, o Porto.

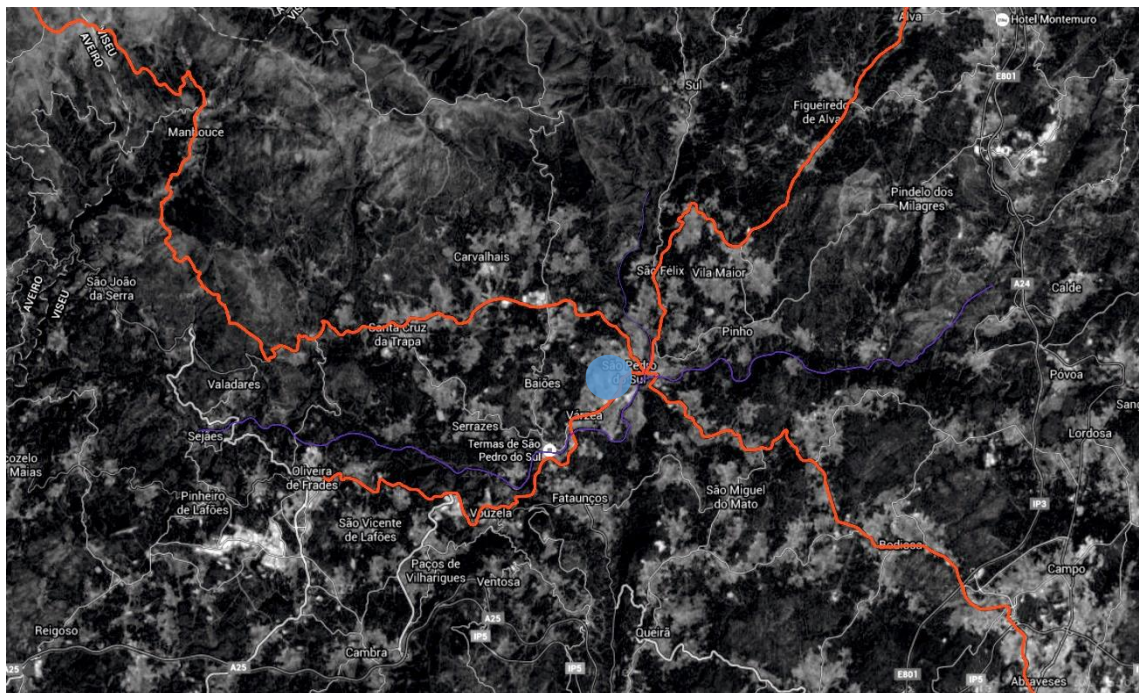


Fig. 4 - Mapa do cruzamento das vias artificiais e vias naturais, os rios, que definiram a localização da Cidade de S. Pedro do Sul; Fonte: Google Maps.

Mas o mais importante vestígio deixado na região foi o “*Balneum*” romano das termas de S. Pedro do Sul, que ainda hoje pode ser visitado ao lado do edifício termal da Rainha D^a. Amélia. Com a queda do império romano, em 476, a região passou a fazer parte do reino suevo e mais tarde do reino visigótico, origem da fusão entre a raça germânica e românica, que unidas pela religião cristã ocuparam o local até às invasões muçulmanas no século VIII.

A reconquista cristã, sobre o comando de Fernando Magno a sul do Douro, fez com que a região voltasse a ser povoada nos finais do século X. As populações rurais espalharam-se em “*villas*”, *propriedades rústicas, granjas ou herdades, mais ou menos isoladas. Foram estas propriedades rústicas que, desenvolvendo-se e aglutinando-se, vieram a dar origem às primeiras povoações*”. (Oliveira, 2001). Tais como as atuais vilas de: “*Baiões, Ansiães (Ansilanis, “villa” de Ansila), Goja, Cotães, Segadães (Sagates), Nodar (Notarei, “villa” de Notarius), Bordonhos (Iban Ordonius), Filmir, Recemir, etc.*”. (WEB 4).

Após invasões e reconquistas houve a necessidade de proteger e manter o território. Nesse sentido criou-se a “*Senhora do Castelo*” que funcionou como centro militar e administrativo das terras medievais de Lafões. Também na segunda metade do século XIII se pôs em prática a organização de territórios. Os senhores dedicaram-se ao aproveitamento e recuperação de antigos castros da idade do ferro para construírem os seus castelos, ou seja, pontos defensivos que ajudassem a proteger os territórios e as estradas utilizadas pela população. (WEB 4). Estes pontos defensivos foram importantes alicerces na formação das diversas paróquias que originaram algumas das atuais freguesias: “*Baiões (Baiões, Segadães e Calvos), Bordonhos (Bordonhos e Figueirosa), Carvalhais (Paços, Casal de Renda, Sá, Torre, Mourel...), Várzea (Ansiães, IDrises e Beirós), Vila Maior, Pinho (Pinho, Sobral e Moldes) ou Sul (Amaral)*”. (WEB 4).

Em 1514 D. Manuel atribuiu foral novo ao concelho de Lafões, muitas vezes conhecido por o concelho de “duas cabeças” referindo-se a S. Pedro e a Vouzela unidos. Atualmente, desde 1857 e por intermédio do decreto de 24 de Outubro de 1855, o antigo concelho de Lafões está dividido em três concelhos: São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades.

Mapa da Região de Lafões

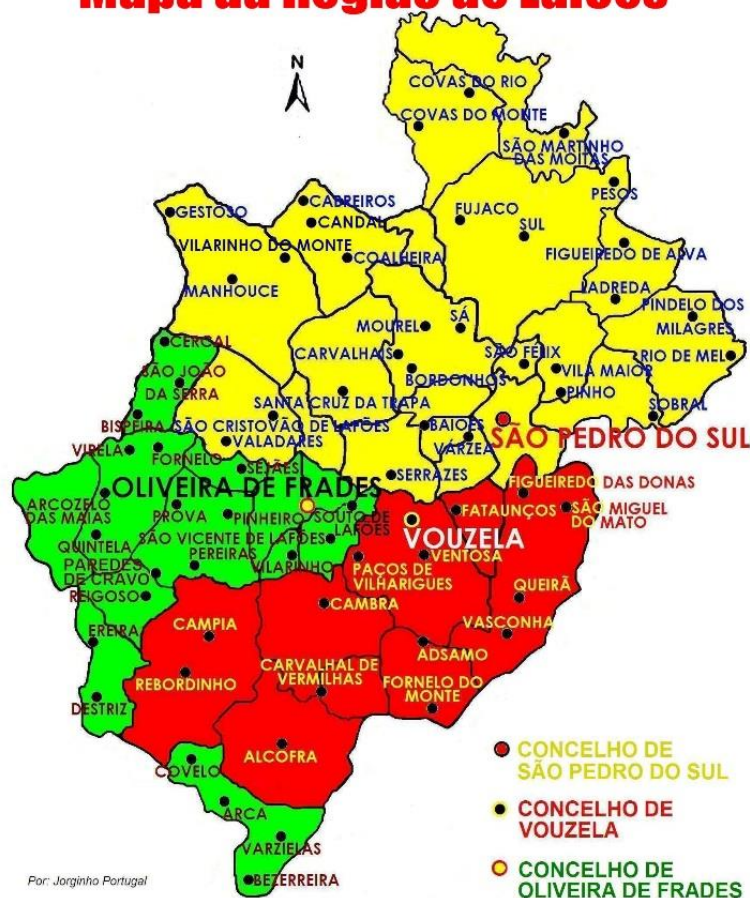


Fig. 5 - Mapa do Concelho de Lafões; Fonte: WEB 5; Autor Desconhecido.

O que verdadeiramente divide o território é o rio Vouga. O seu potencial em questões de interesse político e económico fez com que no século XVIII, e por diversos anos, se iniciassem estudos com o intuito de o tornar navegável. Os mesmos engenheiros que acompanharam os trabalhos da barra de Aveiro elaboraram, em 1777, um relatório sobre o tema, no entanto, quer pela abertura da Barra quer pelo desenvolvimento do caminho-de-ferro (1853), a ideia deixou de ser relevante. E, ao contrário do que se pensou, a linha ferroviária poucos benefícios trouxe ao território.

A atividade que realmente potencia o concelho e tem resistido e progredido ao longo dos anos é, sem dúvida, a termal que se expressou na reforma do antigo complexo de termas com a construção de um novo edifício em 1885, as Termas Rainha D. Amélia (designado em 1895), e que passou a ser denominado, em 1910, por Termas de São Pedro do Sul. Em 1987 inaugurou-se o novo centro termal e iniciou-se a modernização das técnicas termais e requalificação do Balneário Rainha D. Amélia, aberto ao público apenas em 2001. Só em 2006 é que o novo centro termal iniciou obras de ampliação, abriu ao público em 2007, sendo inaugurado em 2008 com o nome de Balneário D. Afonso Henriques, homenageando-o.



Fig. 6 - Antigas termas romanas e de D. Afonso Henriques; Fonte: WEB 6; Autor Desconhecido.

Foi D. Afonso Henriques que por volta do século XI reconstruiu os banhos termais, melhorando *“as caldas e (...) a albergaria e gafaria. Os banhos eram separados para sãos e leprosos e os leprosos eram os que faziam o serviço dos banhos”*. (Ribeiro, 1932 in Oliveira, 2001). Soube-se que D. Afonso Henriques permaneceu nas instalações depois do acidente de Badajoz e que D. Afonso II terá feito tratamentos nas termas para combater a sua lepracia.



Fig. 7 - Edifício termal de D. Afonso Henriques/ Termas de São Pedro do Sul; Fonte: WEB 7; Autor Desconhecido.

Este centro termal de enorme valor patrimonial para a região e para o país trouxe à região não só desenvolvimento na área da saúde mas também no sector hoteleiro. Ao longo dos anos foram construindo-se inúmeros hotéis de forma a assegurar os hóspedes que fazem tratamentos termais. Entende-se assim que este é o principal sector económico do concelho.

2.2.1. Da edificação Religiosa à Administrativa

A religião sempre teve muita influência na edificação histórica de S. Pedro do Sul, prova disso é que a ordem de S. Francisco estabeleceu a sua base no cimo da vila, na capela de S. Sebastião. Anos mais tarde, em 1778, foi concluído o convento Franciscano que demorou 27 anos a ser construído. Este, com 83 anos de existência, foi submetido, em 1834, a uma lei de regime liberal que incorporou todos os bens religiosos. A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul tirou partido da situação e ficou com posse das propriedades do convento, tais como *"o edifício para residência do pároco, Casa da Câmara, Hospital e Aulas; a Cerca para cemitério, dos arcos do Aqueduto para baixo, o resto da horta, construindo-se uma fonte pública"*. (Oliveira, 2001).

Após ter sido requalificado o antigo convento passou a denominar-se Paço do Concelho, contendo várias funções necessárias, como Tribunal Judicial, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Registo Predial e até Cadeia. Mas em 1967 o edifício sofreu um incêndio que deixou o edifício reduzido a paredes, e assim se manteve durante vários anos até à sua reconstrução. Foi este edifício que se tornou a atual Câmara Municipal da cidade, e que ainda contém gravado nas pedras de granito no chão as marcas de ferrugem tingidas pelos destroços do incêndio. (Idem).

2.3. Contexto Cultural

2.3.1. O Legado das Civilizações:

É impossível falar do aspeto cultural desta região sem destacar o legado deixado por diferentes civilizações: Megalítica, Castreja, Romana, Idade Média e Idade Moderna. São influências que se refletem em património físico.

Da primeira civilização permanecem as Antas, Mamoas (do Juncal), Menires e gravuras rupestres, como a pedra escrita de Serrazes. Da segunda os Castros no cimo dos montes - Castro da Cárcoda em Carvalhais, Castro do Banho em Serrazes e o Castro da Nossa Senhora da Guia em Baiões. Da terceira as vias e pontes, os povoados, castros romanizados bem como inscrições de carácter funerário ou votivo e, ainda, o edifício das termas romanas que se encontra na margem esquerda do rio Vouga. Da quarta restam os túmulos rupestres de Novais e de Sta Bárbara, a sepultura antropomórfica de Pindelo dos Milagres, os sarcófagos de Figueiredo de Alva e Serrazes, as estelas discoides de Serrazes, as lagaredas rupestres da Quinta das Roçadas e em Goja e a ponte sobre o rio Sul. Mas também as Torres medievais de Paços de Vilharigues e Alcofra, do concelho de Vouzela. E por último, da civilização da Idade Moderna, um vasto número de referências a nível de pelourinhos (de Sul e Sta da Trapa), fontes, Igrejas (de S. Félix, Várzea e Candal), Capelas (da Sta da Guia, S. Macário de Baixo, Sra da Nazaré, S. Martinho e Sra da Boa Morte), Solares e Palácios, como o Convento de S. Cristóvão com aqueduto e fonte, o Palácio de Reriz e a Quinta da Comenda que acolhia a Rainha D. Amélia e o Rei D. Carlos nas suas visitas às Termas para tratamentos. (Santos, Z).

Neste ponto cabe referir a intensa atividade mineira das décadas 30, 40 e 50 do século passado. Graças a esta existem, hoje, vestígios de arqueologia industrial. E o edifício Inatel construído na década de 40, na altura uma das mais importantes unidades hoteleiras de Portugal. (Santos, Z).

2.3.2. Património Imaterial: Festividades

Os Cantares de Manhouce fazem parte da identidade de S. Pedro do Sul. Têm origem nas alturas da Serra e cantar dos rios. Musicólogos e etnólogos de renome internacional reconheceram-lhe tal importância que hoje em dia algumas das cantigas estão registadas no Cancioneiro Popular Português. Estas e o folclore tradicional retratam trabalhos rurais e da terra, momentos festivos e de culto religioso.

S. Pedro do Sul está envolto de *“tradições, crenças e lendas de cabras que matam lobos, serpentes que comem homens, de mortos que matam vivos e de santos que transportam brasas acesas nas mãos, estórias que vão permanecendo no desenvolvimento e na continuidade da cultura popular”*. (Termas de S. Pedro do Sul, 2015).

A religiosidade, tradições e crenças ganham maior expressão na altura das romarias ao S. Macário (último Domingo de Julho) e à Senhora da Guia (primeiro Domingo de Pascoela). Cada festividade com as suas próprias devoções e ladainhas. (S. Pedro do Sul, p. 9, 2015). Estes e outros eventos regional e nacionalmente reconhecidos, como as Andanças, os Ritmos da Terra (percursos pedestres temáticos) e os Encontros de Contadores de Histórias, tem atraído turistas de todo o país. (WEB 8).

Quanto aos saberes sobre o amanho da terra e o trato dos animais, bem como os segredos relacionados com o ciclo do linho e da debulhada transmitem-se verbalmente de geração em geração.

2.3.3. Sabores da Gastronomia:

S. Pedro do Sul, tal como qualquer outra região, tem uma gastronomia muito própria. Vitela assada, cabrito à Lafões, rojões à moda de S. Pedro do Sul, bacalhau com broa, arroz de pato, arroz de vinha de alho, arroz de carqueja, sopa de feijão e enchidos tradicionais, acompanhados com o vinho de Lafões, são os pratos típicos da zona. Mas também, na parte da doçaria, o pão-de-ló do Sul, o folar da ponte, os caçoilinhos, os caladinhos e os vouguinhas. Com destaque ainda para licores e compotas de vários sabores.

A importância da gastronomia reflete-se na existência de mais de 30 restaurantes espalhados por todo o concelho - sete classificados como restaurantes típicos (WEB 8) - e organização de feiras que decorrem ao longo do ano: feira da laranja em Abril, feira da vitela de Lafões em Maio, feira da broa em Agosto, festival do feijão em Setembro e a festa da castanha e do mel

em Novembro. Semanalmente, aos Sábados, decorre no Mercado de Agricultura Familiar e Tradicional uma feira de produtos típicos da região, vendidos por produtores locais. (Termas de S. Pedro do Sul, 2015).

2.3.4. Natureza: Lazer e Desporto

S. Pedro do Sul caracteriza-se por alguma abundância em espaços verdes, propícios para relaxar e praticar desportos de natureza e ar livre: simples passeios, mas também atividades radicais e/ ou aquáticas, de aventura.

A região tem ao dispor percursos pedestres e de jipe. E estimula o BTT e cicloturismo, escalada, desportos de montanha, canoagem no rio Vouga e *rafting* no rio Paiva - considerado o mais limpo da Europa e classificado por ter importância comunitária na Rede Natura 2000. (Termas de S. Pedro do Sul, 2015).

Os visitantes podem usufruir de bonitas paisagens e parques naturais, tendo ainda a possibilidade de visitar inúmeras aldeias típicas de granito e xisto. Seguem abaixo os roteiros existentes.

2.3.4.1. Roteiro das Serras

Este roteiro que tem como ponto de partida a Vila de S. Pedro do Sul, e duração prevista de uma manhã ou tarde, desenvolve-se em duas etapas. Primeiro através das Serras da Gravia e da Arada, depois pelas Serras da Arada, S. Macário, Ameixiosas e Sequeiros. O percurso pretende dar a conhecer a morfologia e uso do solo das diferentes serras. Subir aos pontos mais altos, como o sítio das Chãs, Valadares e Ranhados, para disfrutar de panoramas muito específicos: enfiamentos visuais sobre a região de Lafões; paisagem típica de Primavera e Verão em que a urze, carqueja e tojo formam um tapete colorido; paisagem de Inverno composta por montanhas agrestes e silenciosas, envoltas de nevoeiro, onde nascentes rebentam fortes para alimentar os caudais das ribeiras e dar expressão às cascatas. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.2. Roteiro das Paisagens

É um percurso que se inicia nas Termas de S. Pedro do Sul e se desenvolve na zona serrana, num período de dois dias. Este proporciona uma sequência de paisagens serranas, fluviais, pontos panorâmicos sobre o concelho e outros vizinhos, ocorrências geológicas, paisagens rochosas e compostas por cobertura vegetal: alto do Portal do Inferno, sítio das Penas, cascata do Poço Negro, e envolventes de Gourim, Pena e Covas do monte, e outras. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.3. Roteiro Rural

O ponto de partida deste percurso localiza-se também nas Termas de S. Pedro do Sul e prevê a duração de um dia. O objetivo é o de mostrar aldeias e sítios mais característicos, paisagens agrícolas, moinhos, rebanhos e quintas tradicionais. Destacam-se as paisagens agrícolas da aldeia da Lomba do concelho de Vale de Cambra, Drave do concelho de Arouca e a aldeia da Bezerreira do concelho de Oliveira de Frades. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.4. Roteiro das Aldeias

Este roteiro tem início na Vila de S. Pedro do Sul e desenvolve-se ao longo de um dia. O intuito é o de dar a conhecer características topográficas e geológicas de um determinado lugar, valorizar a sua arquitetura tradicional. Deste modo fazem parte do roteiro aldeias como a de Pena, Covas do Monte e Fujado, e outras que, embora em ruína, aglomeram casas com paredes de pedra de granito e xisto e coberturas em xisto ou ardósia. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.5. Roteiro Arqueológico

Roteiro para um dia, que apura o interesse sobre lugares com características arqueológicas. Neste ponto destacam-se as mamoas do Juncal, a Anta de Arca, a Anta Pintada de Antelas no concelho de Oliveira de Frades, a Portela da Anta no concelho de Arouca, a pedra escrita de Serrazes, castros como o da Cárcoda, ruínas termais e vias da época romana - estradas romanas de Viseu-Porto e Águeda- Viseu. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.6. Roteiro Histórico e o Cultural

Estes roteiros, cada um com uma duração prevista de dois dias, são traçados com o intuito de relatar e mostrar o património cultural deixado pelas civilizações que marcaram a história do concelho. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.7. Roteiro Religioso

O roteiro previsto para dois dias mostra elementos de património religioso ou lugares de culto. Além de grande número de capelas, como a de Drave em Arouca, também solares com capelas e igrejas como a de Valadares (1126), a de S. Pedro do Sul (1292), e o Mosteiro de S. Cristóvão (séc. XII). (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.8. Roteiro das Quintas

Deste percurso, de duração de uma manhã ou tarde, faz parte a visita a um conjunto de quintas, de estado conservado e boa acessibilidade, surgidas de *villas* romanas, granjas, herdades, casais ou fazendas anteriores à constituição portuguesa. Por exemplo a Quinta do Comenda e a Quinta das Latas. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.9. Roteiro do Vinho de Lafões

É um percurso que dura uma manhã ou tarde e compreende alguns espaços e edifícios onde se cultiva e produz o vinho de Lafões, tais como a Quinta da Comenda e a Adega Cooperativa de Lafões. Trata-se de um vinho típico, que surge pela primeira vez em 1375, com características semelhantes ao do vinho verde. Tem pouco álcool, rico em ácido málico e é bastante frutado. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.10. Roteiro Mineiro

Tal como já foi referido, nas décadas de 30 a 50 S. Pedro do Sul desenvolveu uma intensa atividade mineira, nomeadamente na Serra da Freira e Arada, de onde eram extraídas grandes quantidades de estanho e volfrâmio, utilizados no fabrico de aços, ligas, solda, elétrodos e filamentos para lâmpadas. Este roteiro, que se desenvolve num dia, destaca os núcleos mineiros das Chãs, da Serra de Sequeiros e do Loureiro. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.4.11. Roteiro Misto

A duração deste percurso é de dois dias, e este, de um modo geral, põe em evidência recursos naturais e culturais, relata e mostra aspetos significativos da história e da religião. E valoriza a ruralidade do lugar. (Santos, Z). (Anexos II).

2.3.5. Termas de S. Pedro do Sul:

Fazem parte da cultura de S. Pedro do Sul as termas. Que, para fins de saúde, começaram as ser exploradas no período de domínio romano. Por lá passaram figuras emblemáticas da monarquia, como os reis D. Afonso Henriques, D. Manuel I e D. Amélia de Orleães, e o fenómeno deu o nome aos balneários existentes.

Atualmente considera-se que S. Pedro do Sul tem a maior e mais desenvolvida estância termal da Península Ibérica com água mineral natural: *“sulfúrea, pouco mineralizada e PH de 8.89, a 18°C, emerge naturalmente à superfície a uma temperatura de 68°C”*. (Termas de S. Pedro do Sul, 2015).

Este espaço termal funciona o ano inteiro e oferece serviços de saúde e bem-estar (comodidade, repouso, lazer), estética e fisioterapia. Os tratamentos são sofisticados, pouco agressivos, preventivos e sem efeitos secundários. Estão relacionados com a área da medicina física e reabilitação e pretendem resolver problemas reumatológicos e das vias respiratórias. Além do corpo, também a mente. (Termas de S. Pedro do Sul, 2015).







Capítulo 3 - Turismo e Espaço Rural

Introdução

A compreensão de fenómenos - viagens frequentes pelo mundo e dentro do próprio país, experimentadas cada vez mais por diferentes estratos sociais, deslocando-se por diversos motivos ao longo dos anos, fez com que no século XX organismos internacionais sentissem a necessidade de definir conceitos básicos acerca do turismo, de modo a obterem resultados estatísticos mais precisos e passíveis de serem comparados. Como tal, foram vários os autores e investigadores a estudar a questão e a descomplexificá-la. E notando a sua mais-valia num contexto económico, social e cultural, político e até ambiental. Em Portugal o número de turistas tem crescido ano após ano. Cada zona terá de focar-se no desenvolvimento de produtos ou tipos de turismo, e condições para os potenciar. O Plano Estratégico Nacional de Turismo - PENT - delineou estratégias, e defende que o centro deve apoiar-se no Turismo de Natureza.

3.1. Turismo: Perspetivas e Oficialização

“*The Grand Tour*”, “*touriste*”, “*tourisme*”. Não existe consenso acerca da origem da palavra. No entanto acredita-se que esta última surge primeiramente em 1826 no livro “*Spain Revisited*” de Alexander Slidell Mackenzie. (SAER, 2005). E a primeira emerge ao longo da segunda metade do século XVIII, na sequência das viagens realizadas por jovens ricos, aristocratas ingleses da época, pelo continente europeu, e que duravam aproximadamente três anos. A finalidade seria a de complementar e aprofundar os estudos. Aproveitava-se para segundo plano a oportunidade de conhecer pessoas e explorar outros lugares, de se distrair e repousar. (WEB 9).

Mas foi em 1910 que se definiu pela primeira vez o conceito. Para Herman Von zu Schrattenhofen, um economista austríaco, turismo é “*o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão diretamente ligadas entre eles*”. (Bernecker, 1965, in Cunha, 2010).

Uma definição entre muitas outras já que a expansão do turismo sugeria benefícios ao nível da economia, mas também políticos, sociais e culturais.

Como tal Mathieson e Wall expõem, em 1982, a sua noção de turismo, - “*não só o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de residência e de trabalho, como ainda as atividades e as infraestruturas criadas para satisfazer todas as suas necessidades durante a sua estadia*” (Beato, 2008); e Edgell, Allen, Smith e Swanson, em 2008, consideram-no como sendo o conjunto de “*atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares distintos do seu contexto habitual, por um período de tempo consecutivo*”

inferior a um ano, com as finalidades de lazer, negócios e outras". (Edgell et al., 2008, in Gil, 2015).

A controvérsia acerca do conceito é notória entre autores, décadas e países. Ainda assim não é este um fator impeditivo para a criação de uma definição geral e necessária a nível mundial. Ficou oficializado, em 2008 e por parte das Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo, que turismo é o conjunto de atividades que indivíduos realizam durante as suas viagens, a lugares diferentes daquele onde habitualmente residem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, e cuja finalidade é a de lazer, negócios, entres outras. (Abrantes, 2010).

3.1.1. Visitante, Turista e Excursionista: Distinção e Evolução

Décadas se passaram até que vários conceitos sobre turismo ficassem normalizados. As distinções tornaram-se necessárias para que estudos fossem criteriosamente desenvolvidos, sobretudo porque envolviam várias questões, nomeadamente relacionadas com deslocações a territórios específicos, residência, alojamento, duração de permanência num determinado local, remuneração e motivos ou motivações inerentes às próprias viagens.

É neste contexto, de elaboração de estatísticas turísticas internacionais, que no ano de 1937 a Comissão Económica da Sociedade das Nações delineia a noção de *"turista"*, - qualquer pessoa que, sem discriminação de etnia, sexo ou religião, se desloca da sua área de residência habitual para outro país, num período igual ou superior a 24 horas. (SAER, 2005).

A inclusão da definição de *"visitante"* surge em 1963, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais. Entendida como toda a pessoa que se desloca da sua área de residência habitual para um país diferente, sem que o motivo seja exercer aí uma profissão remunerada. (Beato, 2008). Um conceito repartido, na altura, em *"turista"* e em *"excursionista"*. O primeiro referindo *"visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cujos motivos da viagem podem ser agrupados em: lazer e negócios, razões familiares, missões, reuniões"* e o segundo *"visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no país visitado"*. (WEB 9).

Considerando estas definições incompletas, por contemplarem apenas o turismo internacional, a Organização Mundial do Turismo criou em 1983 uma noção mais elaborada sobre turismo nacional. Deste modo era *"visitante nacional"* *"toda a pessoa, qualquer que seja a sua nacionalidade, que reside num país e que se desloca a um lugar situado nesse país e cujo motivo principal da visita é diferente do de aí exercer uma atividade remunerada"*. Já um *"turista nacional"* *"um visitante com uma permanência no local visitado pelo menos 24 horas mas não superior a um ano e cujos motivos da viagem podem ser agrupados em prazer, férias, desporto ou negócios, visita a parentes e amigos, missão, reunião conferência, saúde, estudos, religião"*.

E um “*excursionista nacional*” um “*visitante que permanece no local visitado menos de 24 horas*”. (Idem).

Hoje em dia as definições que vigoram são as estipuladas em 1993 pela Comissão da Estatística da ONU. Para quem um “*visitante*” é toda a pessoa que se desloca temporariamente, período inferior a 12 meses, da sua área de residência habitual para outra, dentro ou fora do país, sem que o motivo seja o de aí exercer uma atividade remunerada; um “*turista*” é todo o visitante que permanece no local visitado mais de 24 horas, tendo que aí passar pelo menos uma noite, em alojamento privado ou coletivo; e, por fim, “*excursionista*” ou “*visitante do dia*” é todo o visitante temporário que permanece menos de 24 horas no local visitado e que tende a regressar à residência habitual. (Cunha, 2010).

Para finalizar convém destacar a figura a baixo, construída pela Organização Mundial do Turismo - OMT - em 1994 com o intuito de esclarecer quem deve ser incluído nas estatísticas de turismo e quem não deve ser.

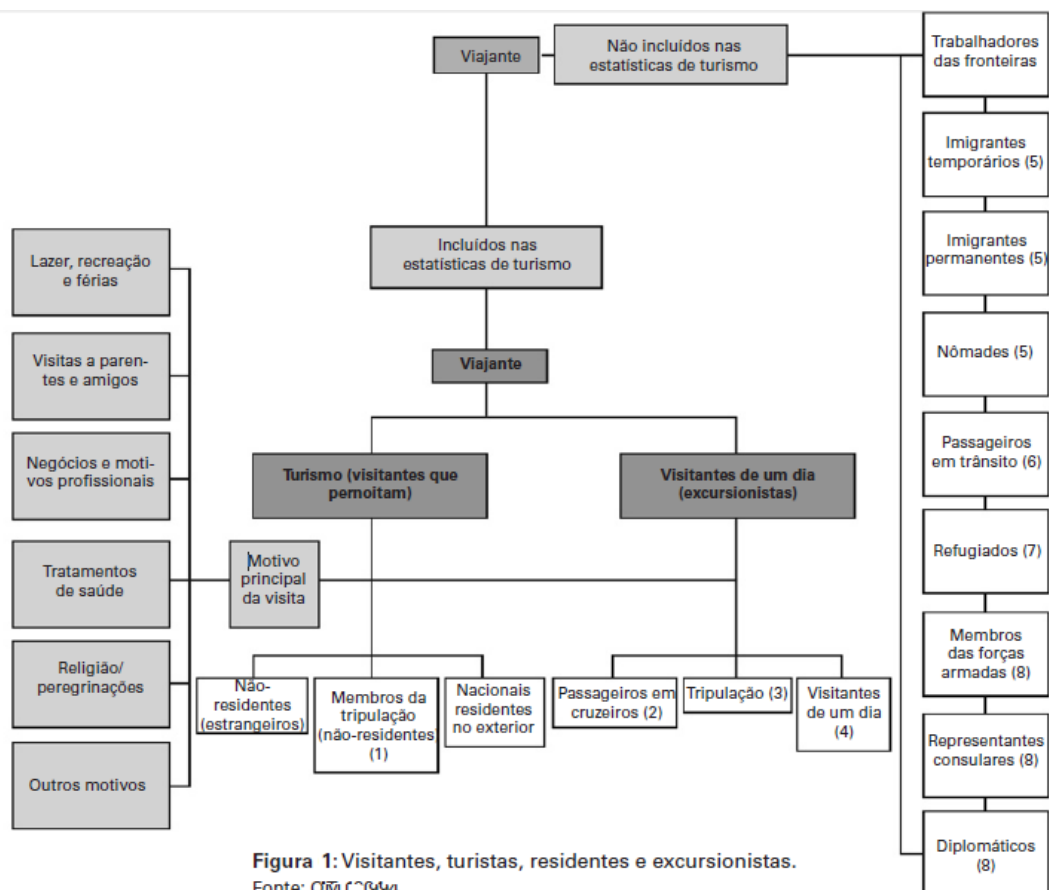


Figura 1: Visitantes, turistas, residentes e excursionistas.
 Fonte: OMT, 1994.

Fig. 8 - Visitantes, turistas, residentes e excursionistas; Fonte: WEB 10; Autor: OMT, 1994.

3.1.2. Turismo como um Sistema

Para melhor simplificar e compreender o turismo autores como Hall e Cooper (2008) focaram-se no conceito como sendo um sistema que integra elementos que se interrelacionam (Gil, p. 5, 2015). Page (2002), Law (2003), Veal (2003), Weaver e Lawton (2006) definem-no como,

“um conjunto de entidades, (...), de variáveis, com características próprias que advêm das relações¹ estabelecidas entre as diversas partes e entre estas e outros sistemas e que em conjunto formam uma estrutura única, que na sua fase matura, está em equilíbrio consigo e com o ambiente que o rodeia. Tudo está interligado tal qual uma teia onde uma pequena vibração afastada do centro pode ter consequências noutras áreas muito distantes do ponto onde esta ocorreu”. (Beato, 2008).

Têm sido desenhados vários tipos de modelos de sistemas de turismo. No entanto destaca-se o proposto por Leiper (1990) e denominado por sistema de turismo geográfico. Este integra elementos como a região que gera as viagens (residência permanente do turista e o local onde começa e termina a viagem), a região de destino (para onde se desloca o turista), a região de transição (caminho que o turista percorre até chegar ao destino) e o meio ou contexto (ambiente que envolve os três últimos e os faz interagir). (Beato, 2008).

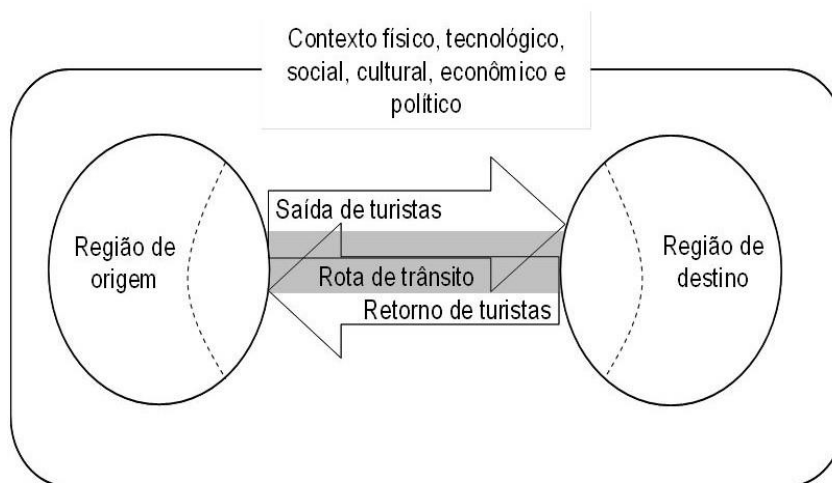


Fig. 9 - Turismo como sistema segundo LEIPER; Fonte: WEB 11; Autor Desconhecido.

O esquema traduz uma estrutura dinâmica em que, entre a região de origem e a de destino, existe uma forte ligação, troca de energia. Significa que o fluxo de turistas obriga à criação de determinadas condições em cada um dos elementos. Na “*região de origem*” devem existir meios de distribuição e promoção do local de destino - agentes de viagem, operadores turísticos, retalhistas e distribuidores online - e infraestruturas de transportes. A “*região de trânsito*” deve estar provida de ligações de transporte entre a região de origem e destino - serviços de aviação, serviços de autocarros e comboios, serviços de cruzeiros e *ferry*, carros privados e de

1 As relações podem ser causais (um elemento causa outro), paralelas (dois elementos são afetados por outro) e de feedback (um elemento afeta-se a si próprio).

aluguer - e estruturas de trânsito - relacionadas com alimentação, alojamento e casas de banho para que os turistas possam parar, e pausar, antes de chegar ao destino. Já a “*região de destino*” deve conter instalações e atrações - alojamentos, reuniões e exposições, parques temáticos, casinos, comércio, centro de visitantes e atividades. (Cooper e Hall, 2008, in Gil, 2015). Para concluir cabe salientar que, tal como demonstrado, cada parte do sistema é ela própria um sistema ou um conjunto de sistemas que pode ser estudado e desenvolvido por si. Individualmente, mas sempre em conexão.

3.1.3. Motivos de Interesse Turístico

São vários os motivos que levam as pessoas a viajar, - primários levam a secundários. Alguns deles emergem enquanto a própria sociedade evolui, em questões profissionais e de rotina, familiares e de saúde, culturais e de mentalidade. Assim, se um indivíduo faz uma viagem de negócios pode aproveitá-la para conhecer monumentos, apreciar paisagens que nunca tinha visto, ir ao teatro ou mesmo a um concerto. É com base neste argumento que, em 1992, Foster expõe uma série de fatores que na década 50 conduziram à expansão do turismo. (SAER, 2005).

FATORES DE MOTIVAÇÃO
Recreação/Prazer:
1. Descanso - para fugir à rotina diária
2. Para um tempo agradável
3. Para conseguir uma experiência aventureira ou romântica
Cultura e educativo:
1. Para ver outros países - o povo e a cultura
2. Para ver locais de interesse especial - locais, museus, galerias de arte, etc.
3. Para visitar locais em que têm lugar acontecimentos atuais
4. Para assistir a acontecimentos especiais incluindo concertos, exposições
5. Para aprender mais sobre os passatempos favoritos e outros interesses pessoais
Étnico:
1. Para visitar o país de origem da família
2. Para ver lugares visitados por parentes ou amigos
3. Para ver culturas/costumes invulgares ou bizarros em regiões remotas
Diversos:
1. Acontecimentos desportivos
2. Mudança de tempo ou de clima
3. Aventura
4. Sociológicos - conhecer outras partes do mundo
5. Viagem de negócios/conferências/congressos

Fig. 10 - Fatores de motivação segundo FOSTER, 1992 in SAER, 2005.

Uma vez que turismo subentende o motivo da viagem, em 2008 Beato destacou algumas designações. Turismo de recreio - associado à possibilidade de repouso, experiência com diferentes gastronomias e compras noutros lugares; turismo cultural - mais sofisticado por se explorarem diversas manifestações e centros culturais (ex.: locais que remontam antigas civilizações, museus, casas de escritores e outras figuras históricas, jardins, palácios); turismo étnico - quando se buscam costumes invulgares no país de origem; turismo do desporto - deslocação para assistir a eventos desportivos ou então praticá-lo num ambiente com condições naturais apropriadas (ex.: *golf, surf*, escalada, canoagem); turismo de saúde - ir ao encontro de locais medicinais e terapêuticos, tais como estâncias balneares, termas, lares de convalescença; turismo de negócios - viagens realizadas para, em termos profissionais, participar em reuniões, seminários, conferências, congressos, feiras, exposições, investigação e outros; turismo político - semelhante ao anterior mas com elevadas exigências de organização por envolver questões relacionadas com protocolos e segurança; e o religioso - que destaca peregrinações a locais de culto (ex.: Meca e Fátima). (Beato, 2008).

Mais recentemente, 2014, a United Nations World Tourism Organization - UNWTO - distribui, e aglomera, os mesmos motivos em três categorias - Viagem de Lazer, Viagem VFR e Viagem de Negócios -, e explica-as. A primeira, também de recreação e férias, organizada pelo próprio turista ou agências de viagem, caracteriza-se genericamente pela ida a lugares naturais, comparência em diversos eventos culturais e prática de desporto. A segunda, “*visit friends and relatives*”, é mais de cariz familiar, logo mais suscetível de ser repetida e, conseqüentemente, promove o turismo entre regiões, mesmo que a razão seja uma simples visita a amigos e parentes, um casamento, batizado ou funeral, ou que o intuito seja o de cuidar temporariamente um doente ou idoso. A terceira, de âmbito profissional, está diretamente relacionada com a participação de indivíduos em situações de reuniões, conferências, formações, trabalho de contrato profissional e promocional. (Gil, 2015).

No que diz respeito à deslocação dos viajantes estes são os motivos que ocupam os lugares cimeiros a nível mundial e também Português, tal como demonstram os seguintes gráficos.

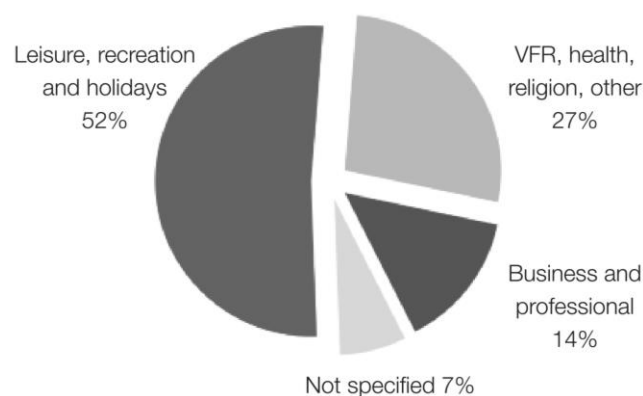


Gráfico 1 - Motivos de visita turística mundial (2012); Fonte: UNWTO 2013 (WEB 12).

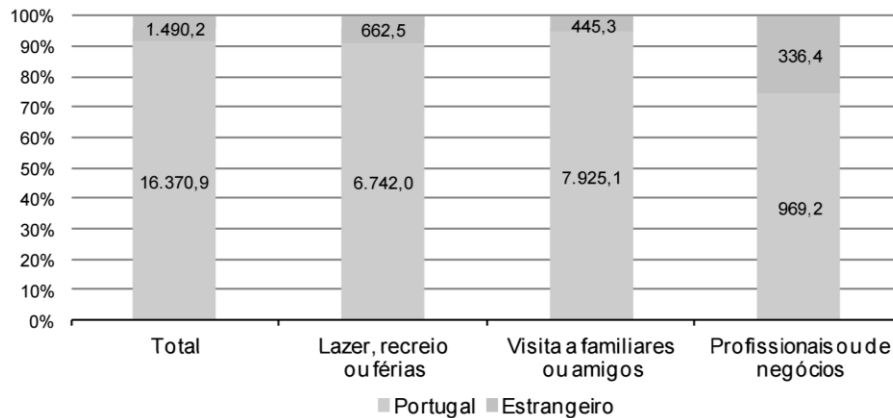


Gráfico 2 - Viagens, segundo os principais motivos, por destino (2013); Fonte: INE 2013 (WEB 13).

3.2. Turismo no Contexto Português:

Medidas para o Desenvolvimento

Ao contrário do que aconteceu em muitos países europeus, o turismo chegou mais tarde a Portugal. A sua importância foi sublinhada a partir de 1910 com a Implantação da República. Nesse mesmo ano o termo é denominado “*tourismo*” pelo jornalista e escritor Vitor Maximiano Ribeiro no âmbito do I Congresso Nacional, e em 1911 é uma expressão incluída na língua portuguesa através do chamado IV Congresso Internacional de Turismo. (Pina, 1988; Cunha, 2001; in Beato, 2008).

Até meados do séc. XX o fenómeno era escasso no país. O número de turistas era reduzido e não haviam meios e locais de alojamento significativos. Numa pequena escala, a presença de estrangeiros era mais notada na região da Madeira e zona do Estoril; e a de turistas residentes em estâncias termais da região centro e norte de Portugal. (Beato, 2008).

Para colmatar esta situação começaram a criar-se organismos e medidas de promoção do turismo:

1906 - Sociedade de Propaganda de Portugal - organização e divulgação de inventários acerca de monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares pitorescos. (Idem).

1909 - Organização nacional aliada à Federação Franco - Hispânica dos Sindicatos de Iniciativa - ligações internacional para a abertura de Portugal ao turismo internacional; e, ainda, a existência de uma linha de navegação entre Nova Iorque e Lisboa e a ligação ferroviária entre Lisboa e Paris. (Idem).

1911 - Conselho de Turismo colaborado pela Repartição de Turismo, integrados no Ministério do Fomento - desenvolver o turismo a nível nacional e internacional. (Idem).

1929 - Conselho Nacional de Turismo - responder à exposição ibero americana de Sevilha com o intuito de trazer a Portugal milhares de americanos; fomentar o turismo português através do programa de construção de pousadas. (Idem).

1930 - Comissão de Propaganda do Turismo de Portugal no estrangeiro - criadas casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia para aumentar o volume de turistas estrangeiros em Portugal. (Idem).

1954 - Lei 2073 - isenções fiscais às empresas hoteleiras e uma linha de crédito para incentivar o desenvolvimento da indústria turística. (Pina, 1988, in Beato, 2008).

1956 - Fundo turístico e Lei 2082 - Financiamento de diferentes ações para promover o sector; e enquadramento das condições institucionais no fomento do turismo local.

“Na sequência destas medidas, foram criadas zonas de turismo nos concelhos em que existiam praias, estâncias hidrológicas, climáticas, de altitude, de repouso, de recreio e monumentos, por requerimento das respetivas Câmaras Municipais, por se entender que a execução de uma política local de turismo se deveria desenvolver com a participação dos interesses municipais, que para ser eficiente teria de ser vivida e sentida pelos habitantes dos concelhos”. (Pina, 1998; Cunha, 2001, in Beato, 2008).

As medidas foram fulcrais para o desenvolvimento inicial do turismo em Portugal. Se em 1930 o território nacional recebeu cerca de cinquenta mil turistas, em 1963, após conflitos mundiais, o registo rondava os 514 mil visitantes, provenientes sobretudo do Reino Unido, França e EUA, e no ano seguinte, 1964, ultrapassou a barreira do milhão de entradas. Em 1973 o número aumentou para os quatro milhões de turistas, sendo que 43% provinham do Reino Unido e dos EUA, e a restante percentagem de países como a Alemanha, Espanha e França. (Beato, 2008). A procura destes estrangeiros estava concentrada no litoral e sul de Portugal por causa da busca pelo sol, mar e areia fina.

A quebra da procura no sector emerge entre os anos 1974 e 1975, após a crise instalada nas economias ocidentais, causada pelo corte do fornecimento de petróleo que a Arábia Saudita incitou. Nos anos posteriores, em geral e até à atualidade, o turismo nacional cresceu, tal como demonstram os seguintes gráficos.

Tabela 2 e 3 - Chegadas Internacionais do turismo 1980 a 2013; Fonte: TP (WEB 14).

Regiões do Mundo	Anos										
	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (p)
Mundo	279,5	446,1	682,0	683,8	702,8	690,9	764,0	805,0	847,0	908,0	924,0
África	6,3	15,0	27,9	29,2	29,9	30,8	33,8	37,3	41,4	44,9	46,9
Américas	61,3	91,7	128,2	122,2	116,6	113,0	125,7	133,4	135,8	142,5	147,6
Ásia e Pacífico	23,8	57,7	109,3	120,5	131,1	119,3	144,2	154,7	167,0	185,4	188,3
Europa	183,4	271,9	392,4	387,8	397,3	399,0	424,4	441,6	462,2	488,0	488,5
Médio Oriente	4,7	9,8	24,4	24,1	27,9	28,8	36,3	37,8	40,9	47,5	52,9

Fonte: OMT-Organização Mundial de Turismo (Volume 7 - Jan09)
Última actualização em 31/01/2009; (p) dados provisórios

REGIÕES DO MUNDO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Mundo	764,0	809,0	854,0	910,0	927,0	891,0	949,0	997,0	1.038,0	1.087,0
África	33,8	34,8	39,5	43,2	44,4	45,9	49,7	49,6	52,2	54,7
Américas	125,7	133,3	135,8	144,0	148,0	141,3	150,5	155,7	162,5	168,1
Ásia e Pacífico	144,2	154,0	166,0	182,0	184,1	181,1	205,4	218,7	233,8	249,8
Europa	424,4	452,9	461,6	482,9	484,4	462,7	488,3	520,4	539,6	566,3
Médio Oriente	36,3	33,7	39,3	45,6	55,2	53,0	54,7	52,8	49,8	48,2

Embora tenham surgido estratégias - Plano Nacional do Turismo (2004-2006) - para desenvolver o turismo e atenuar desequilíbrios e assimetrias regionais constatados, Lisboa, Algarve, Madeira e o Norte de Portugal, por questões de sazonalidade, continuam, ainda hoje, a ser os destinos mais procurados. Ao nível de dormidas, por exemplo, é notória a preferência. Em 2014, “as regiões do Algarve, Lisboa e Madeira, com 34,2 milhões de dormidas, representaram 74% do movimento global do País, assinalando todas acréscimos em relação a 2013, quer a referência seja, residentes ou não residentes”. (Web 15). Condições climáticas, património natural e cultural, atividades desportivas são motivos subjacentes a esta procura. Deste modo, só hóspedes registaram-se no ano passado 4,9 milhões na região de Lisboa (dos quais 3,3 milhões são estrangeiros); 3,6 milhões no Algarve (2,5 milhões estrangeiros); e 3,0 milhões na região Norte (1,7 milhões estrangeiros). (Web 15).

3.2.1. Plano Estratégico Nacional de Turismo: Região Centro

O turismo causa grande impacto na economia nacional. É um dos principais sectores nesta matéria. Em termos gerais aumenta os valores do PIB, gera emprego, promove a proteção sobre o meio ambiente e valoriza o património cultural de cada zona. Por estes motivos o PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo² - estipulou objetivos, para desenvolver o fenómeno em Portugal, e que estão assentes em cinco eixos e 11 programas de ação (WEB 16):

a) Qualidade turística sustentável:

- Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento;
- Qualidade de serviço e de recursos humanos;
- Qualidade urbana, ambiental e paisagística;
- Modernização dos agentes;

Pretende-se assim a “dinamização da economia local, conservar o meio ambiente, fomentar práticas ambientalistas responsáveis por todos os agentes, e demonstrar que o turismo não só não destrói como adiciona valor e qualidade de vida”. E ainda “assumir a qualidade urbana, ambiental e paisagística” de modo a qualificar o “destino Portugal”; formar e valorizar recursos

² Iniciativa do Governo aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º. 53/2007 com o intuito de concretizar ações de crescimento do Turismo em Portugal, num período de tempo 2006 - 2015.

humanos “*com instrumentos e avaliação regular*”; e “*facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento e estimular a inovação e modernização empresarial*”. (PENT, 2011).

b) Enriquecimento da oferta:

- Experiências e conteúdos;
- Eventos potenciadores da notoriedade e atratividade do destino;

Neste âmbito o PENT estimula a criação de um “*calendário anual de eventos nacionais que reforcem a notoriedade do destino e a captação de turistas internacionais, bem como um calendário de eventos regionais que incluam numa mostra de história, tradições e cultura locais e cuja autenticidade enriqueçam a experiência turística*”. (Idem).

c) Produtos e destinos:

- Desenvolvimento de produtos estratégicos;
- Desenvolvimento dos destinos regionais;

É um ponto que ambiciona “*desenvolver e estruturar uma oferta multiproduto nas várias regiões, renovando a oferta de Sol e Mar, apostando numa estrutura inovadora do turismo cultural e religioso e reforçando a aposta no golfe, no turismo de negócios e na estruturação do turismo de saúde e bem-estar enquanto atenuadores da sazonalidade*”. (Idem).

d) Mercados e acessibilidades:

- Estratégia de mercados emissores;
- Reforço de acessibilidades aéreas;

Neste aspeto o Plano quer “*assumir o mercado espanhol como prioritário para o crescimento externo, defender a posição no Reino Unido, Alemanha e França e dinamizar o crescimento em oito mercados, nos quais se destacam o Brasil (...) e os países escandinavos pelo seu contributo para atenuar a sazonalidade e pela adesão ao golfe e ao turismo náutico*”; e “*manter as ligações aéreas conseguidas (...), continuando o esforço de abertura de novas rotas e de aumento de frequências providas de rotas de reconhecido interesse turístico para Portugal*”. (Idem).

e) Promoção e distribuição:

- Melhor promoção, distribuição e venda.

Finalmente a medida que focaliza o “*reforço da capacidade de venda do sector, fomento da promoção e distribuição online, alinhamento de investimentos promocionais por mercado*”. (Idem).

O centro de Portugal é, independentemente de todos os objetivos propostos e desenvolvidos, uma das zonas com registos mais baixos de turistas. Numa análise em que se pretende a evolução do sector até 2015, o PENT demonstra que os valores pretendidos são, deste modo, inferiores aos de outras zonas. (PENT, 2007) (WEB 17).

Objectivo de crescimento e peso de cada região no Turismo (milhões de dormidas de estrangeiros; 2006-2015e)

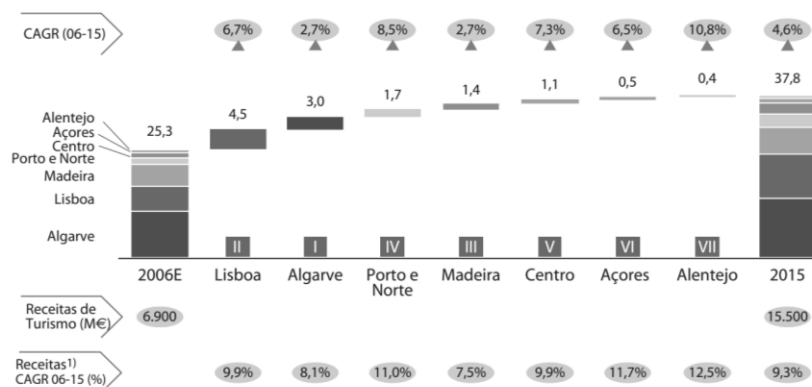
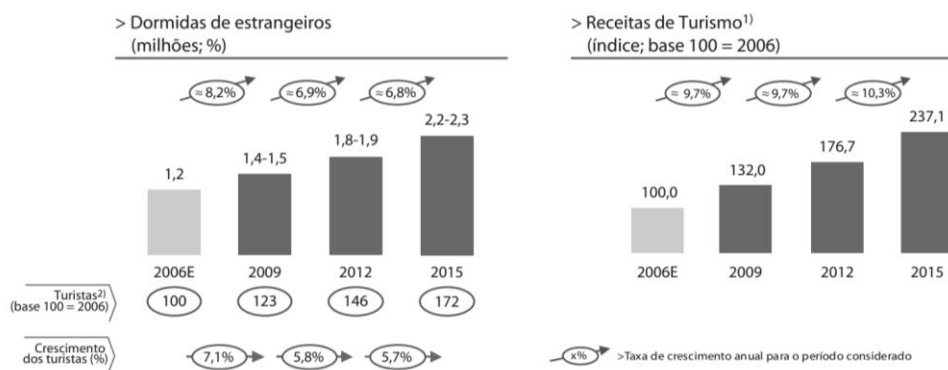


Gráfico 3 - Objetivos de crescimento e peso de cada região no Turismo; Fonte: TP.

Neste contexto cabe salientar que até ao final deste ano, 2015, os objetivos ambicionados para a região centro rondam os 2,2 - 2,3 milhões de dormidas de estrangeiros e, logo, um crescimento da taxa média anual de 7,3%, e um aumento anual de 6,2% em número de turistas (hóspedes estrangeiros). O objetivo de crescimento de dormidas de turistas nacionais é de 2,3% ao ano. E em relação às receitas o plano prevê um crescimento anual de 10%. (Idem) (WEB 17).

Objectivos para o número de turistas estrangeiros no Centro e respectiva receita gerada (2006-2015e)



1) Índice a monitorizar através dos proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros
 2) Índice a monitorizar através dos hóspedes estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros

Gráfico 4 - Objetivos para o número de turistas estrangeiros no Centro e respectivas receitas geradas; Fonte: TP.

Segundo o PENT o Turismo na região Centro crescerá em número de turistas. A aposta para esta zona centra-se no desenvolvimento de produtos *Touring* - Turismo Cultural e Religioso, Turismo de Natureza e Saúde e Bem-estar. E, por este motivo, delineou potenciais ações a aprofundar nesta zona: (Idem) (WEB 17):

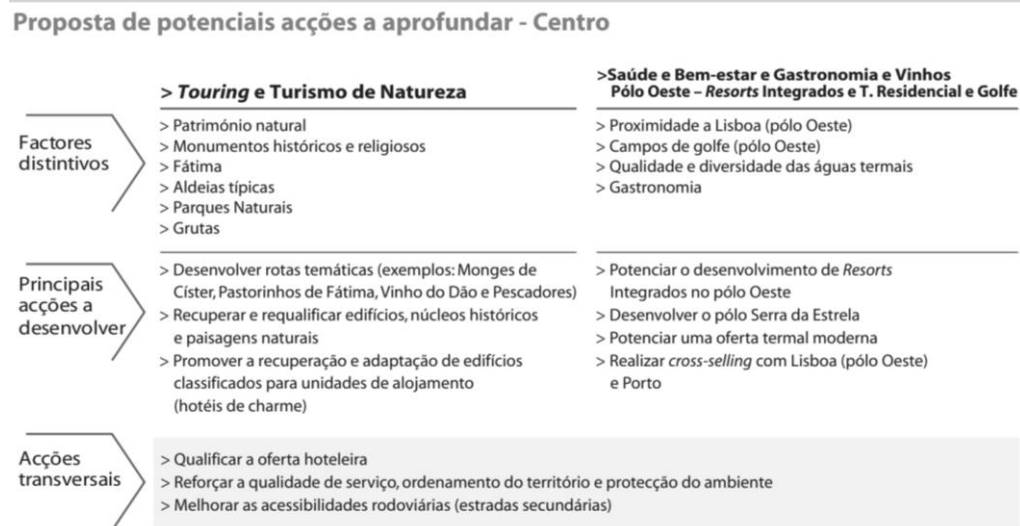


Fig. 11 - Proposta de potenciais ações a aprofundar - Centro; Fonte: TP.

3.3. Turismo de Natureza

O Programa Nacional de Turismo de Natureza - PNTN³ - surge para dar resposta à crescente procura de espaços naturais para fins turísticos e recreativos. Em geral turismo de natureza é um produto turístico, situado em ambientes naturais⁴ com recursos de alto valor ecológico e paisagístico, e composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística. Estritamente relacionado com lazer, aventura ao ar livre, apreciação passiva de cenários (geologia, flora e fauna), mas também com usos de consumo (caça recreativa, pesca) e atividades de não consumo para conservação e pesquisa. (Wolter, 2014, in Gil, 2015). Define-se assim por englobar diversas formas de turismo: aventura, vida selvagem, turismo em espaços rurais, ecoturismo e geoturismo.

Do turismo de aventura fazem parte atividades como *birdwatching* ou *animal watching* (observação de aves e animais), mas também caminhadas, mergulho, ciclismo, rafting e outras de teor desportivo - “*Desporto da Natureza*”. A “*aventura*” nele subjacente é pessoal e muito subjetiva. Pois, tal como afirmou Swarbrooke et al. (2003), “*algo que é bastante quotidiano para uma pessoa, pode ser uma rara aventura para outra, dependendo da experiência e da*

³ Criado em Agosto de 1998 com o objetivo de promover e afirmar os valores e potencialidades de espaços naturais, impulsionando uma atividade turística baseada no conceito de “Turismo da Natureza”. (Gil, 2015).

⁴ Zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, delineadas pelo Instituto de Conservação da Natureza. (WEB 18).

personalidade”. (Gil, 2015). A prática deste tipo de turismo supõe um contacto mais direto com a natureza, e logo exigências de não nocividade para que esta se mantenha conservada (decreto-lei nº47/99, de 16 de Fevereiro). (Branco, 2009).



Fig. 13 - Prática de Ski; Fonte: WEB 19;
Autor Desconhecido.



Fig. 12 - Canoagem no Vale do Rossim;
Fonte: WEB 20; Autor Desconhecido.

O turismo de vida selvagem pressupõe os anteriores numa espécie de fusão, no entanto destaca-se pelo foco na caça e pesca para consumo, ida a zoológicos e aquários, numa maior interação animal-humano, e observação da vida selvagem, filmagens e fotografia. As pessoas que o praticam, motivadas pelo fascínio, buscam sobretudo regiões exóticas com o intuito de explorarem as suas plantas e descobrirem diferentes espécies. (Duffus e Dearden, 1990, in Gil, 2015).



Fig. 14 - Pesca no Rio Paiva; Fonte: WEB 21; Autor Desconhecido.

O ecoturismo difere dos anteriores na medida em que é impulsionado pela busca da natureza para a apreciar e aí colher informação sobre ecossistemas, observá-los no seu estado natural, percecionando aspetos culturais das comunidades locais e que podem ser utilizadas para desenvolver estudos. Esta experiência proporciona, ao mesmo tempo, oportunidades

económicas relacionadas com a proteção de recursos naturais e culturais. (Souza, 2006, in Gil, 2015). Tem associado um discurso preservacionista e educacional, ou seja a formação de uma consciência naturista que envolve população local e turistas.

Para reforçar esta forma de turismo é comum salientarem-se mandamentos essenciais: da natureza nada se tira a não ser fotos; nada se deixa a não ser pegadas; nada se leva a não ser recordações. (Web 22).



Fig. 16 - Javalis; Fonte: WEB 23; Autor Desconhecido.



Fig. 15 - Cogumelos; Fonte: WEB 24; Autor Desconhecido.

O **geoturismo**, também desenvolvido em áreas naturais, mas com a particularidade de ser “realizado por pessoas com interesse em conhecer aspetos geológicos e geomorfológicos de um determinado local”. (Moreira, 2010). Na sua definição geoturismo integra a noção de geomonumentos e até geoparques. A primeira resulta da ação de várias leis da natureza, isto é, algo que aconteceu sem a intervenção do Homem (fenómenos naturais como o vento e erosão) e que nutre de uma beleza rara com especial conteúdo histórico-natural. A segunda, entendida como a musealização de vários geomonumentos, é um espaço que pressupõe alguma intervenção humana. Esta é muitas vezes necessária porque cria condições de visita, dando maior acessibilidade ao local e geomonumento, e porque reconhece o valor singular de paisagens naturais, monumentos geológicos, rochas, fosseis, e outros, e quer preservá-los. (Moreira, 2010).

Os exemplos de geoturismo são muitos no que diz respeito a vulcões (nos Açores), águas termais (S. Pedro do Sul, Chaves ou Monfortinho), jazidas minerais (Pedras Parideiras, Serra da Freita) ou paleontológicas (pegadas de dinossauros da Serra d’Aire). Esta célebre Pedreira do Galinha (Ourém/Torres Novas), parque jurássico, é um bom exemplo de geoparque natural e que impulsiona um tipo geoturismo científico - arrasta pessoas de uma determinada área do saber - e um geoturismo mais comum. (Rodrigues, 2009). Também existem no mundo alguns outros exemplos de geoparques mineiros (minas de sal de Wieliczka, na Polónia) ou potenciais geoparques mineiros, como as minas da Panasqueira, Serra do Açor, concelho da Covilhã.



Fig. 18 - Cabeça do Velho; Fonte: WEB 25;
Autor: Manuel Costa.



Fig. 17- Cabeça da Velha; Fonte: WEB 26;
Autor Desconhecido.

Em suma, o turismo de natureza é um tipo de turismo em progressão nas suas específicas e diversas formas, e desenvolvido “*em áreas naturais relativamente intactas, com o objetivo de admirar, estudar, desfrutar das plantas, das aves e dos animais, assim como das marcas culturais do passado e do presente*”, realizado por turistas que buscam o ócio junto do meio ambiente. (Branco, 2009). É um turismo que possibilita, além da mera apreciação estética, a aquisição de conhecimentos para compreender a singularidade de determinada região, procura minorar o impacto ambiental e social e contribuir para o desenvolvimento económico da comunidade local, quer dizer que na sua base está uma segmentação turística responsável que cumpre critérios e princípios básicos de sustentabilidade.

3.4. Turismo em Espaço Rural

Segundo o Diário da República, no Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março, o Turismo em Espaço Rural - TER - “*consiste no conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais*”. (Web 27). Como o nome indica esta é uma atividade que se desenvolve em espaços de carácter rural, ambientes e paisagens naturais onde prevalece uma forte ligação à tradição e à agricultura. E que, além de defender a prática de um turismo ecológico e sustentável, pretende tornar cada experiência do turista num momento único.

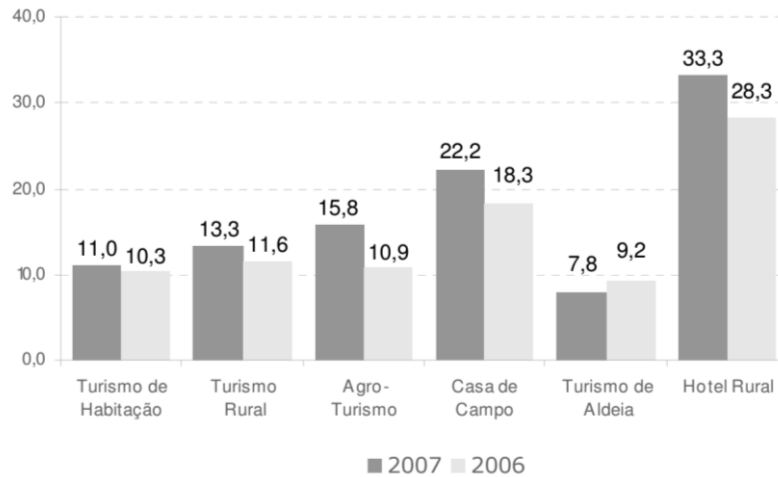


Gráfico 5 - Taxa de ocupação-cama, por Modalidade; Fonte: WEB 28.

O mercado de Turismo em Espaço Rural tem vindo a crescer em Portugal nos últimos anos. Em 2007 a taxa de ocupação cama, nas unidades de turismo no espaço rural, foi de 17,8% (+3,5 p.p. - ponto percentual - que em 2006). Os hotéis rurais (33,3%), casas de campo (22,2%) e agro-turismo (15,8%) foram as modalidades que registaram as taxas médias mais elevadas.

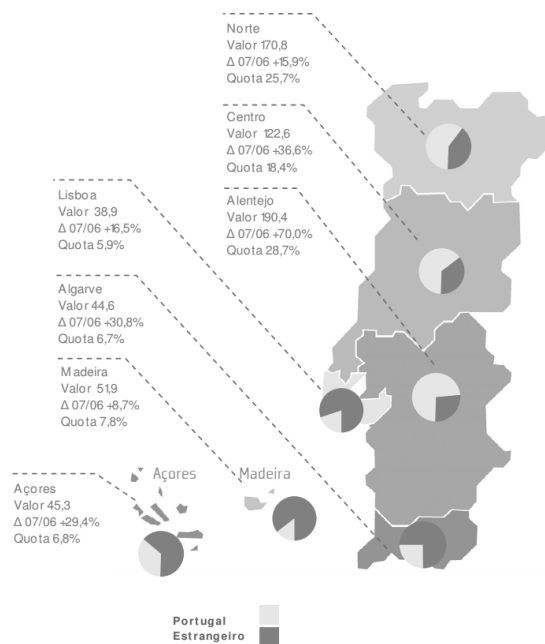


Gráfico 6- Estimativa de dormidas, por NUT II- Milhares; Δ % 07/06; quota [2007]; Fonte: WEB 28.

Em 2007 ficaram estimadas cerca de 123 mil dormidas na região Centro, o que resulta num aumento de 36,6% em relação ao ano anterior.

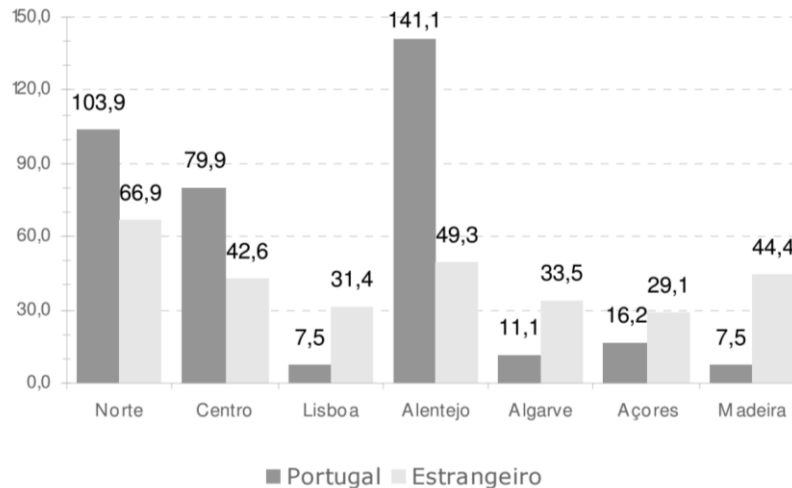


Gráfico 7 - Estimativa de dormidas, por NUT II- Milhares (2007); Fonte: WEB 28.

O gráfico revela que a região Centro se encontra em terceiro lugar, com 79,9 mil dormidas registadas em 2007, depois do Alentejo e do Norte com 141,1 mil e 103,9 mil dormidas respetivamente.

No mesmo ano, o mercado interno era maioritariamente Português, apresentando um valor de 55%, ao passo que o estrangeiro apresentava 45%. Em 2013 a situação inverteu. 26,3% de dormidas foram realizadas por portugueses e 71,7% por estrangeiros. Do ano 2006 para o ano 2007 houve um acréscimo de oferta de 4,2% e um aumento da taxa de ocupação-cama de 10,8 p.p. A região do Alentejo pode ainda crescer e desenvolver-se neste mercado, mas se por um lado é a primeira região de procura por outro é a terceira na oferta, posicionando-se abaixo do Norte e Centro, que registaram um aumento de ocupação-cama de 0,8 p.p. face a 2006.

Segundo um estudo feito pelo Turismo de Portugal em 2008 o número de dormidas estimado corresponde a 523,5 mil e outro feito em 2013 pelo Instituto Nacional das Estatísticas - INE - revela que o número de dormidas corresponde a 745 mil dormidas. O fenómeno demonstra a enorme potencialidade do TER em Portugal.

3.4.1. Modalidades de Hospedagem

Tal como os outros tipos de turismo também o TER terá que apresentar espaços de alojamento temporários inseridos nos espaços rurais, dispoindo assim de um “conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”. (Decreto-Lei nº 54/2002). Os edifícios devem conter características ligadas às estruturas sociais tradicionais, bem como conter características rurais de região, utilizando os recursos e técnicas locais de forma a manter a essência da arquitetura local. Dentro do TER existem sete tipos de hospedagem possíveis.

3.4.1.1. Turismo de Habitação

Trata-se da exploração de casas antigas particulares de natureza familiar que são alugadas a turistas. Por norma estas dispõem de valor arquitetónico, histórico, artístico e representam uma determinada época, muitas delas são até solares e casas apalaçadas. Segundo o Artigo 4 do mesmo Decreto, este tipo de turismo deve ser explorado por pessoas singulares ou por familiares dos donos do edifício. (Idem).



Fig. 19 - Casa de Carcavelos; Fonte: WEB 29; Autor Desconhecido.

3.4.1.2. Turismo Rural

Este tipo de turismo de hospedagem é muito semelhante ao anterior. Muda o tipo de edifícios onde este se desenvolve. Tratam-se de casas rústicas que exibem características da arquitetura típica regional. (Idem).

3.4.1.3. Turismo de Aldeia

O turismo de aldeia baseia-se num tipo de hospedagem realizada num conjunto de pelo menos cinco casas particulares, exploradas de forma integrada no seio de uma aldeia. São casas que possuem traços e materiais de construção que fazem parte da arquitetura de aldeia. Existem muitas locais que onde se pode efetuar este tipo de turismo, tais como em aldeias históricas, centros rurais ou aldeias desde com características estéticas do ambiente urbano.

3.4.1.4. Casa de Campo

Trata-se da exploração de casas particulares situadas em zonas rurais. As casas podem ser habitações dos próprios donos, que alugam algumas partes da casa aos turistas. Tal como nos exemplos anteriores, este tipo de casas contém materiais de construção do local de forma a integrar os visitantes num ambiente natural rústico.

3.4.2. Parques de Campismo em Espaços Rurais ou Naturais

Parques de Campismo destinam-se à atividade de acampar efetuada por campistas, normalmente num período de curta duração. São espaços destinados ao uso permanente ou

temporário e podem estar integrados, ou não, em explorações agrícolas, numa área não superior a 5000 m². Os Parques de Campismo são procurados por pessoas que querem refugiar-se das grandes cidades e encontrar silêncio, paz, e estar em contacto direto com a natureza.

A nível estatístico, utilizando dados de 2013, houve um decréscimo de -9,9% de dormidas em relação a 2012, sendo que -1,2% corresponde a alojados nos parques de campismo. Embora sejam Lisboa e o Algarve as zonas que melhores resultados apresentam em termos de dormidas, 50%, cabe salientar que são as regiões do Centro e Lisboa que contêm o maior número de campistas, neste caso um valor de 48%. E se por um lado o número de dormidas é essencialmente composto por portugueses, com 73,9%, por outro lado são os estrangeiros que mais noites passam nos parques de campismo, ingleses com 4,7 noites e holandeses com 4,4 noites. A nível de exploração o Centro é a terceira zona, depois do Alentejo e Lisboa, que melhor aproveita os seus recursos.

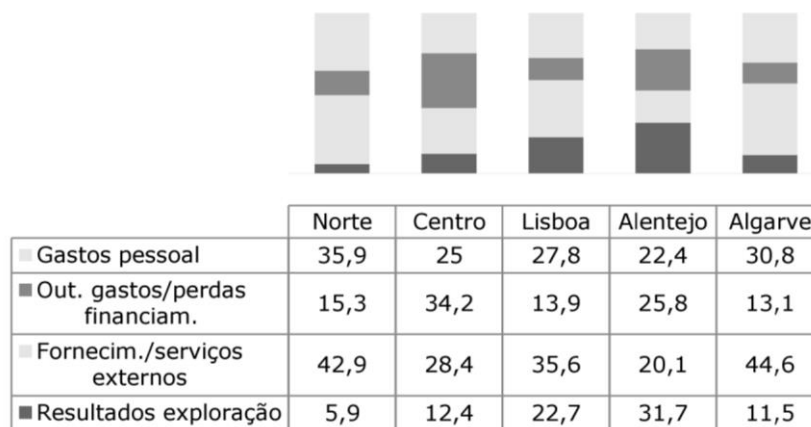


Gráfico 8 - Resultados de exploração; Fonte: WEB 30.

Na zona centro estão representados 25,6% do número de campistas nacionais, cerca de 1.215,3 mil dormidas, ou seja mais de um quarto dos campistas nacionais. Embora os valores apresentem decréscimo, na região centro são os portugueses que lideram nas dormidas com 80,7% e representam 78,3% dos campistas (2013).

Tabela 4 - Quantidade e dormidas dos vários países na região Centro; Fonte: WEB 30.

TOP 5 - Mercados Países residência	Movimentos			Estadas médias 2013	
	2013	Δ 13/12 Δ %	Δ Abs	Nº noites	Δ 13/12
França	30.409	-1,4%	-447	2,4	-0,1
Espanha	13.852	-2,0%	-280	2,6	0,0
Holanda	13.087	10,1%	1.202	3,8	-0,2
Alemanha	10.685	3,2%	329	2,2	-0,4
reino Unido	5.557	8,1%	418	2,9	-0,4
Outros	15.116	-7,7%	-1.259	-	-
Total Estrangeiros	88.706	0,0%	-37	2,7	-0,2
Total Portugueses	319.871	-10,5%	-37.559	3,1	-0,8
Total Geral	408.577	-8,4%	-37.596	3,0	-0,6

A atividade de campismo deve conter uma série de infraestruturas de apoios e serviços de forma a complementa-la e melhorar a estadia do campista. Normalmente a maioria dos parques oferecem serviços mínimos de duches/I.S. (Instalação Sanitária), eletricidade e salas de convívio. Mas nem todos contêm restaurante, minimercado, gás, campo de jogos, piscinas, lavandaria e internet.

3.4.2.1. Exemplos de Parques de Campismo:

1. Lima Escape:



Fig. 20 - Glamping em Lima Escape; Fonte: WEB 31; Autor Desconhecido.

Trata-se de um parque de campismo de entre Ambos-os-Rios localizado no Parque Nacional da Peneda Gerês que têm como base a realização de um turismo natural e ecológico, mostrando assim a qualidade da região do Minho e do Parque Nacional da Peneda-Gerês através de alojamento dentro do espaço natural.

a) Infraestruturas e Serviços:

- Receção e ponto de informação turística com apresentação das atividades locais;
- Minimercado;
- Bar e restaurante;
- Sala convívio;
- Wi-fi;
- Serviço de correio;
- Telefone público;
- Churrasqueiras cobertas de utilização comum;
- Zonas ajardinadas;
- Duches quentes;
- Zona de desporto ao ar livre;
- Parque infantil;
- Acesso a pessoas com mobilidade condicionada;
- Aceitam animais de estimação.

b) Atividades:

- Passeios pedestres, de bicicleta ou de jipe;
- Provas de vinho verde;
- Canoagem;
- Passeios de cavalo;
- Paintball;

2. Parque de Campismo La Tortuga:



Fig. 21 - Parque de campismo de La Tortuga; Fonte: WEB 32; Autor Desconhecido.

Trata-se de um parque de campismo no nordeste da Ilha de Sardenha na vila de Baia Blu, que se espalha por dezassete hectares de florestas junto à costa no mar mediterrâneo.

a) Infraestruturas e Serviços:

- Acesso a pessoas com mobilidade condicionada;
- Máquinas de lavar e mesas de granito de engomar;
- Estação de abastecimento e estacionamento para veículos das atividade;
- Café-Bar;
- Restaurante;
- Minimercado;
- I.S. e banhos de água quente;
- Receção e ponto de informação turística;
- Parque infantil;
- Sala de jogos;
- Área de TV;
- Cashpoint útil para destrococar dinheiro;
- Enfermaria;
- Telefone público;
- Zona com Cofre;
- Internet;
- Centro de desportos aquáticos;
- Aceitam animais de estimação com locais de tratamento para cães.

b) Atividades:

- Escolas de mergulho e windsurf;
- Alugamento de pranchas de surf, equipamento de mergulho e barcos para excursões;
- Passeios pedestres, de bicicleta e outros veículos;
- Manhas de Workout;
- Jogos na praia e torneios;
- Danças Latinas;
- Espetáculos musicais, cabaret, entre outro.

3.4.3. Atividades

3.4.3.1. Agroturismo

Agroturismo inclui a visita, e contacto, com vinícolas, plantações, oficinas de artesanato, passeios agrícolas e outras com o fim de divertir e educar os visitantes. Segundo Jafari (2000) e Greif et al. (2011) a ideia é que os turistas tenham ao dispor serviços turísticos, de alimentação e alojamento, e ao mesmo tempo possam participar nas atividades de campo, como fazer colheitas de frutos e legumes ou alimentar animais, vivenciando a rotina diária dos agricultores. (Wolter, 2014, in Gil, 2015).



Fig. 22 - Vindima; Fonte: WEB 34; Autor Desconhecido.



Fig. 23 - Atividade com animais; Fonte: WEB 33; Autor Desconhecido.

A prática de uma agricultura biológica é análoga a uma agricultura tradicional e ambas remontam a práticas ancestrais. Este princípio enquadra a agricultura ecológica nos sistemas ecológicos vivos onde a produção se deve fundamentar em processos ecológicos e na reciclagem. O papel da agricultura biológica reside, quer na produção, transformação e distribuição ou consumo, na melhoria dos ecossistemas e dos organismos, desde os seres vivos existentes nos solos aos seres humanos. Esta deverá, assim, produzir alimentos nutritivos e de alta qualidade, evitando o uso de fertilizantes não naturais, agrotóxicos, hormônios de crescimento e aditivos alimentares. Esta deve salvaguardar o equilíbrio ecológico, desenvolvendo desenhos de sistemas agrícolas, a criação de habitats e a manutenção da diversidade genética e agrícola, conseguindo, desta forma, proteger e beneficiar paisagens, clima, habitats, biodiversidade, ar e água. Poderão ser aqui desenvolvidos produtos agrícolas orgânicos, in natura ou processados, tais como aveia, feijão, madeira, mel, milho, azeite (oliveira), trigo, suínos, e outros.

3.4.4. Praias Fluviais

Uma praia fluvial surge do reaproveitamento cuidadoso de linhas de água de um rio e é uma boa forma de atração turística em todo mundo. A sua criação exige que quem o projete faça um estudo prévio da fauna e da flora do local antes da execução do projeto, de modo a não prejudicar o meio natural. O turismo balnear é atualmente o principal produto turístico em Portugal graças à linha da costa com cerca de 417 zonas balneares. Contudo, o objetivo do país é fortalecer o seu turismo tentando diversificar a oferta de produtos turísticos, aumentando a sua presença em todas as regiões do país.

Impulsionar o turismo no centro do país passa por investir na criação de praias fluviais em conjunto com outros produtos turísticos, por exemplo junto do local inserir zonas de campismo ou outro tipo de hospedagem, e desta forma desenvolver uma fonte turística mais segura, capaz de ajudar no combater das fragilidades socioeconómicas da zona centro do país. Dito isto, o turismo deve complementar vários produtos turísticos propostos pela PENT.

3.4.4.1. Exemplos de Praias Fluviais

1. Praia Fluvial de Côja



Fig. 24 - Praia fluvial de Cojã; Fonte: WEB 35; Autor Desconhecido.

A praia fluvial de Cojã, situada no concelho de Arganil, no distrito de Coimbra, contém uma forte e destacada barragem que rompe o rio Alva. Esta, além de redirecionar a água e formar uma cascata artificial, também é utilizada como passagem pedonal. As suas características permitem a prática de descidas radicais em canoas. Tal como apresenta a imagem, a área envolvente é arborizada por choupos e amieiros que dão ao local uma tranquilidade natural.

a) Infraestruturas e Serviços:

- Praia vigiada;
- Cadeira Anfíbia;
- Acesso a pessoas com mobilidade condicionada;
- Parque de estacionamento;
- Parque de campismo;
- Instalações sanitárias;
- Duches;
- Bares de praia;
- Restaurantes;
- Parque de campismo.

b) Atividades:

- Aluguer de canoas e gaivotas;
- Passeios pedestres;
- Observação de fauna e flora;

- Pesca desportiva.

2. Praia Fluvial Ana de Aviz



Fig. 25 - Praia fluvial Ana de Aviz; Fonte: WEB 36; Autor Desconhecido.

É uma praia fluvial localizada no concelho de Figueiró dos Vinhos no distrito de Leiria, rodeada de património natural e paisagístico. Além da praia, que denota importância ao local, também o concelho oferece uma vasta rede de património arquitetónico através das aldeias de xisto, conventos, e outros.

a) Infraestruturas e Serviços:

- I.S. e Chuveiros;
- Bar com esplanada;
- Parque de merendas;
- Parque de estacionamento;
- Nadadores-salvadores;
- Posto de Socorro;
- Estacionamento para bicicletas;
- Acesso para pessoas com mobilidade condicionada;
- Fonte/ponto de água.

b) Atividades:

- Passeios pedestres;
- Desporto náuticos;
- BTT;
- Feira de doçaria conventual;

- Festa do concelho - S. João;
- Escalada;
- Pista de pesca desportiva;
- Festa das feiras de S. Pantaleão;
- Cicloturismo;
- Carnaval de Figueiró dos Vinhos.

3. Parque Ilha do Pico no Avô



Fig. 26 - Praia fluvial do Avô; Fonte: WEB 37; Autor Desconhecido.

Esta zona fluvial, uma das mais ricas do interior do país, encontra-se no coração da localidade de Avô, no concelho de Oliveira de Hospital no distrito de Coimbra, e em pleno leito do Rio Alva. Os dois cursos de água que este separa é que originaram a conhecida Ilha do Picoto. O espaço, com amplas zonas relvadas, é constituído por uma zona de areal, uma piscina para crianças e uma ponte de passagem para peões.

a) Infraestruturas e Serviços:

- Bar / Esplanada;
- Parque de merendas;
- Praia infantil;
- Chuveiros;
- WC Públicos/Balneários;
- Parque de estacionamento;
- Fonte / Ponto de Água;
- Posto Médico;

- Zona relvada;
- Restaurante/com esplanada;
- I.S.;
- Rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida;
- Posto de primeiros socorros;
- Quiosques;
- Máquinas de venda (época balnear);
- Nadadores - salvadores, vigilantes.

3.4.4.2. Questões Jurídicas

Em termos jurídicos a criação e manutenção de uma praia fluvial implica a obediência a uma série de leis referidas no Diário da República, 1.ª Série - N.º 164 - 26 de Agosto de 2008 (WEB 39). O objetivo incide sobre a garantia da segurança nas praias marítimas, lacustres e fluviais, de forma a certificar que estas disponham de *“acesso à atividade de assistência aos banhistas e sua fiscalização e que os materiais e equipamentos necessários ao seu exercício sejam regulados por diploma próprio”*. (Diário da República, 2008). Em suma, para que um lugar seja considerado praia fluvial é necessário:

a) Assistência aos banhistas:

Pessoas que *“têm acesso à atividade de salvamento, socorro a náufragos ou de assistência aos banhistas nos termos estabelecidos no regime jurídico da atividade de nadador-salvador”*. (Diário da República, 2008).

b) Licenciamento:

De forma a autorizar a atividade. Esta licença tem uma validade de três anos e tem que ser certificada pelo Instituto de Socorro a Náufragos - ISN.

c) Materiais e equipamento:

Pretende complementar o salvamento e socorro de banhistas realizado pelos nadadores-salvadores. Todos e quaisquer materiais *“destinados à assistência de banhistas é da responsabilidade da comissionaria da respetiva Zona de Apoio Balnear - ZAB”*. (Diário da República, 2008).

3.4.4.3. Posto de Praia

Trata-se de um posto *“destinado à informação, vigilância e prestação de salvamento, socorro a náufragos e assistência a banhistas”* colocada na ZAB num local que permita uma maior visibilidade. (Idem). Este terá que conter o seguinte equipamento aprovado pelo ISN:

- Cercado de proteção;
- Armação de praia;
- Mastro de sinais;
- Bandeiras de sinais;
- Boia circular;
- Boia torpedo;
- Barbatanas – pés de pato;
- Cinto de salvamento;
- Prancha de salvamento;
- Carretel;
- Vara de salvamento;
- Mala de primeiros socorros.

A disposição dos materiais e equipamentos assinalados devem permanecer tal como na figura:

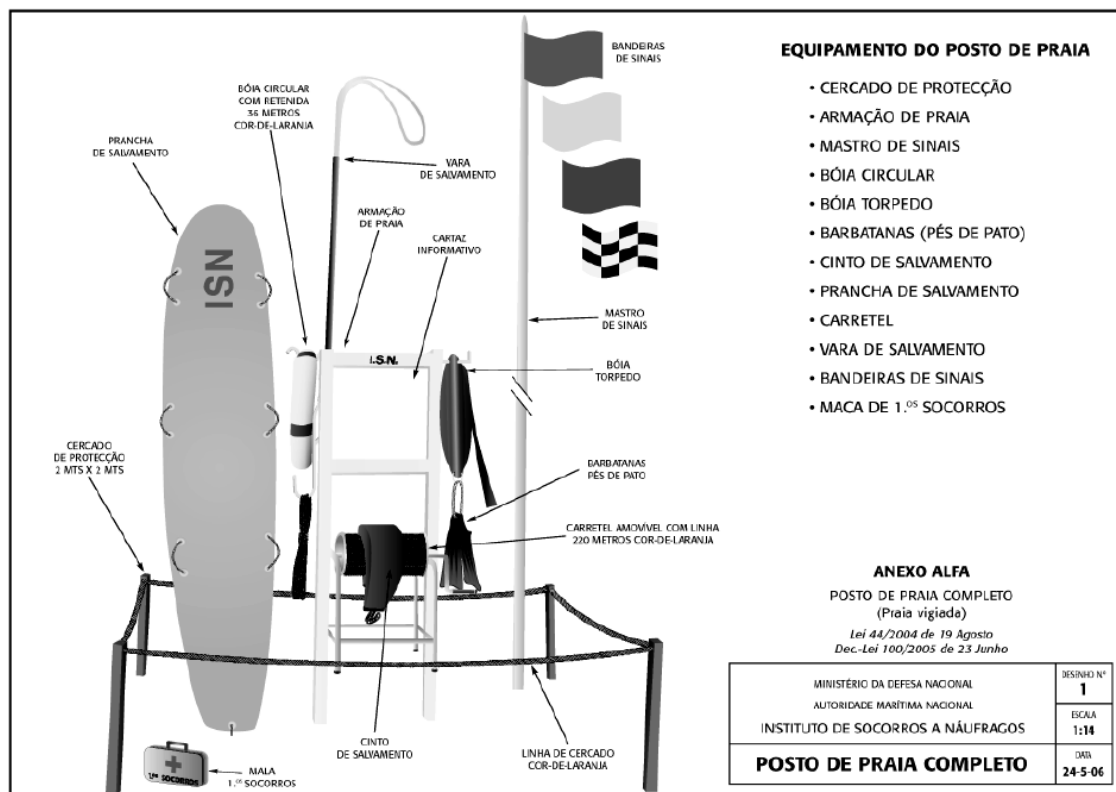


Fig. 27 - Posto de praia e o seu material; Fonte: Diário da República. WEB 38.

3.4.4.4. Material Complementar

Refere-se ao material que permanece no local fluvial para complementar o posto de praia, e que está relacionado com a ZAB:

- Embarcação de pequeno porte, preparada para assistência a banhistas;

- Viatura 4x4 preparada para assistência a banhistas;
- Moto de salvamento marítimo para assistência a banhistas;
- Moto 4x4 para assistência a banhistas;
- Torre de vigia tipo I, cuja representação gráfica constitui o anexo II ao presente decreto regulamentar;
- Binóculos de aproximação.

Devido às suas diferentes dimensões cabe referir que alguns destes materiais não são obrigatórios numa praia fluvial mas sim numa praia marítima. A torre de vigia apropriada para uma zona fluvial está representada na seguinte figura:

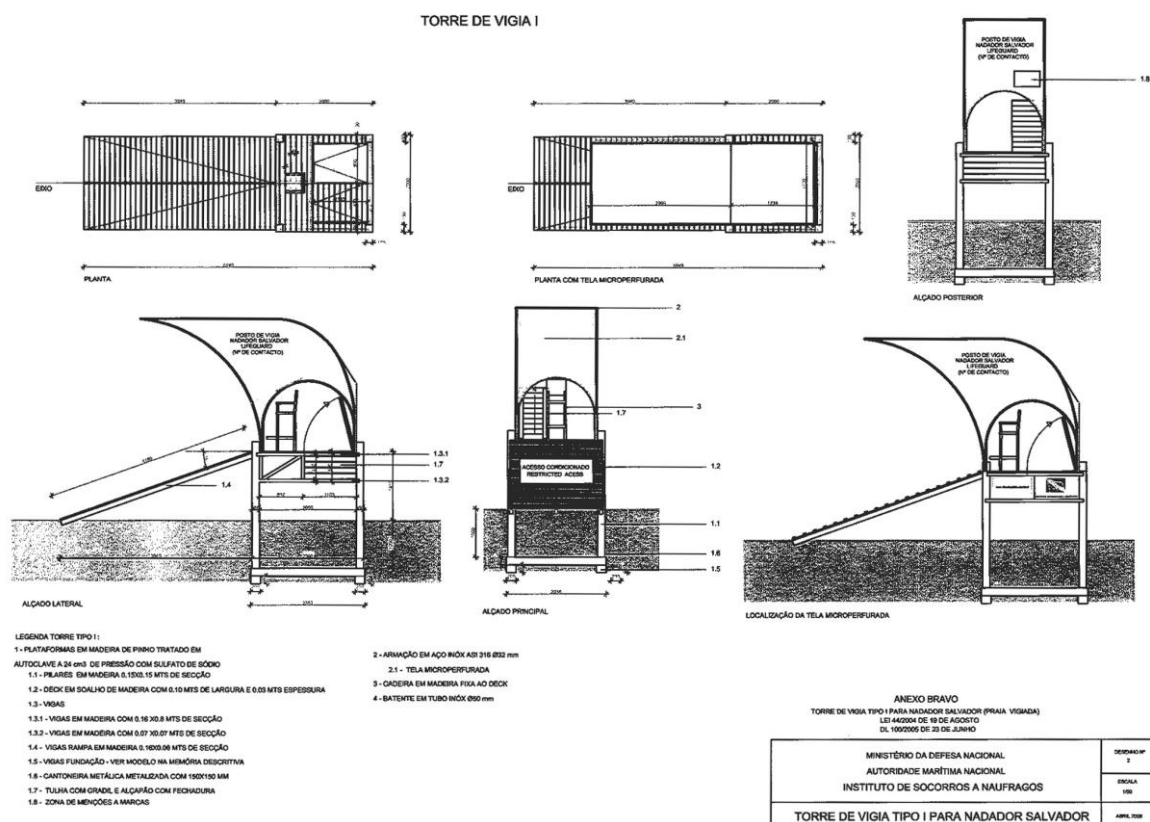


Fig. 28 - Torre de vigia I; Fonte: Diário da República. WEB 38.

3.5. Dados de TER e TN

Os dados acerca de um estudo realizado em 2008 pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos, denominado Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal (TN), mostram os domínios-chave de caracterização do TER e TN.

O estudo contou com a participação de 1.050 estabelecimentos do país, obtendo os resultados que se apresentam no quadro a seguir, referentes aos serviços, atividades e infraestruturas que os estabelecimentos do TER/TN oferecem.

Tabela 5 - Serviços, atividades e equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos TER/TN; Fonte: WEB 39.

	Total	Própria entidade	Entidade externa	Outros regimes	Não tem ou N.e.
Serviços					
Fornecimento de refeições por encomenda	45,8	34,4	9,2	2,2	54,2
Guarda de animais domésticos	25,9	24,6	0,3	1,1	74,1
Fornecimento de refeições em regime aberto	19,8	15,0	4,0	0,8	80,2
Baby-sitting	12,7	8,0	3,6	1,1	87,3
Atividades de animação					
Percurso pedestres	68,4	42,7	18,7	7,0	31,6
Percurso bicicleta, jipe, moto, ...	54,9	32,0	16,8	6,2	45,1
Observação de animais	42,3	27,0	10,2	5,1	57,7
Organização de festas e reuniões	37,8	27,7	5,4	4,6	62,2
Venda de produtos locais	35,4	24,7	7,5	3,2	64,6
Atividades equestres	32,5	9,8	17,3	5,4	67,5
Animação de crianças	16,8	9,9	4,5	2,3	83,2
Infra-estruturas e equipamentos					
Piscina descoberta	69,6	66,2	2,7	0,7	30,4
Sala de jogos	52,3	50,0	1,3	1,0	47,7
Campo de ténis	31,6	18,6	9,5	3,5	68,4
Campo de golfe / mini-golfe	15,6	2,2	10,6	2,8	84,4
Piscina coberta	11,8	4,5	5,3	2,0	88,2
Ginásio 11,6	6,1	3,6	1,9	88,4	
SPA / Estética	11,1	2,8	6,1	2,2	88,9

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Tabela 6 - Nº de estabelecimentos TER/TN, segundo outras ofertas disponíveis; Fonte: WEB 39.

	Rotas turísticas	Percurso ou circuitos definidos	Atractivos turísticos	
NUT II				
Norte	60	24	94	
Centro	73	30	91	
Lisboa	2	2	8	
Alentejo	23	11	26	
Algarve	4	1	9	
Açores	4	1	11	
Madeira	6	3	6	
Portugal	172	72	245	
Modalidades TER e TN				
Turismo Rural	56	25	86	
Turismo de Habitação	31	11	44	
Casa de Campo	55	23	79	
Agro-Turismo	19	8	23	
Hotel Rural	8	1	7	
Turismo de Aldeia	3	1	1	
Casa-Abriço	0	1	1	
Casa-Retiro	0	0	1	
Parques de Campismo Rural	0	2	3	
Portugal	172	72	245	N=446

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A este respeito, os melhores resultados concentram-se no centro do país, quer a nível de rotas turísticas desenvolvidas quer em percursos ou circuitos definidos, e até nos atractivos turísticos, mesmo que numa segunda posição. Na mesma tabela é possível verificar que o Turismo Rural é aquele que dispõe de mais ofertas no mercado de TER e TN.

Após a inquirição dos clientes do TER/TN concluiu-se que estes, maioritariamente, detêm uma faixa etária com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, estão empregados, têm habilitações superiores, costumam ficar entre 1 a 3 dias nos alojamentos turísticos e privilegiam a descoberta da região e o contato com a natureza. Os quadros seguintes revelam estes resultados.

Tabela 7 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN por escalão de nº de dias de estadia;
Fonte: WEB 39.

	Nº	%
1 a 3 dias	1.577	53,7
4 a 6 dias	506	17,2
7 a 14 dias	567	19,3
15 ou mais dias	138	4,7
N.e.	147	5,0
Total	2.935	100,0

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Tabela 8 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN por grupo etário; Fonte: WEB 39.

	%
0-14 anos	0,6
15 - 24 anos	4,9
25 - 44 anos	52,3
45 - 64 anos	33,4
65 ou + anos	7,8
N.e.	1,0
Total	100,0

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Tabela 9 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN, segundo as respetivas formas de ocupação; Fonte: WEB 39.

	%
Estudante	4,6
Empregado	76,9
Desempregado	1,6
Reformado	12,4
Doméstico	2,0
N.e.	2,4
Total	100,0

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Tabela 10 - Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos de TER/TN, segundo as habilitações escolares;
Fonte: WEB 39.

	%
1.º ou 2.º ciclo do Ensino Básico	4,4
3.º ciclo do Ensino básico	8,2
Secundário ou pós-secundário não superior	25,0
Ensino Superior	59,2
N.e.	3,2
Total	100,0

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Acerca dos motivos que levam à deslocação do turista ficou enfatizado o gosto pelo sítio e pelo alojamento, bem como a importância que é dada ao contacto com a natureza e local envolvente. Informação que é evidente nas tabelas a seguir.

Tabela 11 - Motivações da procura dos hóspedes dos estabelecimentos de TER/TN; Fonte: WEB 39.

	%
Descoberta de uma região	53,6
Contacto com a natureza	41,0
Saúde e bem-estar	30,0
Gastronomia e vinhos	16,3
Praia	12,4
Visita a familiares e amigos	7,7
Eventos e festas	7,1
Desporto e aventura	5,2
Negócios	3,5
Descanso e férias	1,6
Convívio com família ou amigos	0,6
Caça	0,3

Fonte: *Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

Tabela 12 - Razões da escolha pelos hóspedes dos estabelecimentos de TER/TN; Fonte: WEB 39.

	%
Sítio do edifício	57,6
Contacto com a natureza	46,5
Tipo de edifício	41,0
Preço	18,7
Facilidade de acesso	9,4
Infra-estruturas e equipamentos	9,1
Gastronomia	5,1
Serviços e actividades disponibilizadas	4,5
Acessibilidade p/ pessoas deficientes	0,4
Outras	3,0

Fonte: *Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.





Capítulo 4 - Arquitetura Vernacular

Introdução

De carácter local ou regional. É um tipo de arquitetura que os povos antigos utilizavam e que consiste no aproveitamento de recursos do próprio ambiente para contruir edificações. Ao longo dos tempos as gerações e as novas necessidades provocaram alterações na arquitetura vernacular. Embora a influência, ou a essência, do meio natural ainda se mantenha, as habitações rurais sofreram alterações na construção e ao nível dos materiais. A arquitetura, também sustentável, apresenta uma clara evolução. Atualmente é possível coexistir a tradição e a modernidade, através de técnicas aperfeiçoadas e utilizáveis.

4.1. O que é o Vernacular?

Vernacular surge do latim *vernaculus*, que significa nacional ou próprio do país. (WEB 40). Quer dizer que cada lugar do mundo possui características únicas que o distingue de outros, algumas delas essencialmente ligadas a questões geográficas e de cultura. É com este pensamento que emerge a definição de arquitetura vernacular, também conhecida como rural ou popular. Nela fica implícito que em determinado lugar existem características singulares e diversificadas que se refletem nas próprias construções, neste caso desenvolvidas com materiais locais e técnicas tradicionais de um povo. Trata-se de uma arquitetura que surge de forma natural e por mera necessidade. Tal como afirma Lévi-Strauss:

“Não julgo que as culturas tenham tentado, sistemática ou metodicamente, diferenciar-se umas das outras. A verdade é que durante centenas de milhares de anos a Humanidade não era numerosa na Terra e os pequenos grupos existentes viviam isolados, de modo que nada espanta que cada um tenha desenvolvido as suas próprias características, tornando-se diferente dos outros. Mas isso não era uma finalidade sentida pelos grupos. Foi apenas um mero resultado das condições que prevaleceram durante um período bastante dilatado”. (Lévi-Strauss, 1978 in Dias, Z).

A “sustentabilidade” é muitas vezes utilizada para caracterizar este tipo de arquitetura que possui um carácter ambiental, preza o uso de materiais orgânicos, e que resulta num edifício com bom isolamento térmico e acústico. A criação de edifícios rurais é o resultado de um tempo em que não existiam diversos materiais de construção e só se utilizavam os encontrados na região. Também não haviam os arquitetos propriamente ditos, estes surgiram mais tarde com a necessidade de encontrar melhores soluções arquitetónicas.

“A arquitetura vernacular é um dos mais significativos e marcantes aspetos da intervenção humana na paisagem, em que, na sua pluralidade de tipos, se manifestam diversos

condicionalismos - geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais - dos locais e dos grupos populacionais que as constroem e habitam. Este tipo de construção caracteriza-se por ser um produto imediato da relação do Homem com o meio natural envolvente, na necessidade básica de um abrigo para o primeiro e na procura de harmonia com o segundo”. (Oliveira, 1991 and Cerqueira, 2005 in Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).



Fig. 29 - Aldeia histórica de Monsanto; Fonte: WEB 41; Autor Desconhecido.

Além das condições naturais e materiais que distinguem determinado local, cabe referir no contexto da definição que é também um povo isolado, ou distante de outros, que cria uma arquitetura envolvente genuína. Ou seja, as diferentes culturas acontecem porque, remotamente, existiu distância entre diversos grupos sociais. E embora o aspeto seja negativo, por haver um contacto humano reduzido logo menor comunicação, é também um aspeto positivo na medida em que cada comunidade se obriga a inventar as suas próprias técnicas. No fundo, a proximidade cria um mundo homogéneo e pouco criativo. Persiste assim “o ponto de vista simplista de que o isolamento social e geográfico tenham sido os fatores críticos na sustentação da diversidade cultural”. (Barth, 1969, in Dias, Z).

4.2. História dos Castros

É com o aparecimento dos primeiros aglomerados populacionais neolíticos na Península Ibérica que surgiram, nos pontos mais altos de alguns locais, os primeiros “castros”, onde se desenvolveu a arquitetura vernacular. As suas construções continham uma forma circular, eram feitas em pedra e vegetação local na cobertura em cone.

Entre o século XVII e XVIII grande parte destes edifícios foram destruídos e a sua pedra reaproveitada para a criação de novos edifícios nas aldeias modernas. Estes, instalados em zonas mais baixas perto dos vales e da água, possuíam formas retangulares e tinham coberturas de uma ou duas águas feitas com vegetação ou mesmo pedra natural. Tal como acontece nos

dias de hoje, na altura já a população sentiu necessidade de abandonar os meios mais isolados para procurar outras condições de vida, junto de outros grupos onde se obtinham, pelo menos, vantagens de interação e troca de conhecimento.



Fig. 30 - Antiga palheira com cobertura vegetal; Fonte: WEB 42; Autor Desconhecido.

Com o desenvolver dos tempos foi mantendo-se a toponímia das terras, mas os castros foram sofrendo alterações. Aos poucos os edifícios receberam modificações ao nível da construção: a de cruzar os blocos de pedras maiores nos cantos de forma a solidificar os cunhais e assim travar as restantes pedras da parede; a introdução da telha tradicional nas coberturas; e outras. Também as casas começaram a unir-se, "duas casas juntas, três, quatro, perfazendo diferentes compartimentos ligados por dentro ou por fora". (Dias, Z).

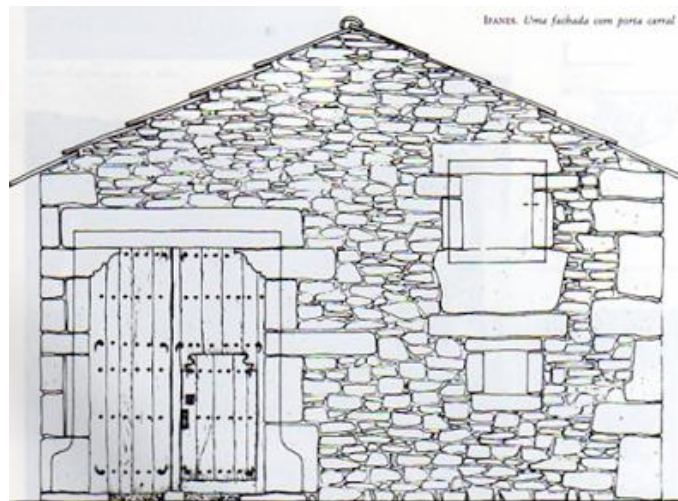


Fig. 31 - Alçado de casa antiga em Mirandela; Fonte: WEB 43; Autor Desconhecido.

O período negro na história da habitação humana acontece quando as populações rurais começaram, repentinamente, a deslocar-se para meios urbanos, tornando-se parte da mão-de-obra das novas indústrias. As consequências são desastrosas. Por um lado gera-se a desertificação dos meios rurais e a perda da experiência e conhecimentos acumulados desde o início das primeiras povoações, por outro criam-se os chamados bairros operários para abrigar

a mão-de-obra necessária. Eram lugares desumanos e pequenos, sem saneamento, luz ou ventilação e em que um só quarto abrigava mais que uma família.

Com a industrialização e os avanços tecnológicos surgiram materiais como o aço, o vidro e o cimento, e com eles novas formas de construção que permitiram criar edifícios maiores com melhores condições. E é deste modo que, no século XX, ficam quebradas as raízes do passado vernacular. Primeiro com o movimento moderno que introduz à arquitetura a questão da transparência, da luz, do sol e do ar. Em seguida, a partir de 1960, com o fenómeno da emigração que deixa o mundo rural quase sem habitantes. Estes apenas regressam duas décadas mais tarde e trazem consigo novos estilos e materiais.

Em conclusão, *“o rápido progresso dos novos modos arquitetónicos (modernos), motivados durante o século XX, simultaneamente, pela industrialização e pela sobrepopulação das cidades, homogeneizou, num tempo acelerado e, antes, quase impensável, as cidades e a arquitetura, pela primeira vez na história, à escala planetária”*. (Dias, Z). Significa que atualmente mais de metade da população vive em cidades uniformizadas. Mas, por algum motivo, continua a existir no nosso imaginário a preferência pela paisagem vernacular.

4.3. Moinhos...

Desde que o Homem começou a recolher e a cultivar cereais que surgiu a necessidade de os transformar em farinha para produzir o pão. Inicialmente, ano de 10 000 a.C, a tiragem dos cereais era feita à mão, recorrendo-se também a utensílios. Os primeiros vestígios de moinhos⁵, inseridos no estilo da arquitetura vernacular, terão aparecido na Dinamarca, no século I a.C, neste caso um moinho de água de roda horizontal. O moinho de roda vertical foi mencionado pela primeira vez numa obra de Vitruvius no ano 25 a.C.

Devido à quantidade de cursos de água existentes, o novo engenho hidráulico propagou-se rapidamente por toda a Europa. A disseminação deste tipo de sistemas deve-se, principalmente, ao Império Romano que terá espalhado esta nova tecnologia por todo o Império. Durante a época medieval os moinhos eram vistos como um privilégio sendo que, muitas vezes, eram cobradas taxas de utilização aos senhores feudais. Convém referir que na

⁵ São vários os tipos de moinhos, e que se dividem em duas categorias. A categoria dos moinhos hidráulicos onde cabem os moinhos de rodízio com roda horizontal, moinhos de azenhas com roda vertical, moinhos de rodete submerso e, ainda, os de maré. E a categoria dos moinhos de vento que abrange moinhos de vento fixo de torre, moinhos de vento giratório e de armação. Os hidráulicos foram os que mais se propagaram, nomeadamente o moinho de rodízio (roda horizontal). Em 1968 Portugal tinha cerca de 10 000 moinhos em atividade, 7 mil hidráulicos e 5 mil de rodízio. (WEB 44).

altura, por ter sido incrementada a cultura dos cereais nas comunidades rurais, o número de moinhos de água aumentou.



Fig. 32 - Água a passar num moinho em Marco de Canaveses; Fonte: WEB 45; Autor Desconhecido.

Atualmente, devido aos avanços tecnológicos, a moagem é essencialmente desenvolvida por máquinas. Motivo que, ao longo dos anos, levou a maior parte dos moinhos à ruína. A tentativa de os recuperar é escassa, no entanto há muitos deles que são aproveitados e reabilitados para fins de habitação, museologia e de comércio. O interesse na sua preservação está relacionado com o facto de estes fazerem parte de uma arquitetura de feição popular e refletirem a vivência de uma geração, “*gente da terra*”.

4.3.1. ... e o seu Funcionamento

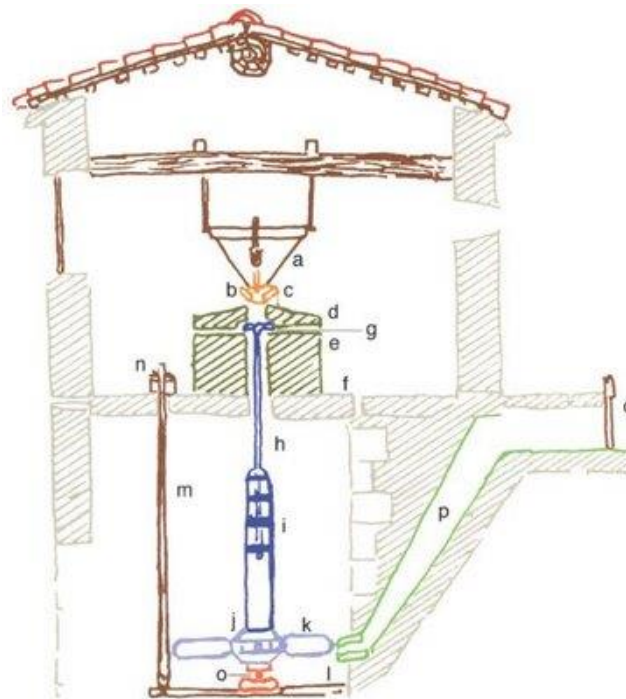


Fig. 33 - Corte que mostra o funcionamento de um moinho hidráulico rodízio; Fonte: WEB 46; Autor Desconhecido.

Para que o moinho hidráulico do tipo rodízio funcionasse era necessário criar um desvio da água - rego - do rio até ao moinho. Quando a comporta abria a água caía pela agueira à pressão e batia na pena, esta por sua vez fazia girar o veio, rodando assim a mó. Havia também um mecanismo que permitia desenvolver o trabalho do moinho, na medida em que eliminava o atrito entre as mós. Esta característica, de afastamento ou proximidade das mós, possibilitava ao moleiro controlar a grossura da farinha.

Os cereais eram colocados na moega - caixa de madeira em forma de pirâmide - que afunilava para a tremonha - uma calha alongada - que, por sua vez, direcionava o material no sentido da mó. A quantidade de grãos que caía era controlada pela tremonha, um dado muito importante. Pois, a queda insuficiente de grãos podia gerar desgaste das pedras ou resultar no seu aquecimento, queimando a farinha. Ou então, uma queda abundante de grãos poderia encravar a mó, fazendo com que o rodízio parasse e danificasse o equipamento.

Após este processo, o grão chegava à mó, caindo no olho da pedra que

“por efeito da força centrífuga deslizava para os espaços existentes entre as pedras, derivados dos sulcos radiais lavrados na face inferior da pedra móvel, cuja profundidade diminui progressivamente do centro para a periferia...pelo aperto entre as duas pedras, a de baixo levemente convexa e a de cima levemente côncava, ajustadas entre si, opera-se a trituração”. (Moinhos da Baságueda, 1999, in Branco 2009).

A moagem ocorria devido ao peso da mó móvel (de cima), maior que a mó fixa. Ao longo do tempo, com o uso, era comum a mó móvel desgastar-se, por sua vez perder peso o que resultaria numa má moagem de cereais.



Fig. 34 - Sistema de moagem de um moinho; Fonte: WEB 46; Autor Desconhecido.

Em redor das mós existia uma chapa metálica - cambeiros - que conduzia a farinha para junto do moleiro, caía em cima de um pano para que pudesse ser transportada até ao devido lugar.

4.4. A Evolução das Habitações Rurais

4.4.1. O Passado:

Influência do Meio Natural sobre as Habitações

Nos tempos longínquos já coexistiam as habitações com o meio natural envolvente, e há ainda diversos exemplos em locais de paisagem rural onde é possível observar-se a habitação rural tradicional e organização do espaço, que refletem funções, atividades e maneira de viver dos nossos antepassados.

A criação de um edifício, independentemente da sua função, tinha que respeitar as condições naturais do lugar, fosse ele montanhoso, chuvoso, seco, etc. Uma regra que aliou a necessidade dos diversos povos ao desenvolvimento de técnicas de construção passivas. Dizer que estas habitações nasceram apenas da arquitetura não é correto. Antes surgiram *"de um conjunto poderoso, representando por tudo o que ganhou forma, substância e sentido em contato com o homem rural"*. (Idem).

Antigamente uma habitação rural era, sobretudo, frequentada por pessoas que viviam da ruralidade. O fomento da agricultura exigia grandes terrenos, numa "quinta" habitualmente afastada das povoações vizinhas. Devido a questões climáticas ou de topografia as habitações eram edifícios que raramente ultrapassavam mais que um piso. Uma casa pequena tornava o trabalho doméstico mais fácil e alimentava a possibilidade de futuras ampliações. Quando numa casa existia um piso superior significava que no inferior havia um abrigo para animais, e dessa forma se aproveitava o calor animal para manter a casa a uma temperatura mais agradável. Os quartos permaneciam assim num piso superior longe da humidade do terreno.

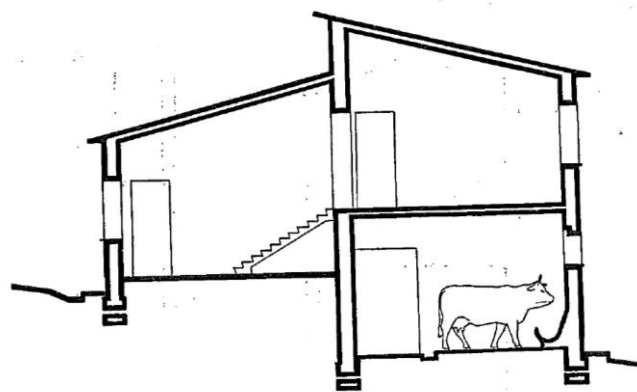


Fig. 35 - Corte tipo de uma habitação rural; Fonte: Lobo e Antunes, 1960.

Uma menor área de implantação, ou tamanho da habitação, traduzia um menor gasto económico de construção e de recursos energéticos. Por exemplo, era necessária menos lenha para aquecer o espaço. Ainda referir que antes do século XX e com a tecnologia pouco avançada

um simples vidro tradicional era uma fonte de perda térmica, por esse motivo quase não existiam janelas nas casas e quando as havia eram sempre muito pequenas.

Como se tratavam de habitações puramente nascidas das funções que as rodeavam, todos os espaços supérfluos eram eliminados, sem prejudicar as funções internas. Muitas vezes a habitação tradicional constava de poucas divisões tendo apenas as mais importantes.

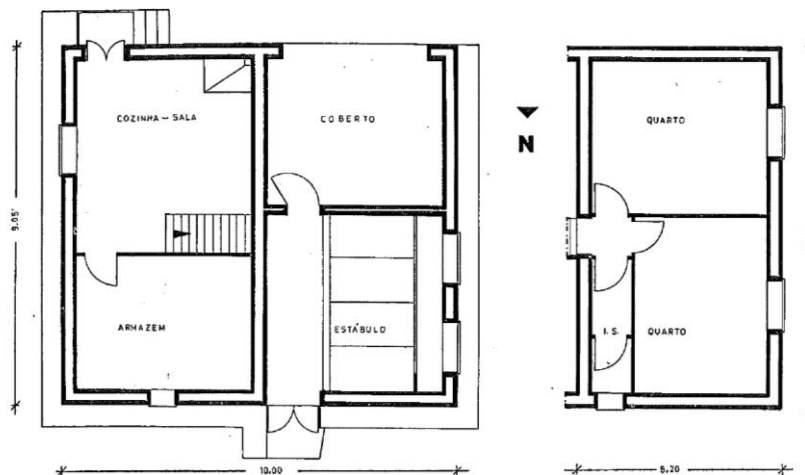


Fig. 36 - Planta de uma habitação rural de dois pisos; Fonte: Lobo e Antunes, 1960.

A cozinha muitas vezes incorporava a sala de estar, responsável por reunir a família em redor da lareira gerando-se ali um ambiente de interação e comunicação. Na altura, as fracas condições económicas não permitiam a cada elemento de uma família numerosa possuir um quarto individual. Normalmente uma casa dispunha ou de um quarto com duas camas, uma para os pais e outra para os filhos, ou então de dois quartos, um para os pais e outro para os filhos. Geralmente a retrete encontrava-se num anexo exterior à casa ou, perante a inexistência de um sistema de esgotos, as famílias criavam a sua própria “instalação sanitária” e, após as necessidades, transportavam os resíduos para o exterior da habitação.

Quase sempre existia uma arrecadação onde se guardavam as ferramentas de cultivo e também os vegetais cultivados, como batatas e abóboras, etc.

Tal como foi referido anteriormente, os materiais utilizados nas construções eram locais. As paredes, largas e baixas em altura, eram quase sempre feitas em pedra regional, granito ou xisto, e levavam uma argamassa de cal/gesso. Estas habitações eram compostas por lajes, que basicamente consistiam num suporte de barrotes de madeira, apoiados nas paredes espessas de pedra, e num chão revestido por soalho de madeira. Se, por um lado, a laje do rés-do-chão continha uma caixa-de-ar, afastando-o do subsolo e da humidade, por outro, a cobertura da

habitação, tal como a laje, era suportada por barrotes de madeira⁶ sobrepostos por estreitas ripas que os atravessavam, permitindo que materiais, vegetal, xisto ou mais tarde, século XIX, tijoleira tradicional, revestissem a cobertura. A rápida decomposição dos materiais fez com a tijoleira fosse substituindo os outros tipos de revestimento, nomeadamente o vegetal. O material mais resistente permanecia no exterior com a finalidade de proteger o mais delicado no interior.

4.4.2. O Presente:

Recuperação ou Construção de uma Habitação Rural

Tendencialmente a mente humana associa habitações rurais a locais de pequena dimensão, com poucas condições, isolados e retrógrados. Na realidade, e atualmente, uma habitação integrada no meio rural tem condições iguais, por vezes melhores, às adotadas em habitações urbanas. A habitação rural moderna resulta da conjugação das experiências tradicionais adaptadas às vivências impostas pela sociedade moderna, e, desta forma, são evidentes alterações profundas ao nível do espaço, mas também ao nível do número de dependências e de equipamentos que a constituem, colmatando problemas familiares e sociais da habitação. Tal como refere Lobo e Antunes,

“a conspeção arquitetónica que há-de traduzir esta atualização conhecerá forçosamente uma renovação formal - renovação de tipos e de relações que vai afetar profundamente a fisionomia de todo um habitat rural”. (Lobo e Antunes, 1960).

A imitação, “pura e dura”, de uma habitação rural ou vernacular não pode acontecer em pleno século XXI. Por mais que a sociedade moderna queira refugiar-se em ambientes naturais/rurais não abdicará do conforto de uma habitação com espaço adequado, divisões e condições básicas de higiene para viver numa habitação que serve única e exclusivamente para a função e atividades inerentes ao espaço envolvente. Com o passar dos anos foram tornando-se prioritárias as questões relacionadas com saneamento, esgoto, eletricidade, água e instalações de uso coletivo. Significa que deve manter-se a essência deste tipo de arquitetura vernacular, a sustentabilidade, e, ao mesmo tempo torna-la passível de ser habitável. Também o “isolamento, deve no entretanto ser combatido, favorecendo-se o agrupamento de habitações, de forma a constituir o escalão desejado para cada caso”. (Lobo e Antunes, 1960).

No que diz respeito à utilização de materiais já não predomina a regra focada na restrição daqueles que se encontram no local de intervenção. Estimula-se a utilização de novos materiais na construção ou reabilitação de uma habitação rural, no entanto a sua aplicação deve ser cuidadosa visto que o objetivo é manter a integridade dos nossos antepassados. Não quer dizer

⁶ Existem diferentes barrotes que compõem o sistema de suporte da cobertura, neste caso a varga transversal apoiada nas paredes, que suporta, no centro, o prumo, por sua vez sobreposto pela filgira, e depois ainda pelas varas.

que a criatividade do arquiteto seja posta em causa, este apenas deve ser capaz de inovar, modernizar de forma subtil, o estilo sem que a genuinidade da casa se perca. Um bom exemplo de recuperação rural é a *finca en extremadura* dos Arquitetos Abaton que restauraram uma loja de animais antiga na Espanha, transformando-a numa habitação.



Fig. 37 - Imagem lateral da habitação rural finca en Extremadura; Fonte: WEB 47; Autor Desconhecido.

De forma sofisticada e inteligente estes arquitetos amodernaram o edifício e, ao mesmo tempo, mantiveram a sua essência. Apesar de se tratar de uma habitação antiga não deixaram de inserir materiais modernos. Deste modo, e utilizando recursos naturais para se autossustentar, o edifício integra-se de forma respeitosa e harmoniosa no meio ambiente. Os vãos maiores, que criam a ilusão de que há uma casa mais pequena, mantêm o interior da habitação quente nos dias de inverno. E as portadas protegem-na do frio nas noites de Inverno e do calor nas noites de Verão.



Fig. 38 - Imagem interior da habitação rural finca en Extremadura; Fonte: WEB 47; Autor Desconhecido.

O rés-do-chão dispõe de espaços públicos bastante generosos para que haja uma maior interação entre todos os moradores, e a tradicional lareira permanece no centro social da casa. É no primeiro piso que se encontram os espaços privados.

De facto, e em relação ao que acontecia antigamente, a complexidade na forma de habitar é hoje maior. É comum ver pessoas a residir numa zona rural, a possuir pequenas hortas e a cuidar de animais rurais, mas sem que a agricultura seja a sua principal atividade, logo a criação

de uma habitação terá que responder a novas exigências do habitar humano. Pois, se o estilo de vida é diferente a morfologia da casa, desde a construção da sua raiz, também deverá ser:

- a) Deverá a implantação de uma habitação estar ligada a uma localidade próxima para que possam ser aproveitados sistemas de água e esgoto, entre outros;
- b) Deverá conter a essência das habitações tradicionais do local onde esta inserida;
- c) Deverá ter em consideração a topologia e ordens climatéricas do local;
- d) Deverá incorporar os materiais tradicionais e modernos, inclusivamente deverá utilizar medidas passivas, tradicionais e ativas, como painéis solares, etc., de forma a tornar o edifício sustentável;
- e) Deverão os espaços públicos ser o centro da casa de forma a promover um maior relacionamento entre toda a família.

Em suma, a requalificação de uma habitação rural terá que ter a capacidade de transformar quadrículas e áreas cobertas, de uma forma dignificada, em espaços orgânicos. De fazer com que a vida familiar se torne *"num facto social"*, e permitir que no mesmo espaço habitacional se desenvolvam condições para a existência da *"comunicação"* bem como o direito ao *"isolamento"*. (Lobo e Antunes, 1960). E, finalmente, de destacar todas as atividades exercidas, *"o trabalho, as refeições, o contacto, o recolhimento, o estudo, o recreio, a vigilância, a receção, o espaço físico, a capacidade familiar, o crescimento, a relação com o exterior, etc."*. (Idem). É fulcral manter *"os valores em jogo, responsabilizando toda e qualquer pessoa que interfira em ambientes rurais (...)"*. (Idem).

4.5. Arquitetura de Sustentabilidade:

Inovação, Fragilidades e Retorno

Com a evolução das tecnologias de construção a arquitetura moderna chegou mais longe do que alguma vez havia conseguido, tornando-se uma arte cada vez mais globalizada. Após o século XX, também os novos métodos permitiram aos arquitetos ter mais liberdade nas suas criações. Contudo, aspetos positivos trouxeram outros menos positivos, e, portanto, nem tudo correu bem. Por exemplo, os materiais de construção industriais continham uma fraca resistência térmica, e nas grandes superfícies de vidro era constante a vulnerabilidade às temperaturas exteriores. Deste modo, recorreu-se a métodos secundários como as tecnologias de arrefecimento, - surgidas com o descobrimento do Freon, em 1926, que fez crer ao mundo que o conforto térmico podia ser atingido através de recursos mecânicos.

A facilidade com que se obtinham recursos de energia baratos, combustíveis fósseis e energias elétricas provocou uma crise na cultura arquitetónica e negligência sobre os aspetos vernaculares. Deixou de ser preocupação a integração do edifício num determinado lugar, pois, fosse o clima mais frio ou mais quente, havia sempre forma de corrigir as variações de

temperatura. De certa forma a natureza passou a moldar-se ao edifício em vez de o edifício se moldar à natureza. (Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).

A crise energética de 1973 levantou uma série de questões acerca dos cuidados climáticos dos locais construídos. Surgiram até relatórios a informar os limites do crescimento da arquitetura. Esta situação impulsionou a criação das primeiras bases de edifícios ecológicos que tinha como principal objetivo o regresso às formas tradicionais de construir, utilizando materiais tradicionais em conjunto com equipamentos de energias renováveis. Também a ausência de relação entre a arquitetura e o lugar levou à *“rejeição do Movimento Moderno por parte dos cidadãos. Desta rejeição nasce a necessidade de se redefinir o espaço de habitar tomando em consideração o passado vernacular”*. (Idem).

O motivo que levou a apostar no regresso de alguns métodos da arquitetura vernacular está ligado ao facto de que esta se integra na natureza, direcionando-se de local para local, e respeita a *“utilização de materiais e técnicas locais, pela adaptação às especificidades climáticas, à estrutura familiar e respetiva atividade económica e aos costumes da comunidade”*. (Idem). No entanto, além de se proteger e valorizar o património vernacular, deve estimular-se a evolução do próprio e dinamizarem-se as economias locais através de *“investigação; importância da localização; adaptação e alteração de usos; a importância da formação de profissionais e das comunidades; o intercâmbio de competências e experiências entre redes regionais; entre outros”*. (AAVV, 1999, in Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).

4.5.1. Evolução do Sistema Arquitetónico

Muitas das qualidades naturalmente impostas pela arquitetura vernacular são defendidas pela arquitetura sustentável, algo que pode ser visto no diagrama seguinte - criado por Stefan Behling do gabinete de arquitetura Foster + Partners juntamente com o gabinete de engenharia Arup.

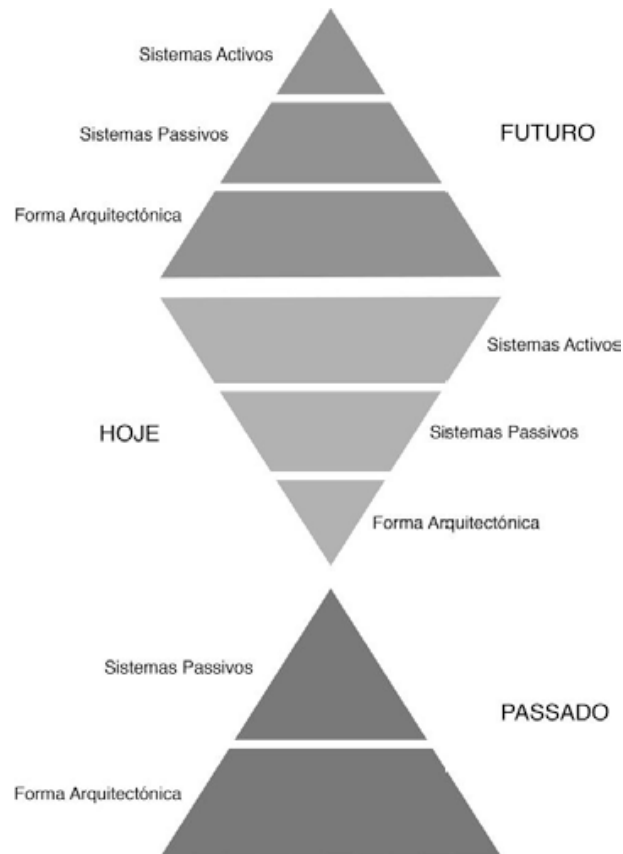


Fig. 39 - Diagrama de Behling; Fonte: WEB 48; Autor: Abalos, 2009, in Fernandes, Mateus, Bragança, 2012.

O diagrama mostra uma evolução do sistema arquitetónico do “Passado”, na medida em que o compara com erros do presente (“Hoje”), e depois os corrige no triângulo do “Futuro”. Este último revela, de forma sofisticada, uma alternativa baseada em “Sistemas Ativos”, “Sistemas Passivos” e “Forma Arquitetónica”, mostrando o quão importante é inverter os vários sistemas em jogo.

A inversão da pirâmide atual faz com que os parâmetros futuros sejam copiados do passado, mas acrescentando os sistemas ativos. Assim coexiste a tradição e a modernidade, o que resulta num sistema híbrido que explora novos conceitos estéticos e funcionais através de materiais inteligentes e matérias tradicionais. (AAVV, 1999 in Fernandes, Mateus, Bragança, 2012). *“Ignorar todo o conhecimento e potencial tecnológico existente atualmente seria um erro, quando se visa atingir edifícios de elevado desempenho”*. (Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).

4.6. Arquitetura Vernacular Portuguesa:

Técnicas de Sustentabilidade Utilizáveis

Tal como acontece em todo o mundo, também a arquitetura vernacular portuguesa se diferencia nas diversas regiões. Cada uma tem uma expressão única que a caracteriza, quer pelo clima típico quer pelos materiais e técnicas locais distintos. Resta salientar que as técnicas utilizadas na arquitetura vernacular podem ser utilizadas hoje em dia, de forma estudada, para

criar uma arquitetura mais sustentável. “*Recorrendo a recursos locais, sistemas passivos e a tecnologias com baixo índice tecnológico e baixa energia incorporada*”. (Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).

Abaixo encontram-se alguns exemplos de métodos utilizados em edifícios construídos antigamente, e que, dependendo das situações e locais, podem ser utilizados nas construções recentes. São técnicas utilizáveis que forçosamente passaram por um processo de evolução. Quer dizer que atualmente já não são aplicadas tal e qual como acontecia inicialmente, mas as ideias têm influência passada.

4.6.1. Implantação

A implantação dos edifícios dos povos era feita de forma a tirar proveito das condições climáticas, geográficas e socioeconómicas do local. A regra pode aplicar-se às construções de hoje. Ou seja, em regiões montanhosas, em locais de invernos rigorosos, é natural que as implantações possam ser feitas em vales junto à encosta, de preferência viradas para sul, desta forma protegendo-se dos ventos e capturando maiores ganhos solares. Em lugares de maior calor a intensão será reduzir os ganhos solares. Inicialmente os povos aproximavam as habitações. Pois, a proximidade das casas gerava sombra e as ruas estreitas uma espécie de pátio comunitário que fazia circular a ventilação ao mesmo tempo que protegia dos ventos mais fortes. (Idem).

4.6.1.1. Condutibilidade Térmica

Em lugares mais frios a capacidade de isolamento era chave da sobrevivência. Utilizavam-se frequentemente coberturas em colmo e material vegetal, como centeio, devido à sua capacidade térmica. Para reter o calor as habitações continham um número reduzido de pequenos vãos, um pé-direito baixo e permaneciam sem chaminés. Em alguns locais utilizavam-se caniços, uma espécie de cana, para revestir as paredes interiores em contacto com o exterior. A finalidade era a de criar algum isolamento. Em lugares mais quentes era comum a utilização de pérgolas. Estas libertavam vapor de água através da transpiração arrefecendo o ar. (Idem).

Atualmente a vegetação ainda pode ser utilizada nas coberturas (cobertura verde) e paredes (jardim vertical) e tem vantagens associadas. Melhora a eficiência do edifício. À medida que reduz a temperatura no ambiente interno diminui também a necessidade de refrigeração. E funciona como isolamento térmico extra, pois protege contra as altas temperaturas do Verão e ajuda a manter a temperatura interna no Inverno. Em termos ambientais, diminui a poluição e melhora a qualidade do ar, entre outras.

4.6.1.2. Ganhos Solares

Para promover uma maior captação solar, antigamente, era frequente a criação de varandas viradas para sul e poente, para que o interior da habitação estivesse exposto a um maior número de horas de sol no Inverno.



Fig. 40 - Varanda envidraçada Beirã; Fonte: WEB 49; Autor Desconhecido.

Hoje em dia, de um modo simples, a *trombe wall* aquece ou arrefece o interior da casa. Trata-se de um sistema que aproveita a incidência solar para fazer circular o ar. No Inverno a *trombe wall* funciona como circuito fechado, aquecendo o ar. No Verão funciona como circuito aberto, expulsando o ar quente e renovando-o com ar novo.

4.6.1.3. Ventilação

A circulação do ar nos locais mais quentes foi e continua a ser uma forma de promover o conforto térmico. Antigamente aproveitava-se a frescura da noite, sem comprometer a segurança da casa, para a arrefecer. O ar entrava através de grelhas criadas por cima dos vãos. (Idem). Atualmente deveria aplicar-se o conceito, mas de forma mais cuidada e sofisticada, nomeadamente para as épocas quentes de Verão.

4.6.1.4. Materiais

Tal como já foi referido, os materiais locais utilizados na arquitetura vernacular são a sua característica principal. “*Em traços gerais, pode-se afirmar que onde existe pedra constrói-se com esta, onde escasseia constrói-se com terra, adobe ou tijolo, madeira ou outros materiais vegetais*”. (Oliveira, 1991, in Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).

No passado, hoje e sempre o aproveitamento de materiais locais, e mais do que nunca os nacionais, é uma mais-valia quer em questões de economia quer em questões ambientais.

“A utilização de materiais locais, apresenta algumas vantagens que importa sintetizar: são recursos locais no âmbito mais restrito de abrangência territorial, não necessitando de transporte; necessitam de pouco processamento e consequentemente possuem baixa energia incorporada e reduzidas emissões de dióxido de carbono; são materiais naturais, muitas das vezes orgânicos, biodegradáveis e renováveis”. (Fernandes, Mateus, Bragança, 2012).

4.6.1.5. Recursos Renováveis

Espalhados por todo o país há os moinhos, que representam muito bem o aproveitamento das energias renováveis da arquitetura vernacular. Estes reaproveitam a energia gerada pelas águas do rio, do mar e pelo vento. Apesar de pertencerem ao passado, podem ainda ser recuperados e utilizados para criar energia elétrica. Outros recursos existem, e mais modernos, tais com os painéis fotovoltaicos que transformam os raios solares em energia.

4.6.1.6. Eficiência

Uma vez que, antigamente, havia escassez de recursos as comunidades tinham que encontrar a melhor forma de os gerir sem que houvesse desperdício. Exemplo disso é que existiam os fornos comunitários que funcionavam ao Domingo, e outros dias da semana, e eram aproveitados por toda a aldeia. A utilização em conjunto significava menos gastos individuais e desperdício, isto é, cada minuto de calor era bem aproveitado para cozer pão, refeições, entre outras coisas. (Idem). Ainda hoje existem aldeias que adotam o método do forno comunitário.

Entre outros exemplos atuais, cabe referir que nos prédios ou moradias é aplicado um sistema de aquecimento de água gerado por solares, e que depois se encarrega de fazer a distribuição para as várias habitações.

4.6.1.7. Reaproveitamento das Águas

Em lugares de menor precipitação, onde a água escasseava, recolhiam-se as águas pluviais para fins domésticos e agrícolas. A água era coletada nas coberturas das habitações e depois encaminhada para uma cisterna, uma espécie de poço. (Idem). Hoje em dia acontece o mesmo. A água da chuva pode ser coletada para um depósito, depois passar por um sistema de filtração própria para, finalmente, ser utilizada em fins domésticos.

CASO DE ESTUDO

Capítulo 5 - Caracterização do Local

Introdução

A arquitetura está condicionada pelos lugares. É por isso que a intervenção num local ou a recriação de um espaço físico requer um estudo intensivo das suas características e a compreensão das problemáticas existentes. É imprescindível que as edificações mantenham uma relação direta com o meio natural envolvente.

5.1. Análise do Local

5.1.1. Localização



Fig. 41 - Localização de São Pedro do Sul e Ameixiosa; Fonte: WEB 2; Autor Desconhecido.

O local de intervenção localiza-se no concelho de São Pedro do Sul, na antiga freguesia de São Martinho das Moitas, na aldeia de Ameixiosa. Hoje pertencente à freguesia de São Martinho das Moitas e Covas do Rio, adjuntas após a reorganização administrativa de 2012/2013. A freguesia contém uma área relativamente grande quando comparada com a quantidade de habitantes que aqui residem, 53,75 km² para uma população de 371.

CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL E CASTRO DAIRE

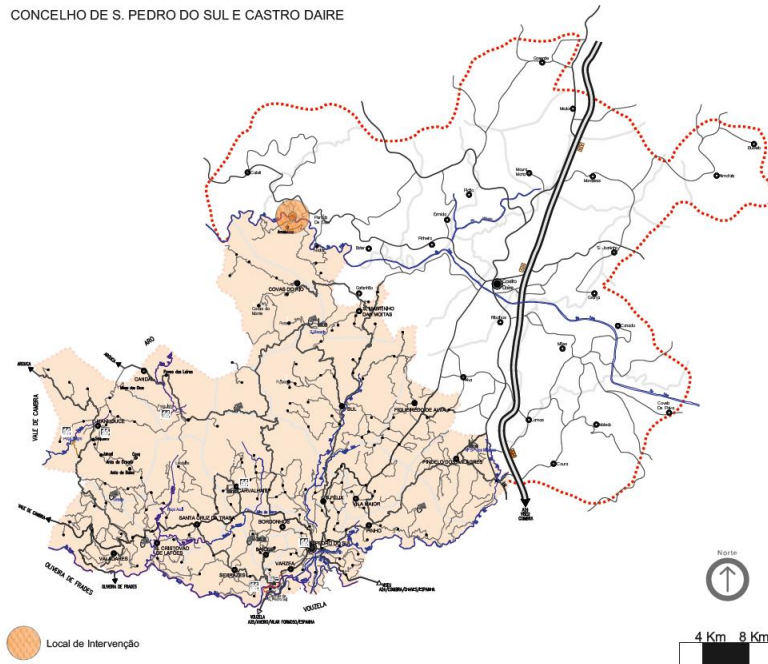


Fig. 42 - Local de intervenção no concelho; Fonte: Autoria Própria.

A aldeia de Ameixiosa encontra-se no sul do concelho e faz frente com o concelho de Castro Daires. A forma do concelho de São Pedro do Sul é como é devido aos rios, estes criam uma barreira que o separe de outros concelhos. O mesmo acontece no local onde o projeto se desenvolve, delimitado pelo Rio Paiva.



Fig. 43 - Vista aérea da aldeia de Ameixiosa; Fonte: WEB 50; Autor: Google Maps.

A Ameixiosa é uma pequena aldeia rural que se encontra implantada num vale na encosta da Serra de Ameixiosa. A sua origem advém dos tempos em que a população desceu dos pontos mais altos para se instalar nos vales, mantendo apenas a sua toponímia. Atualmente a aldeia contém um reduzido número de pessoas, sobretudo com uma idade avançada e que vive maioritariamente da agricultura. Apesar de existirem cerca de 30 a 40 habitações, muitas delas há muito que não são habitados e, por esse motivo, encontram-se em mau estado de

conservação. Outras apenas são ocupadas em épocas de férias, principalmente no Verão. Ou nalguns casos quando os próprios donos emigrados decidem regressar ao lugar de origem.

Tal como aconteceu com muitas das aldeias em seu redor, por exemplo a aldeia de Nodar e da Pena, a Ameixiosa também começou por ter uma arquitetura bastante original. Das construções faziam parte edifícios em que paredes e coberturas eram feitas com pedra de xisto, e muitas vezes sem chaminé para reter o calor. Nas habitações de dois pisos a cozinha permanecia no segundo para facilitar a saída de fumo pelas telhas. No entanto, com os novos avanços tecnológicos e com o surgimento de novos materiais a aldeia perdeu aos poucos esta particularidade, e hoje em dia metade das casas que aqui se encontram já contêm coberturas com telha. Apesar disso a aldeia continua a ter vários vestígios da sua primordialidade. Casas de pedra, ruas estreitas e tortuosas dão a esta aldeia o seu carácter.



Fig. 44 - Rua de Ameixiosa; Fonte: WEB 51; Autor: Google Street Veiw.

Estas características, por um lado apreciadas, criam a desvantagem do isolamento, isto é, ruas estreitas dificultam a mobilidade e acessibilidade, impossibilitando nalguns casos a troca de informação, assistência à saúde e acesso a espaços de recreio e lazer. Fator que talvez justificará a diminuição do número da população residente. Ao mesmo tempo o local mostra grande potencial devido à sua belíssima envolvente natural.

5.1.2. Características Locais

5.1.2.1. Geomorfologia

O concelho de São Pedro do Sul está inserido num local onde a crosta terrestre se formou no período Hercínico, definindo as principais linhas de relevo do território. Nele existe uma escarpa de falha no vale do Vouga e também um vale fraturado do rio Sul que se estende até ao rio Vouga. Acredita-se que esta linha de fratura poderá ter originado o aparecimento de vários pontos termais, inclusivamente as termas de S. Pedro do Sul. O concelho ainda contém

relevos mais acidentados formados por um aglomerado complexo de Serras conhecido por maciços montanhosos da Gralheira, sendo que o maior e mais elevado é o da Serra da Arada com 1119 metros de altitude. (Santos, Z). Cabe referir que a aldeia de Ameixiosa está inserida na base de uma cadeia montanhosa chamada Serra de Ameixiosa.

Carta Hipsometria
Concelho de S.P.S
Sem Escala

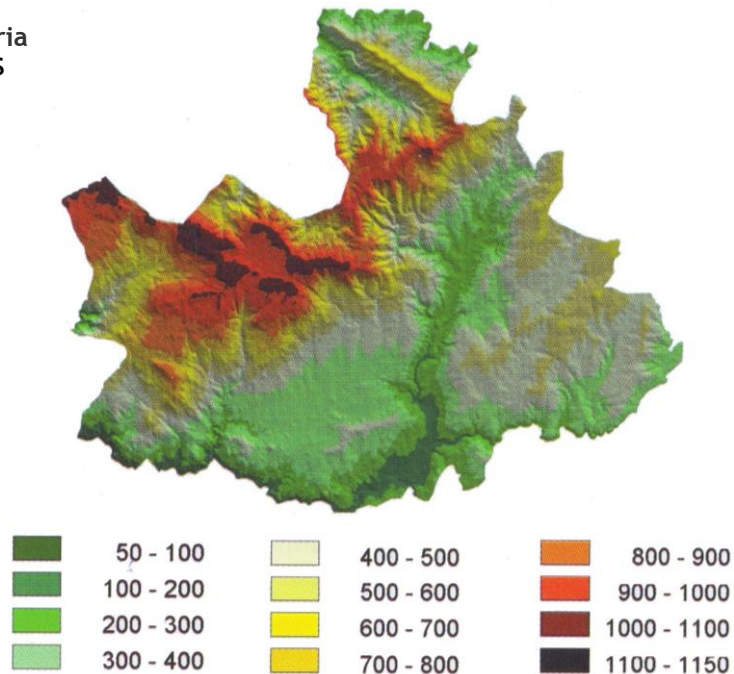


Fig. 45 - Hipsometria; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: J. Santos.

5.1.2.2. Geologia

O solo do concelho é maioritariamente constituído por xisto e granito, característicos da arquitetura vernacular da região. Trata-se de uma geologia de filões quartzosos com uma zona de contacto de complexo xisto-grauváquico com granitos. A Norte e Nordeste, onde o projeto se insere, predomina a existência de um solo composto por rochas sedimentares, nomeadamente xistos, arcaicos, pré-câmbrios e carbónicos. Já no Noroeste e nas zonas baixas do concelho o subsolo é formado sobretudo por rochas volcânicas, granitos, hercínicos e sintectónicos, havendo uma coexistência entre o granito e o xisto nas zonas montanhosas. (Santos, Z).

As zonas Xistosas apresentam as seguintes características:

- Relevo mais arredondadas;
- Vertentes escarpadas;
- Vales profundos com aspeto árido e, por consequência, vegetação espontânea, pobre e de pequeno porte.

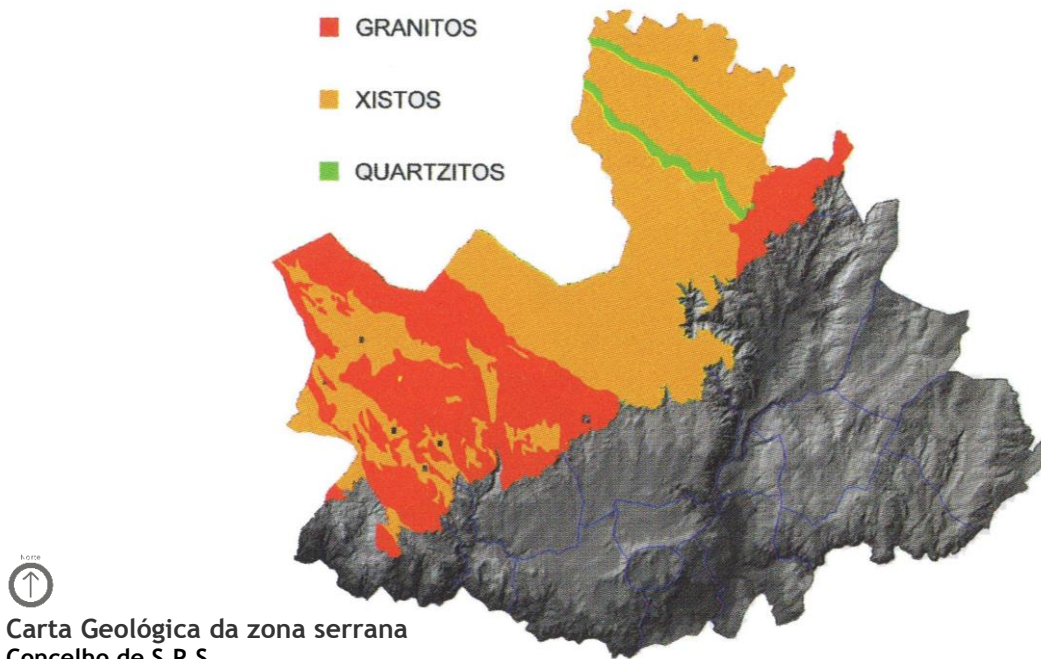


Fig. 46 - Geologia da zona serrana; Fonte: Roteiro Turístico; Autor: J. Santos.

5.1.2.3. Sismicidade

Uma vez que a zona de Ameixiosa, e também São Pedro do Sul, se encontram mais a Norte do país o risco de abalos sísmicos é menor, ao contrário do que acontece noutras zonas do território continental. Segundo o Decreto-Lei 235/83 (Regulamento de Segurança de edifícios e pontes), o concelho integra-se numa zona sísmica C, logo as ações de construção e prevenção têm relação direta com o coeficiente da sismicidade da zona, 0,5. (WEB 52).

5.1.2.4. Património Arqueológico

São Pedro do Sul contém um património arqueológico rico que provém das primeiras civilizações neolíticas e, depois, das influências da ocupação Romana e até da arquitetura rural dos seus antepassados. Os castros da Cárocada e as antigas termas de São Pedro do Sul são apenas alguns exemplos deste património. O que motivou a presença humana na região foi o facto de esta, pelas suas elevações, proporcionar defesa fácil e possuir um conjunto variado de fluxos de água proveniente dos rios.

O local consta de uma arquitetura vernacular muito característica, pois a abundância de xisto fez com que os edifícios fossem construídos com este material, utilizado quer nas paredes quer nas coberturas, sobretudo para fazer frente às condições atmosféricas, nomeadamente combater o frio do Inverno.

Cabe referir que na zona de estudo predomina também um vasto património natural e molinológico (moinhos), um marco de engenho e de arte do povo, da arquitetura e de tecnologias populares que permaneceram ao longo dos anos. (Santos, Z).



Fig. 48 - Passadiço do Geoparque de Arouca; Fonte: WEB 53; Autor: Adriano Miranda.

5.1.2.6. Clima

O clima do local classifica-se por ser quente e temperado, com algumas variações locais ligadas ao relevo. Há claramente dois tipos de clima, o de montanha, mais rigoroso, e o do vale, mais ameno. É possível constatar que nos pontos mais altos a temperatura média anual é de 9.8° C ao passo que nas zonas mais baixas a temperatura media anual corresponde a 14.1° C.

Relativamente à precipitação, a pluviosidade média anual é aproximadamente 1259.2 mm, e o número de dias de precipitação aproxima-se dos 103.4 por ano. (Santos, 2015). Os verões caracterizam-se por ser bastante secos, com precipitações de apenas 10 mm, um valor que muda ligeiramente junto ou rio. O Inverno destaca-se por ser o período mais chuvoso, com a precipitação a atingir 240 mm.

O vento, segundo os dados sobre a classe da velocidade no concelho, chega a atingir valores entre os 10 km/h e os 25 km/h, durante o ano. No vale, onde se localiza a área de intervenção, o vento sopra sobretudo de Oeste no Verão e de Este no Inverno, pois a Norte e a Sul os terrenos são mais altos. (Santos, Z).

5.1.2.7. Ruídos

Na zona de estudo e de implantação do projeto não há indicação de poluição sonora. Predomina o som relaxante da natureza, árvores e rio, e esporadicamente acontece o barulho da passagem de um trator para os campos agrícolas.

5.1.2.8. Rede Viária e Transporte

Atualmente a rede viária da região é constituída por um conjunto de vias que dão ao local de intervenção uma situação global de baixa acessibilidade, sobretudo porque se trata de uma zona agrícola que pertence a uma aldeia muito pequena, situada numa extremidade do concelho. A forma mais rápida de chegar ao local é através da Estrada Nacional 225, que a

Noroeste faz ligação com Castelo de Paiva e a Sudeste faz ligação com a Auto-estrada A24, permitindo a ligação com todo o país.

Transportes públicos para o local de intervenção são inexistentes. O caminho-de-ferro em São Pedro do Sul encerrou em 1947 e não existe uma rede ferroviária para o concelho. Apenas há transportes ferroviários para a Régua e, a partir daí, torna-se necessária uma segunda alternativa de transporte que leve as pessoas pela A24 até ao local.

5.1.2.9. Paisagem

A região é essencialmente agrícola, atividade presente na sua história e na sua etnografia, mas tem também várias implantações de eucaliptos. Toda a zona de estudo está num território de grande beleza e interesse natural que se reflete em fauna e flora em contraste com o Rio Paiva.

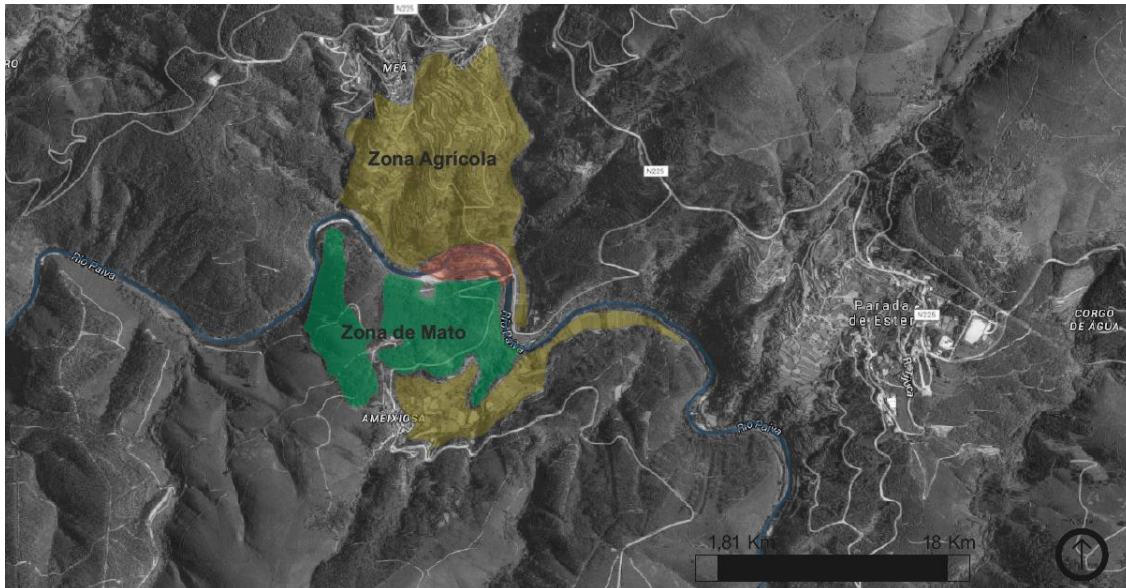


Fig. 49 - Zonas de plantação de matas e agrícola do local de intervenção; Fonte: Autoria Própria.

Contudo, a paisagem sofreu grandes mudanças ao longo dos anos. O abandono agrícola provocou o avanço das matas para a frente ribeirinha, tornando o rio intransitável por excesso de vegetação selvagem desenvolvida de forma desordenada devido à falta de presença humana.

5.1.2.9.1. Flora

Segundo Santos as condições geológicas dos terrenos não têm profundidade e fertilização suficiente. Também a intervenção humana e os incêndios têm devastado a região e contribuído para que o coberto vegetal autóctone se restrinja a pequenas manchas em redor dos terrenos cultivados. À parte das plantações de eucalipto e de pinheiros bravos, introduzidos na década de 60 e que dominam a maioria do território, existem alguns bosquetes de carvalho alvarinho e carvalho negral originais da área, mas também matas onde se encontra azevinho, medronho

e pilriteiro, e junto do rio alguns amieiros. Houve também plantações de bétula alba, que podem ser encontrados em terrenos graníticos. (Santos, Z).

5.1.2.9.2. Fauna

Na zona de São Martinho das Moitas e Covas do Rio a fauna resume-se a animais de procriação agrícola, como ovelhas, cabras, porcos, e outros, e animais selvagens, como rãs (rena ibérica, rena perezi), salamandras (*triturus marmoratus*, *chioglossa lusitânica*), insetos (*cerambyx cerdo*, *lucanus cervus*, *oxygastra curtisii*), peixes (*margaritifera*, bogas do rio, *rutilus macrolepidotus*, trutas), lagartos (*lacerta schreiberi*), toupeiras de água, lontras (*lutra lutra*). Graças a programas de inserção de animais existem os lobos (*canis lupus*) e javalis. (Idem).

5.2. Legislação

Uma vez que o local de intervenção se encontra numa área de mata de produção, o desenvolvimento do projeto terá que obedecer parâmetros da legislação em vigor no Regulamento do Plano Diretor Municipal de São Pedro do Sul, Diário da República no Decreto de Lei, nº. 237. Destacam-se os seguintes capítulos e alíneas:

- **Capítulo 6.1. Matas de Produção**

- Artigo 45º Restrições: c) Construções e empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação; O Índice de Ocupação do Solo será, no máximo, de 0,1 e a dimensão mínima da parcela será 5000 m²; Alterar a topografia do solo; Mobilizar o solo segundo a linha de maior declive; Descarregar entulhos.

- **Capítulo 8. Espaços Naturais**

- Artigo 51º Designação: Incluem-se neste capítulo os espaços que, pela fragilidade ecológica (intrínseca ou provocada) ou valor potencial paisagístico, são delimitados na carta de ordenamento com as designações de leitos de cursos de água e mata ribeirinha, orlas e sebes vivas, mata ou mato de proteção e areal/prado.

- Artigo 52º Restrições: Nas áreas incluídas em espaço natural e não integradas na REN - Reserva Ecológica Nacional - são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzem em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, aterros, escavações e destruição de coberto vegetal.

- **Capítulo 8.1. Leitos de cursos de água e mata ribeirinha**

- Artigo 53º Designação: Os leitos de cursos de água e mata ribeirinha são constituídos pelo conjunto da rede hidrográfica e respetiva vegetação ribeirinha.

- Artigo 54º Condições de uso: Estas áreas submetem-se à legislação em vigor respeitante ao domínio público hídrico, sem prejuízo de regimes especiais aplicáveis.

- **Capítulo 8.2. Orlas e sebes vivas**

- Artigo 55º Designação: As orlas e sebes vivas, complemento funcional da mata ribeirinha, terão o desenvolvimento e estrutura vegetal diversificada de acordo com a localização e identidade dos ecossistemas em presença, compartimentando campos ou envolvendo e dando continuidade a povoamentos florestais.

- Artigo 55º Designação: As orlas e sebes vivas são elementos lineares, alinhados, no interior ou separação de espaços, constituindo complemento funcional da mata ribeirinha, devendo o seu desenvolvimento observar uma estrutura vegetal diversificada, de acordo com a localização e identidade dos ecossistemas em presença, compartimentando campos ou envolvendo e dando continuidade a povoamentos florestais.

- **Capítulo 8.3. Mata ou mato de proteção**

- Artigo 57º Designação: A mata ou mato de proteção, a estabelecer ou reverter, constituem ecossistemas contemplados na REN e ocupam maioritariamente as encostas com riscos de erosão. Serão a reverter as áreas que, pelo seu declive e coberto vegetal, estão mais sujeitas aos fogos e dificultem o seu controlo.

- Artigo 58º Condições de uso: Pela valorização cénica e ambiental, elegem-se estas áreas para ações de recuperação bio-hidrológica e bioedáfica, assentes sobretudo na reposição do carvalho, das caducifólias autóctones e seu sub-bosque - nas áreas destinadas à instalação da mata de proteção -, e de espécies arbustivas e melíferas nas que se considera vantajoso o estabelecimento ou manutenção de matos ou gândaras. A instalação de mata ou mato de proteção será feita na sequência do projeto florestal, impondo-se pelo elevado declive desta categoria de espaços uma mobilização mínima dos solos com plantações «ao covacho», no compasso que a profundidade e desagregação dos solos ditar.

- **Capítulo 8.4 Areal/prado**

- Artigo 59º Designação: São áreas junto aos leitos de cheia, com revestimento desejavelmente herbáceo, de carácter excecional na paisagem e com potencialidades para uso de praia fluvial.

- Artigo 60º Condições de uso: Estas áreas submetem-se à legislação em vigor respeitante ao domínio público hídrico e à REN, sem prejuízo de regimes especiais aplicáveis.

5.3. Problemáticas do Local

A proposta de trabalho foi realizada no sentido de ajudar a combater as principais problemáticas da região, ou melhorá-las na região onde o projeto se insere. Trata-se de uma zona frágil, com problemas de emprego e desenvolvimento industrial. Motivos que levam a população a abandonar a região. A tendência é migrar para zonas atrativas de Portugal, tais como as áreas mais desenvolvidas da costa ou até emigrar para outros países com melhores condições de vida. O fenómeno gera outros aspetos negativos sob o ponto de vista populacional, por exemplo falta de jovens, menor natalidade e maior envelhecimento, e outros associados.

O turismo na região centro, nomeadamente neste local, pode significar a oportunidade de promover a integração e dinamização local, desenvolver a economia e inverter as tendências demográficas.

“Neste sentido, uma das grandes vantagens das regiões interiores são os seus recursos endógenos, constituídos entre outros pelo património natural (paisagem, recursos hídricos, áreas naturais de importância ecológica), o património cultural (tradições, artesanato, e gastronomia) e o património histórico e arquitetónico, que formam a sua identidade territorial”. (Goldstein, 2011).

Em suma, a proposta pretende utilizar o que o local tem de melhor, mais-valias, para que possam ser combatidos todos os problemas que acima referidos.

5.4. Local de Estudo e as suas Características Físicas

O local de intervenção encontra-se a sul de Ameixiosa, junto ao Rio Paiva e numa zona baixa do vale. Este emerge após vários anos de erosão causada pelo arrastamento de sedimento provocado pelo rio, o que resultou num desnivelamento que vai dos 271 metros até 307 metros de altura, ou seja, uma diferença de 36 metros do ponto mais alto até ao ponto mais baixo. Um fator importante, e que deve ser referido, é que no local existe uma ilha, consequência da criação de dois moinhos. O desvio de água provocado pela sua utilização criou, com o tempo, uma segunda via de água que deu origem à forma de ilha. Cabe mencionar que o projeto ocupa uma área de aproximadamente 78 300 m² a contar com a zona do rio.

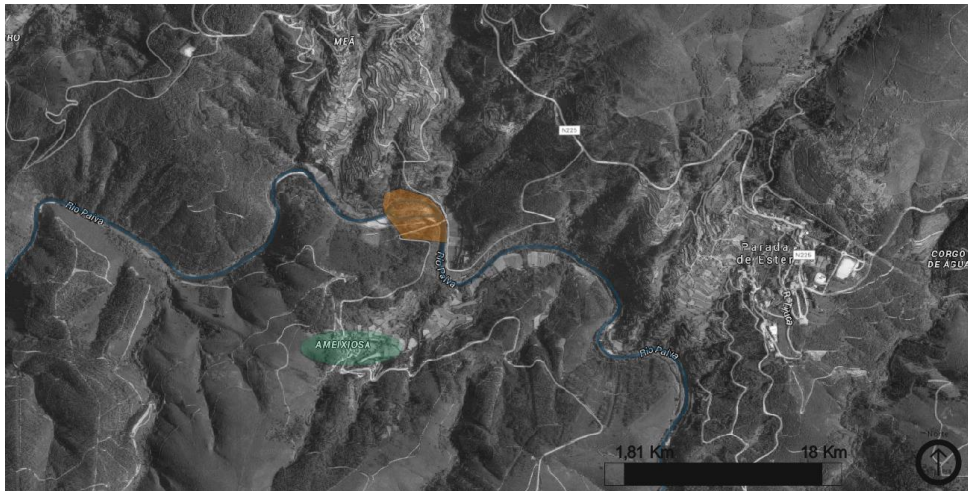


Fig. 50 - Local de intervenção na Ameixiosa; Fonte: Autoria Própria.

O local contém uma série de características naturais que lhe dão enorme potencial turístico:

- Espaço para desenvolvimento de um projeto;
- Abundância de recursos hídricos;
- Beleza natural;
- Clima temperado/quente;
- Ambiente calmo que propicia o apreçamento da natureza em redor;
- Contemplação de edifícios vernaculares, dois moinhos de rodízio (horizontal) pegados, feitos em xisto - paredes e cobertura -, com pavimento em madeira assente sobre vigas de madeira;
- Abundância de matéria-prima, como pedras do rio, xisto e madeira;
- Muita exposição sol e sombra que provém das árvores.



Fig. 51 - Moinhos do local; Fonte: Autoria Própria.

Para que as pessoas pudessem utilizar a ilha como praia fluvial foi “construída” uma “ponte” a atravessar o rio. No local existem também três edifícios de madeira - dois são instalações

sanitárias e um é bar -, construídos há alguns anos para promover a utilização do rio. Contudo, a edificação não foi bem-sucedida uma vez que se desconhece a sua utilização.



Fig. 53 - Ponte que dá acesso à ilha; Fonte: Autoria Prof. Doutor Luís Manuel Ferreira Gomes.



Fig. 52 - Edifícios existentes no local; Fonte: Autoria Própria.

Capítulo 6 - Plano de Ação do Projeto

Introdução

Com base em critérios históricos, arquitetónicos, questões sociais e ambientais de S. Pedro do Sul este estudo pretende desenvolver, e enriquecer, um projeto que além de servir o seu propósito - distração e relaxamento através do contacto com a natureza e atividades desportivas, recreação e outras - impulsiona a atividade turística, económica e social da região.

Antes de avançar, é crucial referir que a proposta é meramente urbanística, quer dizer que os edifícios se encontram numa fase inicial de aperfeiçoamento. O desenvolvimento detalhado dos edifícios requer uma segunda fase delineada.

6.1. Estrutura do Projeto e Objetivos

O projeto visa implementar uma estratégia de desenvolvimento de turismo natural, complementar e melhorar o património paisagístico e arquitetónico do concelho, e ao mesmo tempo incentivar a ocorrência de atividades regionais, municipais e intermunicipais de forma a enriquecer - economicamente e socialmente - a região. Procura-se também encontrar condições para impulsionar um tipo de turismo centrado no desfrute, na aprendizagem, no respeito e apreciação da arquitetura tradicional e da natureza na sua forma mais pura.

Tabela 13 - Valências da estrutura do processo de intervenção.

VALÊNCIAS DA ESTRUTURA DO PROCESSO					
Objetivo	Intervenção	Alvo	Valor de Referência	Área Especialidade	Monitorização
Desenvolvimento	Regional	Ambiente	Alto	Arquitetura	Anual
Recuperação	Município	Natureza			
Reabilitação	Inter-	Animais			
Sustentabilidade	Municipal	Homem			

Numa primeira fase, as ações desenvolvidas pretenderam estudar a arquitetura tradicional da região, habitacional e de moagem, no fundo fazer o levantamento pormenorizado do local e posteriormente observar e reunir informação acerca de praias fluviais e parques de campismo. Esta análise tem como objetivo criar uma rede de produtos turísticos naturais e rurais, capaz de funcionar anualmente. Deste modo, a proposta divide-se em duas partes:

- Da primeira faz parte a realização de um parque em duas fases de construção. A primeira fase referente à construção da praia fluvial, mas também à conservação e reabilitação do moinho inserido no local, para que possa exercer a sua função tradicional. E a segunda fase referente à construção de um parque de campismo.

- Na segunda parte do trabalho está inserida a construção de infraestruturas de apoio ao parque, nomeadamente estratégias de atração turística não só para o local de estudo mas para toda a zona em redor e envolvente.

O Rio Paiva é um aspeto fulcral do projeto na medida em que o sustenta. Um rio por si gera atração turística, e sem ele o desenvolvimento do trabalho não faria sentido. A sua existência no local é uma mais-valia, cria sustentabilidade e por consequência melhora fatores sociais e económicos, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações locais. Uma vez que o projeto se insere na relação direta com a natureza é necessário ter em consideração aspetos relacionados com a eficiência do processo de gestão e a capacidade de carga com o meio natural, promovendo simultaneamente competitividade e riqueza.

A intervenção pretende devolver o rio e a natureza à população, e ao mesmo tempo impulsionar investidores particulares a investir em várias áreas do turismo e a tirar o máximo partido da região.

Em suma, é parte integrante da proposta e do processo de desenvolvimento do trabalho responder a necessidades sociais e psicológicas, ecológicas e estéticas, económicas e tecnológicas:

Tabela 14 - necessidades sociais e psicológicas, ecológicas e estéticas, económicas e tecnológicas.

SOCIAIS	Processo de transformação do espaço consoante a necessidade de grupos etários e sociais
PSICOLÓGICAS	Bem-estar e conforto aliados á qualidade do espaço, atividades, custos e condições climáticas
ECOLÓGICAS	Educação ambiental e formação de mentalidade de respeito para com a natureza
ESTÉTICAS	Evolução do espaço de acordo com a essência da paisagem e características locais
ECONÓMICAS	Investimentos públicos e privados capazes de desenvolver atividades rentáveis e dinamizadoras
TECNOLÓGICAS	Tecnologia inovadora, ecologicamente sustentável, para otimizar recursos, resíduos e preservar o meio natural

6.1.1. Parâmetros de Proposta de Intervenção

Ao longo do tempo têm surgido várias problemáticas ambientais e que, por consequência, resultam no despertar de uma consciência ambiental marcada pelo desenvolvimento de soluções cada vez mais sustentáveis. Assim, a proposta tem como objetivo criar um espaço turístico ligado à natureza. Por esse motivo deverá assumir cuidados na sua execução relacionados com o respeito sobre tudo o que é natural, de forma a proteger os ecossistemas do local. Esta preocupação obriga a utilização de energias renováveis, o tratamento e reutilização de águas pluviais e residuais, a construção de edifícios através de técnicas tradicionais passivas e atuais ativas para criar edifícios sustentáveis. De acordo com esta informação, o desenvolvimento da proposta deve ter em consideração as seguintes premissas na sua elaboração:

- Requalificar e reabilitar o património arquitetónico existente, visando a ecologia do processo e o respeito pelo património histórico-cultural;
- Respeitar as formas de construção, ao mesmo tempo conjugar técnicas tradicionais e modernas de modo a criar edifícios sustentáveis;
- Utilizar materiais locais nas construções;
- Limpar anualmente as linhas de água e regulariza-las, garantir a qualidade balnear e espaço para a execução de atividades aquáticas, controlar e eliminar as fontes poluidoras, evitar a erosão e promover a biodiversidade;
- Criar níveis de acessibilidade e tipo de mobilidade centrada no transeunte, utilizando materiais inofensivos para o meio ambiente;
- Utilizar veículos elétricos e ecológicos para apoiar a deslocação dos visitantes nos locais turísticos dinamizadores e também as equipas de manutenção e de limpeza;
- Criar estacionamento para os veículos elétricos nas zonas periféricas, respetivamente assinaladas para esse efeito;
- Desenvolver espaços públicos de convívio, lazer e recreação, e relaciona-los com elementos naturais, tecnológicos e de planeamento urbano;
- Assegurar e alargar a biodiversidade vegetal e enriquecer o património botânico e paisagístico;
- Criar habitats para a vida selvagem em locais junto ao passadiço, zona apropriada para a observação da natureza, não esquecendo zonas de cultivo destinadas à sua própria alimentação natural;
- Utilizar sistemas de rega nos espaços verdes, alimentados por uma rede de retenção de água da chuva e de banhos desviada para depósitos em zonas estratégicas;
- Limitar, subtilmente, as áreas naturais mais sensíveis ao contacto dos visitantes, utilizando, por exemplo, sebes ou cercas arbustivas ou arbóreas ou outros elementos;
- Plantar maciços arbóreos e arbustivos para ajudar a regeneração da natureza, ou seja, criar bolsas de vegetação mais densas e impenetráveis, permitindo o desenvolvimento da biodiversidade e a fixação da fauna;

- Promover a reflorestação do local ao plantar, esporadicamente, árvores próprias do local e deixar que as plantações maciças de arbóreos e arbustivos se desenvolvam, minimizando o custo de plantações;
- Criar lugares de sombra, repouso e abrigo, tendo em atenção as relações de composição florística nas suas vertentes ecológica e estética, para reduzir a exposição às elevadas temperaturas no Verão e às chuvas e frio no Inverno.

O projeto foi idealizado com o objetivo de melhorar continuamente e de servir de exemplo a outras zonas de intervenção que queiram apostar no desenvolvimento sustentável integrado, e de promover a ligação da biodiversidade e da cultura histórica local sem afetar o ambiente. Uma vez que o local se situa numa área montanhosa foi necessário proceder-se, em algumas zonas, a uma alteração dos solos de modo a tornar o local acessível a todos. Cabe salientar que as alterações seguiram as altimetrias naturais do local.

6.2. 1ª Parte da Proposta

A primeira parte da proposta, como foi dito anteriormente, é composta por duas fases de construção: praia fluvial em primeiro e depois o parque de campismo. Esta divisão em fases facilita a construção da edificação, permite um investimento faseado e dá à Câmara Municipal de São Pedro do Sul a liberdade de escolher se quer o projeto total ou parcial, visto que o seu principal ponto de interesse poderá estar focado na criação de uma praia fluvial em Ameixiosa. A proposta de um parque de campismo advém do facto de que o PENT considera que uma praia fluvial, considerada atividade, deve estar ligada a um tipo de turismo de alojamento, neste caso o parque de campismo. Aliar o alojamento às atividades proporcionará um turismo forte, capaz de se sustentar. Em termos turísticos o projeto responderá aos aspetos que a seguir se apresentam.

1. Fatores turísticos propostos:

a) Recreio e lazer:

Conjunto de ofertas disponíveis à base do repouso, proporcionando a fuga da rotina diária, um tempo agradável ou uma experiência aventureira. Possibilitando conhecer e desfrutar da gastronomia, do artesanato, exposições, dos produtos de mercado tradicionais, e outros.

b) Cultural e Educativo:

Disposição e demonstração do património histórico-natural existente na freguesia de Ameixiosa e de Nodar, concentrada sobretudo nas casas de Xisto e tradições locais.

c) **Étnico:**

Dar a conhecer culturas/costumes da região.

d) **Desportivo:**

Possibilidade de realizar várias atividades e assistir a eventos desportivos.

e) **Saúde/Repouso:**

Oferta de condições relacionadas com a saúde e bem-estar, procura de locais com ambientes calmos, propícios ao relaxamento, como estâncias balneares e lares de convalescença.

f) **Negócios:**

Oferta de espaços e condições para que empresas locais possam realizar reuniões, convenções, conferências, feiras, e outros serviços, investigação, consultoria e ensino, ao ar livre.

2. Inventário genérico dos principais estímulos turísticos:

a) **Natural:**

Hidrologia: Ribeira de Deilão e o rio Paivô, Rio Paiva, quedas de água, fontes termais.

Clima: Temperatura, horas de exposição solar, precipitação, ventos e humidade adequados e equilibrados.

Geomorfológicos e Litológicos: Planícies e vales, rochas, minerais e fósseis.

Vida selvagem: Contacto e observação com mamíferos, insetos, aves e peixes.

Vegetação: Fauna e flora.

b) **Cultural:**

Histórico: Património arquitetónico e molinológico, locais históricos, museus, lagares, Igrejas.

Etnográficos: Cantares, danças, folclores, festas e artesanato.

Economia: Termas, hotelaria, quintas e agricultura.

Recreio: Passeios, instâncias balneares, parques temáticos, desportos de Verão.

Comércio: Feiras tradicionais e artesanais, mercado tradicional, exposições.

3. Tipologia das principais atividades propostas:

a) Água:

- *Rafting*; - Canoagem; - Pesca; - Vela; - Natação; - Escorregas de água; - Passeio de barco elétrico;

b) Terra:

- Pedestrianismo (*trekking*); - Passeio ecológico; - BTT; - Escalada (Rapel); - Voleibol; - Basquetebol; - Futebol; Ténis; - Cinema no parque; - Teatro no parque;

c) Serviços e produtos introduzidos no núcleo turístico proposto:

- Serviços de Alojamento:
 - Alojamento em espaço natural;
 - Alojamento coletivo;
 - Alojamento individual;
 - Parque de Campismo;
 - Alojamento em tenda;
 - Alojamento em autocaravana;
 - Alojamento em tenda flutuante;
 - Alojamento em plataforma *glamping*;
 - Alojamento *glamping near the water*;
- Serviços de Restauração e Bebidas:
 - Restaurante;
 - Cafés (Internet);
- Serviços de Saúde:
 - Enfermaria;
- Transportes de Acesso:
 - Transporte automóvel;
 - Transporte fluvial;
- Transportes de circulação interna:
 - Aluguer de equipamentos de transporte (não poluentes):
 - Automóvel elétrico (100km's de autonomia) (ex: Renault twizy e Alkè) (Anexos II);
 - *Scooters* elétricas (100km's de autonomia) (ex: Govecs S2.4) (Anexos II);
 - Bicicletas;

- Barcos com motor elétrico (3h de Autonomia) (ex: Motor Phantom)
(Anexos II);
- Operadores turísticos e guias turísticos:
 - Centro de visitas;
 - Postos de Turismo;
 - Informação e guias turísticos;
- Serviços culturais:
 - Atividades artísticas e de espetáculo:
 - Peças de teatro;
 - Peças cinematográficas;
 - Artesanato;
 - Gastronomia;
 - Festas populares e tradições locais (reavivar de tradições perdidas);
- Recreio e Lazer:
 - Serviços desportivos e recreativos;
 - Aluguer de equipamento para diferentes atividades lúdicas;
 - Zonas de esplanada e locais de banhos de sol;

É importante referir que todo o parque está preparado para funcionar o ano inteiro, havendo atividades e alojamentos que permitem a sua utilização mesmo em alturas chuvosas e invernosas.

6.3. 2ª Parte da Proposta

Apesar do título se referir a uma “2ª fase” do projeto, não deve deduzir-se que esta tem menor importância. A divisão da proposta apenas sugere um investimento faseado para que, ao longo do tempo, seja mais fácil edificar a construção e levar a cabo a realização de todo o projeto. Um dos problemas que lhes está associado relaciona-se com a localização da área de intervenção e difíceis acessos. Para colmatar a questão a proposta incluiu estratégias que impulsionam, de forma inovadora, a deslocação das pessoas para o local.

6.3.1. Infraestruturas de apoio à promoção do Projeto e Região

As infraestruturas de apoio são edifícios que serão implantados nas várias regiões em redor do local da proposta. Trata-se de postos de informação onde se alugam equipamentos de transporte ecológicos que permitirão a deslocação do visitante ao local de intervenção e a vários outros pontos turísticos de aldeias, incluindo a ida até estes edifícios. Quer dizer que existirá uma espécie de rede turística capaz de proporcionar emprego quer no local de intervenção quer em toda a região.

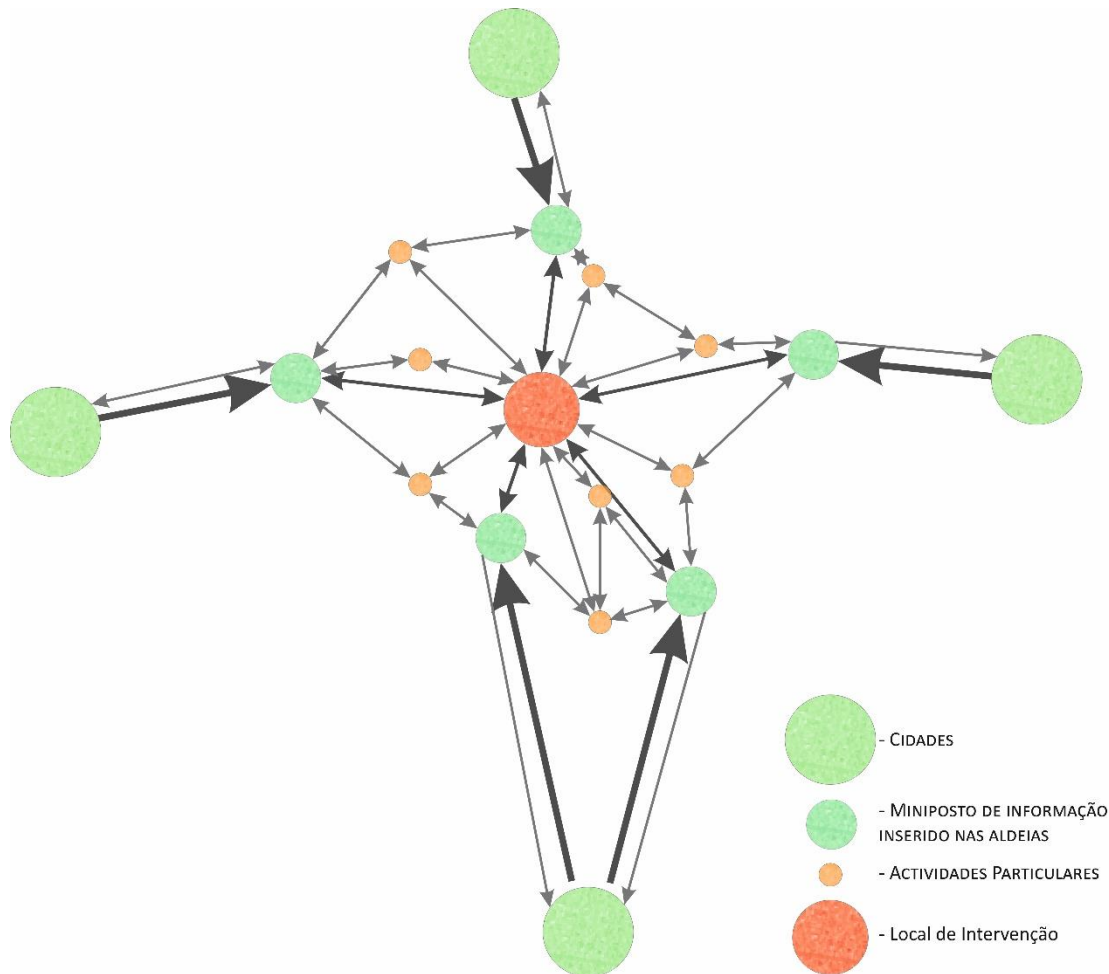


Fig. 54 - Rede das várias atividades públicas e particulares; Fonte: Autoria Própria.

O desenvolvimento de um grupo de serviços, infraestruturas e atividades, que se apoiam mutuamente, gera um turismo forte e seguro capaz de estabelecer bases que incentivem particulares a criar empresas independentes direcionadas para o incremento do próprio turismo local. Para que o projeto adquira os resultados pretendidos é fundamental a relação intrínseca de todos os tipos de turismo rural e natural, todas as atividades e património existentes com o projeto do parque e novas empresas turísticas de âmbito local. O objetivo da proposta é, mais do que expor uma ideia, promover a comunidade envolvente, ajudar a criar postos de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a situação financeira e a vida da população da região. Ao mesmo tempo a rede proporciona uma maior relação e interajuda entre municípios e distritos.

6.3.1.1. Mini Postos de Informação

Estes mini postos de informação deverão ser recuperações ou reaproveitamentos de edifícios abandonados dentro das aldeias e vilas, visto que existem vários edifícios sem uso em todas as povoações. De preferência deverá escolher-se um edifício bem localizado, no centro do povo, e que contenha as características vernaculares do local. Outra condicionante é que exista junto destes espaço suficiente para que possam ser criados estacionamento, pois o objetivo é que

os visitantes possam aí deixar o seu meio de transporte para utilizar meios mais ecológicos na exploração da localidade. Cada meio de transporte alternativo requer também arrumo.

Tendo em conta as necessidades de espaço, os edifícios de informação terão que ser largos ou com dois pisos para que o rés-de-chão possa servir de local de arrumo veicular. São as entidades locais governamentais, municípios ou freguesias, que devem dispor de meios para construir estes edifícios.

A função destes postos é informar sobre as várias atividades existentes no local, sobre o património local, percursos pedestres, alojamento e produtos regionais. É onde se alugam os equipamentos de transporte secundários que permitem deslocações alternativas e divertidas para o parque e outros locais regionais. Deste modo preserva-se o património, promove-se o lugar e cria-se, pelo menos, mais um posto de emprego no local.

6.3.1.2. Passadiço na Natureza

Para fortalecer a ligação entre o homem e a natureza, e ao mesmo tempo devolver o rio às populações, inseriu-se no projeto um passadiço natural pedonal que servirá como meio de transporte ecológico. Este, além de proporcionar a atividade física, ajudará o transeunte a percorrer o espaço, de forma a apreender e apreciar a natureza. Para tirar máximo partido do passadiço existirá no seu decorrer vários roteiros turísticos da região, com percursos, atividades, locais e património que podem ser visitados. O passadiço sobre o rio torna-se importante na medida em que une a população das aldeias ao parque, fazendo com que os espaços se promovam.

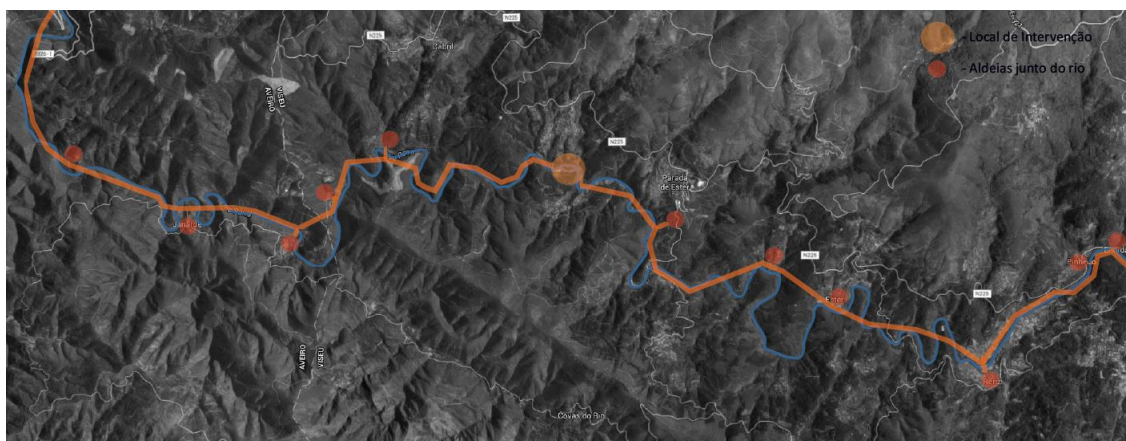


Fig. 55 - Passadiço proposto; Fonte: Autoria Própria.

A ideia surgiu após a descoberta do passadiço criado no Geoparque de Arouca, mas o objetivo é modificar alguns aspetos relacionados com o contacto e respeito pela natureza. No passadiço mencionado os métodos de construção utilizados não são os mais indicados, uma vez que possibilitam a entrada direta na natureza. Se o transeunte quiser salta a cancela do passadiço, pondo em perigo os ecossistemas sensíveis do local.

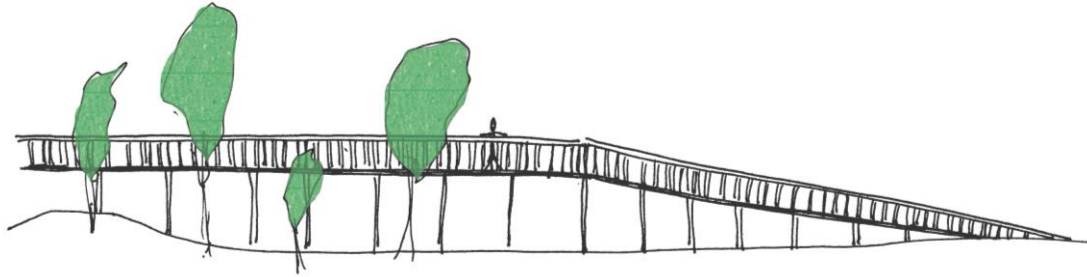


Fig. 56 - Tipo de passadeira natural proposta; Fonte: Aatoria Própria.

Apesar de implicar maior investimento quanto ao sistema de suporte, entende-se que a melhor solução passa por elevar o passadiço 2,5 metros de altura. Desta forma obter-se-á a relação com a natureza através da observação e diminuir-se-á a possibilidade de contato físico com a natureza. Por um lado garante-se a segurança das espécies em extinção e por outro estimula-se a aprendizagem sobre o meio ambiente.

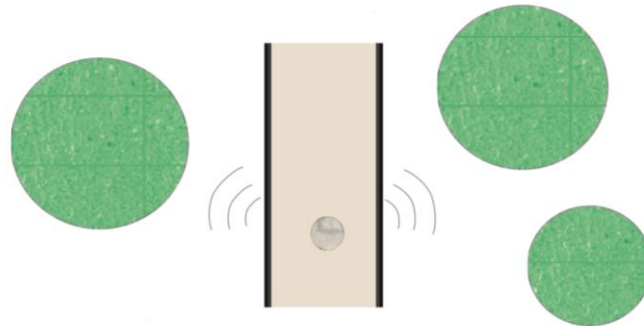


Fig. 57 - Esquema sobre a forma como o passadiço quebra o contacto físico com o meio natural; Fonte: Aatoria Própria.

É nas zonas próximas do passadiço que devem ser criados habitats para a vida selvagem existente, mas também zonas de cultivo destinadas à sua própria alimentação natural, fazerem-se plantações de maciços arbóreos e arbustivos, e esporadicamente plantações de outras árvores próprias do local, para ajudar a regeneração da natureza, o desenvolvimento da biodiversidade e a fixação da fauna.

Para salvaguardar o mundo natural o passadiço deve estar em constante observação, isto é, devem ser instalados postos de vigia de dois em dois quilómetros. A função dos vigilantes é sobretudo proteger a natureza de abusos, incêndios florestais e outros, e cuidar da área onde se encontram os postos de vigia.



Fig. 58 - Prolongamento do passadiço; Fonte: Autoria Própria.

Para tirar melhor proveito do passadiço este será estendido até ao passadiço do geoparque de Arouca, ligando-os. O mesmo acontecerá para o lado oposto ligando a cidade de Castro Daire ao local de intervenção, em que o passadiço passa por Nodar onde existe um percurso que leva a outros percursos pelo concelho.

6.3.1.3. Formas de Deslocação e Distâncias

Uma vez que existem várias formas de deslocação propostas é necessário organiza-las de acordo com a distância que há a percorrer até chegar à atividade ou local pretendidos. No fundo há que adequar o meio de deslocação às distâncias.

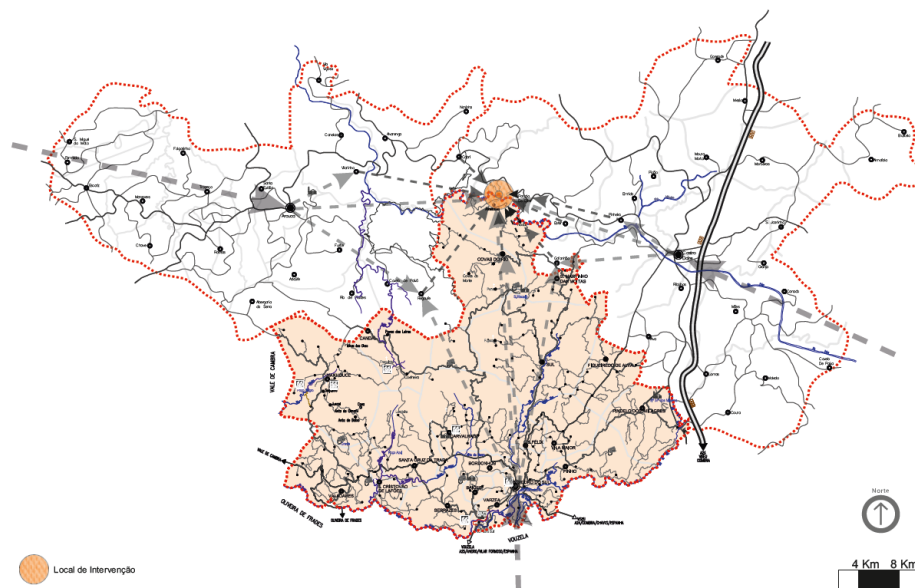


Fig. 59 - Mapa sobre percursos e formas alternativas de os traçar; Fonte: Autoria Própria.

O que se pretende com o projeto é fazer com que os visitantes cheguem à cidade do concelho de carro e depois façam o percurso até às aldeias através de transportes públicos ou mesmo veículos próprios. À medida que é feita a aproximação ao local do projeto esses meios de transportes devem ser substituídos por outros alternativos e mais ecológicos disponíveis nos mini postos, mas sem que haja uma obrigação. Chegados ao destino, o parque ou qualquer outro, a deslocação poderá ser feita através de transportes pedonais - a pé ou de bicicleta - ou mesmo aquáticas - barcos a remos. As distâncias máximas estimadas para as atividades podem ser vistas na seguinte figura.

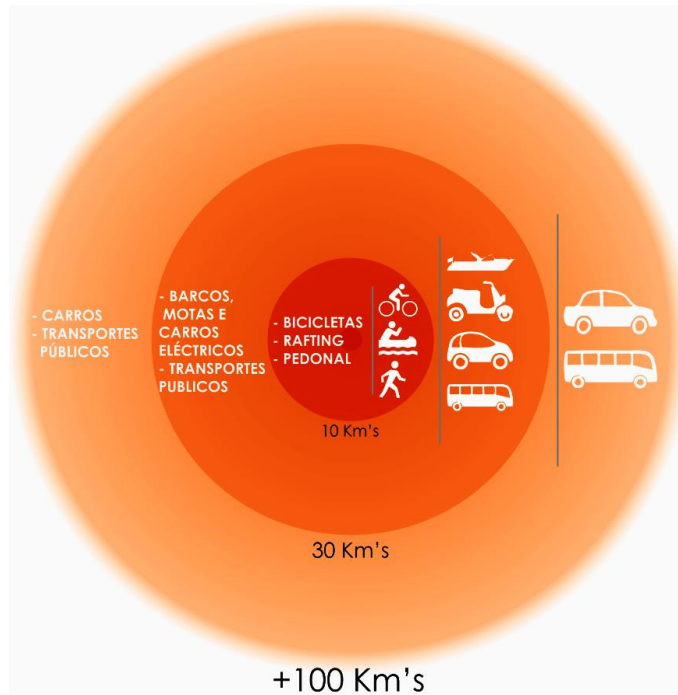


Fig. 60 - Distância e formas de deslocação propostas; Fonte: Autoria Própria.

A figura seguinte demonstra a ideia acima referida, mas agora aplicada aos três concelhos. Subentende-se que existirá uma vasta variedade de formas de deslocação, ecológicas e amigas do ambiente, para os vários pontos turísticos de toda a zona. O objetivo é o de motivar a economia local e melhorar a vida das comunidades dos três concelhos de São Pedro do Sul, Castro Daire e Arouca.

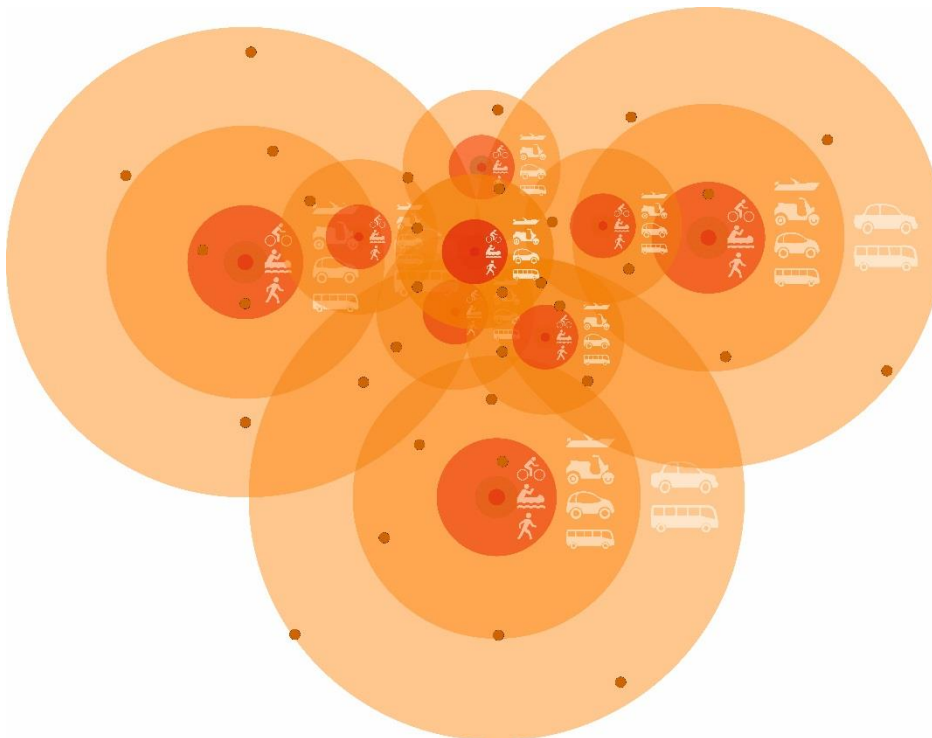






Fig. 61 - Resultado final das distâncias e formas de deslocação propostas nos três concelhos; Fonte: Autoria Própria.

6.4. Público-Alvo

O projeto está direcionado para dois segmentos de público, aquele que aprecia e respeita a natureza, quer interagir e aprender com ela, interessa-se pelas potencialidades da região, pela sua história e cultura e aquele que idolatra o desporto de natureza e procura a aventura.

Tabela 15 - Fatores de atração do público-alvo, exigências e necessidades de cada faixa etária.

PÚBLICO-ALVO:	EXIGÊNCIAS E NECESSIDADES
 <p>CRIANÇAS:</p>	Entretenimento; Parque de recreio terrestre e aquático; Diversão; Jogos e desporto; Internet.
 <p>ADULTO:</p>	Espaços verdes de lazer e recreio; Espaços culturais e sociais; Entretenimento; Deslocações rápidas para zonas de atração e interesse; Jogos e desporto; Zonas de trabalho; Internet.
 <p>IDOSO:</p>	Locais de socialização; Espaços culturais; Espaços de leitura; Serviços de saúde; Entretenimento; Espaços verdes de lazer e recreio.
 <p>VISITANTE:</p>	Posto de informação; Transportes; Dormitórios; Entretenimento; Atividades e comércio local; Descoberta e preservação do património cultura local; Internet.

6.5. Conceito da Proposta

Encontrar o conceito para a proposta foi uma tarefa difícil visto que no local existem poucas referências que possam ser utilizadas para gerar o projeto. O local apenas dispõe de linhas naturais (rio), artificiais (estradas e caminhos) e ainda os moinhos. A alternativa foi aproveitar a ideia da evolução dos castros. Estes começaram por ter uma forma arredondada e, mais tarde, evoluíram para formas retangulares, isto é, quebrou-se a forma fluída dos castros para que passassem a ter uma forma mais retilínea.

O conceito formulou-se através desta ideia, ou seja, as vias e curvas de nível - linhas fluídas - existentes no local foram quebradas, daí o conceito “quebra das formas fluídas”. Pode dizer-se que o conceito obriga a uma humanização do espaço e controle das formas naturais.

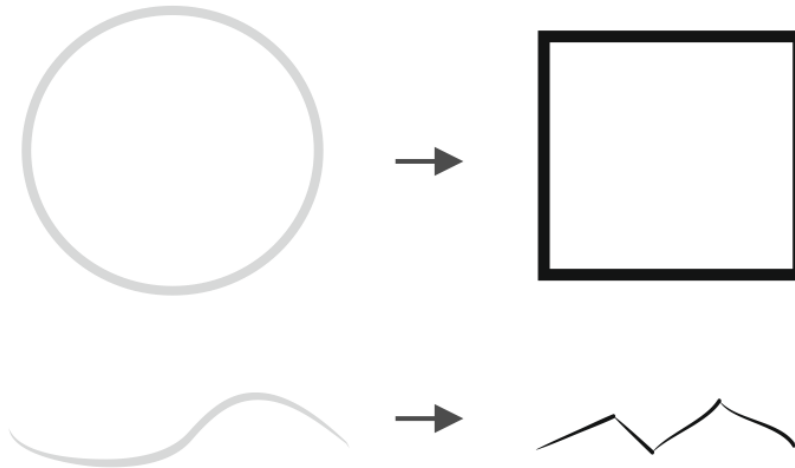


Fig. 62 - Conceito da proposta de intervenção; Fonte: Autorial Própria.

Estabelecido o conceito, traçaram-se linhas orientadoras com o mesmo sentido das curvas de nível do terreno. Depois desenharam-se alguns percursos e intenções que, por sua vez, originaram outras linhas que culminaram na criação do projeto. De um modo mais simples, traçaram-se linhas paralelas às curvas de terreno, estas geraram outras que levaram a outras até se chegar ao efeito ou conceito pretendido.

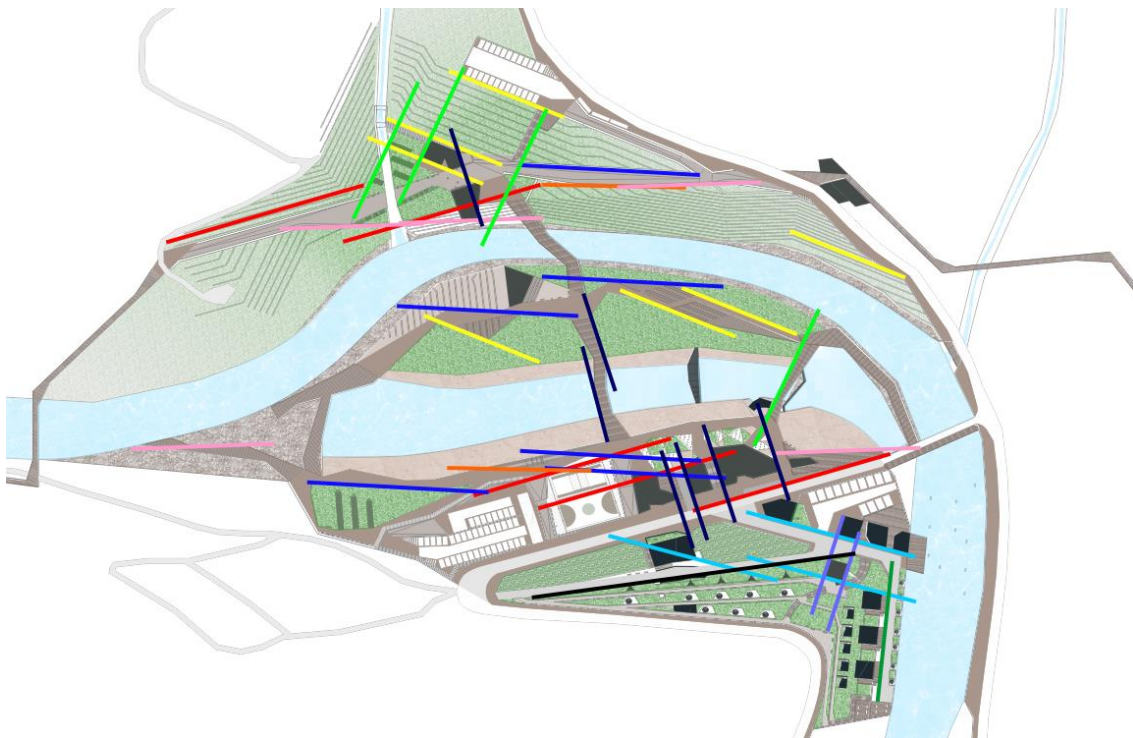


Fig. 63 - Linhas orientadoras do projeto; Fonte: Autorial Própria.

6.6. Aspetos Formais e Organização da Proposta

Toda a proposta passou por várias fases de aperfeiçoamento que deram origem ao projeto final. A visita ao local em duas fases diferentes do ano - Verão e Inverno -, bem como a aquisição de uma série de referências de arquitetura e a análise de diversas praias fluviais, foram fulcrais e determinaram as principais ideias e conclusões do trabalho. É importante referir que a visita ao local numa fase mais avançada do projeto funcionou como ponto de viragem, pois, além de ficarem definidos alguns aspetos e esclarecidas quaisquer dúvidas acerca do local, procederam-se alterações significativas.

As fases de aperfeiçoamento e alterações, bem como as referências, que fizeram parte do processo evolutivo do projeto encontram-se nos Anexos I.

Convém sublinhar que este é um projeto urbanístico, no qual os edifícios se encontram em fase inicial de aperfeiçoamento. Para que o projeto seja devidamente executado é necessário passar para uma próxima fase, a do desenvolvimento pormenorizado dos edifícios.



Fig. 64 - Planta de implantação final; Fonte: Autoria Própria.

6.6.1. Praia Fluvial

O objetivo de desenvolver uma praia fluvial neste local é oferecer à população um sítio de lazer e de relaxamento e, ao mesmo tempo, convidar turistas, promover o lugar e a economia local,

através da oferta de um grande e variado leque de atividades no meio rural. A praia fluvial é sem dúvida o maior ponto de atração do local.

6.6.1.1. Medidas de controle das Águas

Uma melhor exposição do projeto, sobre tudo o que se fez, implica a explicação detalhada de medidas, neste caso acerca da proteção de espaços para quando surgirem subidas de água. É junto à ponte, por baixo, que o controlo e gestão das águas se faz através de uma barragem com forma triangular. Esta, por um lado, empossa a água, criando condições para que ao longo de todo o ano exista uma zona de desportos aquáticos e, por outro lado, desvia a maior parte da água. Ao mesmo tempo, a quantidade de água que vai para a praia é controlada através de comportas ajustáveis, isto é, apenas permite a entrada de água necessária. Estas medidas de controlo são importantes na medida em que evitam a erosão completa da zona de banhos em alturas propícias à subida das águas, como acontece no Inverno.

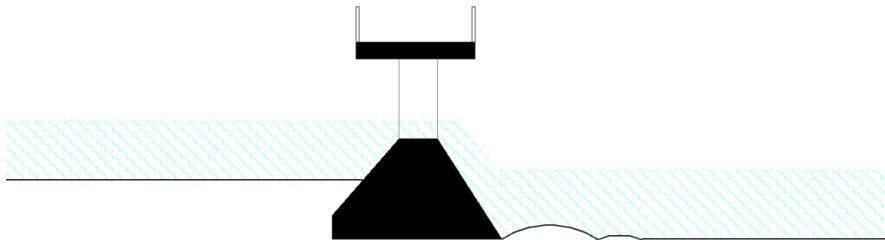


Fig. 65 - Barragem por baixo da ponte; Fonte: Autoria Própria.

Na planta é possível ver como funciona o desvio da água atrás referido. Uma vez que a barragem é mais baixa no lado direito a maioria da água é para lá encaminhada. Para ajudar o desvio das águas e criar maior segurança na praia foi adicionada uma doca que altera a trajetória da água.

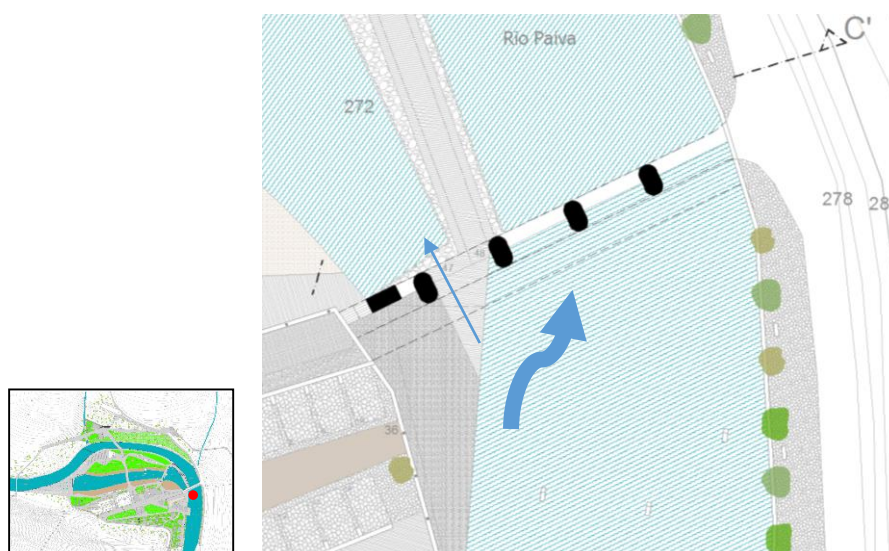


Fig. 66 - Esquema do desvio de água; Fonte: Autoria Própria.

A execução de uma praia fluvial em local de rio obriga preocupações com a subida sazonal das águas. Por este motivo aproveitou-se a forma natural das linhas de água para criar uma zona resguardada e uma zona em que o rio desagua, quer dizer que se separou o rio selvagem/natural do rio balnear. A solução foi envolver o exterior da ilha numa cortina de pedras do rio seguras por pilares de betão armado.



Fig. 67 - Sistemas de proteção da praia; Fonte: Autoria Própria.

Além disso criou-se uma barragem oca (a laranja) que funciona como braço de proteção das praias. A barragem é oca porque é feita por duas paredes de betão em paralelo cobertas por um deque de madeira transitável. No interior desta barragem a água é encaminhada para um gerador que funciona como mini hídrica e fornece energia elétrica ao parque. A pensar na subida da água e nos danos que esta possa causar com o arrastamento da areia da praia, foi colocada junto à barragem oca, e no interior, uma cortina de pedras. Assim, mesmo que a água passe por cima da barragem os danos são menores.

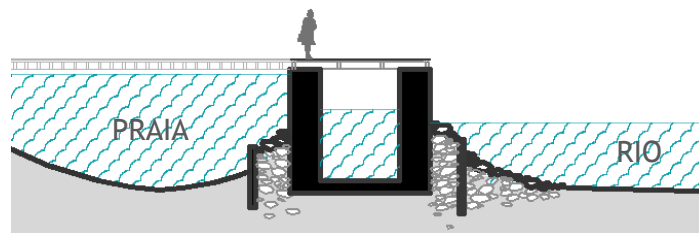


Fig. 68 - Corte da barragem oca/mini-hídrica; Fonte: Autoria Própria.

A divisão do rio da praia faz com que não haja interrupções na linha de água, o que por um lado beneficia as várias espécies de peixes que lá habitam e por outro permite que as atividades desportivas aquáticas possam ter mais liberdade ao serem praticadas.

Por si, só este conjunto de medidas não são suficientes para proteger a ilha. Ao visitar-se o local uma segunda vez, numa época de chuva - Inverno -, constatou-se que a ilha inundava. Então, para precaver a subida brusca da água, subiram-se as cotas das margens do rio no mínimo dois metros, logo a cota baixa da ilha passou de 271 para 273 e a cota mais alta passou de 273 para 277.

Ainda dizer que o desvio de água para o norte da ilha não causa grande preocupação tendo em conta que anteriormente já existia um desvio rude e parcial, feito através de pedras grandes que ajudavam a proteger os moinhos.

6.6.1.2. Zona das Praias

As praias estendem-se ao longo da zona interior (sul) da ilha. No fundo são três. Uma superior, com uma cota marginal mais alta - 275 -, preparada para receber pessoas com dificuldades motoras, por isso tem um deque de madeira (o mesmo que dá acesso ao cais) que permite acesso direto à água. E uma inferior, com uma cota de 273, que está dividida em duas partes, uma destinada a crianças e outra destinada a adultos.

Entre a praia superior e a praia inferior existe uma segunda barragem criada para possibilitar o funcionamento dos moinhos. O desnível de água que esta provoca terá força suficiente para girar as mós.



Fig. 69 - As três zonas de praias; Fonte: Autoria Própria.

A divisão das praias inferiores é feita através de escorregas de água que tornam o local um pouco mais divertido e seguro para as crianças. Na parte infantil a profundidade da água atingirá um metro e meio e na parte para adultos atingirá uma profundidade até quatro metros nos locais de mergulho.



Fig. 70 - Zonas de mergulho; Fonte: Autoria Própria.

Existem dois locais de mergulho, um na praia superior e outro na praia inferior, junto às zonas para adultos. A marcação dos locais de mergulho será feita nas plataformas de madeira com

uma linha vermelha nas zonas de pouca profundidade e uma linha verde nas zonas de maior profundidade, indicando que é seguro mergulhar.

6.6.1.3. Sul da Ilha

6.6.1.3.1. Zonas e Atividades

A maior parte do projeto desenvolve-se a sul da ilha. É lá que se encontram as praias, mas também a zona de parque infantil e pequeno jardim (a vermelho). Entre estes e o parque de estacionamento estão dois campos de multiusos onde é possível jogar ténis, futebol, basquetebol, badminton e voleibol (a azul).

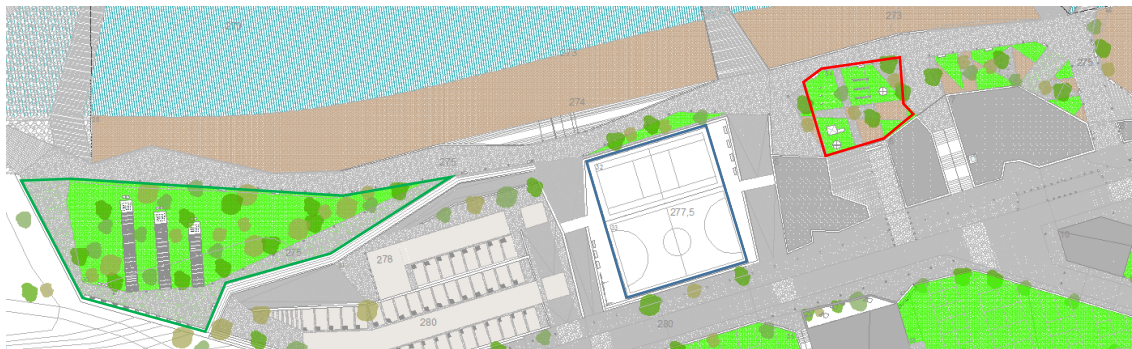


Fig. 71 - Zonas de atividades da praia sul; Fonte: Autoria Própria.

Abaixo dos estacionamento existe um parque de merendas, mas, uma vez que a praia está dividida pelo rio, criaram-se duas zonas de merendas, uma em cada um dos lados. A zona de merendas conterá mesas para as refeições, churrasqueiras, caixotes do lixo e lava-loiças (a verde).

Faz parte da ideia inserir no espaço uma zona de trabalho exterior onde as pessoas possam desenvolver a sua atividade profissional a partir de um portátil ou tablet, pois trata-se de um lugar coberto que disporá de tomadas elétricas e ligação wifi, proporcionando por exemplo uma forma agradável de trabalhar no Verão.

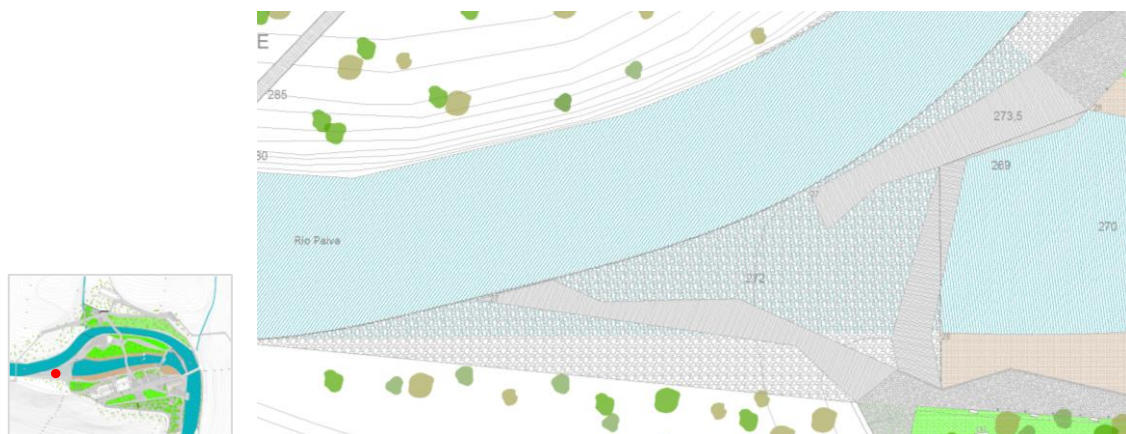


Fig. 72 - Zonas de pesca desportiva; Fonte: Autoria Própria.

Ao fundo da zona das praias está uma barragem natural feita de pedras presas pela cortina de pilares. Este método permite a infiltração da água que, ao mesmo tempo, vai sendo empossada para que haja água na praia. Concluiu-se que este tipo de barragem é o mais apropriado para o local porque lhe dá, ou mantém, um aspeto mais natural. Por cima da barragem de pedras encontra-se um deque de madeira que permite a passagem para a ilha e que se estende até ao rio criando locais de pesca desportiva.

6.6.1.3.2. Edifícios



Fig. 73 - Planta de cobertura dos edifícios principais da praia; Fonte: Autoria Própria.

a) Forma

A sul encontram-se os principais edifícios da praia fluvial, tais como o centro de visitantes, local de arrumo de veículos elétricos e o restaurante. Todos eles com acesso pela rua principal. Por baixo destes estão as salas de apoio ao parque, como o arrumo do jardim, arrumo do restaurante e dos barcos e as salas de tratamento de águas/caldeiras/reserva energética e ainda os balneários da praia e a sala de enfermaria ou ponto de socorro.

Uma a vez que o centro de visitas é o local de receção do visitante a zona onde este está implantado funcionará como entrada principal para a praia. E, para que o espaço seja dotado de fluidez, no sentido em que o transeunte o percorre facilmente ou de forma eficiente, criaram-se rasgos de entrada pelo edifício.

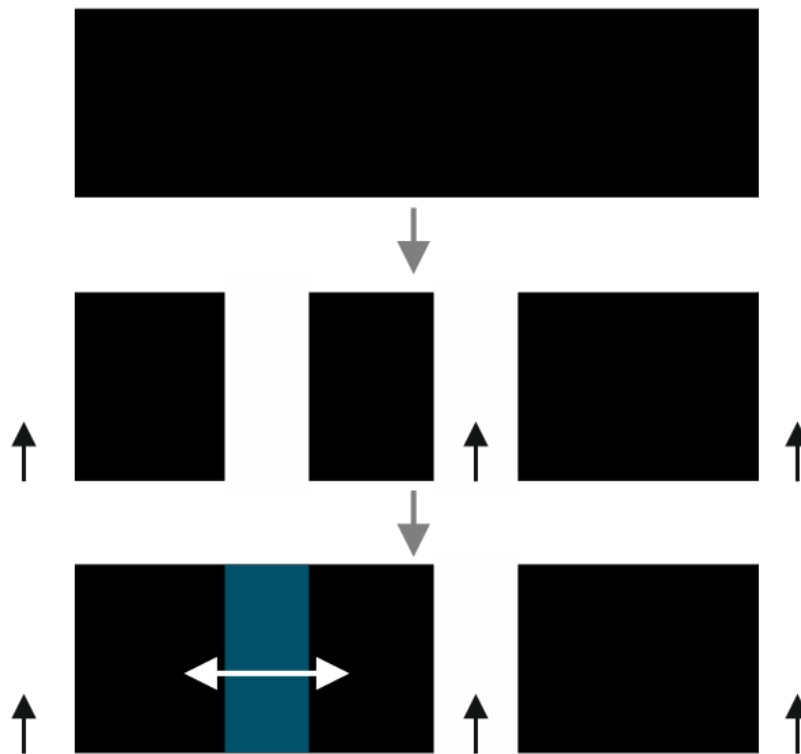


Fig. 74 - Esquema sobre o desenvolvimento da forma dos edifícios principais; Fonte: Autoria Própria.

Após terem sido criados os rasgos surgiu a necessidade de criar relação direta entre dois espaços, neste caso o centro de visitantes e o lugar destinado a guardar os veículos de aluguer. Por esse motivo um dos rasgos (a azul) transformou-se numa passagem de veículos elétricos e um pátio para pessoas.



Fig. 75 - Esquema sobre a subtração das entradas dos edifícios; Fonte: Autoria Própria.

Para reforçar a ideia de quebra na fachada criaram-se pequenos recuos nas entradas dos edifícios.

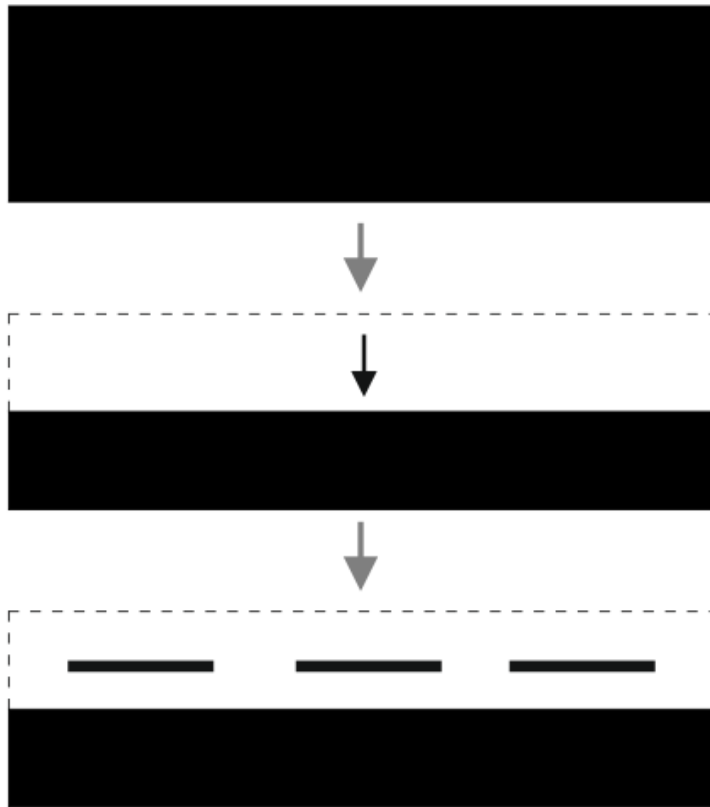


Fig. 76 - Esquema sobre o recuo dos edifícios da praia; Fonte: Autoria Própria.

No piso de baixo, recuaram-se os edifícios com o objetivo de as portas de entrada não se verem, permanecendo disfarçadas, e criou-se um muro que ajuda a suportar o piso superior. Obteve-se assim a uniformização do alçado do piso inferior.



Fig. 77 - Esquema sobre a forma do bar; Fonte: Autoria Própria.

O café da praia surge da mesma forma que os restantes edifícios, apenas lhe é subtraído um ângulo específico que permite uma circulação total à sua volta.

b) Centro de Visitantes e local de Aluguer de Automóveis



Fig. 78 - Planta do cento de visitantes e local de aluguer; Fonte: Aatoria Própria.

No interior do centro de visitantes do parque encontra-se um balcão de atendimento e uma série de balcões interativos que, de um modo digital, permitem conhecer as diferentes atividades e locais de visita. Ao lado dos balcões há as instalações sanitárias também preparadas para pessoas com mobilidade condicionada, tal como tudo neste projeto. Junto aos balcão de atendimento existe uma zona de armários para arrumo e um pequeno arquivo e na sua parte de trás está a zona reservada a funcionários, neste caso uma sala de descanso e refeitório e a zona de escritórios.

No exterior, ao lado do centro, encontra-se um pequeno pátio para os visitantes e uma passagem para o local de estacionamento dos automóveis elétricos. É aqui que estes são alugados, carregados e estacionados, mesmo que pertençam a outros mini postos.

c) Restaurante

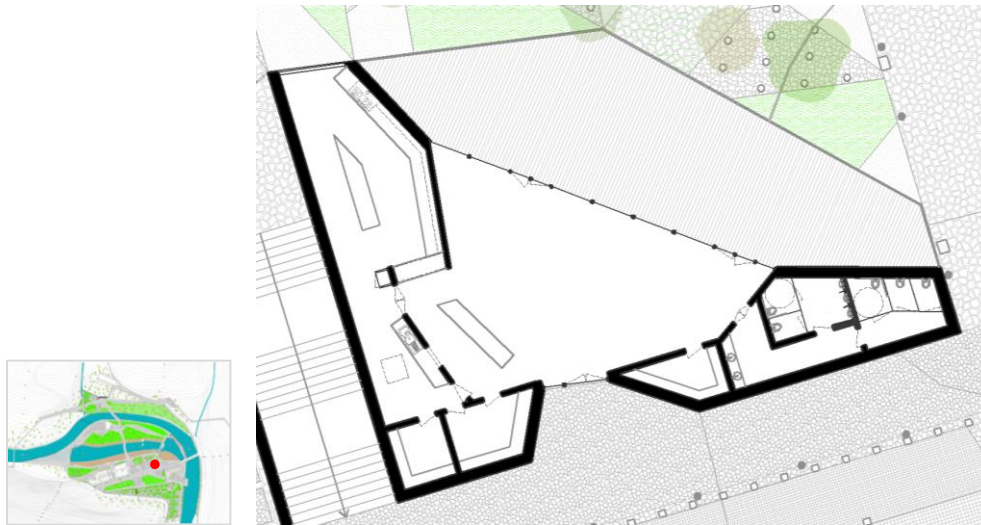


Fig. 79 - Planta do restaurante; Fonte: Autoria Própria.

No restaurante existem dois locais de refeição, um interior que funciona o ano inteiro e outro exterior que funciona apenas no Verão. Do lado esquerdo está o lugar de arrumos, a arca frigorífica, a zona de lava-loiça, o bar e acima destes a zona da cozinha. A zona de arrumos está junto à porta para facilitar cargas e descargas. Do lado direito há mais um arrumo e as instalações sanitárias.

d) Bar da Praia

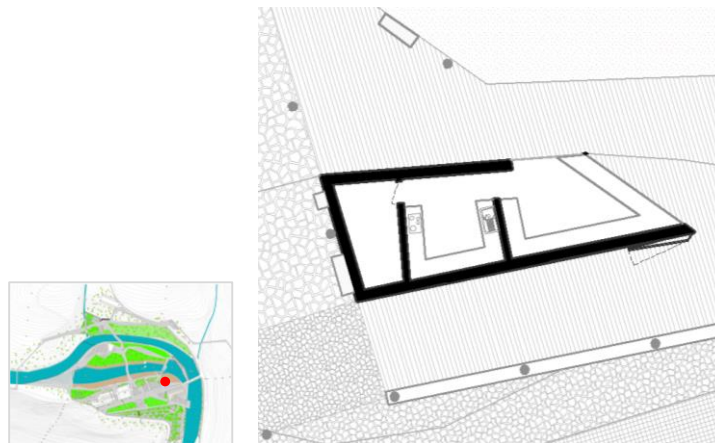


Fig. 80 - Planta do bar da praia; Fonte: Autoria Própria.

O bar é um edifício bastante simples. Contém zona do balcão, zona de cozinha e ainda arrumos. Abre para o exterior numa zona com deque de madeira que serve como pequena esplanada.

e) Espaços de apoio à Praia Fluvial



Fig. 81 - Planta dos espaços de apoio à praia; Fonte: Autoria Própria.

A zona de praia tem acesso aos balneários (2) e à enfermaria (6). É aqui que também se encontram vários espaços de apoio, como o arrumo dos jardins (1), a sala de tratamento de água/caldeiras/reserva de energia (3), o arrumo do restaurante (4) e a arrecadação dos barcos (5).

6.6.1.4. A Ilha

Virando a atenção para a ilha, cabe referir que esta se encontra no centro de todo o projeto e por esse motivo houve a tentativa de lhe dar ênfase. A ilha é um local de descanso e relaxamento, onde se podem apanhar banhos de sol, ler um livro, socializar e fazer várias outras atividades, como assistir a uma palestra ou conferência ou mesmo assistir a um concerto de animação. O espaço também está preparado para receber a festa de Santa Catarina de Ameixiosa que se realiza nos dias 13 e 14 de Junho, e é mais adequado que o atual.



Fig. 82 - Zonas da ilha e respetivas atividades; Fonte: Autoria Própria.

No centro da ilha, onde as duas pontes se unem, existe um auditório que aproveita a subida em direção ao palco para criar os acentos que permitem assistir a palestras (a azul). Por trás destes

está o palco e os bancos que permitem assistir a espetáculos ou filmes nas noites de Verão (a vermelho). Por fim, dizer que há duas esplanadas, uma em cada um dos lados da ilha (a verde). É importante salientar o facto de que, mesmo com alterações feitas para proteger a ilha de inundações, esta será sempre uma zona de risco, motivo que fez com que se opta-se por não se construírem edificações nesta zona.

A sul há três pontes que ligam a ilha à praia principal. E a norte há mais uma ponte, apenas uma por se tratar de um terreno mais acidentado.

6.6.1.5. Norte da Ilha

6.6.1.5.1. Zonas e Atividades

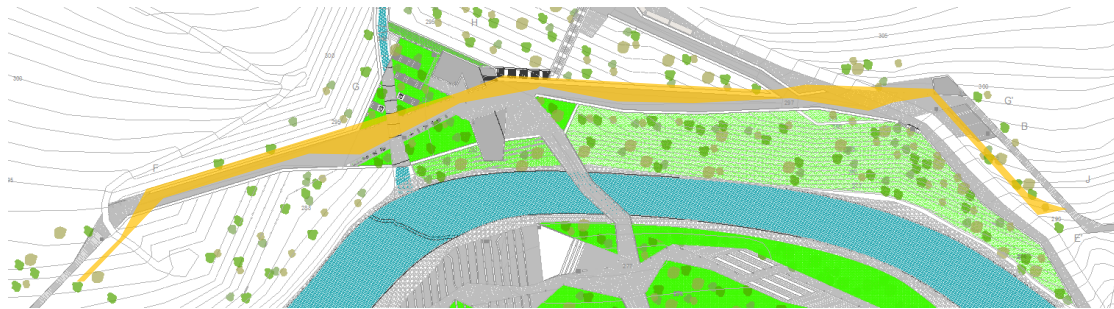


Fig. 83 - Percurso dos passadiços pelo parque; Fonte: Autoria Própria.

O percurso que advém do passadiço passa a norte da ilha e liga todas as aldeias que estão junto ao Rio Paiva, de Arouca a Castro Daire. Nos locais, extremidade Oeste e Este, onde o passadiço se conecta com o projeto há um cruzamento com uma via secundária, num dos lados há um caminho e no outro há uma estrada, e é em cada uma destas zonas que o acesso ao parque se concretiza através de rampas. O percurso, que continua fora do passadiço, atravessa o projeto e obriga o transeunte a passar no parque, por consequência fá-lo relacionar-se diretamente com o espaço. Junto deste há máquinas de exercício que promovem a atividade física.

Tal como acontece no lado sul da ilha, no norte também existe uma zona de merendas, a segunda, com locais cobertos onde é possível trabalhar.

6.6.1.5.2. Edifícios



Fig. 84 - Planta de cobertura dos edifícios do lado norte da ilha; Fonte: Autoria Própria.

a) Forma

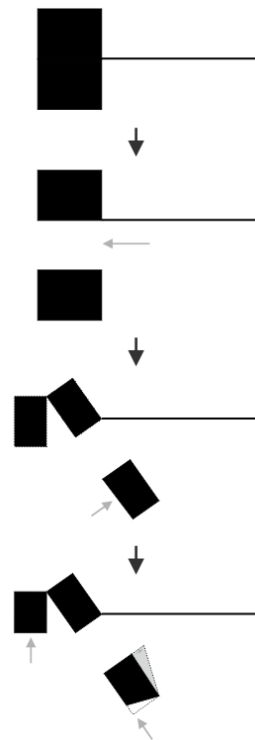


Fig. 85 - Desenvolvimento da forma dos edifícios Sul; Fonte: Autoria Própria.

No lado norte da praia traçou-se uma rampa de acesso da estrada para o parque. E no fim criou-se o edifício. No sentido de criar uma passagem rasgou-se o edifício ao meio, e uma das partes foi empurrada para cima do muro de suporte, ficou suspensa e saliente, pelo que ganhou mais destaque - esta parte tornar-se-á num espaço polivalente. De seguida rodaram-se as duas partes, ou as duas metades, com o intuito de encaminhar os transeuntes em direção ao passadiço. Finalmente deformou-se o espaço polivalente para que ficasse paralelo ao muro de suporte.

b) Balneário e Arrumos



Fig. 86 - Planta dos balneários e apoio à praia Norte; Fonte: Autoria Própria.

Ao observar a planta verifica-se que no exterior estão lava-loiças pertencentes à segunda zona de merendas. No interior há os balneários, também preparados para pessoas com mobilidade condicionada, e ao lado destes existe o apoio ao jardim e a zona de tratamento de águas da zona norte.

c) Polivalente

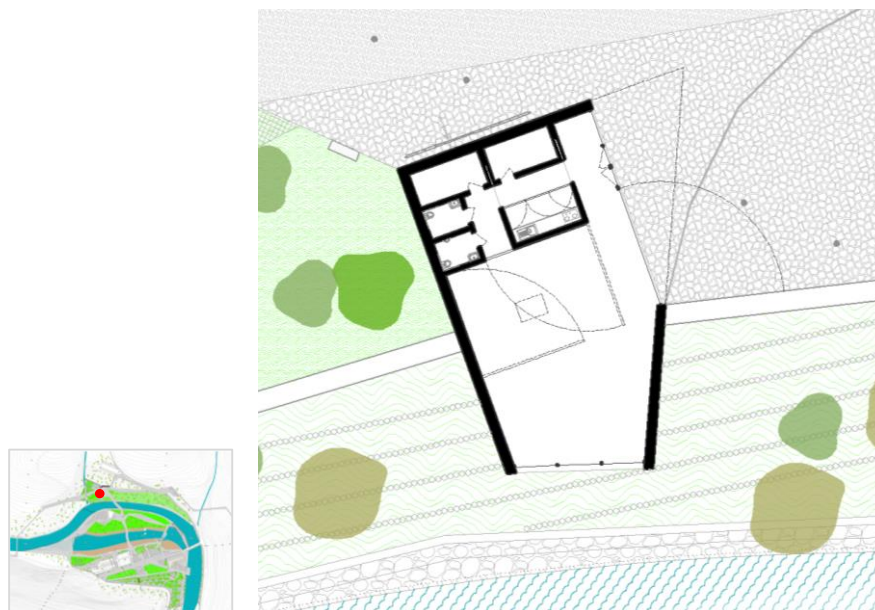


Fig. 87 - Planta dos balneários e apoio à praia Norte; Fonte: Autoria Própria.

O polivalente é o edifício que fica a sobreolhar todo o parque e está localizado num ponto crucial virado para a rampa da entrada norte. Este foi criado para servir de local de reunião de

eventos desportivos (como o rafting nas águas bravas do Rio Paiva, entre outros), bem como de local onde são feitas exposições e/ou vendas de produtos regionais.

Para adaptar o edifício a um leque variado de atividades criou-se um interior capaz de se moldar às necessidades exigidas em cada situação ou evento. Por dentro é possível ter-se uma ou mais salas na medida em que foram edificadas paredes que rodam sobre um eixo. Estas têm a capacidade de dividir o espaço e, ao mesmo tempo, ajudar a controlar a entrada de luz.

Outra característica que o espaço possui está ligada ao facto de que, no caso de uma feira, se abre para o exterior através de uma parede de vidro, criando maior relação com o meio natural e ambiente onde está inserido. Dentro do edifício encontram-se instalações sanitários, arrumos para cadeiras e mesas, um arrumo secundário para apoiar eventos e um pequeno espaço de cozinha que funciona sempre que necessário, isto é, em eventos ou demonstrações de culinária.

6.6.1.6. Locais de apoio ao Parque

a) Estacionamentos

Para que a praia adquira estatuto de lugar público tem de cumprir requisitos que permitam receber pessoas, tais como criar devidamente espaços para estacionamento. Desta forma, a praia tem dois parques de estacionamento, um em cada um dos lados do rio. O estacionamento principal, a sul, é ligeiramente maior que o a norte, pois é lá que estão a maior parte das atividades e também o parque de campismo. A sul existem 40 lugares de estacionamento exteriores e 19 lugares cobertos, ao passo que no lado norte apenas existem 25 lugares exteriores. Em ambos os estacionamentos há lugares próprios para motociclos (a laranja). Já os estacionamentos para carros e motas elétricos encontram-se junto ao centro de visitantes e próximo da estrada e do passadiço (a azul). Nestes últimos é possível carregar os veículos num ambiente calmo enquanto se aprecia o parque.



Fig. 88 - Estacionamentos, descargas e pontos de viragem; Fonte: Autoria Própria.

A pensar em visitas de excursionistas o projeto está preparado para receber autocarros e possui estacionamento para os mesmos (a vermelho), zonas de descarga e locais de viragem.

b) Grab and Go

Para promover ainda mais a prática de desporto, o contacto com a natureza e a sua apreciação, bem como a utilização do passadiço foi criado um pequeno bar grab and go. Assim, qualquer pessoa, da menos à mais desprevenida, tem a possibilidade de numa das suas atividades comprar alimentos preparados para levar no seu percurso.

6.6.1.7. Entradas e Circulação

Na imagem seguinte estão representados todos os percursos planeados na proposta da praia e os pontos de cruzamento mais importantes pertencentes ao eixo principal. Também se encontram destacadas as entradas para o local.

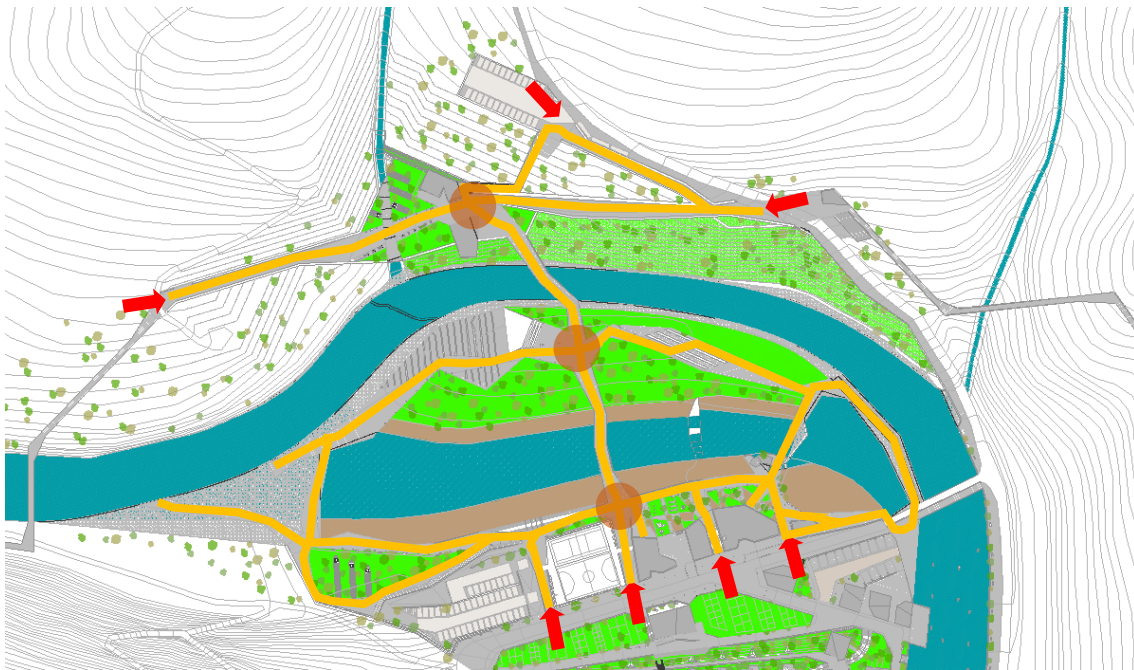


Fig. 89 - Entradas, circulações e pontos de cruzamento; Fonte: Autoria Própria.

6.6.1.8. Materiais

Os materiais utilizados para a execução da praia fluvial são maioritariamente do local, tais como xisto e pedras do rio. Os restantes materiais são naturais, como a madeira. E os únicos “não naturais” são o vidro e o betão, utilizados nas lajes e barragens, e o ferro utilizado na estrutura das pontes.

a) Pavimentos

Para a construção dos pavimentos recorreu-se sobretudo ao xisto, separado por tamanhos e colocado em locais específicos para sinalizar diferentes tipos de percurso. É importante sublinhar que a colocação dos pavimentos foi feita de modo a permitir a permeabilidade dos solos. Para que isso aconteça todos os pavimentos do projeto devem conter uma junta que deixe penetrar a água ou não conter junta nenhuma para que haja infiltração natural das águas.

Tabela 16 - Materiais dos pavimentos da Praia e respetivos tamanhos.

Tamanhos (centímetros)	Locais
+50 a 40	Locais mistos de passagem para automóveis e pedestres (passadeiras e saídas de automóveis)
40 a 25	Pavimento dentro da praia fluvial
25 a 15	Passeios urbanos
15 a -10	Passeio mais recuado da estrada e zonas mais refugiadas



Fig. 90 - Imagem dos diferentes pavimentos; Fonte: Autoria própria

As pontes contêm uma estrutura de ferro e revestimento em madeira. Esta também foi utilizada para criar os deques da esplanada.

b) Muros

Para contornar o declive do terreno a norte do rio utilizaram-se dois tipos de muros de suporte na construção do projeto. Um feito de gabiões de pedra do rio e outro de espessura larga feito em xisto. A criação de taludes suportados por troncos de madeira semienterrados e por vegetação foi outra estratégia utilizada para reduzir o declive do terreno.

6.6.2. Parque de Campismo

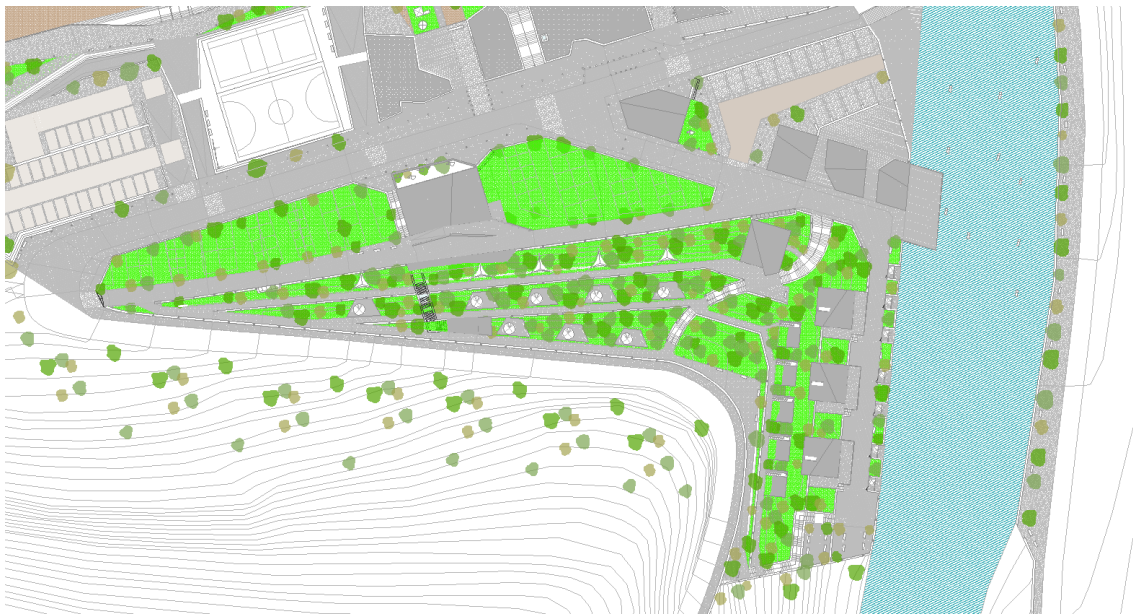


Fig. 91 - Planta de cobertura do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.

O parque de campismo está situado num espaço rural e natural calmo, proporcionando aos visitantes uma estadia relaxada e tranquila. Este apoia-se bastante na praia fluvial, pois é aí que todas as atividades se realizam.

a) Zonas de apoio ao Parque



Fig. 92 - Locais de apoio ao parque; Fonte: Autoria Própria.

No parque campismo existe uma série de locais para descanso, como as esplanadas (a azul) e zonas de leitura (a laranja). Há ainda no centro uma zona de lavandaria e de cozinha (a vermelho).

b) Zonas de Alojamento

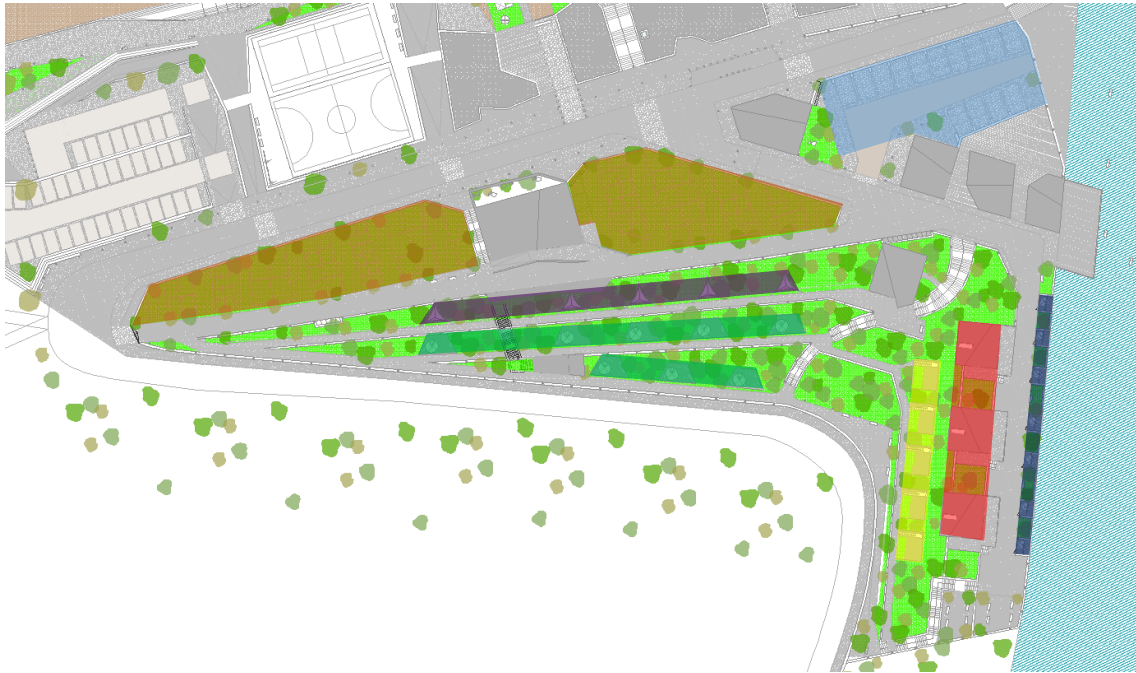


Fig. 93 - Zonas de alojamento; Fonte: Autoria Própria.

O parque de campismo está preparado para receber os visitantes em diferentes formas de alojamento, satisfazendo todas as suas necessidades. São sete os tipos de alojamento que o parque tem ao seu dispor: os tradicionais parques para roulotes (a azul claro) e zonas para tendas (a laranja); uma zona de tendas flutuantes (a roxo); uma zona de plataformas *glamping* (a verde); uma zona de plataformas *glamping near the water* (a azul escuro); os *bungalows* grandes (a vermelho) e os *bungalows* pequenos (a amarelo).

Foi com o intuito de aproveitar a zona de maior inclinação do parque que se utilizaram formas divertidas de estadia, tais como as tendas flutuantes e plataformas de *glamping*. Estas últimas são uma forma de acampar com *glamour*, pois permitem ao ocupante estar rodeado de natureza mas com as comodidades da energia elétrica e uma cama de lençóis lavados.



Fig. 94 - Imagem e esquema da estrutura do glamping; Fonte: WEB 54; Autor Desconhecido e Autoria Própria, respetivamente.

A estrutura do *glamping* é constituída por um bloco de betão armado que está enterrado e tem afixado uma estrutura metálica que suporta toda a plataforma, ficando suspensas.



Fig. 95 - Tenda flutuante; Fonte: WEB 55; Autor Desconhecido.

As tendas flutuantes permanecerão presas a três ferros metálicos chumbados no solo. São estes que as suportarão, permitindo que flutuem entre as árvores sem exercer esforço nas mesmas.

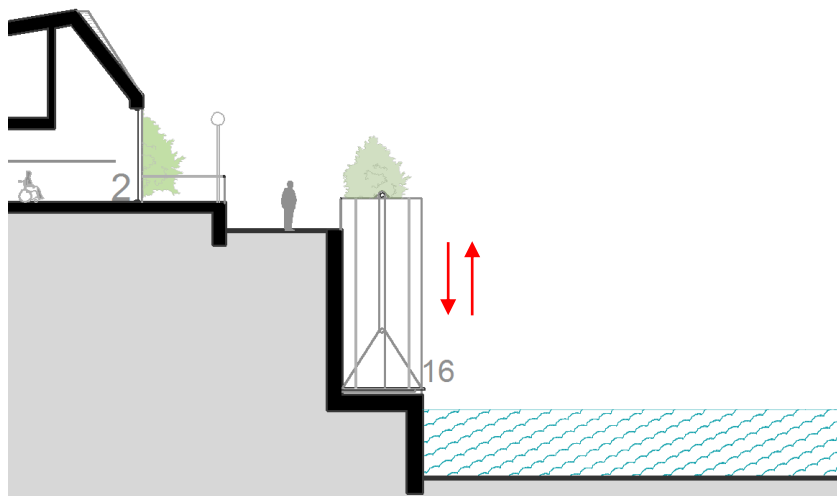


Fig. 96 - Corte das plataformas *glamping near the water*; Fonte: Autoria Própria.

As plataformas *glamping near the water* (junto à água) fazem com que a experiência de dormir junto à água, e interação com a mesma, seja única. Trata-se de pequenas plataformas com tendas de *glamping* seguras por uma travessa que contém um sistema de polias. É este que através de umas calhas permite descer a plataforma até ao rio para aí passar a noite.

Finalmente dizer que os bungalows grandes (T3) e bungalows pequenos estão virados para o rio e semienterrados.

6.6.2.1. Edifícios principais do Parque de Campismo



Fig. 97 - Plana dos edifícios principais do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.

a) Forma

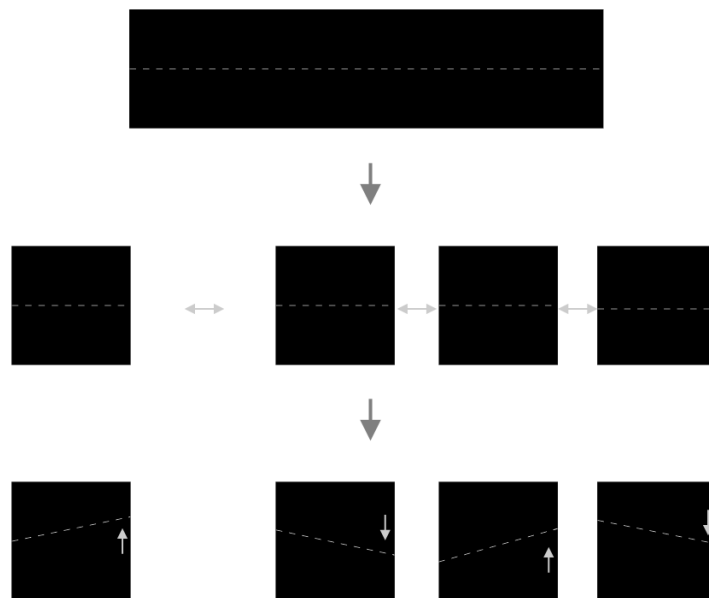


Fig. 98 - Desenvolvimento da forma dos edifícios principais do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.

A forma surge de um edifício de duas águas que foi dividido em quatro partes. Embora separadas a linha do cume, conceptualmente falando, mantém-se ligada como se entre elas houvesse continuidade. Logo, quando a linha do cume de uma das partes sofre uma rotação todas as outras se alteram, uma a seguir à outra. Esta rotação não modifica a altura dos telhados, apenas lhes provoca diferentes inclinações que dão ao edifício uma forma bastante característica.

b) Receção do Parque de Campismo

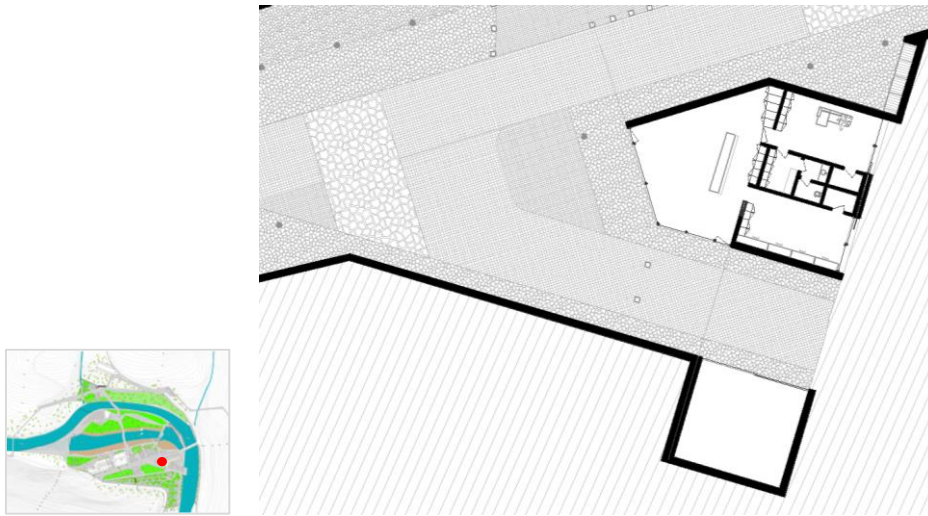


Fig. 99 - Planta da receção do parque de campismo; Fonte: Autorial Própria.

Ao entrar no parque de campismo encontra-se a receção, posicionada de forma a controlar a entrada e a saída de pessoas e automóveis. A passagem destes últimos é permitida através de curtos pilares de ferro que sobem e descem a partir do chão. Em frente à receção há um pequeno espaço de estacionamento, contudo temporário, pois o objetivo é que os veículos aí permaneçam apenas durante o período de *check in*. Junto à entrada para o parque está um portão de madeira deslizante, utilizado para fechar o recinto.

A receção é composta por um espaço de atendimento ao público e um espaço reservado a funcionários. Do primeiro faz parte o balcão, uma sala de computadores e um pequeno arrumo e do segundo uma sala de estar, um vestiário, as instalações sanitárias e ainda um pequeno arrumo. Os vidros das salas estão virados para sul, por isso contêm portadas de madeira deslizantes que as protegem do sol do Verão e do frio do Inverno.

Na planta ainda é possível verificar que o local de arrumos se encontra alinhado com o interior da receção, localizada no outro lado da estrada.



Fig. 100 - Alçado dos edifícios principais 2; Fonte: Autorial Própria.

Uma vez que a receção se encontra a uma cota mais baixa que os restantes edifícios e o cume dos quatro telhados se mantem igual, conclui-se que a receção é de todos o edifício mais alto. Fator que lhe confere importância.

c) mercearia, Sala de Convívio e Café



Fig. 101 - Planta da mercearia, sala de convívio e café do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.

Os restantes edifícios principais do parque são uma mercearia, uma sala de convívio e um café. O primeiro, com portadas em madeira para proteger as mercadorias em alturas de menor utilização, contém uma sala de vendas com prateleiras e balcão e ainda um pequeno armazém. A sala de convívio é composta por duas salas, que estão separadas por um núcleo onde se encontram as instalações sanitárias e um pequeno arrumo. E, finalmente, o café que dispõe de uma zona de serviço, um pequeno armazém e uma esplanada sobre o rio. Cabe referir que além desta esplanada quer o café quer a sala de convívio desfrutam de uma esplanada traseira.

d) Balneários

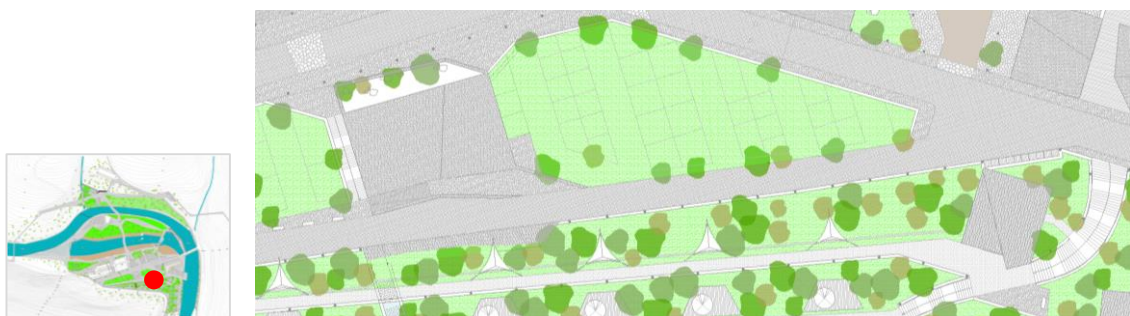


Fig. 102 - Planta de cobertura dos balneários; Fonte: Autoria Própria.

No parque de campismo existem dois balneários, um principal que é o maior e está apto para receber todo o tipo pessoas, com ou sem dificuldades motoras, e outro mais pequeno situado na zona alta do parque e que está ao serviço dos campistas que aí estadiam.

e) Balneário Principal

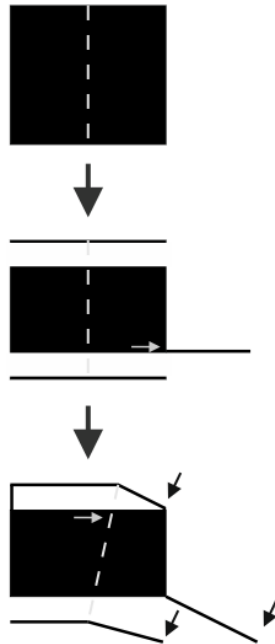


Fig. 103 - Desenvolvimento da forma do balneário principal; Fonte: Autoria Própria.

A forma surge de um edifício com uma cobertura de duas águas. Depois retirou-se-lhe dois volumes, um à frente e um atrás, para criar dois pátios abertos. Num deles acrescentou-se uma parede que permite encaminhar as pessoas até à entrada. No fim fechou-se o pátio traseiro e fez-se uma rotação do cume e das paredes do pátio da entrada.



Fig. 104 - Planta do balneário principal; Fonte: Autoria Própria.

Do balneário fazem parte os lavatórios, as retretes e os chuveiros, metade deles voltados para um pátio exterior fechado e ajardinado. Uma característica que dá aos chuveiros uma particularidade única. Além do pátio ser fechado tem vidros espelhados que criam maior privacidade. Tal como já foi referido, este balneário, ao contrário do outro, está preparado para pessoas com mobilidade condicionada.

f) Balneário Secundário

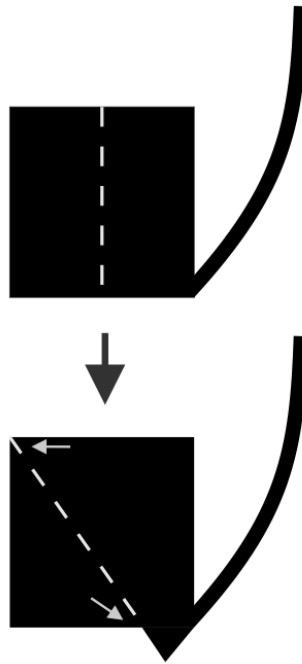


Fig. 105 - Desenvolvimento da forma do balneário secundário; Fonte: Autoria Própria.

A forma dos balneários secundários iniciou-se a partir de um edifício de duas águas e este encontra-se ao cimo de um corredor vertical. Mais uma vez, no sentido de encaminhar as pessoas, empurrou-se a parede para a trajetória das escadas, dando-lhe continuidade, e rodou-se o cume do edifício.



Fig. 106 - Planta do balneário secundário; Fonte: Autoria Própria.

Este balneário é bastante simples. Do lado esquerdo tem as instalações sanitárias e do lado direito tem chuveiros mistos. Virada para a paisagem está também uma zona de lavatórios que permite a apreciação da natureza enquanto se trata da higiene pessoal.

g) Bungalows Grandes

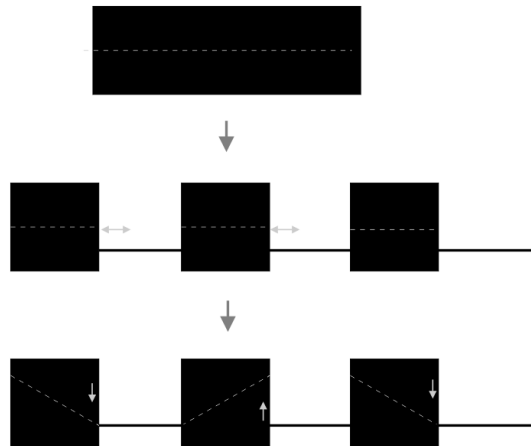


Fig. 107 - Desenvolvimento da forma dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.

A sua forma surge do mesmo modo que os edifícios principais. Neste caso o edifício dividiu-se em três partes e nas suas laterais criaram-se pátios com largura igual. Por fim, rodaram-se os cumes.



Fig. 108 - Planta do piso zero dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.

Os bungalows grandes são uma interpretação moderna da arquitetura vernacular da região. Como tal, o piso de baixo é uma zona social que contém espaços grandes e uma lareira central para impulsionar a interação. Também possui um pátio exterior em forma de L com jardim, direcionados para o rio com o intuito de promover a socialização. No rés-do-chão encontra-se a cozinha, sala, lavandaria/dispensa, um arrumo para lenha e ainda uma instalação sanitária. Todos os vãos, exceto o de entrada, têm portadas de madeira para proteger o edifício do calor e do frio.

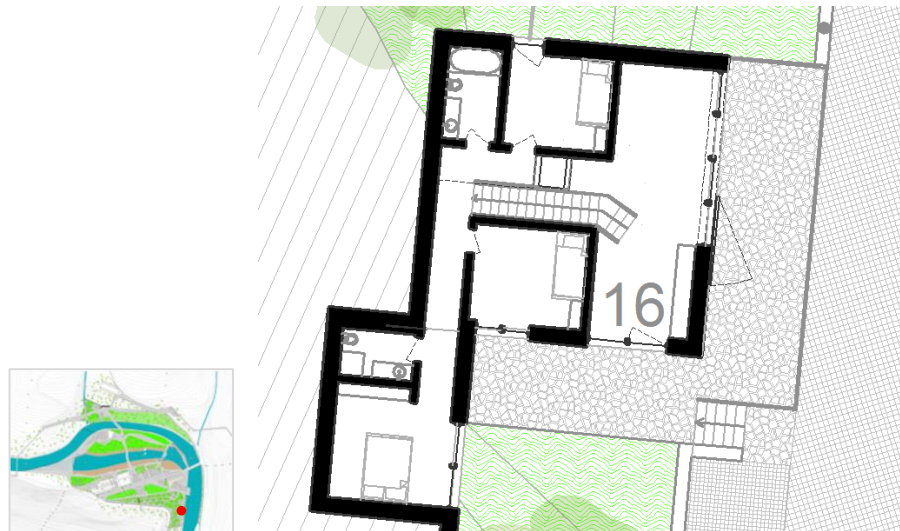


Fig. 109 - Planta do primeiro piso dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.

O acesso ao piso superior é feito através de uma escadaria iluminada por uma claraboia. Neste piso encontram-se três quartos, dois com cama dupla e um mestre com cama de casal e instalação sanitária privada. Existe ainda uma instalação sanitária partilhada. Todos os quartos têm um pequeno armário para colocar as malas de viagem. A partir do segundo piso é possível observar o piso de baixo.

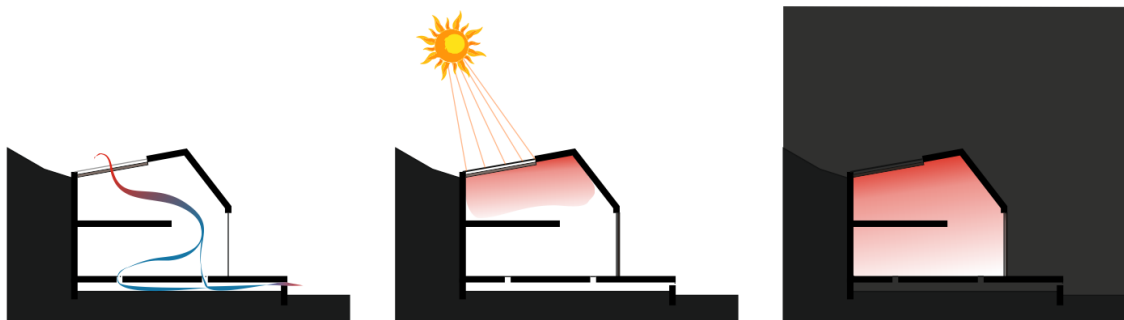


Fig. 110 - Esquemas da climatização dos bungalows grandes; Fonte: Autoria Própria.

Os bungalows estão preparados para resistir a várias condições atmosféricas. Em época de calor, quer as entradas de ar no chão quer a claraboia são abertas para arrefecer a casa. Isto é, ao abrir a claraboia o ar quente é expulso, e, por consequência, obriga o ar a passar por baixo da habitação, onde é arrefecido e se propaga para o interior do espaço, refrescando-o. Nos dias de Inverno a portada da claraboia pode manter-se aberta para que o sol aqueça o ar no interior na casa, também as portadas da casa podem fechar-se para que não se perca o calor. Nas noites frias podem e devem fechar-se todas as portadas, incluindo a da claraboia.

h) Bungalows Pequenos



Fig. 111 - Planta do piso zero dos bungalows pequenos e alinhamentos; Fonte: A autoria Própria.

Os bungalows pequenos são bastante simples. A entrada nestes faz-se através de uma escada exterior que desce até à porta de entrada. Por dentro contém um quarto com cama de casal, virado para uma área intransitável e para o rio, e atrás deste existe uma instalação sanitária com duche. O vão principal está alinhado com os vãos dos bungalows grandes para que no alçado apareçam diretamente uns em cima dos outros.

6.6.2.2. Entradas e Circulação



Fig. 112 - Entradas e circulações do parque de campismo; Fonte: A autoria Própria.

Além da entrada principal para o parque existe uma entrada secundária de emergência para automóveis. Para dar continuidade ao eixo principal da praia fluvial criou-se uma entrada

secundária pedonal que liga o patamar de tendas ao ponto mais alto do parque de campismo. Por questões de segurança, esta entrada apenas estará aberta em horários diurnos e será fechada através de um portão deslizante de madeira.

6.6.2.3. Materiais

O material que mais se utilizou na execução do parque de campismo foi o xisto. Os restantes materiais empregados são naturais, como a madeira e o paralelo, e não-naturais ou fabricados, como o vidro, o metal (usado nos lugares de chapa e nos barrotes de aço em I) e o betão (usado nas lajes).

a) Pavimentos

Na estrada principal utilizou-se o paralelo, nas escadas e pátios o xisto e nos deques a madeira. Os restantes espaços são feitos de terra batida. No parque de campismo não se cobriu tanto o solo com o intuito de manter o espaço mais natural, sem condicionar os acessos.

b) Muros

Os muros do parque de campismo são de xisto. Estes ajudam a suportar a terra, facilitando o acesso para as áreas mais íngremes. Numa zona próxima das tendas flutuantes, dado o declive do solo, surgiu a necessidade de criar taludes suportados por troncos de madeira semienterrados.

6.7. Detalhes da Intervenção

6.7.1. Equipamentos Urbanos

Alguns dos equipamentos urbanos inseridos no projeto são os bancos, luzes de rua e caixas de lixo. Os primeiros são constituídos por blocos de pedra com uma tampa de madeira que gera conforto e as terceiras, ocas e feitas em xisto, contêm uma armação metálica no interior que ajuda a colocar e manter os sacos e, ainda, têm uma tampa de madeira. Em todas as entradas do parque existem suportes de metal, equipamento urbano, para guardar as bicicletas durante o tempo necessário.

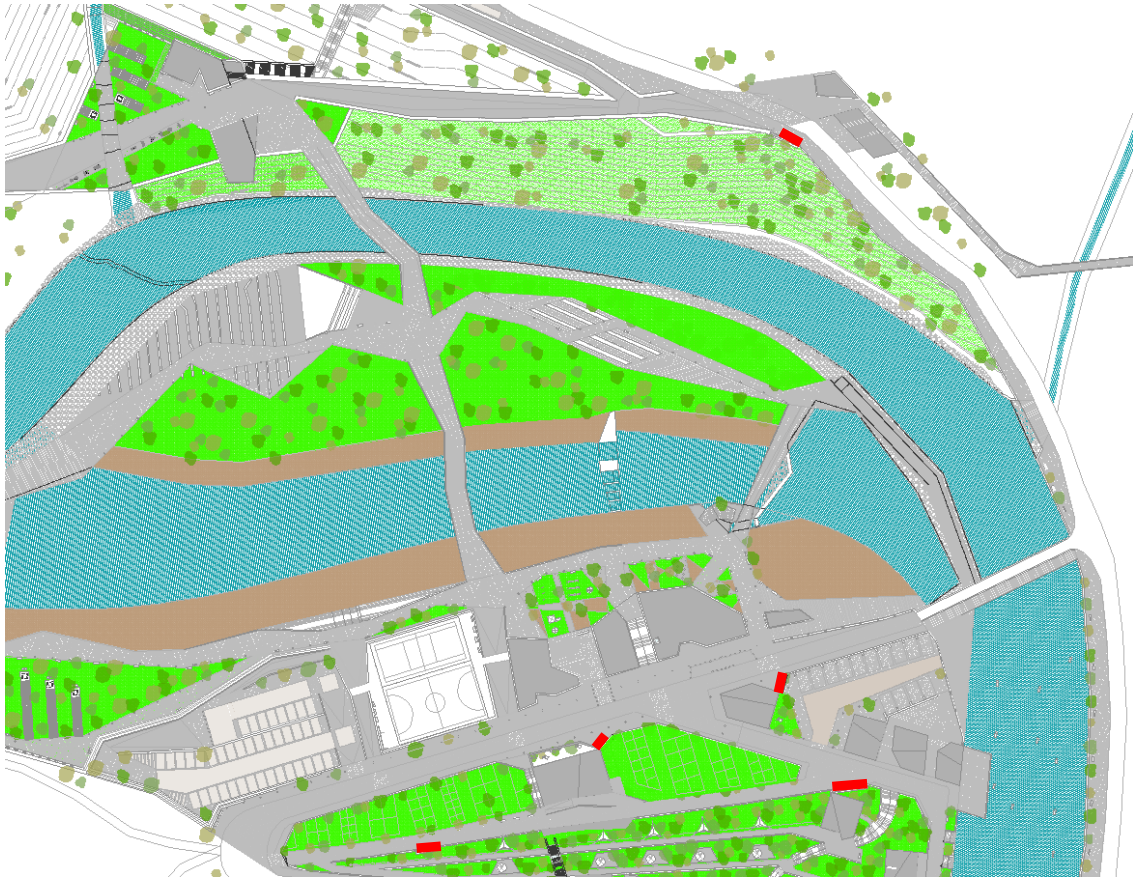


Fig. 113 - Zonas de caixotes de reciclagem e lixo; Fonte: Autoria Própria.

A colocação dos caixotes para reciclagem e lixo é feita de forma discreta e bem sinalizada. Esta apela à separação de resíduos e conservação do espaço, na medida em que se mantém limpo.

6.7.2. Sinalética

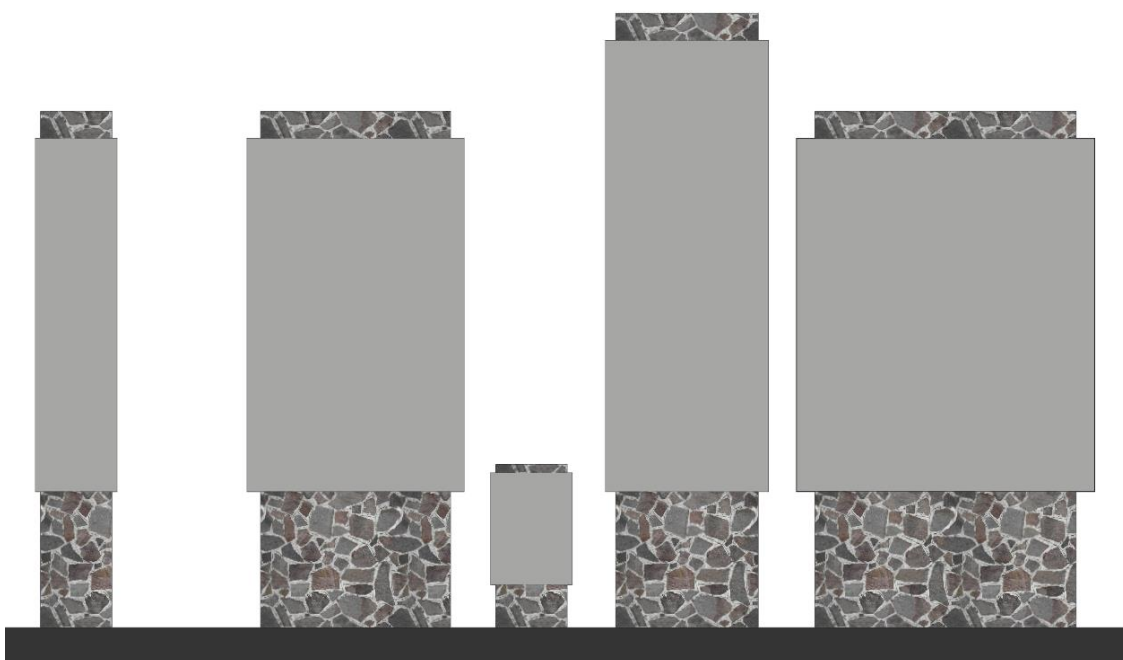


Fig. 114 - Sinalética do parque; Fonte: Autoria Própria.

A sinalética do local deverá ser colocada em estruturas como estas. Trata-se de uma parede estreita de xisto onde é afixada uma caixa metálica que servirá de zona de fixação da gráfica da sinalética.

6.7.2.1. Mapa Turístico



Fig. 115 - Mapa turístico do parque; Fonte: Autoria Própria.

O mapa turístico do local mostra as várias formas de alojamento, os serviços, locais de lazer/cultura, desporto e trilhos que o parque oferece. O mapa, bem como a restante sinalética, será colocada nos devidos lugares para que haja uma melhor compreensão sobre o espaço. Encontrar-se-á uma versão em A2 na pasta do desenho técnico.

6.7.3. Rede de Ciclovias

A oferta de meios de transporte sustentáveis, como a bicicleta, é uma estratégia definida que pretende alterar, ou contrariar, hábitos existentes, isto é diminuir a dependência de meios de transporte poluentes e impulsionar a atividade física. É por esse motivo que serão feitas várias ligações entre aldeias em redor do local, promovendo-se assim uma forma saudável de percorrer e explorar todo o património.

Por fatores económicos ou questões relacionadas com o terreno, nem sempre será possível criar vias única e exclusivamente para velocípedes. Nalgumas situações a via automóvel terá que ser partilhada com estes. Deste modo, e para que haja uma integração segura das bicicletas nas vias existentes, criar-se-á uma zona mista pintada a vermelho em ambos os lados da estrada, ou seja, nos dois sentidos. Assim, sempre que o condutor de um automóvel circular nesta via saberá que se encontra numa estrada partilhada e acautelará a sua condução, pois a probabilidade de encontrar um velocípede é maior.

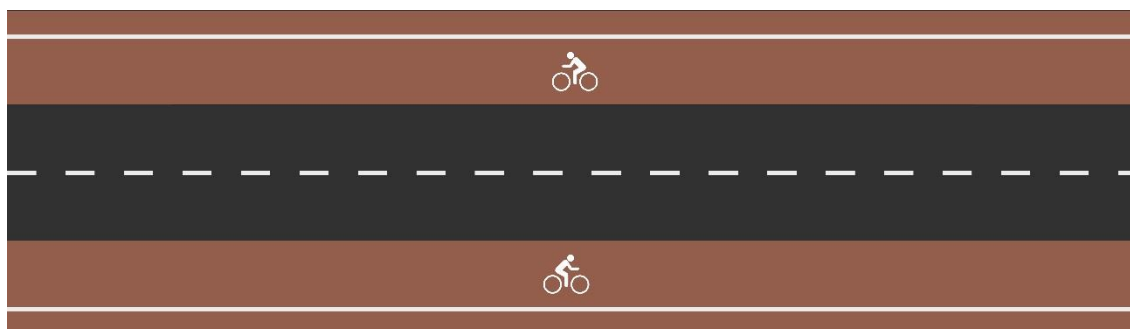


Fig. 116 - Cicloviea; Fonte: Autoria Própria.

6.7.4. Percursos Pedestres

Os percursos são criados de forma a permitir a interligação e comunicação entre a zona de intervenção e as aldeias pertencentes aos três concelhos que o rodeiam - São Pedro do Sul, Castro Daire e Arouca, o que resultará numa melhor divulgação do local a nível turístico e ambiental. A maior parte dos percursos permanecerão junto ao rio, onde se encontrará o passadiço de madeira referido anteriormente. O projeto propõe cinco percursos pedestres, que por sua vez se ligarão a outros percursos já existentes.

Tabela 17 - Percursos propostos.

INÍCIO	FIM	LIGAÇÕES	DISTÂNCIA TOTAL
Local de intervenção	Ameixiosa	Aldeias vizinhas	1,1 Km's
Local de intervenção	Passadiço de Arouca	Passadiço do Geoparque de Arouca; Aldeias intermédias.	10 Km's

Local de intervenção	Nodar	Passadiço até Castro Daire; Roteiro das Serras; Roteiro das Paisagens; Ligação com os restantes roteiros do concelho; Aldeias intermédias.	5,2 km's
Local de intervenção	Castro Daire	Nodar; Aldeias intermédias.	24 Km's
Local de intervenção	Meã	Aldeias vizinhas	1,7 Km's

Os percursos estarão disponíveis o ano inteiro e serão devidamente sinalizados, da seguinte forma:

- A marcação utilizada será a estabelecida pelas normas da Associação Europeia de Percursos Pedestres e da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal para as pequenas rotas;
- Será feita marcação em suportes artificiais, empregando materiais naturais da região tratados para o mesmo efeito;
- A tinta a utilizar será de esmalte aquoso, HITT, ou outro similar de grande resistência ao exterior;
- Serão colocadas placas de madeira a indicar os pontos-chave do percurso, de forma a melhor esclarecer o transeunte quanto ao rumo a seguir. A sinalética será gravada e pintada de acordo com as cores e normas estabelecidas.

6.7.5. Vegetação e Movimento de Terras

Dadas as condições atuais do local em que o projeto se insere, isto é, numa área maioritariamente preenchida por eucaliptos plantados, é necessário estabelecer e definir previamente as várias abordagens antes da execução do projeto.

a) Desmatagem

Serão impostas medidas de decapagem das terras onde estão os eucaliptos, pois uma das prioridades do projeto é reintroduzir a fauna oriunda do local. Todo e qualquer entulho, incluindo outras substâncias impróprias, devem ser removidas antes do início da execução do terraplano e da construção. Os desenraizamentos deverão ser suficientemente profundos para garantir uma completa extinção dos eucaliptos e restante entulho.

b) Muros de Suporte

Uma vez que a zona norte do local se encontra numa área de grande declive e pouca acessibilidade, existe a necessidade de se criarem muros de suporte grandes. Garantindo-se, desta forma, um acesso seguro a todos os locais explorados.

c) Taludes

O projeto desenvolve-se numa área montanhosa. Por esse motivo é imprescindível a criação de patamares suportados por taludes naturais de troncos de madeira. Para estabilizar o movimento das terras deverá recorrer-se a vegetação e árvores capazes de as apoiar.

d) Vegetação

No local será plantada vegetação típica da zona, sobretudo carvalho alvarinho, carvalho negral, azevinho, medronho e pilriteiro. E todo o material vegetal será distinguido pelo seu nome botânico, de acordo com as regras da nomenclatura botânica, isto é, com referência ao género e espécie. Quer dizer que junto de cada árvore ou planta constará uma placa informativa.

e) Terra Vegetal

O aproveitamento das terras existentes no local deverá ser feito de acordo com as suas características. Assim, terras ou solos impróprios deverão ser estudados, testados e corrigidos, ou seja, tratados com matérias próprias de forma a adicionar-se vegetação.

6.7.6. Tratamento de Águas e Resíduos

As águas provenientes dos banhos serão aproveitadas para regar a vegetação do parque. É por esse motivo que existirá, próximo dos balneários, uma cisterna de armazenamento de água. Significa que a água utilizada passará por um filtro de purificação, tornando-a própria para as regas nas zonas verdes.

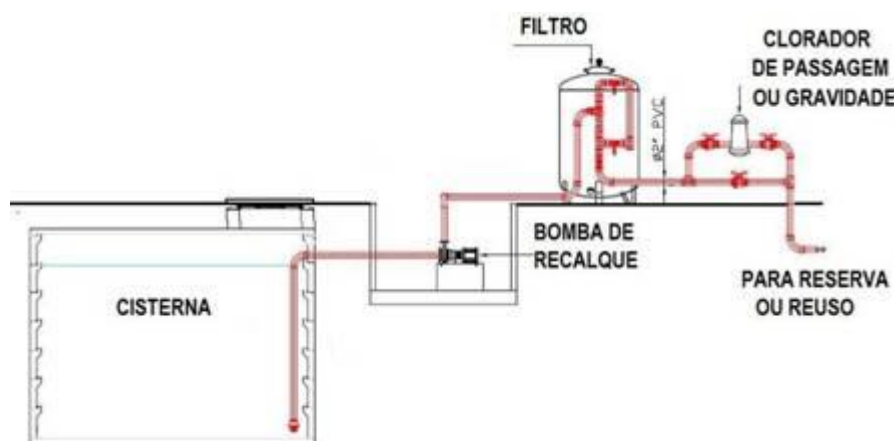


Fig. 117 - Sistema de tratamento de águas; Fonte: WEB 56; Autor Desconhecido.

Convém referir que o aquecimento das águas será feito com recurso a painéis solares colocados na cobertura dos edifícios de restauração, centro de visitantes e nos balneários do norte da praia.

Também os resíduos de esgoto serão armazenados numa cisterna de dois depósitos, um é o principal de armazenamento e o outro funciona de reserva. Sempre que o primeiro atingir o limite de utilização passará o segundo a funcionar, recebendo os restantes resíduos. É nesse momento que a cisterna deve ser limpa e os resíduos tratados em conformidade com a lei.

6.7.7. Sistemas Elétricos

Para tornar o projeto mais ecológico propõe-se a implantação de fontes de energia renováveis, nomeadamente solar e hídrica. Visto que o local apresenta uma boa exposição solar, os painéis fotovoltaicos serão colocados no telhado do edifício de restauração e do centro de informação, onde se encontra a zona de armazenamento de baterias. Essas baterias também armazenarão a energia elétrica produzida pelo gerador hídrico que aproveita a água acumulada da barragem.

6.7.8. Manutenção

A manutenção e limpeza dos espaços deve realizar-se periodicamente:

- Remoção do lixo, apanha de ramos e folhas secas, bem como a retirada manual de ervas selvagens, sem recurso a pesticidas;
- Rega do solo sempre que o seu grau de humidade não seja suficiente para a manutenção dos espaços verdes;
- Poda dos ramos mais baixos das árvores, isto é, com menos de 2 metros de altura para permitir o seu desenvolvimento mais rápido. Os cortes devem ser feitos na época de repouso da vegetação, em Novembro e Fevereiro.

6.8. Apresentação do Projeto



Fig. 118 - Zona urbana em redor do parque; Fonte: Autoria Própria.

A apresentação do projeto inicia-se na zona de chegada ao parque para haja um maior entendimento sobre o tratamento do espaço urbano. Neste capítulo é possível observar os materiais utilizados e a forma como foram aplicados.



Fig. 119 - Ponte pedonal; Fonte: Autoria Própria.

119 - A ponte que já existe no local é muito estreita, por esse motivo foi aproveitada para criar uma ponte pedonal que permite a passagem do transeunte, evitando que este passe na estrada.



Fig. 120 - Rua principal; Fonte: Autoria Própria.

121 - Na imagem é possível ver o efeito no alçado dos edifícios principais do parque.



Fig. 121 - Edifícios principais do parque vistos da rua principal; Fonte: Autoria Própria.

122 - No lado esquerdo desta imagem pode ver-se uma das sinaléticas que serão distribuídas pelo parque, neste caso a do mapa turístico.



Fig. 122 - Escadaria entre o restaurante e a zona de aluguer dos automóveis elétricos; Fonte: Autoria Própria.

NOTA: Os números assinalados nas plantas referem-se especificamente aos pontos onde nos posicionamos para ver a imagem representada em cada figura.

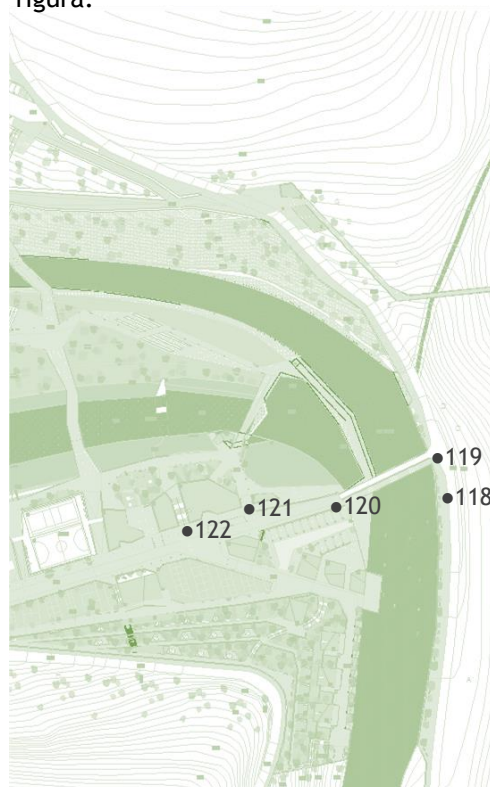




Fig. 123 - O restaurante; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 124 - Pátio e passagem para automóveis elétricos;
Fonte: Autoria Própria.



Fig. 125 - Zona de aluguer dos automóveis elétricos;
Fonte: Autoria Própria.



Fig. 126 - Centro de visitantes do parque; Fonte: Autoria Própria.

124 - Aqui é possível verificar a relação entre os dois edifícios de aluguer de equipamentos: o centro de visitantes no lado esquerdo e o arrumo de veículos.

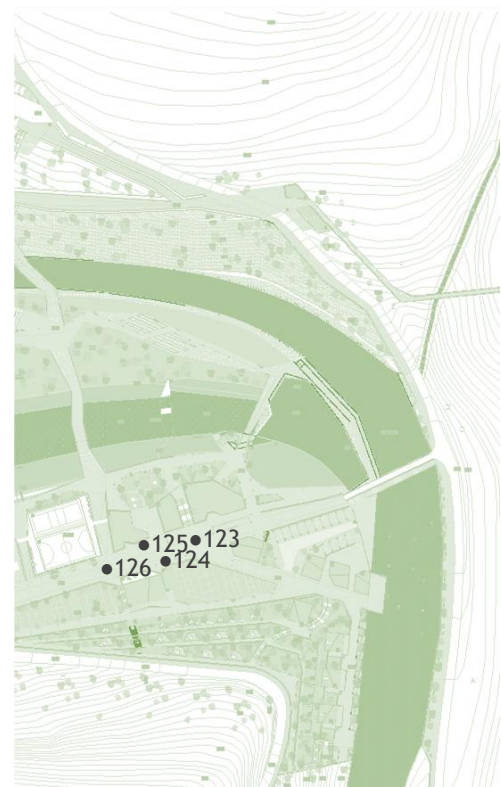




Fig. 127 - Rua principal vista de cima; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 128 - Balneário grande na rua principal; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 129 - Recepção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 130 - Interior da recepção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.

128 - Na imagem é possível ver a entrada secundária pedonal para o parque de campismo e o portão que o permite fechar à noite.

129 - A partir desta imagem passar-se-á a mostrar o interior do parque de campismo.

130 - Aqui é possível ver a receção do parque de campismo e os tetos falsos criados para reduzir a sua altura.





Fig. 131 - Parte de trás da receção do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 132 - Zona de rulotes; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 133 - Esplanada do café e sala de convívio; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 134 - Vista lateral da esplanada do café e sala de convívio; Fonte: Autoria Própria.

131 - Na imagem é possível ver as portadas que protegem as janelas da receção.

133 - As coberturas dos edifícios do parque de campismo são feitas com o mesmo material das paredes, ou seja com xisto, tal como os edifícios vernaculares da região. No entanto, os edifícios do parque têm coberturas feitas de xisto vertical em vez de deitado.

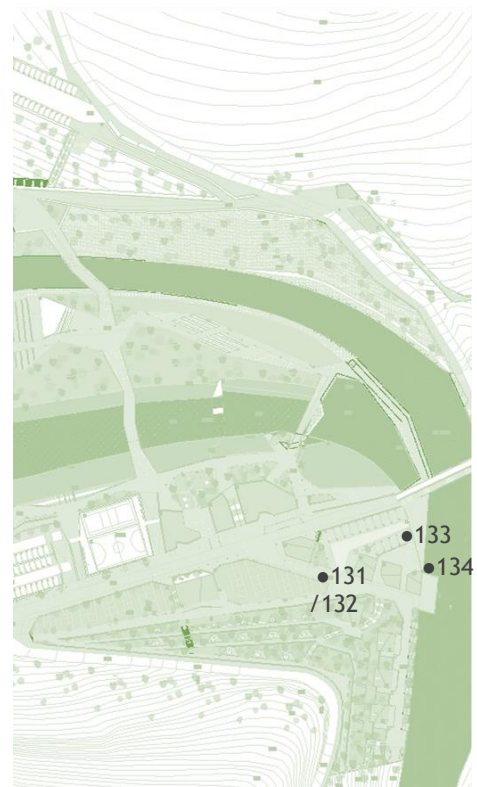




Fig. 135 - mercearia, sala de convívio e café do parque de campismo; Fonte: Aatoria Própria.

135 - Para realçar o facto de que os edifícios principais do parque de campismo se pertencem revestiu-se o espaço com mesmo material (madeira).



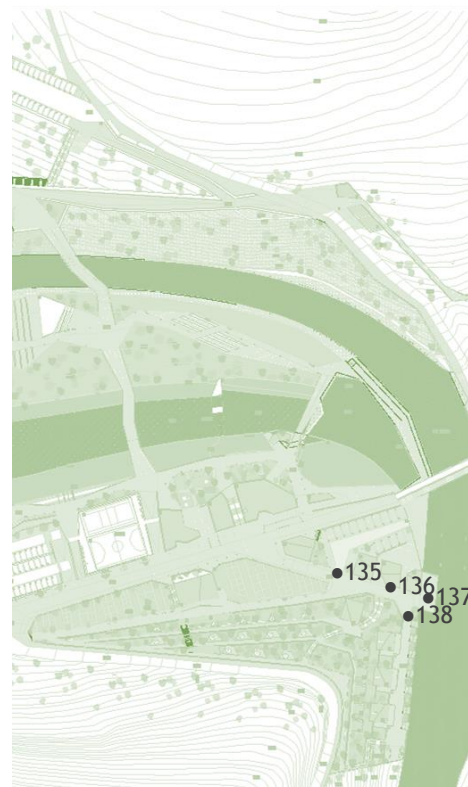
Fig. 136 - Escadas para os patamares altos do parque de campismo; Fonte: Aatoria Própria.



Fig. 137 - Café do parque, sala de convívio e mercearia do campismo; Fonte: Aatoria Própria.



Fig. 138 - Rua dos bungalows grandes; Fonte: Aatoria Própria.



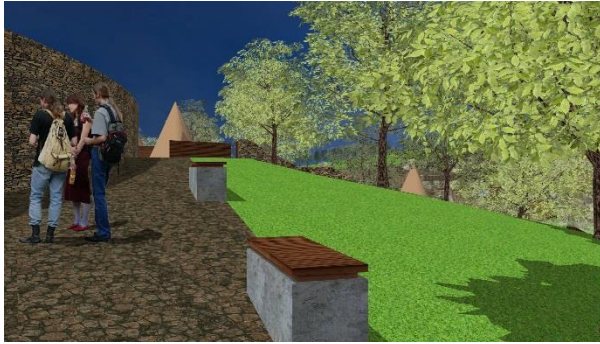


Fig. 143 - Patamar superior do parque de campismo;
Fonte: Autoria Própria.



Fig. 144 - Patamar superior das plataformas glamping;
Fonte: Autoria Própria.



Fig. 145 - Patamar intermédio das plataformas glamping;
Fonte: Autoria Própria.



Fig. 146 - Vista, a partir das escadas, para o patamar mais alto do parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.

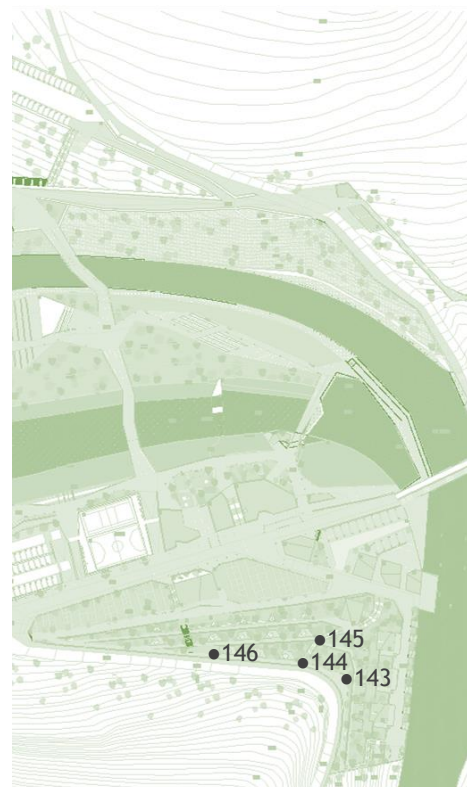




Fig. 147 - Patamar intermedio e superior; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 148 - Zona de acampamento de tendas; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 149 - Balneários principais, lavandaria e cozinha, e escadas para o patamar superior; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 150 - Escadas para o patamar superior; Fonte: Autoria Própria.

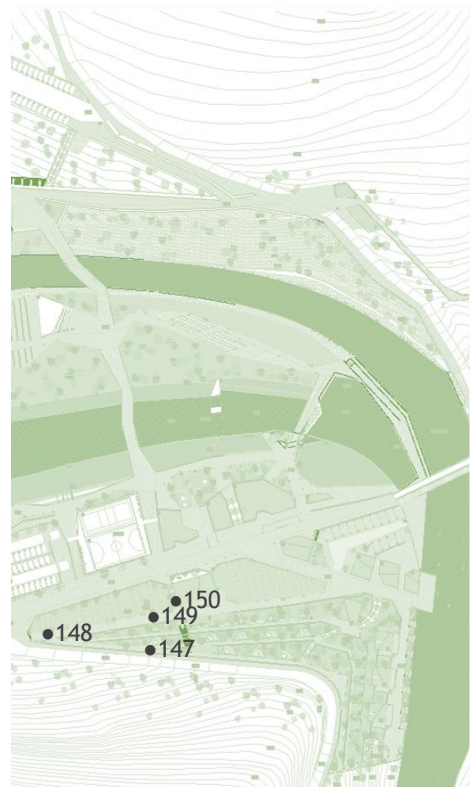




Fig. 151 - Acesso secundário pedonal para o parque de campismo; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 152 - Entrada para os balneários principais; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 153 - Rua da zona de tendas; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 154 - Centro de visitantes e zona infantil; Fonte: Autoria Própria.

154 - A partir desta imagem mostram-se todos os espaços referentes à praia fluvial.

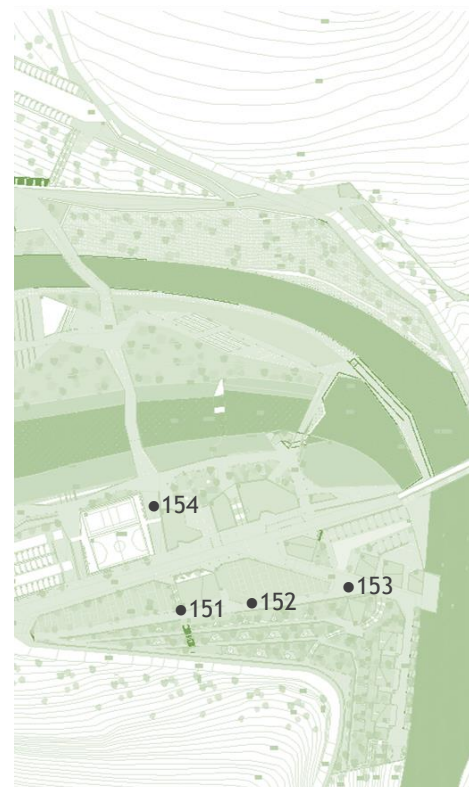




Fig. 155 - Ponte e eixo principal da praia; Fonte: Autoria Própria.

155 - Como medida de segurança, o corrimão das pontes será feito através de ripas de madeira vertical com o intuito de dificultar que transeuntes saltem para a água.



Fig. 156 - Passeio para a zona de merendas; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 157 - Rampa de acesso do eixo principal; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 158 - Centro de visitantes e parque infantil; Fonte: Autoria Própria.

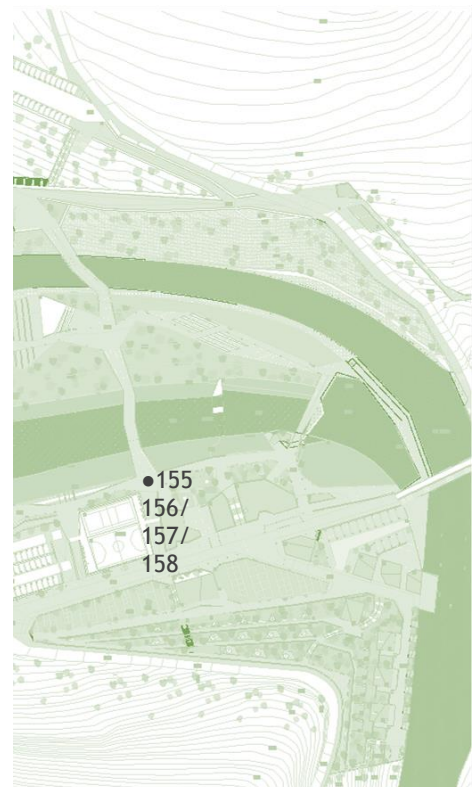




Fig. 159 - Centro de visitantes e parque infantil; Fonte: Autorial Própria.



Fig. 160 - Parque infantil; Fonte: Autorial Própria.



Fig. 161 - Edifícios principais e parque infantil visto da praia; Fonte: Autorial Própria.



Fig. 162 - Passeio entre a praia e o jardim; Fonte: Autorial Própria.

160 - Os troncos que se encontram entre as árvores criam nas crianças a ilusão de que estão a brincar na floresta.

161 - Em baixo dos edifícios principais podem verificar-se os vários espaços de apoio à praia principal, como os balneários.

162 - Na imagem vêem-se os vários equipamentos urbanos referidos anteriormente, tais como as caixas de lixo de xisto.

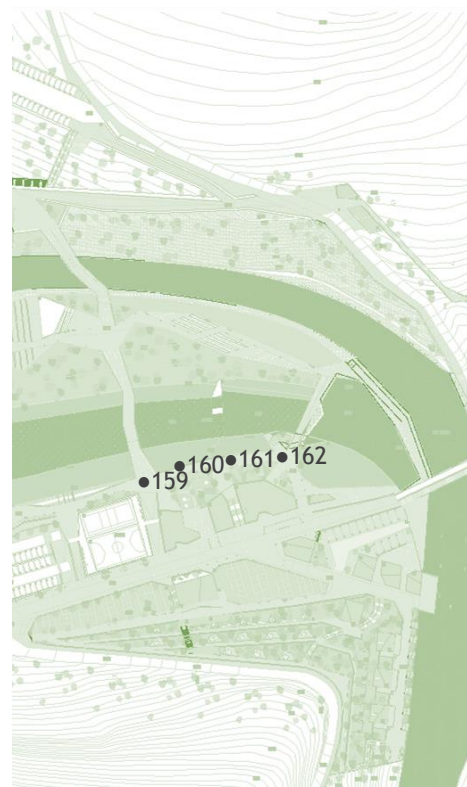




Fig. 163 - Passeio que dá acesso ao moinho; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 164 - Entrada da enfermaria e armazém dos barcos por baixo dos edifícios principais; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 165 - Rio e doca; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 166 - Doca e rio; Fonte: Autoria Própria.

164 - Na imagem é possível ver-se a porta de enfermaria que se localiza abaixo dos edifícios principais.

166 - É aqui que são controladas as passagens de água e onde se lançam os barcos, a partir da doca. Por aqui há acesso até à barragem oca e até à praia.

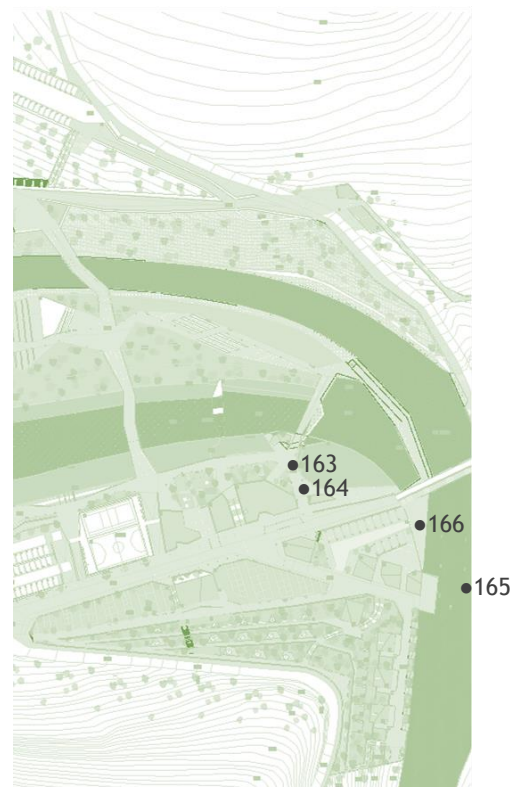




Fig. 167 - Barragem oca; Fonte: Autoria Própria.

167 - Por baixo do deque está o canal que conduz a água até ao gerador, formando uma mini-hídrica.



Fig. 168 - Praia preparada para pessoas de mobilidade condicionada; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 169 - Vista para a barragem que separa a praia superior da inferior; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 170 - Vista para a ilha e esplanadas; Fonte: Autoria Própria.

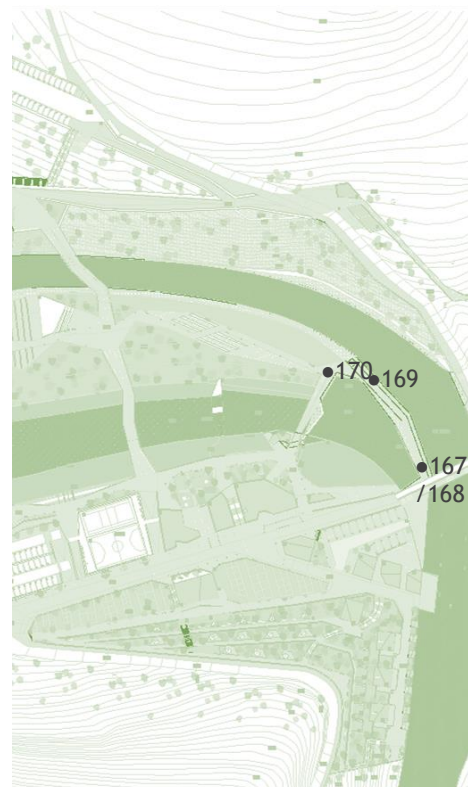




Fig. 171 - Ponte Este que liga a barragem oca ao jardim;
Fonte: Autoria Própria.



Fig. 172 - Varanda do restaurante; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 173 - Escorregas naturais que dividem a praia de adultos e crianças; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 174 - Escadas de acesso à praia; Fonte: Autoria Própria.

172 - Na imagem é possível ver a via de emergência que faz ligação direta com a enfermaria.

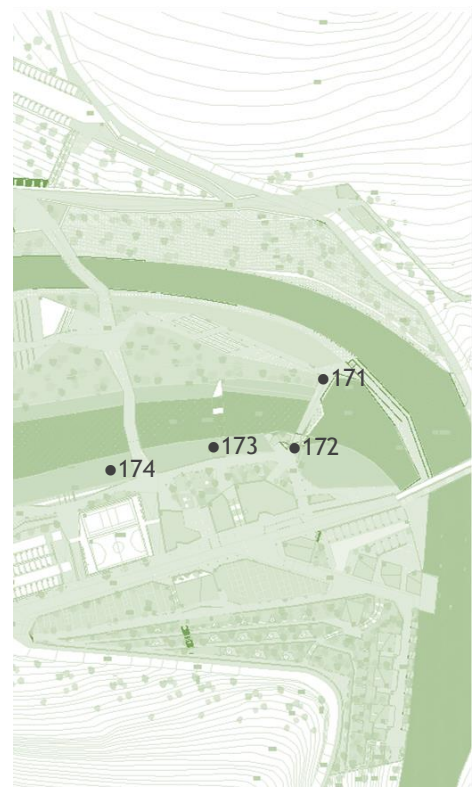




Fig. 175 - Rampa de acesso aos estacionamento principais e escadas para a praia; Fonte: Autoria Própria.

175 - A madeira que se vê ao cima das escadas é uma grelha natural que pertence ao canal de controlo das águas da chuva. Há várias espalhadas pelo parque e nos devidos locais.

176 - Os estacionamentos, como a maior parte dos espaços no projeto, estão preparados para receber pessoas com mobilidade condicionada.



Fig. 176 - Estacionamentos principais do parque; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 177 - Jardim do parque de merendas principal; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 178 - Jardim do parque de merendas principal visto da praia; Fonte: Autoria Própria.

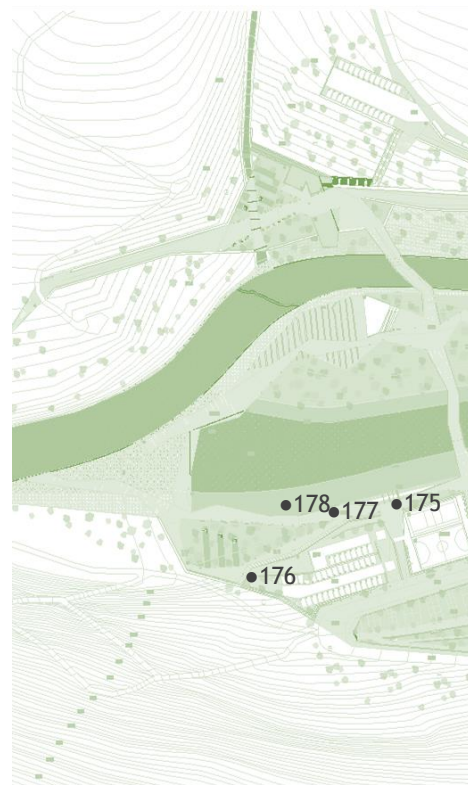




Fig. 179 - Parque de merendas principal visto das plataformas das zonas de pesca; Fonte: Autoria Própria.

181 - É nesta zona que as áreas de mergulho deverão ser sinalizadas. Ou através de uma linha vermelha - a marcar lugares de não mergulho -, ou através de uma linha verde - a indicar lugares de mergulho.

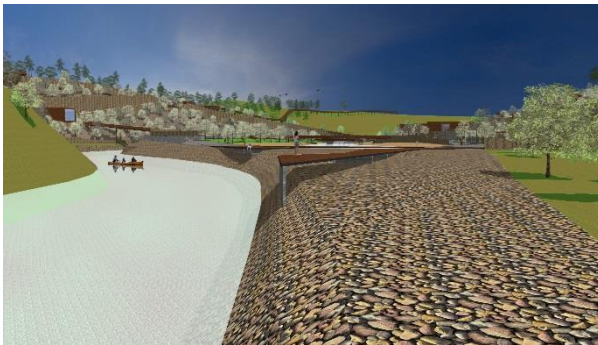


Fig. 180 - Plataforma das zonas de pesca desportiva; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 181 - Ponte Oeste da praia; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 182 - Vista das plataformas das zonas de pesca desportiva; Fonte: Autoria Própria.

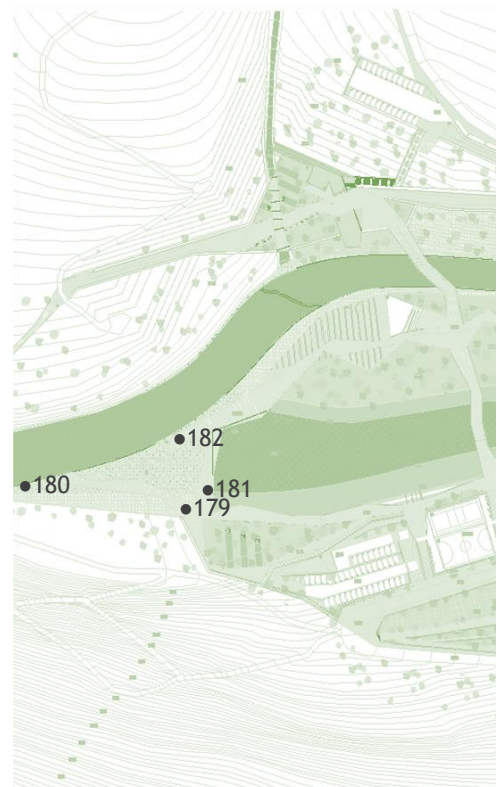




Fig. 183 - Bancos para espetadores junto ao palco; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 184 - Anfiteatro visto da ponte principal; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 185 - Esplanada da ilha; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 186 - Ponte principal para o lado norte da praia; Fonte: Autoria Própria.

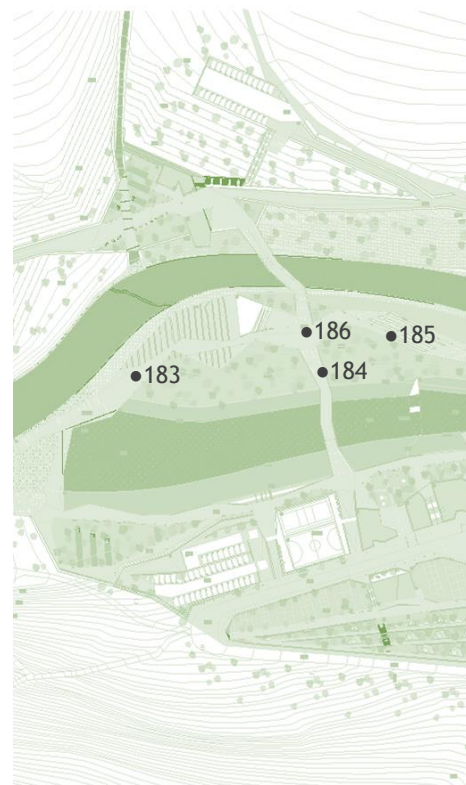




Fig. 187 - Pavilhão multiusos; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 188 - Via dos passadiços; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 189 - Balneários e zona de merendas do lado norte; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 190 - Zona de merendas do lado norte; Fonte: Autoria Própria.

187 - Tal como já foi mencionado, o envidraçado do polivalente abre sempre que necessário (exemplo, feiras ou eventos), fazendo com que se estabeleça uma maior ligação com o exterior.

188 - A diferença de pavimentos é importante na medida em que realça determinados espaços e percursos. Como aquele que liga os dois passadiços, o de Arouca e o de Castro Daire que se conectam ao parque.

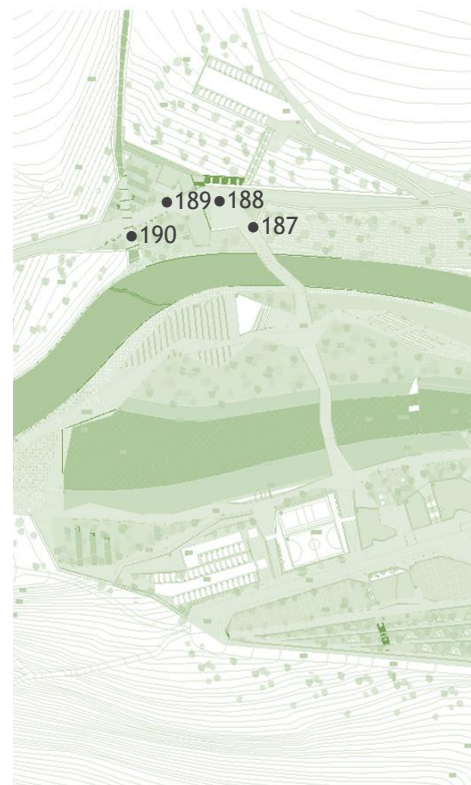




Fig. 191 - Rampa de acesso ao passadiço que liga a Arouca; Fonte: Autoria Própria.

191 - Na imagem é possível ver os troncos semienterrados que suportam os taludes.

193 - No lado direito da imagem encontra-se a zona de máquinas de exercício de rua.



Fig. 192 - Passadiço que liga a Arouca; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 193 - Via dos passadiços e escadas de acesso ao estacionamento do lado norte; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 194 - Rampa de acesso ao parque Norte; Fonte: Autoria Própria.

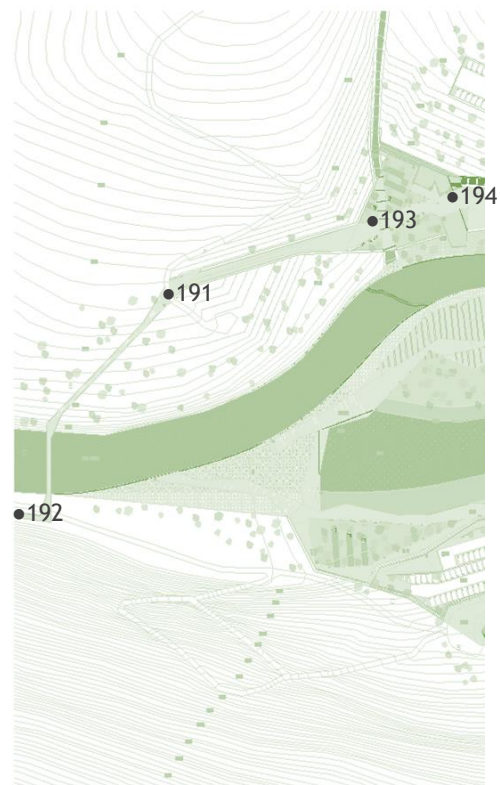




Fig. 195 - Rampa de acesso ao parque Norte e ao parque de estacionamento; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 196 - Parque de estacionamento e miradouro; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 197 - Parque de estacionamento de autocarros; Fonte: Autoria Própria.



Fig. 198 - Grab and go e parque de estacionamento para carros elétricos secundário; Fonte: Autoria Própria.

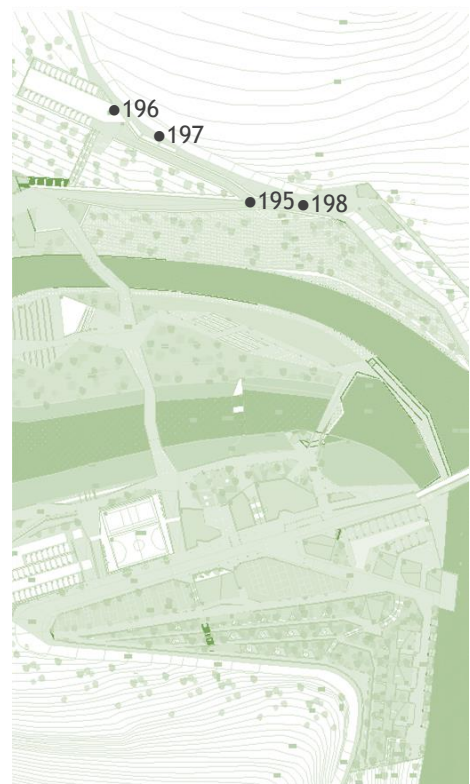




Fig. 199 - Passadiço que liga a Castro Daire; Fonte: Autoria Própria.





Capítulo 7 - Conclusão

O turismo é uma das atividades económicas a nível mundial, onde se registam as maiores taxas de crescimento, e onde se prevê que continue a ocorrer um grande potencial de expansão para as próximas décadas.

No caso de Portugal, o turismo continua a ser um setor estratégico para a economia nacional, representando atualmente quase 10 por cento do PIB e mais de 8 por cento do emprego. Assim sendo, Portugal deve continuar a apostar fortemente no turismo mas deve proceder a uma diversificação do que oferece, de modo a abranger outro tipo de mercados, o que de acordo com o PENT de 2011, passa por uma aposta em ofertas alternativas às tradicionalmente por si mais exploradas - sol e mar -, alargando o leque de produtos inovadores, que se complementem, de forma inovadora.

Em relação a ofertas alternativas, foi estudado e referido neste trabalho o exemplo do turismo de natureza, na conceção mais ampla, em complemento ao turismo de saúde tradicionalmente oferecido pela região do caso de estudo deste trabalho, já que Portugal conta com recursos base suficientes e adequados para desenvolver uma oferta potencialmente atrativa para uma grande parte da procura, que não pode aceder ao desfrute de experiências nos grandes míticos cenários naturais, mas que encontra no país atrativos patrimoniais materiais, imateriais, naturais, e “humanos”, capazes de propiciar uma experiência única e autêntica.

Aliás, o turismo em espaço rural em Portugal tem vindo a crescer, justificando-se assim um equipamento deste tipo: em 2008, segundo um estudo feito pelo Turismo de Portugal, o número de dormidas estimado correspondeu a 523,5 mil, valor que em 2013 e de acordo o Instituto Nacional das Estatística, terá sido de 745 mil dormidas, sobretudo em hotéis rurais (33,3%), casas de campo (22,2%) e agroturismo (15,8%), havendo um declínio na ocupação dos parques de campismo tradicionais, o que justifica as soluções inovadoras e o alojamento misto proposto.

É ainda de referir que em 2008, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos elaborou um estudo, onde a descoberta de uma região, contacto com a natureza, saúde e bem-estar, gastronomia, vinhos e praias foram os motivos principais para a escolha do TN/TER por parte dos inquiridos. É de suma importância referir que S. Pedro do Sul tem ao dispor todas estas valências reforçadas por outras de onde cabe destacar a cultura, mas que em muitos casos carecem ainda de condições (estruturas, infraestruturas), para a sua exploração e melhor aproveitamento, de que é exemplo o local de estudo deste trabalho.

No entanto para isso, é necessário proceder-se a uma melhoria das condições que possibilitem um aproveitamento mais ordenado e profundo dos espaços naturais, enquadrado num planeamento do turismo integrado que possibilite uma dinamização destes espaços, considerando as diferentes valências que os locais e a região possuem, combinando-os de forma

inovadora, com práticas ecologicamente corretas e sustentáveis que conduzam a uma experiência turística/cultural autêntica e única.

Com efeito, São Pedro do Sul encontra-se numa região com um diversificado e vasto património que remonta ao neolítico e passa pela ocupação romana, de onde têm origem vários dos aproveitamentos de águas com propriedades minero medicinais, em que o mais importante é precisamente o de São Pedro do Sul, e varre os demais períodos da história nacional manifesta nos vários edifícios religiosos e civis como o convento Franciscano, atual Câmara Municipal deste Concelho, ou o Palácio de Reriz e a Quinta da Comenda que acolhiam a Rainha D. Amélia e o Rei D. Carlos nas suas visitas às Termas para tratamentos.

A arquitetura vernacular em xisto caracteriza a região da freguesia de São Martinho das Moitas e Covas do Rio, onde o local de estudo está inserido, sendo este material utilizado para a construção das paredes e da cobertura dando origem às muito conhecidas aldeias de xisto. A forma de construir e técnicas utilizadas nestas construções acabam por reensinar o significado de se ser sustentável, sendo que se procurou introduzi-las na execução do parque de campismo.

Se, por um lado, todas as manifestações patrimoniais imateriais, festas, romarias, gastronomia, lendas bem como o vasto património natural, dão ao concelho a oportunidade de combinar diferentes produtos, por outro lado, dão ao turismo, desde que alvo de planeamento integrado do território, a possibilidade de oferecer uma experiência motivadora e inovadora, que motive a deslocação para os espaços naturais.

Por todas estas razões prioriza-se a criação de um projeto que trará à região, em particular ao concelho, benefícios importantes, pois procura implementar uma estratégia de desenvolvimento de turismo natural, em que se tem presente a necessidade de melhorar o património paisagístico e arquitetónico do concelho, ao mesmo tempo, que se visa incentivar a ocorrência de atividades de âmbito regional e (inter)municipal que promovam o desenvolvimento turístico centrado no desfrute, na aprendizagem, no respeito e apressa da cultura, da arquitetura tradicional e da natureza na sua forma mais pura.

Assim, após o estudo do sector, da região e de São Pedro do Sul, bem como a deslocação - ao local de intervenção - e estudo das soluções aplicadas em outros locais, apresentou-se, neste trabalho, uma proposta para o desenvolvimento do turismo de natureza, na Serra da Ameixiosa, incluída num planeamento integrado do turismo para o concelho e região.

De forma sintetizada, a proposta dividiu-se em duas partes:

- Da primeira fez parte a realização de um complexo, a que se chamou de “parque”, em duas fases de construção: a primeira fase referente à construção de uma praia fluvial, onde se procede à conservação e reabilitação do moinho de água aí existente; e a segunda fase referente à construção de um parque de campismo.

- Já na segunda parte do trabalho planeou-se a construção de infraestruturas de apoio ao parque, nomeadamente estratégias de atração turística não só para o local de estudo mas para toda a zona envolvente.

Ambas se complementam, sobretudo a segunda complementa a primeira, tendo sido necessário um conhecimento profundo das características do local, nomeadamente das modificações que nele ocorrem fruto das variações de caudal do rio, para se ter chegado a esta proposta de intervenção.

Mais, após todo o estudo da região, do concelho e do local, e depois da criação da praia fluvial e do parque de campismo, procurou-se desenvolver uma rede ou base para todo o turismo da região, isto é, criaram-se os mini postos de visitantes em várias das aldeias da região. Nestes, é possível ter várias valências, entre as quais o fornecimento de informação sobre os vários pontos turísticos das aldeias e dos seus arredores, bem como o aluguer de meios de transporte alternativos e ecológicos de modo a circular pela região e aceder ao local do projeto, de uma forma diferente, saudável e amiga do ambiente.

Estes pontos podem até funcionar, por conveniência, como uma espécie de entrada, marcação, divulgação, compra e reserva de alojamentos e produtos, garantindo qualidade, podendo ser criado um selo, marca de certificação de qualidade de tudo o que é vendido, de todos os serviços fornecidos. A importância de cuidadosamente relacionar e interligar o que existe em termos de turismo natural/rural, atividades, património, com o projeto do parque será um fator fundamental para que esta ideia possa funcionar e ter os resultados pretendidos, sobretudo para fomentar a iniciativa privada e a criação de atividades geradoras de rendimento por parte da população oriunda de grupos mais vulneráveis e que pode aqui encontrar uma janela de oportunidade (reavivar de lendas, tradições, artesanato, o ensino destas por parte dos mais velhos ou atividades desportivas por parte dos mais jovens são hipóteses a aprofundar).

Os mini postos de visitante, ou melhor, de informação, pretende-se que divulguem o património local ao ser proposto que ocupem edifícios existentes, recuperando-os, podendo assim servir como incentivo, como exemplo para que os particulares façam o mesmo com o seu património.

Outro ponto importante para o turismo da região será o passadiço natural que correrá sempre junto ao Rio Paiva, desde Castro Daire, passando pelo local do projeto e seguindo até Arouca, que, para além fortalecer a ligação esquecida entre homem e natureza, ligará o projeto às aldeias ao redor do rio, e às rotas turísticas espalhadas pela região, proporcionando ainda a possibilidade de ser aproveitado de forma continuada pela população local, dada a proximidade, quer para fazer exercício físico, quer para contemplar o meio natural, ou por questões de lazer e bem-estar. Integrar o passadiço na proposta apresenta-se como uma mais-valia, pois, tratando-se de uma plataforma a dois metros e meio de altura do solo, evita, propositadamente, uma interação direta com a natureza, protegendo os ecossistemas frágeis

da região. Para precaver acidentes, nomeadamente incêndios florestais, foram construídos vários postos de vigia ao longo do seu percurso.

Tendo em consideração as dificuldades de financiamento que o país e as autarquias atravessam, a proposta foi desenvolvida de modo a que a intervenção se possa concretizar de forma faseada: a praia construir-se-á em primeiro lugar visto que é o principal foco de interesse da Câmara da S. Pedro do Sul, e posteriormente o parque de campismo com características inovadoras, e que se prevê por forma de enquadrar a recomendação do PENT no que se refere à necessidade de ligar alojamento a uma praia fluvial, de modo a que esta possa ser considerada “atividade turística”.

O projeto que engloba uma zona bastante significativa de praia, e zonas complementares de alojamento, está, independentemente da faixa etária, preparado para receber todo o tipo de pessoas, com ou sem dificuldades motoras, quer ao nível de infraestruturas, como balneários, rampas de acesso, formas de alojamento acessíveis, e outras, quer ao nível de atividades, como as balneares, pesca desportiva, entre outras. Para o parque de campismo procuraram-se variadas, interessantes e divertidas formas de alojamento, tais como; tendas flutuantes, cada vez mais utilizadas; plataformas *glamping*, uma forma cómoda de acampar com *glamour*; e ainda as plataformas *glamping near the water*, que permitem ao visitante, que dorme junto à água, uma experiência única.

A praia fluvial neste local pode oferecer à população um sítio de lazer e de relaxamento e, ao mesmo tempo, convidar turistas, promover o lugar e a economia local, através da oferta de um grande leque de atividades no meio rural. Sendo o maior ponto de atração do local, é por esse motivo que dispõe de um dos principais edifícios deste projeto, o centro de visitantes. Este encontra-se na entrada principal do parque e, além de receber os turistas, informando-os acerca de todas as zonas e atividades, de dentro ou fora do parque, permite alugar equipamentos ecológicos, nomeadamente bicicletas, barcos ou veículos elétricos. Entre os demais edifícios, cabe destacar na entrada norte da praia, um que pela sua flexibilidade e capacidade de adaptação se distingue, o polivalente, preparado para desenvolver eventos: culturais, como feiras e exposições; desportivos, como sejam provas e encontros desportivos ou servir de instalação de apoio a corridas e caminhadas de orientação, de BTT, de *rafting*, pesca e outros desportos; de formação e ensino de atividades e saberes tradicionais, entre outras possibilidades. Por ter a particularidade de ser adaptável pode ser utilizado o ano inteiro, fator que permitirá aumentar a sustentabilidade do projeto/local.

A sintonia entre os dois espaços, praia fluvial e parque de campismo, ajuda a promover o local, a fortalecer e incrementar a atratividade turística da área. Entre as vantagens de carácter económico, social, cultural, político e até ambiental, cabe salientar que uma das mais importantes, no centro do país, é a possibilidade de criação de emprego que o complexo potencia nomeadamente com o centro de visitantes, mini postos de informação, torres de vigia,

restauração, aluguer e manutenção de veículos e, até, em empresas de particulares que poderão abrir.

Em suma, o Rio Paiva é o aspeto fulcral do projeto na medida em que o sustenta. Um rio por si gera atração turística, e sem ele o desenvolvimento do trabalho não faria sentido. A sua existência no local beneficia-o, cria sustentabilidade e por consequência melhora fatores sociais e económicos, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações locais. Uma vez que o projeto visa uma relação direta com a natureza é necessário ter em consideração aspetos relacionados com a eficiência do processo de gestão e a capacidade de carga com o meio natural, promovendo simultaneamente competitividade e riqueza.

Tendo em conta o estudo realizado, conclui-se que um investimento feito pela Camara de S. Pedro do Sul será uma mais-valia para a Ameixiosa, mas também para o concelho e região.



Referência Bibliográfica

ABRANTES, J. (2010). *“A importância do transporte aéreo no turismo: O caso dos voos charters para o Brasil”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

BEATO, C. (2008). *“Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos”*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor, Universidade de Aveiro.

BRANCO, N. (2009). *“Recuperação do Património Molinológico”*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor, Universidade da Beira Interior.

CUNHA, L. (2010). *“A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário”*. CPES - Atas de Conferências Nacionais.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (1983). *“Decreto-Lei nº 235/83”*. Consultado a 10 de Julho de 2015, em https://www.oet.pt/downloads/Decl/DL/DL235_83.PDF.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2002). *“Decreto-Lei nº 54”*. Consultado a 15 de Julho de 2015, em <http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/turismo542002.pdf>.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2008). *“1,ª Série - Nº. 164”*. Consultado a 8 de Agosto de 2015, em http://www.amn.pt/Lists/Legislacao/Portaria_1045_2008,%2016SET_Cart%C3%B5es%20Nadador-salvador.pdf.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2012). *“2,ª Série - Nº. 217”*. Consultado a 8 de Agosto de 2015, em http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=584&Itemid=215&lang=pt.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2012). *“1,ª Série - Nº. 237”*. Consultado a dia 16 de Agosto de 2015, em http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=584&Itemid=215&lang=pt.

DIAS, M. (Z⁷). *Capítulo 6. “Formas Arquitectónicas Populares e Urbanas (Vernáculas?) em Portugal”*. Consultado a 30 de Julho de 2015 em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/1_PI_Cap6.pdf.

FERNANDES, J., MATEUS, R., BRAGANÇA, L. (2012). *“Princípios de Sustentabilidade na Arquitectura Vernacular em Portugal”*. Departamento de Engenharia Civil. Universidade do Minho. Consultado a 02 de Julho de 2015, em

⁷ Ano não encontrado.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22290/1/CC2012_Fernandes_Mateus_Braganca.pdf.

GIL, B. (2015). “*O Turismo em Áreas Protegidas*”. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Universidade da Beira Interior.

GOLDSTEIN, S. (2011). “*Caracterização ambiental de praias fluviais de Portugal Continental*”. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre. Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS (IESE) (2008). “*Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*”. Consultado a 8 de Agosto de 2015, em http://www.center.pt/imprensactr/estudo_826.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (2014). “*Estatísticas do Turismo 2013*”. Consultado a 2 de Junho de 2015, em [file:///C:/Users/Acer/Downloads/24EstTurismo2013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/24EstTurismo2013%20(1).pdf).

LOBO, V. e ANTUNES, A. (1960). “*Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*”. Arquitectos da Junta de Colonização Interna. Coimbra.

MOREIRA, J. (2010). “*Geoturismo: Uma abordagem histórico-conceitual*”. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Consultado a 12 de Julho de 2015, em http://www.academia.edu/450787/GEOTURISMO_UMA_ABORDAGEM_HIST%3%93RICO-CONCEITUAL1.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL (Z⁸). “*A Cumplicidade entre a História e a Natureza*”. Consultado a 26 de Junho de 2015, em http://interactivepaper.pai.pt/rdr/501/municipio_de_sao_pedro_do_sul-sao_pedro_do_sul/magazine?page=6#/spreadview/0/.

OLIVEIRA, A. (2001). “*Património histórico-cultural da região de Lafões*”. Publicado em *Milllllennium*, nº 22. Consultado em 26 de Junho de 2015, em http://www.ipv.pt/millennium/Millennium22/22_4.htm.

PENT (2007). “*Plano Estratégico Nacional do Turismo - Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*”. Turismo de Portugal, IP, Lisboa. Consultado a 7 de Junho de 2015, em <http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/DOCUMENTS/PENT%202007.pdf>.

PENT (2011). “*Plano Estratégico Nacional do Turismo - Horizonte 2013-2015*”. Turismo de Portugal, IP, Lisboa. Consultado a 7 de Junho de 2015, em

⁸ Ano não encontrado.

<http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/DOCUMENTS/PENT%20Revisao%202011.pdf>.

RODRIGUES, J. (2009). “*Geoturismo e Desenvolvimento Local*”. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Consultado a 12 de Julho de 2015, em <http://www.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/files/Trabalho%2052.pdf>.

SAER (2005). “*Reinventando o Turismo em Portugal. Estratégia de Desenvolvimento Turístico Português no 1º Quartel do Século XXI, Volume II - As Condições Estruturais da Oferta do Turismo*”. Consultado a 28 de Maio de 2015, em http://www.saer.pt/up/UPLOAD-bin2_imagem_0483156001369825858-865.pdf.

SANTOS, J. (Z⁹). “*São Pedro do Sul, Roteiros Turísticos*”. Câmara de S. Pedro do Sul.

TERMAS DE S. PEDRO DO SUL (2015). “*Revista S. Pedro do Sul*”, Município de São Pedro do Sul.

TURISMO NO ESPAÇO RURAL (2007). “*A Oferta e a Procura*”. Consultado a 15 de Julho de 2015, em http://www.center.pt/imprensactr/estudo_453.pdf.

TURISMO DE PORTUGAL, IP (2015) - “*Os Resultados do Turismo - ano de 2014*”, Lisboa.

TURISMO DE PORTUGAL (2013). “*Parques de Campismo*”. Consultado a 19 de Julho de 2015, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/parquesdecampismo/Documents/Parques%20de%20Campismo%20%202013-RELATORIO%20FINAL-15-01-2015.pdf>.

UNWTO (2014). “*Tourism Highlights 2014 Edition*”. Consultado a 2 de Junho de 2015, em <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416226>, consultado a 2 de Junho de 2015.

⁹ Ano não encontrado.



Páginas WEB

WEB 1 - *Instituto Nacional de Estatística Website* - URL: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS, consultado em 20 de Junho de 2015.

WEB 2 - *Câmara Municipal de São Pedro do Sul Website* - URL: <http://www.cm-spsul.pt/conteudo.asp?idcat=52>, consultado em 20 de Junho de 2015.

WEB 3 - *Junta de Freguesia Ribafeita Website* - URL: <http://www.jf-ribafeita.pt/afreguesia/historia.html>, consultado em 20 de Junho de 2015.

WEB 4 - *Ribeiro, C.; Distrito e Concelhos Website* - URL: http://www.carlosleiteribeiro.caestamosnos.org/Distritos_Portugueses/Viseu.html, consultado em 23 de Junho de 2015.

WEB 5 - *Site do Grupo João Ramalho de Lafões Website* - URL: <http://m.grupojoaoramalhodelafoes.webnode.com.br/news/mapa%20da%20regi%C3%A3o%20e%20laf%C3%B5es/>, consultado em 25 de Junho de 2015.

WEB 6 - *Gazeta da Beira Website* - URL: <http://gazetadabeira.pt/ester-vargas-questiona-governo-sobre-a-requalificacao-mas-barreto-xavier-nao-da-garantias/>, consultado em 23 de Junho de 2015.

WEB 7 - *Marketitur Website* - URL: <http://www.marketitur.pt/termas-de-s-pedro-do-sul/>, consultado em 26 de Junho de 2015.

WEB 8 - *Magazine Município de São Pedro do Sul, A Cumplicidade entre a História e a Natureza Website* - URL: http://interactivepaper.pai.pt/rdr/501/municipio_de_sao_pedro_do_sul-sao_pedro_do_sul/magazine?page=6#/spreadview/0/, consultado em 26 de Junho de 2015.

WEB 9 - *Portal ESGT.IPT Website* - URL: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-OWtCmnSL0cJ:www.esgt.ipt.pt/download/disciplina/2812__CONCEITOS%2520DE%2520TURISM O.doc+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt, consultado a 28 de Maio de 2015.

WEB 10 - *Blogspot Turismologa Website* - URL: <http://turismologa.blogspot.pt/2013/06/conceitos-basicos-do-turismo-visitantes.html/>, consultado em 28 de Maio de 2015.

WEB 11 - *Slideplayer Website* - URL: <http://slideplayer.com.br/slide/88598/>, consultado em 20 de Julho de 2015.

WEB 12 - *UNWTO Tourism Highlights 2014 Edition Website* - URL: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416226>, consultado a 2 de Junho de 2015.

WEB 13 - *Estatísticas do Turismo 2013 Edição 2014 Website* - URL: -
[file:///C:/Users/Acer/Downloads/24EstTurismo2013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/24EstTurismo2013%20(1).pdf), consultado a 2 de Junho de 2015.

WEB 14 - *Turismo de Portugal, I. P. Website* - URL:
<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadrosestatisticos/chegadas/Pages/Chegadas.aspx>, consultado a 2 de Junho de 2015.

WEB 15 - *Turismo de Portugal, I. P. Website* - URL:
<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/osresultadosdoturismo/Anexos/Os%20resultados%20do%20Turismo%20-%202014.pdf>, consultado a 4 de Junho de 2015.

WEB 16 - *PENT - Propostas para Revisão no Horizonte 2015 - Versão 2.0* - URL:
<http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documnts/PENT%20Revisao%202011.pdf>, consultado a 7 de Junho de 2015.

WEB 17 - *PENT - Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal* - URL:
<http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documnts/PENT%202007.pdf>, consultado a 7 de Junho de 2015.

WEB 18 - *Blogspot Turismo de Portugal Website* - URL:
<http://turismodeportugal.blogspot.pt/2007/07/conceito-de-turismo-de-natureza.html>, consultado a 8 de Julho de 2015.

WEB 19 - *Estância de Ski Serra da Estrela Website* - URL: <http://www.skiserradaestrela.com/>, consultado a 9 de Julho de 2015.

WEB 20 - *Turismo de Aventura Vale do Rossim Website* - URL:
https://www.google.pt/search?q=turismo+de+aventura+vale+do+rossim&espv=2&biw=1366&bih=623&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ei=50-eVe7TD4WNyW06rbeoCw&ved=0CAYQ_AUoAQ#imgsrc=NC1CkeY9YfTwdM%3A, consultado a 9 de Julho de 2015.

WEB 21 - *SALVELINUS Website* - URL: <http://www.salvelinus.com/image-gallery/3-school-gallery?first=452>, consultado a 9 de Julho de 2015.

WEB 22 - *Wikipédia Website* - URL: - <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ecoturismo>, consultado a 10 de Julho de 2015.

WEB 23 - *Blogspot Felizes Super Animais Website* - URL:
http://felizessuperanimais.blogspot.pt/2012_05_01_archive.html consultado a 8 de Julho de 2015.

WEB 24 - *Magazine Vagueando na Notícia Website* - URL:
<http://vagueando.forumeiros.com/t31434-cogumelos-silvestres>, consultado a 8 de Julho de 2015.

WEB 25 - *Costa, M.; Blogspot Website* - URL:
<http://manuel-costa.blogspot.pt/2009/04/cabeca-do-velhoserra-da-estrela-1.html>,
consultado a 12 de Julho de 2015.

WEB 26 - *Portugal sem Fim Website* - URL:
[http://www.portugalsemfim.com/culturaelazer/index.php?option=com_restaurante&Itemid=](http://www.portugalsemfim.com/culturaelazer/index.php?option=com_restaurante&Itemid=&task=detail&id=149)
[&task=detail&id=149](http://www.portugalsemfim.com/culturaelazer/index.php?option=com_restaurante&Itemid=&task=detail&id=149), consultado a 12 de Julho de 2015.

WEB 27 - *Diário da República, Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março* - URL:
<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/turismo542002.pdf>, consultado a 15 de Julho de 2015.

WEB 28 - *Turismo no Espaço Rural, A Oferta e a Procura, 2007* - URL:
http://www.center.pt/imprensactr/estudo_453.pdf, consultado a 15 de Julho de 2015.

WEB 29 - *Casa de Carcavelos Website* URL: <http://www.casadecarcavelos.com>, consultado a 15 de Julho de 2015.

WEB 30 - *Turismo de Portugal, Parques de Campismo 2013* - URL:
[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/parquesdecampismo/Documents/Parques%20de%20Campismo%20%202013-RELATORIO%20FINAL-15-01-2015.pdf)
[1liseestat%C3%ADsticas/parquesdecampismo/Documents/Parques%20de%20Campismo%20%20](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/parquesdecampismo/Documents/Parques%20de%20Campismo%20%202013-RELATORIO%20FINAL-15-01-2015.pdf)
[2013-RELATORIO%20FINAL-15-01-2015.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/parquesdecampismo/Documents/Parques%20de%20Campismo%20%202013-RELATORIO%20FINAL-15-01-2015.pdf), consultado a 19 de Julho de 2015.

WEB 31 - *Lima Escape, Empreendimento Turístico Lda. Website* - URL: <http://lima-escape.pt/pt/home/imagens?id=24>, consultado a 19 de Julho de 2015.

WEB 32 - *Leading Camping of Europe Website* - URL:
[http://www.leadingcampings.com/en/campsites/italy/camping-village-baia-blu-la-](http://www.leadingcampings.com/en/campsites/italy/camping-village-baia-blu-la-tortuga.html)
[tortuga.html](http://www.leadingcampings.com/en/campsites/italy/camping-village-baia-blu-la-tortuga.html), consultado a 20 de Julho de 2015.

WEB 33 - *Blogspot Aventura Cabaneros Website* - URL:
<http://www.aventurascabaneros.com/movil/ecoturismo-agroturismo.html>, consultado a 8 de Julho de 2015.

WEB 34 - *Hotéis de Portugal, Quinta Santo António de Adorigo Website* - URL:
<http://www.hoteis.pt/12517/Agroturismo-Quinta-Santo-Antonio-de-Adorigo>, consultado a 9 de Julho de 2015.

WEB 35 - *Blogspot Miradouro de Vila Cova, Portal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova de Alva Website* - URL: <http://miradourodevilacova.blogs.sapo.pt/2009/08/>, consultado a 8 de Agosto de 2015.

WEB 36 - *Rede de Praias Fluviais, Mergulho à Descoberta Website* - URL: http://www.praiasfluviais.com/praias2.asp?id_canal=8/, consultado a 8 de Agosto de 2015.

WEB 37 - *Turismo.Pt Website* - URL: <http://www.turismo.pt/praias-fluvial-de-avo.html>, consultado a 8 de Agosto de 2015.

WEB 38 - *Diário da República, 1,ª Série - Nº. 164 - 26 de Agosto de 2008* - URL: http://www.amn.pt/Lists/Legislacao/Portaria_1045_2008,%2016SET_Cart%C3%B5es%20Nadador-salvador.pdf, consultado a 8 de Agosto de 2015.

WEB 39 - *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal* - URL: http://www.center.pt/imprensacr/estudo_826.pdf, consultado a 8 de Agosto de 2015.

WEB 40 - *Wikipédia Website* - URL: <https://pt.wiktionary.org/wiki/vernaculus>, consultado a 9 de Agosto de 2015.

WEB 41 - *Jornal de Oleiros Website* - URL: <http://www.jornaldeoleiros.com/2014/06/24/eventos/aldeias-historicas-de-portugal-promovem-workshop-em-monsanto.html/attachment/monsanto>, consultado a 30 de Junho de 2015.

WEB 42 - *Fórum da Casa Website* - URL: <http://forumdacasa.com/discussion/19634/2/arquitECTURA-portuguesa/>, consultado a 30 de Junho de 2015.

WEB 43 - *Blogspot Arquitectura D'ouro Website* - URL: http://arquitecturadouro.blogspot.pt/2012_04_01_archive.html, consultado a 30 de Junho de 2015.

WEB 44 - *Moinhos de Portugal Website* - URL: <http://moinhosdeportugal.no.sapo.pt/PrincipalTipificacao.htm>, consultado a 30 de Junho de 2015.

WEB 45 - *Blogspot Pedestrianismo e Percursos Pedestres Website* - URL: <http://pedestrianismo.blogspot.pt/2010/10/passeio-pedestre-pedras-moinhos-e.html>, consultado a 30 de Junho de 2015.

WEB 46 - *Blogspot Terrenho Website* - URL: <http://terrenho.blogspot.pt/2012/10/moinhos-de-agua-ou-azenhas-no-terrenho.html>, consultado a 30 de Junho de 2015.

WEB 47 - *Ábaton Website* - URL: <http://abaton.es/es/proyectos/271070731/finca-en-extremadura#>, consultado a 02 de Julho de 2015.

WEB 48 - *Princípios de Sustentabilidade na Arquitectura Vernacular em Portugal* - URL: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22290/1/CC2012_Fernandes_Mateus_Braganca.pdf, consultado a 02 de Julho de 2015.

WEB 49 - *Blogspot Website* - URL: <http://blogorbis.blogspot.pt/2007/11/varanda-envidraada.html>, consultado a 05 de Julho de 2015.

WEB 50 - *Google Maps Website* - URL: <https://www.google.pt/maps/@40.9278863,-8.0802127,496m/data=!3m1!1e3>, consultado a 10 de Julho de 2015.

WEB 51 - *Google Street View Website* - URL: <https://www.google.pt/maps/@40.9276009,-8.0802269,3a,75y,340.44h,84.88t/data=!3m6!1e1!3m4!1s5ToAsKcH6sayerG-t3Aaqlw!2e0!7i13312!8i6656>, consultado a 10 de Julho de 2015.

WEB 52 - *Diário da República, 1.ª Série - N.º. 125 - 31 de Maio de 1983* - URL: https://www.oet.pt/downloads/Decl/DL/DL235_83.PDF, consultado a 10 de Julho de 2015.

WEB 53 - *Jornal Público Website* - URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/sos-rio-paiva-preocupado-com-passadico-1691886>), consultado a 13 de Julho de 2015.

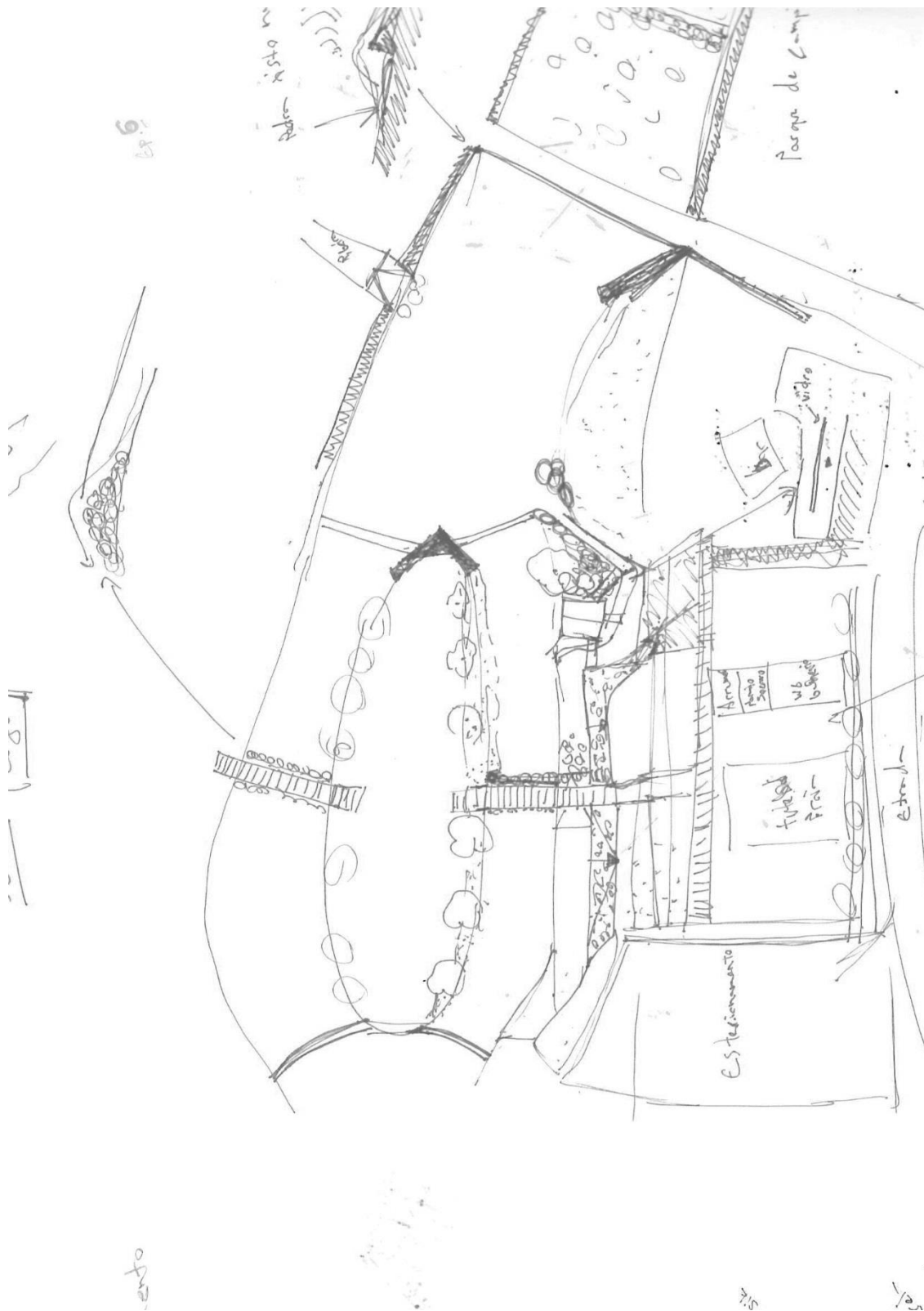
WEB 54 - *Campfires Website* - URL: <http://50campfires.com/31-stunning-glamping-pics/>, consultado a 16 de Julho de 2015.

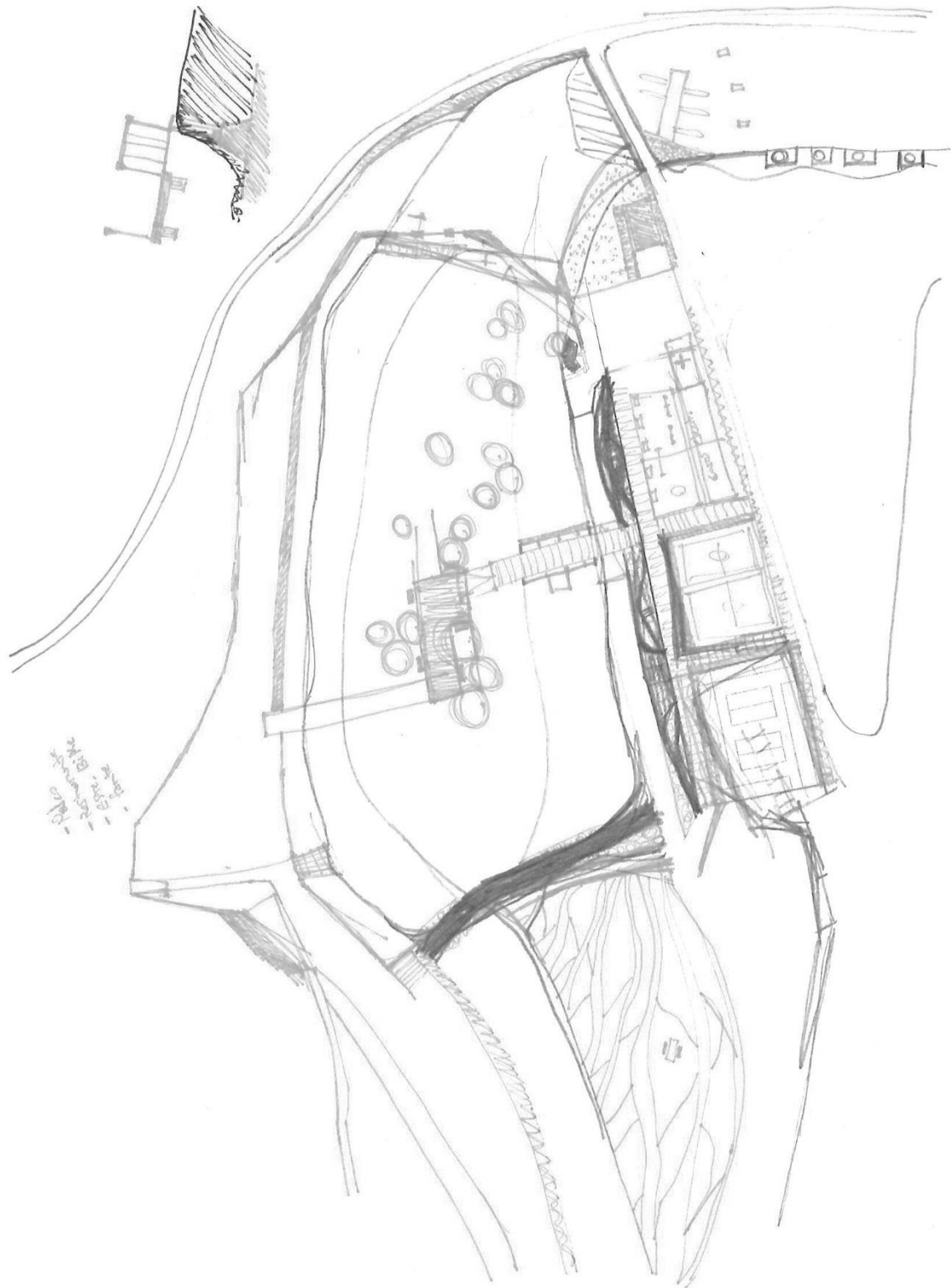
WEB 55 - *Dailymail Website* - URL: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2321875/An-tents-holiday-experience-Architect-designs-incredible-floating-tents-hover-feet-ground.html>, consultado a 20 de Julho de 2015.

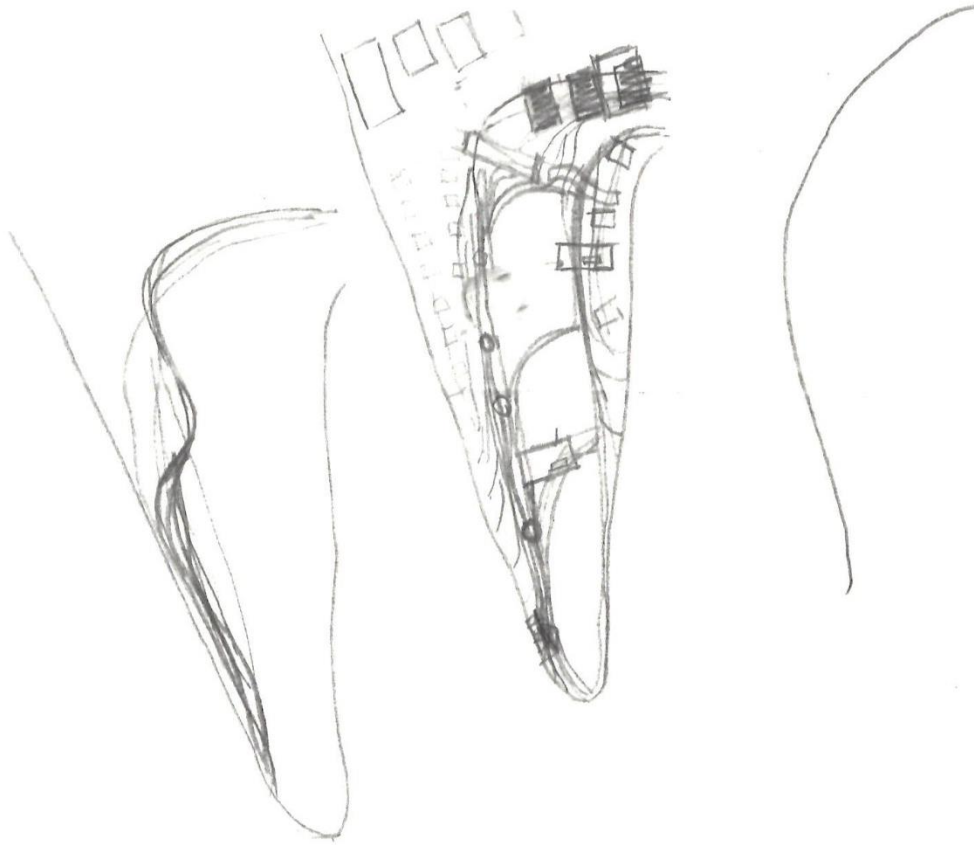
WEB 56 - *Snatural Website* - URL: <http://www.snatural.com.br/Agua-Filtracao-e-Desinfeccao.html>, consultado a 15 de Julho de 2015.

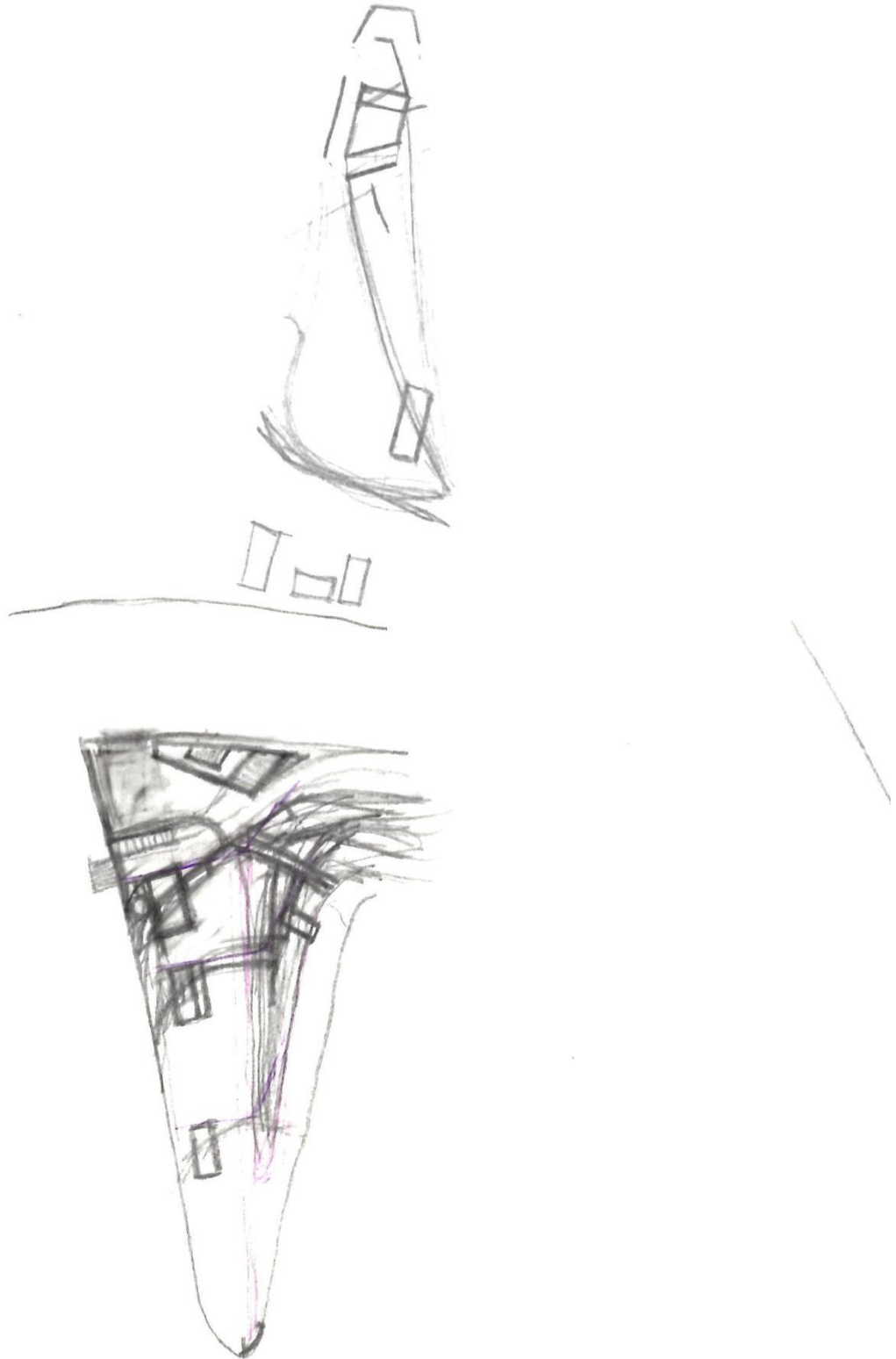
ANEXOS

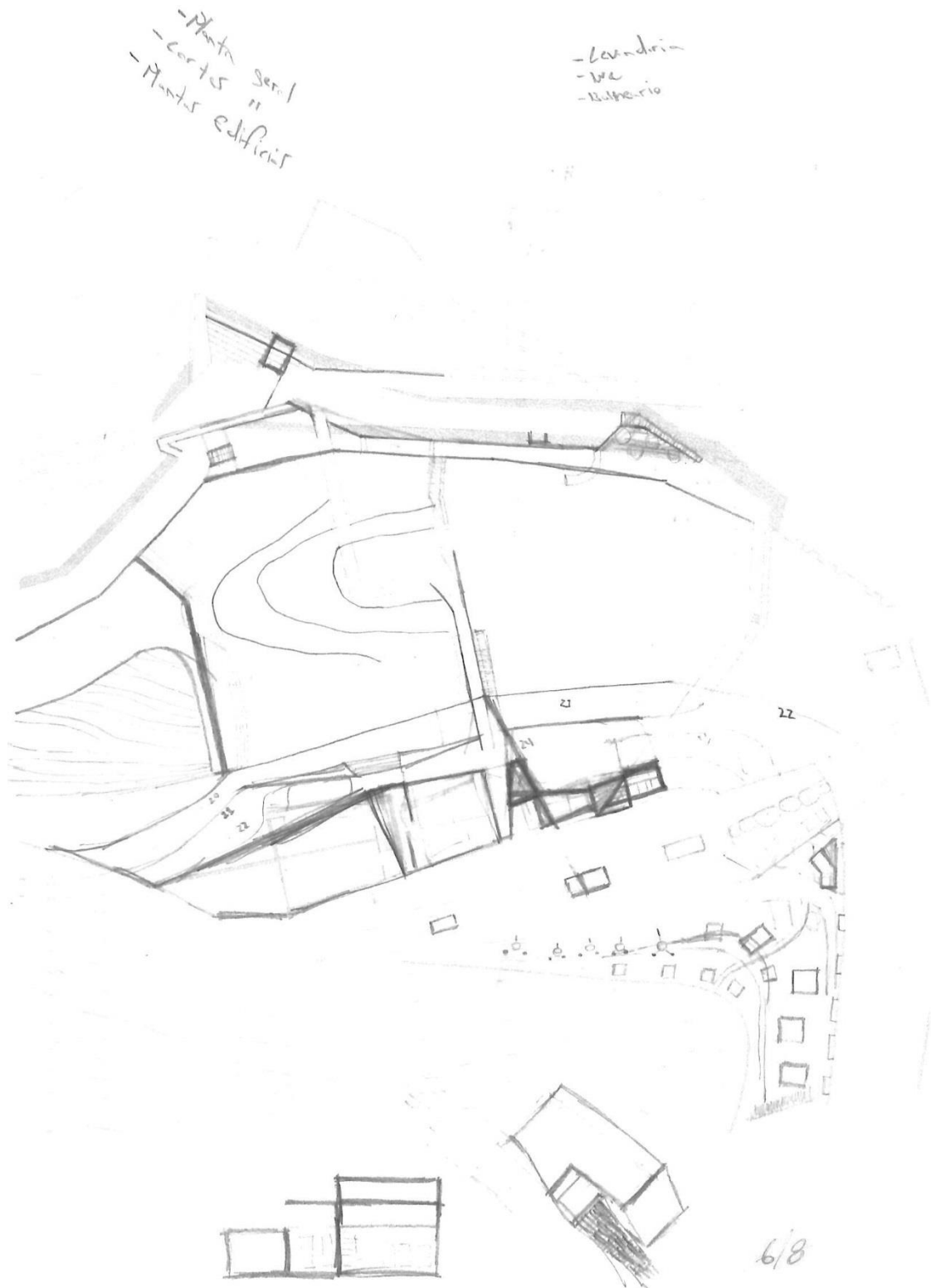
PROCESSO DE EVOLUÇÃO DO PROJETO

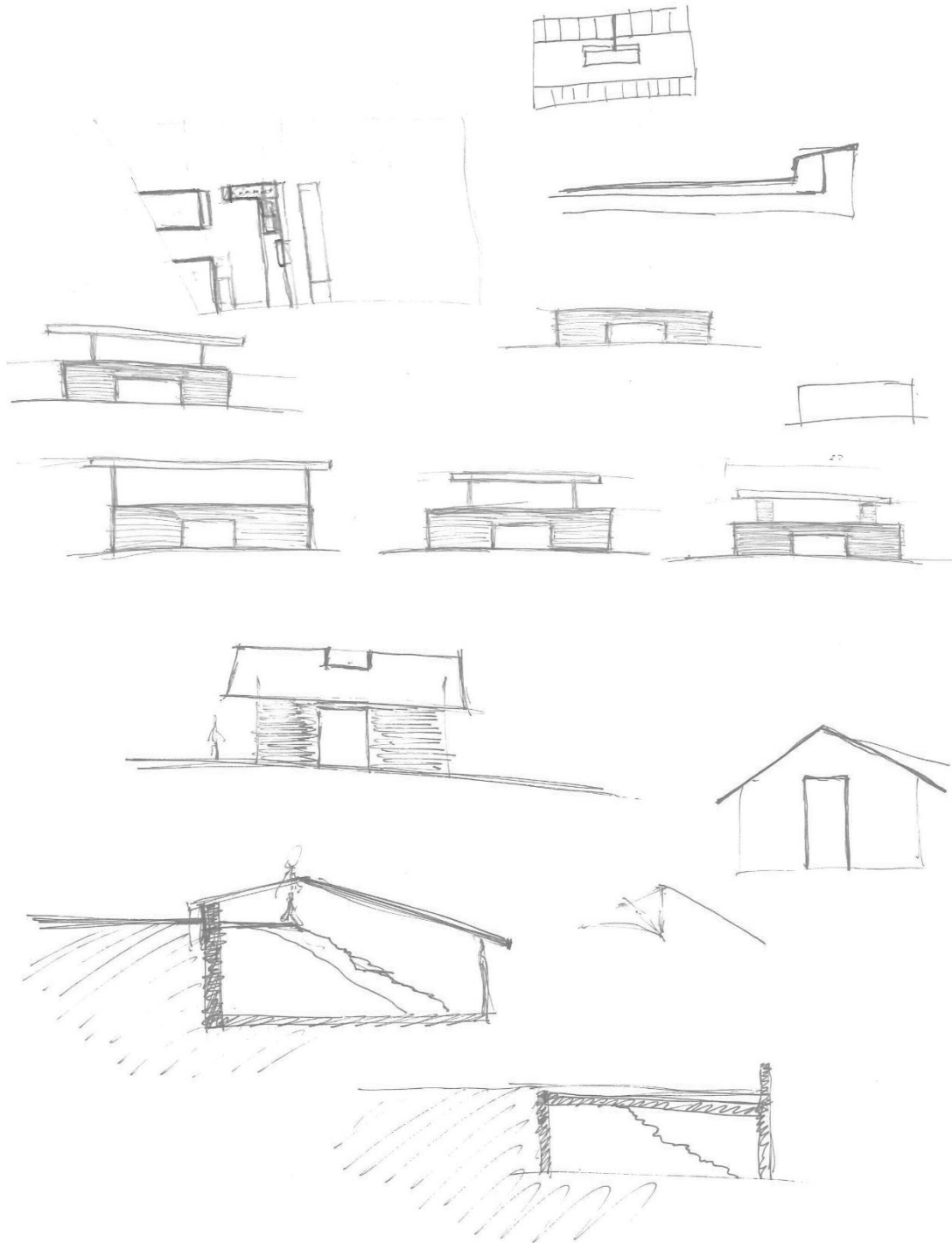


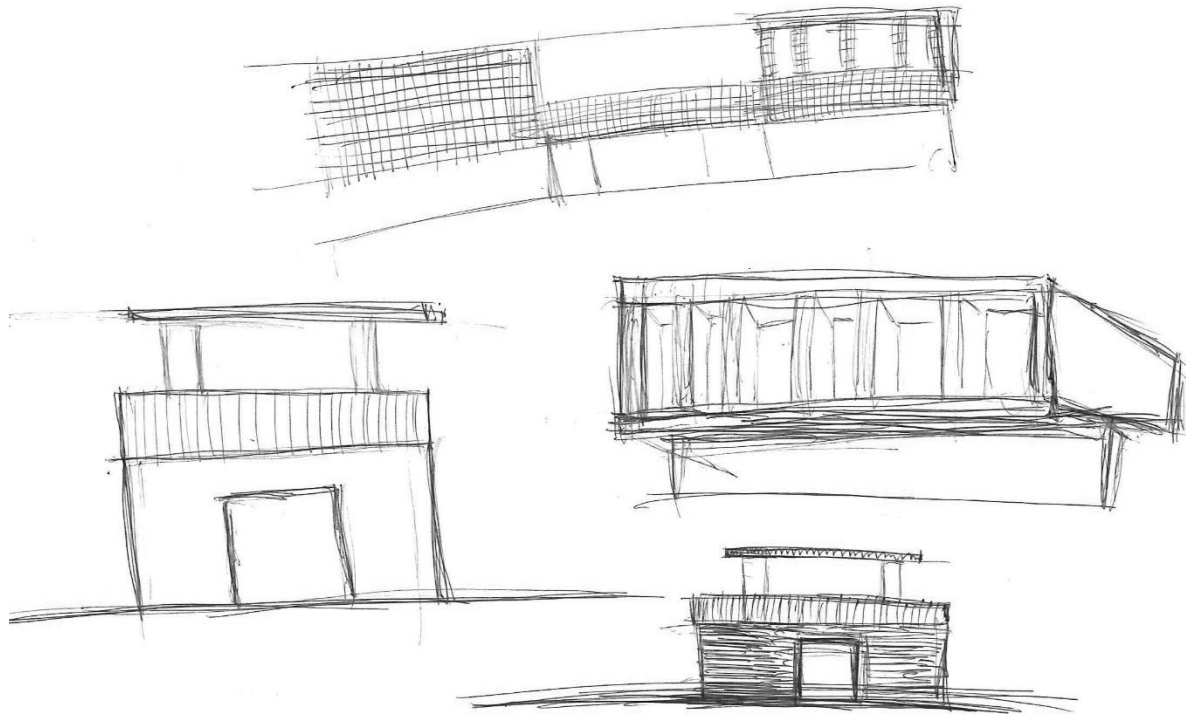


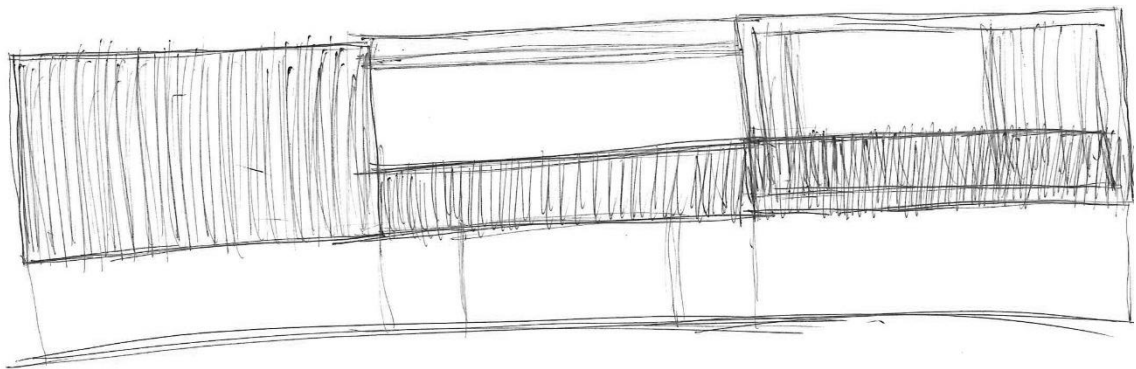
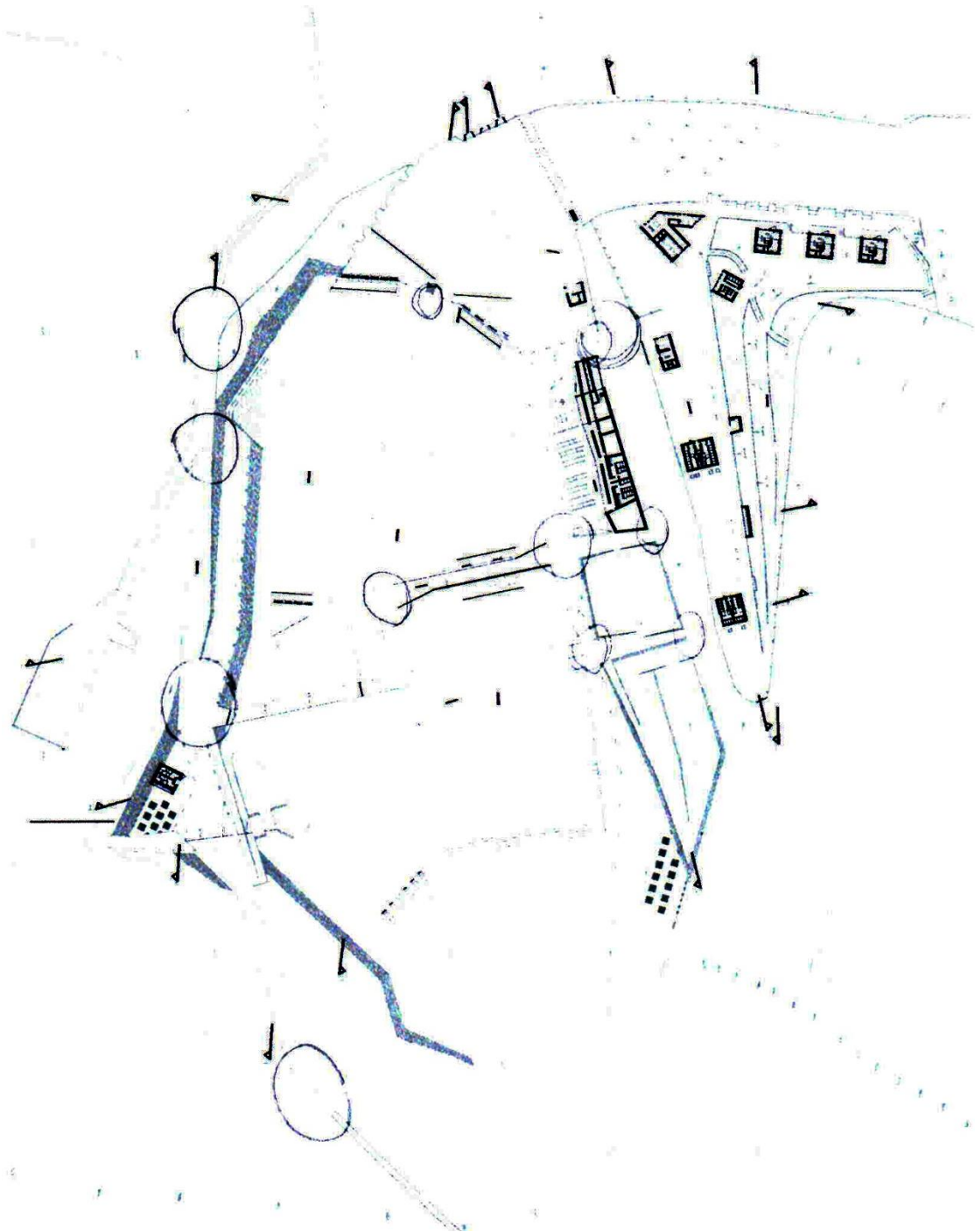


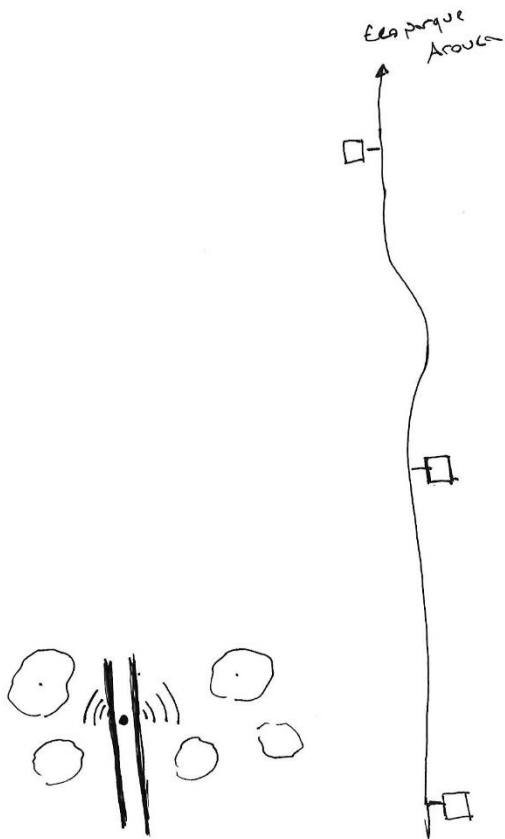
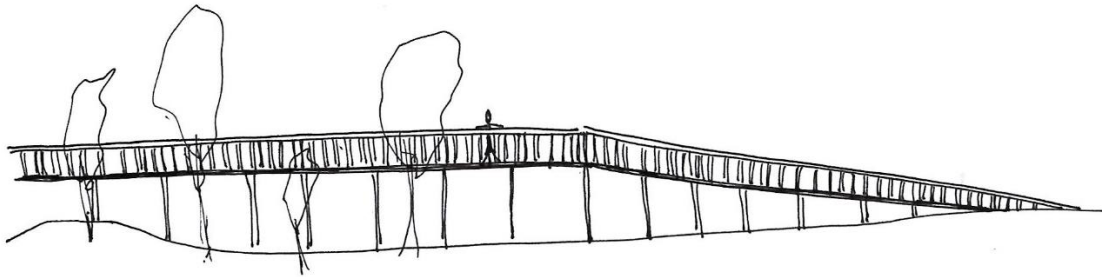




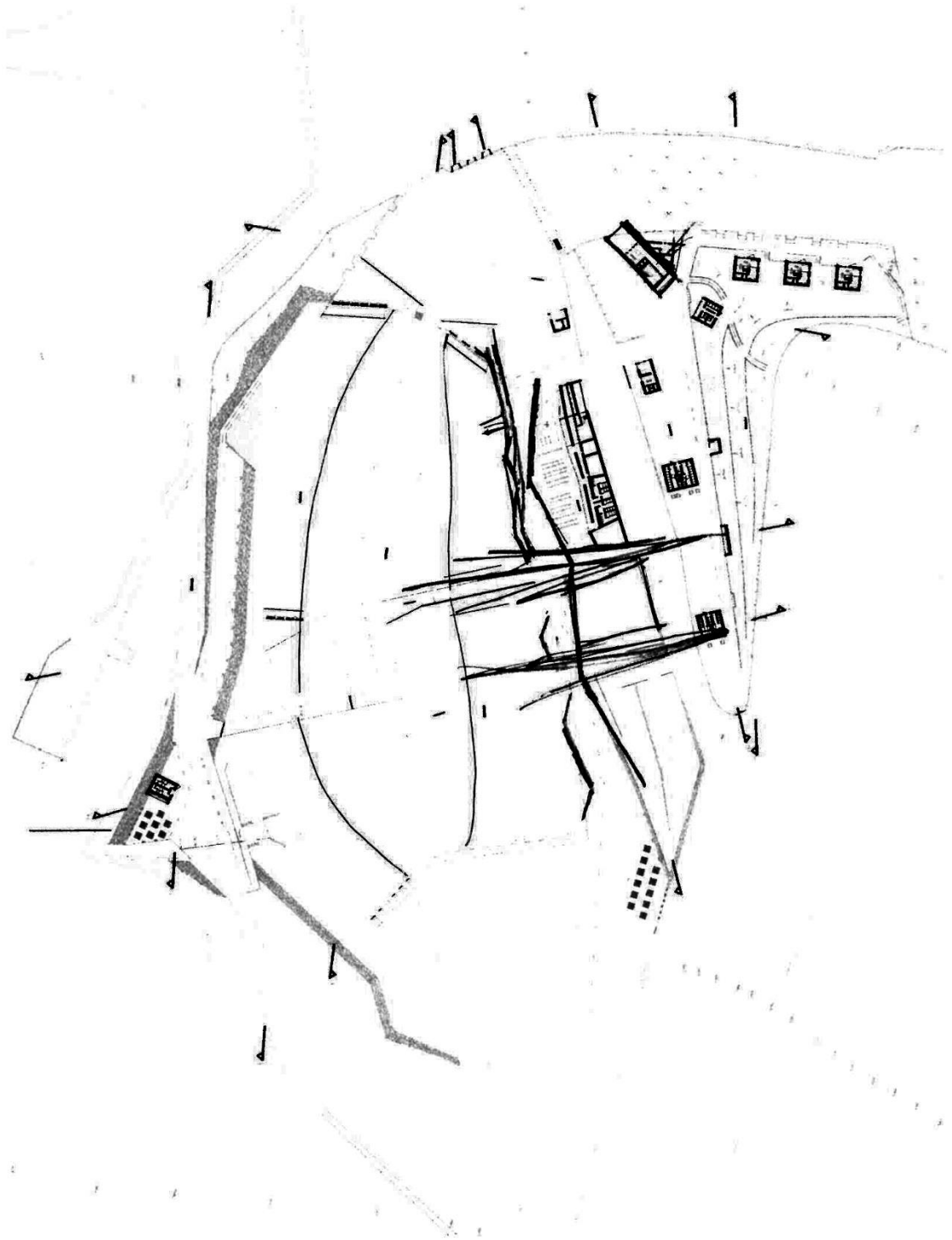


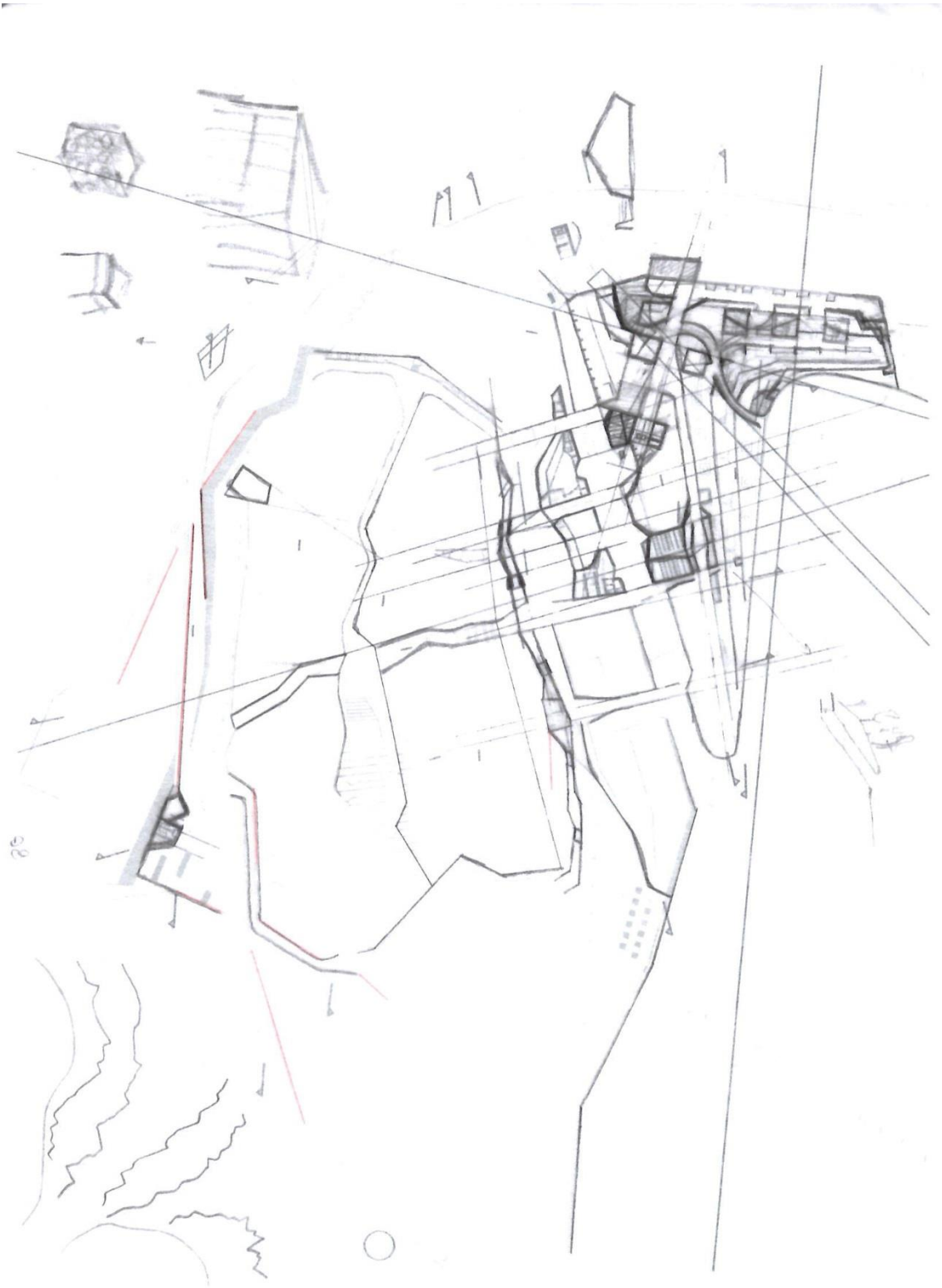




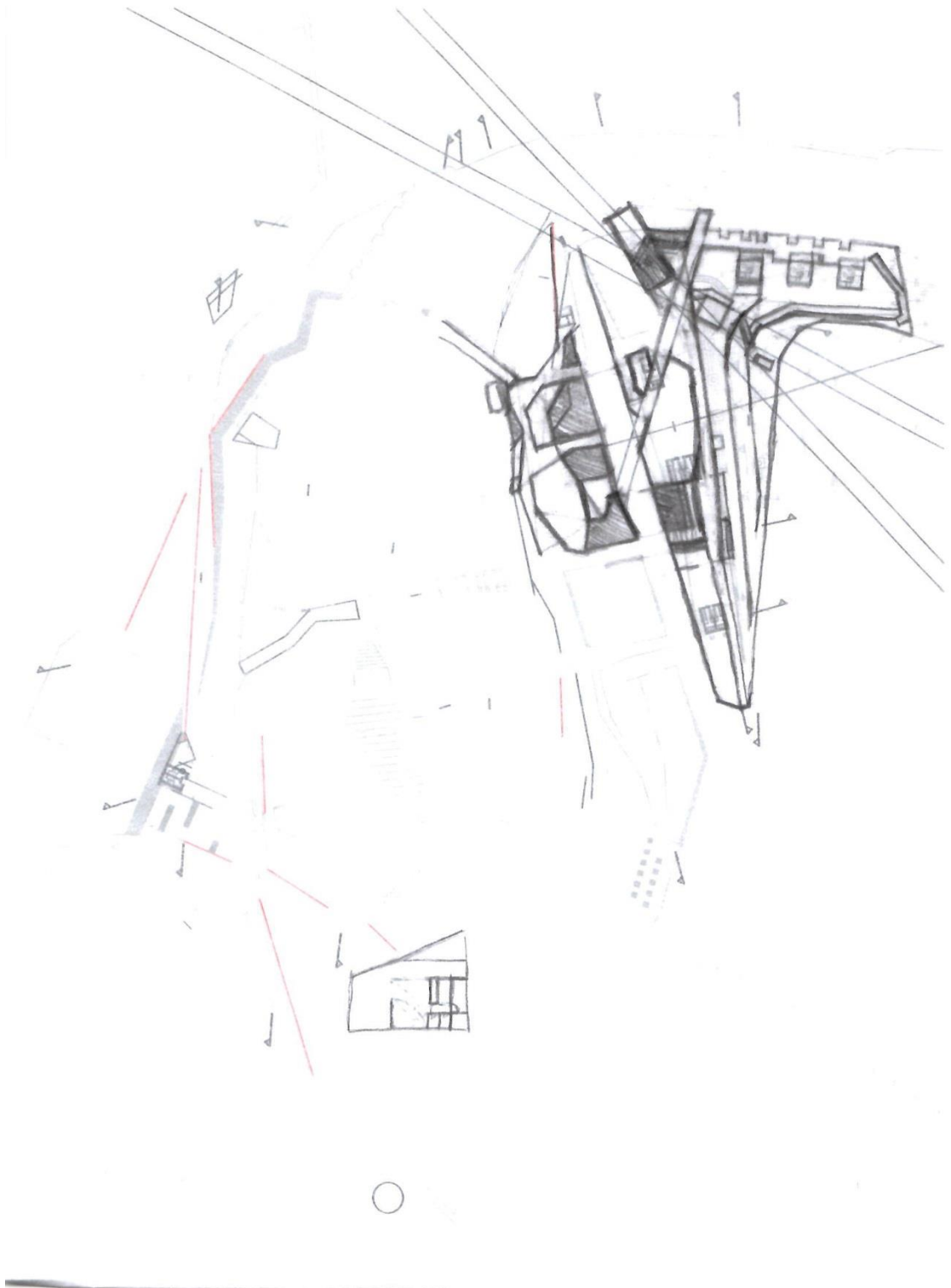


- Planta
- Povoação fluvial
- Turismo local outdoor









REFERÊNCIAS DE PRAIAS FLUVIAIS

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL VALHELHAS



Fonte: <http://terrafacil.blogspot.pt/2012/07/praias-fluvial-de-valhelhas.html>, consultado em 25 de Janeiro de 2015

PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE LORIGA



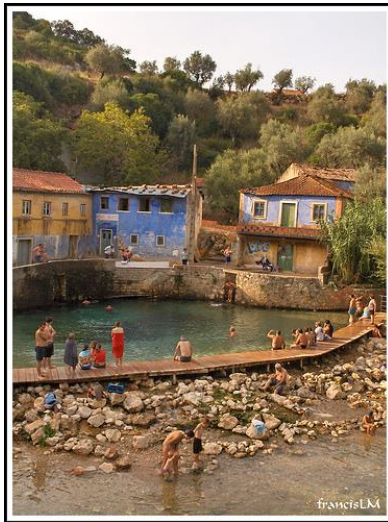
Fonte: <http://fotos.sapo.pt/to52/fotos/?uid=G0w4HZ8zzhnnNMYmu2uk#grande>, consultado em 25 de janeiro de 2015

Requalificação e recuperação da praia fluvial de Valada



Fonte: http://www.ktl.pt/pt/arquitectura/arquitectura/ktl_parque_fluvial_cartaxo.html?id=384,
consultado em 25 de Janeiro de 2015

Requalificação praia fluvial de Agroal



Fontes: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=586741>, e,
<http://auren.blogs.sapo.pt/2011/07/>, consultado em 25 de Janeiro de 2015

REFERÊNCIAS DE ARQUITETURA

Gallery - Four Programs Pavilion / Felipe Assadi + Francisca Pulido

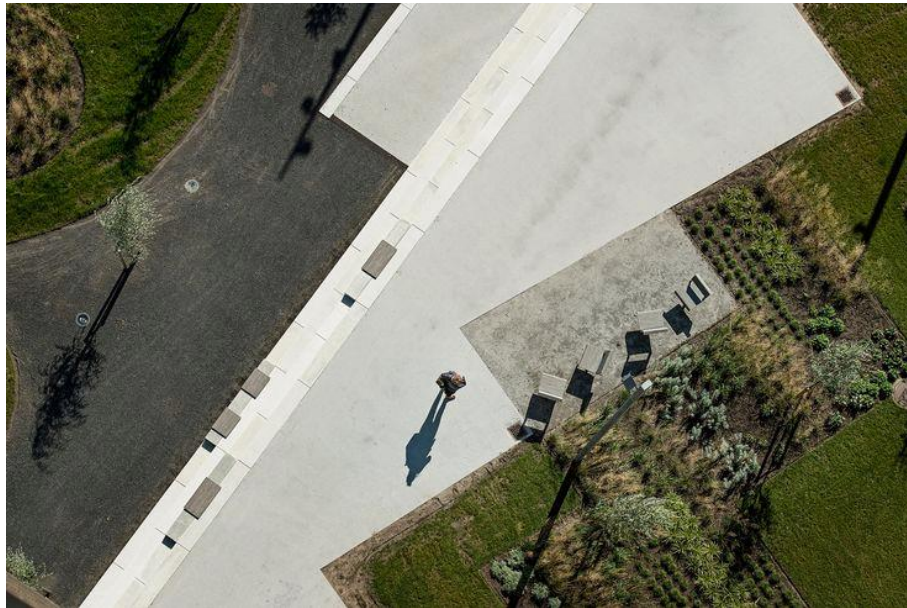


Fonte: <https://pt.pinterest.com/pin/397513104588897003/>, consultado em 25 de Janeiro de 2015
Aires Mateus - Museu Farol de Santa Marta



Fonte: <https://pt.pinterest.com/pin/242701867396022301/>, consultado em 25 de Janeiro de 2015

Gallery - Aalborg Waterfront Phase II / C.F. Møller



Fonte: <https://pt.pinterest.com/pin/176414510381156929/>, consultado em 25 de Janeiro de 2015

Castle Rock Beach House - Herbst Architects



Fonte: <https://pt.pinterest.com/pin/176414510380822952/>, consultado em 25 de Janeiro de 2015

Waterfront Park of Aiji River / BLVD International



Fonte: <http://www.archdaily.com/558663/waterfront-park-of-aiyi-river-blvd-international>, consultado em 25 de Janeiro de 2015

Venecia Recreational Park / Jaime Alarcón Fuentes



Fonte: <http://www.archdaily.com/626091/venecia-recreational-park-jaime-alarcon-fuentes>, consultado em 25 de Janeiro de 2015